

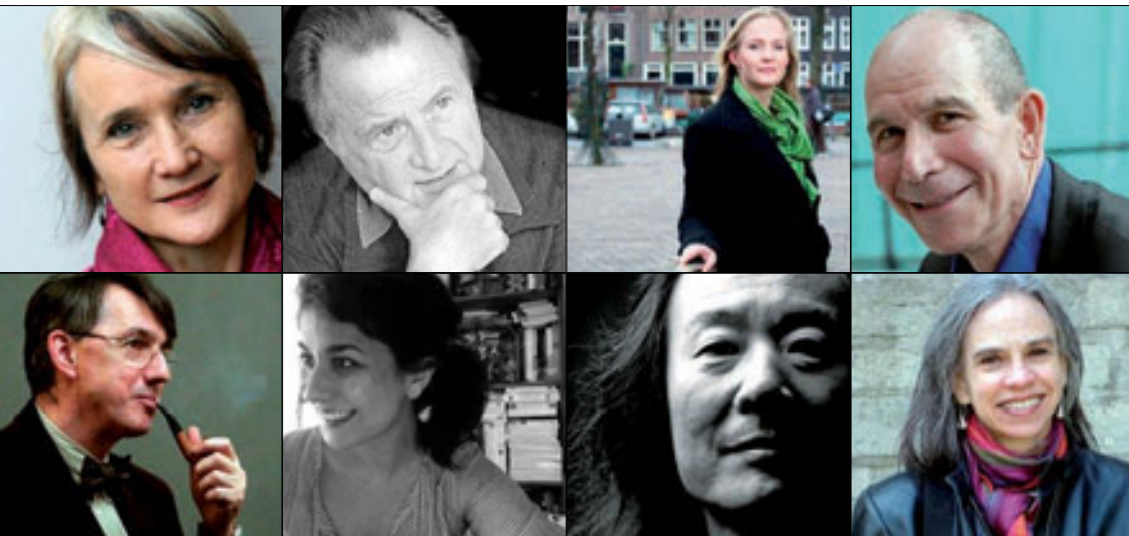
RELATÓRIO CULTURAL

Anuário da EUNIC 2011

AS RELAÇÕES CULTURAIS DA EUROPA COM O EXTERIOR

RELATÓRIO CULTURAL
ANUÁRIO DA EUNIC 2011

RELATÓRIO CULTURAL ANUÁRIO DA EUNIC 2011



As relações culturais são como a cola que mantém as alianças unidas. A situação geopolítica no séc. XXI exige uma revitalização da diplomacia cultural. A China e a Índia já estão alargando a sua política cultural externa. Apesar da grande diversidade cultural da Europa, a UE ainda não desenvolveu uma estratégia cultural suficiente para a sua política externa. A estrutura do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) representa uma oportunidade de estreitar e coordenar a já existente política cultural externa da UE. Nesta edição do Relatório Cultural, 30 autores de 20 países descrevem o que é importante para aproveitarmos esta chance.

Prefácio

Entre a crise e o despertar *de Sebastian Körber* 4

1º CAPÍTULO: PERSPETIVAS DO EXTERIOR

Mundo Novo – A globalização como pedra de toque da Europa <i>de Yang Lian</i>	8
Falar muito, fazer pouco <i>de Mai'a K. Davis Cross</i>	20
Arte no coração do “mainstream” - <i>entrevista de Régis Debray com Frédéric Martel</i>	28
O benefício da hora <i>de André Azoulay</i>	38
Uma revolução cultural – A ágora de hoje <i>de Reem Kassem</i>	45
Janela entre dois mundos <i>de Julie Chénot</i>	48

Bem-vindos à realidade <i>de André Lemos</i>	54
A União de moral dupla <i>de Mahir Namur</i>	60
Movimentações no topo das hierarquias globais <i>de Rajeev Balasubramanyam</i>	64
As frações esquecidas da Europa <i>de Jurko Prochasko</i>	70
Olhar pela janela aberta <i>de Hela Khamarou</i>	78

2º CAPÍTULO: A EUROPA NO MUNDO, O MUNDO NA EUROPA

O momento certo para agir <i>de Robert Palmer</i>	86
Espaços utilizados em conjunto <i>de Gerhard Sabathil</i>	96
Não é um luxo, mas uma necessidade <i>de Marietje Schaake</i>	110
Ousar o impossível <i>de Gottfried Wagner</i>	116
Muito mais do que uma questão de imagem <i>de Steffen Bay Rasmussen</i>	121
Menos histeria, mais escuta <i>de Joseph Muscat</i>	128
Ser diferente é bom <i>de Mike Hardy</i>	136
Conciliação do inconciliável <i>de Katherine Watson</i>	146
Ver o mundo a uma nova luz <i>de Mary Ann DeVlieg</i>	150
Dote do Continente <i>de Farid Tabarki e Rindert de Groot</i>	153

3º CAPÍTULO: NOVO COMEÇO PARA A EUROPA: A REDE EUNIC

Uma voz própria em sintonia com outras <i>de Horia-Roman Patapievici</i>	160
A cultura como panaceia <i>de Berthold Franke</i>	170
Afirmando mais-valias <i>de Delphine Borione</i>	180
Suave transição para a revolução verde <i>de Finn Andersen e Olaf Gerlach-Hansen</i>	184
A importância da confiança <i>Um contributo do British Council</i>	190
Relatório anual da EUNIC 2010-11	194
Ficha Técnica	208

Entre a crise e o despertar

Se é em momentos históricos que se faz história, estamos hoje a viver provavelmente um desses momentos. A Europa encontra-se refém da crise das dívidas, e a tal ponto que Jacques Delors, antigo presidente da Comissão Europeia e arquiteto da União Monetária Europeia, considera estar em sério perigo a obra de toda uma geração. "A Europa encontra-se perante uma decisão histórica: queremos menos ou mais Europa?", isto perguntava Delors na sua alocução de agradecimento, aquando da atribuição do Prémio Theodor Wanner, que lhe foi conferido pelo Instituto de Relações Internacionais. Queremos regressar aos velhos nacionalismos ou queremos agarrar a crise como oportunidade para dar um passo no sentido de uma união política que até hoje esteve ausente? O antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros Hans Dietrich Genscher, no seu discurso em louvor de Delors, comparou a situação atual com a da grande viragem ocorrida em 1989/90. Segundo Genscher, depois da queda da Cortina de Ferro, a Europa viu-se confrontada com um desafio semelhante e, nessa altura, a política reagiu com determinação e aproveitou a oportunidade histórica que se lhe oferecia. O seu desejo é que essa mesma determinação se faça sentir agora.

É no meio desta profunda crise interna da Europa que se publica o primeiro anuário da EUNIC, que dá prioridade temática precisamente às relações externas da Europa no âmbito da cultura. Mas há boas razões para que tal aconteça. Em primeiro lugar, porque deve ser ambição da política não se deixar conduzir em decisões tão importantes para o futuro da Europa, que agora se impõem, somente por interesses de curto prazo, mas igualmente por convicções e valores culturais de desígnios mais duradouros.

E, em segundo lugar, porque é precisamente o olhar vindo do exterior que nos ajuda a tomar consciência dos próprios valores e da importância da cultura para a comunidade.

Enquanto a Europa se encontra envolta no transe da sua própria crise, no lado sul do Mediterrâneo tem lugar uma reviravolta, pelo menos, igualmente fundamental. Perante a sua oportunidade histórica de democracia e Estado de direito, os povos árabes viram os olhos para a Europa, em busca de um modelo, mas naturalmente também em busca de apoio. Que expectativas têm os atores da primavera árabe em relação ao velho continente? Como é a Europa vista no mundo? Estas são as questões a que se dedicam os autores na primeira parte deste anuário. "O elemento permanente na tradição europeia foram os impulsos vindos do exterior", escreve o poeta Yang Lian, lembrando a importância do diálogo com a China, um país que se transformou mais nos últimos trinta anos do que nos três mil que os precederam. No seu discurso de defesa de um reforçado intercâmbio cultural transatlântico, a politóloga americana Mai'a Cross avisa os europeus do perigo de inércia na política externa. "Os europeus falam muito, mas fazem pouco" é a expressão de um preconceito pouco abonatório que circula nos EUA, razão pela



Secretário-geral adjunto e diretor do departamento Meios de Comunicação do Instituto de Relações Internacionais (ifa).

qual, neste país, os olhos se voltam cada vez mais para a China, ameaçando marginalizar a Europa.

A criação do Serviço Europeu de Ação Externa constitui, por isso, o momento certo para examinar as potencialidades específicas que se oferecem como uma mais-valia da Europa perante os desafios globais. “A posição que a Europa detém no mundo não é só determinada pela sua vertente militar ou económica”, afirma Robert Palmer, do Conselho da Europa em Estrasburgo. Na sua opinião, a situação geopolítica do séc. XXI exige a revitalização da diplomacia da cultura com uma forte tónica multilateral. O papel que a cultura pode e deve desempenhar na política externa europeia é o tema do segundo capítulo.

O terceiro e último capítulo do anuário EUNIC de 2011 é dedicado à própria rede EUNIC. Horia-Roman Patapievici, médico, ensaísta e diretor do Instituto Cultural Romeno, que ocupou a presidência da EUNIC em 2010-2011, lembra no seu artigo os princípios fundadores da EUNIC, a rede europeia dos institutos nacionais de cultura. A mensagem é tão simples quanto convincente e mostra que muito bem pode daí advir, quando as pessoas se decidem a trabalhar em conjunto. De modo semelhante ao que acontece com os instrumentos num concerto grosso, também os institutos nacionais de cultura poderiam alcançar mais em interação com outros do que atuando sozinhos. Neste sentido, a criação da EUNIC 2006 marcou um novo começo nas relações culturais a nível internacional. O que se realizou desde então, como se consegue a evolução de uma parceria casual para uma parceria estratégica e como pode a EUNIC contribuir, com as suas cerca de 2 000 representações no exterior em todo o mundo, para o desenvolvimento de uma política cultural comum da Europa no exterior? Os autores deste capítulo, entre eles a

futura presidente da EUNIC Delphine Borione, do ministério francês dos Negócios Estrangeiros, fazem um balanço e ousam lançar um olhar para o futuro, sem, contudo, sobrevalorizar a cultura ao ponto de a ver como panaceia. “A cultura é portadora da maior humanidade e ao mesmo tempo sinal de repressão colonialista”, este o resumo que Bertholt Franke, do Goethe-Institut, faz do papel ambivalente da cultura nas relações externas.

O anuário EUNIC é a continuação do “Relatório Cultural Progresso Europa”, que o Instituto de Relações Internacionais começou por dar à estampa conjuntamente com a Fundação Robert Bosch. Com a ajuda de instituições europeias associadas, o Relatório pôde entretanto aparecer em várias línguas e oferecer um panorama da situação atual das relações culturais na Europa. É com grande satisfação que vejo agora publicado o quarto volume do Relatório Cultural no âmbito da EUNIC. Tal significa um passo em frente para todos os agentes envolvidos. O Relatório Cultural pode, assim, desenvolver uma influência maior do que antes lhe era possível. E a rede EUNIC adquire uma plataforma que lhe permite estabelecer prioridades temáticas e veicular ideias para o interior e para o exterior. Quero agradecer a todos os intervenientes e aos autores pelo seu apoio, aos tradutores e redatores, cujo trabalho na maioria das vezes se processa no silêncio, à Fundação Robert Bosch, à Fundação Calouste Gulbenkian, ao British Council e ao Culture Ireland, que subsidiaram esta publicação e sem cujo contributo ela não teria sido possível.

Sebastian Körber



Perspetivas do exterior

Muitos norte-americanos ou brasileiros não conhecem as realizações da União Europeia. Os chineses não querem saber de terceiros ditando o que devem fazer e tampouco estão particularmente interessados na integração da UE. Perante o velho continente, quais são as expectativas dos povos do Próximo Oriente depois da Primavera Árabe? Como a Europa é vista no mundo e como pode a sua cultura desempenhar um papel na política externa?



Mundo Novo - A globalização como pedra de toque da Europa As recentes mudanças no Próximo Oriente parecem fornecer mais uma prova de que o mundo se rege pelo modelo da Europa. A Europa continua a ser o centro do universo, o seu sistema de valores constitui o eixo pelo qual se pauta o progresso e, por essa razão, o futuro permanecerá sempre nas mãos do velho continente. Este quadro é reconfortante, mas desde há dois mil anos os chineses pintam exatamente o mesmo quadro da história. Yang Lian



A Terra rodopia como louca. Às vezes gira mesmo em direções completamente inesperadas. Quem é que alguma vez poderia imaginar que a China comunista, onde nos tempos de Mao milhões de pessoas morreram de fome, acabaria hoje na posição de concesso de crédito e “grande irmão” do mundo capitalista e que o mundo ocidental, a debater-se no turbilhão da crise financeira, estaria avidamente à espera que a China interviesse na salvação das suas dívidas soberanas? Algo semelhante é válido no que respeita aos estados árabes. Ainda não faz assim tanto tempo, a Europa considerava-os mais ou menos abertamente um mundo inimigo com que se via confrontada no combate entre culturas. Agora, a Tunísia, o Egito e a Líbia mudaram de cor política quase

de um dia para o outro. Subitamente, os déspotas arcaicos do outro lado do Mediterrâneo desapareceram sem deixar rasto. A política global e o mapa económico mudam tão rapidamente como uma cortina de teatro. Será que os chineses ou os árabes, que sentem na própria pele estas mudanças, acordam de noite estremunhados e se perguntam: Mas onde é que eu estou?

Por outro lado, no meio destas turbulências da história, os europeus provavelmente só se perguntarão: O que é que se passa com o mundo? A que conduz tudo isto que se desenrola diante dos nossos olhos a uma velocidade alucinante? Ou perguntando de outro modo: Como reage a Europa, quando o mundo se lhe apresenta com uma nova face? Será que precisamos de um novo posicionamento da cultura europeia? Qual é a importância da nossa cultura hoje e quais são os nossos valores?

A mim estas questões parecem urgentes e, a dizer a verdade, por causa de duas experiências à primeira vista muito contraditórias. Uma delas foi a Feira do Livro de Frankfurt, em 2009. Nesse ano, a China era o convidado de honra. Parecia inicialmente uma boa oportunidade para, através da diversidade de perspectivas e fóruns que a feira oferece, permitir ao mundo uma visão abrangente desta terra de tradições milenares e dar uma espreitadela por baixo do boné do partido comunista,

para descortinar o que se passou na China nos últimos tempos. Seria certamente emocionante ver como a China teria quebrado os padrões de pensamento dos estados comunistas no tempo da Guerra Fria e teria conduzido uma ditadura ao sucesso económico. Que potência não seria ávida e corrupta, é verdade, mas por que não acontecem por toda a parte “milagres” semelhantes ao da China?

Aquilo que parece uma contradição em si é, de facto, o resultado de complexos contextos culturais que valeria a pena investigar. Os organizadores da Feira do Livro deveriam ter pensado nisso à partida, para poderem estabelecer um programa adequado. Mas, infelizmente, a direção da Feira queria primeiro “pedir a pele ao tigre”, como se diz na China (achando que podia sentar à mesma mesa de discussão burocratas do partido e dissidentes), para depois “dançar com o lobo” (e voltar a cancelar o convite aos dissidentes, quando o partido mudasse de opinião). O resultado era facilmente previsível: toda a Feira se transformou num campo de batalha em que só se dispararam chavões ideológicos. A “China” deu de si a imagem de uma loja de artigos em segunda mão, onde os clichês reciclados do conflito leste-oeste nunca saem de moda.

Fogo de vista ruidoso e inofensivo

Mas qual é hoje a verdadeira face da realidade chinesa? Que contributo para o pensamento pode este país oferecer ao mundo? Estas questões ficaram infelizmente de fora. Queríamos disparar artilharia, mas limitámo-nos a soltar fogo de vista, muito ruidoso, mas inofensivo. Porque a China autêntica e viva foi completamente negli-

genciada, no meio de todo o barulho que se fez por causa do estereótipo “China”.

A segunda experiência ocorreu no Festival Internacional de Literatura de 2010, em Munique. A discussão em que participei tinha um tema tão marcante quanto equívoco: as obras-primas do nosso tempo. Logo no próprio título se manifestava um dilema essencial do mundo moderno: num mundo de múltiplas tradições culturais, quem determina os critérios que podem definir uma obra-prima contemporânea?

O debate ateu-se à estrutura de *rankings* de excelência. Estabeleceu-se um *ranking* alemão, um europeu e um internacional. Eu esperava que a elite de pensadores europeus tivesse apresentado a sua posição relativamente à questão levantada, que para mim constituía o verdadeiro desafio do tema, mas saí de novo desiludido. Nem sequer oradores tão eruditos como Umberto Eco se tinham realmente preocupado com a questionabilidade dos critérios de avaliação. A invariável tendência dos intelectuais europeus para a forte esquematização, no que se refere a culturas que lhes são estranhas, foi o traço omnipresente nos nossos painéis de discussão. A China foi reduzida à sua identificação com a ideologia comunista e o mundo árabe à identificação com os conflitos étnicos e religiosos (nessa altura, ninguém conseguia prever as mudanças drásticas do presente). Mais ainda, esta tendência para a simplificação estendeu-se à própria reflexão sobre a Europa. Quando se falou das obras-primas europeias, espantosamente, o seu êxito económico foi constantemente referido como critério. O que é, de facto, questionável. Quantas obras-primas da literatura, da arte ou da filosofia conseguiram, na história, atingir imediatamente o estatuto de *best-seller*? Se medirmos uma

“obra-prima” pelo seu sucesso de mercado, deveremos então classificar as obras de Kafka e de Joyce como inferiores?

Na minha comunicação, eu defendi, pelo contrário, que só a maturidade artística e conceptual de uma obra deveria constituir critério de qualificação de uma obra-prima. Independentemente do número de sistemas diferentes que intervenham na sua avaliação, uma obra-prima tem de revelar-se, em todos os aspetos, como algo único. Os meus argumentos têm por base a poesia clássica chinesa. As pessoas gostam de apresentá-la como se a sua grandiosa tradição se baseasse só no facto de serem precisamente “clássicos” da cultura chinesa. Disparate. A sua beleza advém da profundidade da sua arte e do seu pensamento.

Apresentei como exemplo o poeta Qu Yuan, que foi há 2300 anos funcionário no reino de Chu, e o grande poeta Du Fu, que viveu há 1200 anos, na dinastia Tang. Expliquei de que modo a experiência do exílio, que partilho com os dois poetas, continua a ser através dos tempos e até para mim uma fonte de inspiração para o conteúdo e a forma de uma obra artística. E como, a partir dela, se pode originar no espaço estético da poesia uma grande profundidade conceptual. Este patamar de reflexão, num mundo em que por toda a parte somos como estranhos, permite que nos tornemos conscientemente um “ativo outro” e esclareçamos a distância não só face a outras culturas, mas antes de mais face à nossa, só nominalmente, “própria” cultura. Tomando em consideração todos os recursos culturais disponíveis, encontraremos finalmente uma resposta para as necessidades prementes do ser humano de hoje.

Para mim, poeta que vive na Europa e que, todavia, se exprime em língua chine-

sa, cada uma das minhas respirações situa-se entre estas duas culturas tão diferentes. As minhas reflexões sobre o chinês como língua literária, as minhas pesquisas no âmbito da poesia chinesa, da história das ideias às técnicas formais, sobre a relação, semelhante a uma “inspiração pelo peso-delo”, entre a minha poesia e a realidade da China e a sua importância na transformação moderna da tradição chinesa, conduzem-me a um debate rigoroso com a Europa. O que pretendo dizer com isto é que ninguém pode aceder a uma cultura que não seja procurando o caminho a partir de dentro. Temos de percorrer primeiro exaustivamente o nosso próprio ser, para podermos perscrutar, no mais fundo de nós, a profundidade de um outro. Isto, é claro, deveria valer igualmente para a forma como os europeus aprendem a compreender uma outra cultura.

Cada respiração entre as culturas

Ambas as experiências negativas que mencionei deixaram em mim a impressão de que a cultura europeia ainda tem, neste aspeto, alguma coisa a melhorar, antes de se abalar a reagir, com toda a prudência que a sua tradição de pensamento permite, perante um mundo globalizado. A Europa ainda não fez uma tentativa séria de romper com os seus padrões de pensamento,

“Os intelectuais europeus têm uma tendência para a forte esquematização, no que se refere a culturas que lhes são estranhas.”

para poder adquirir novas perspetivas e alargar os seus horizontes. As realidades e culturas de um “outro lugar” têm de ser primeiro transpostas para o nosso próprio pensamento. Dessa forma, seria possível aprofundar consideravelmente o conhecimento das nossas próprias dificuldades. Coloquei de propósito entre aspas “outro lugar”, porque, de facto, o mundo moderno não conhece nenhum “outro lugar”. Todos os supostos “lugares distantes” situam-se, na verdade, dentro de nós próprios. Todo o ser humano é, do espírito à matéria, uma entidade híbrida.

A “China” está-nos muito próxima. Tão próxima como os sapatos de marca que trazemos nos pés, provavelmente produzidos pelas mãos dos modernos escravos do séc. XXI. Através da incrível transformação de um grande consórcio internacional e graças à diferença entre os custos do trabalho dos camponeses chineses e os preços europeus, este consórcio conseguiu realizar um lucro que só em sonhos se poderia atingir. O capitalismo mundial é uma solda que nos liga como se fôssemos gémeos siameses postiços.

Ele é o espelho de um mundo bizarro: políticos ocidentais que visitam a China e se sentem obrigados a deixar cair umas palavras sobre os direitos humanos e a democracia, que têm menos por objetivo mudar realmente qualquer coisa na situação da China do que apaziguar os *media* dos seus países e as urnas de voto. Depois de despachar a conversa fiada, passa-se rapidamente à agenda de negócios. O governo chinês só poderá apreciar estes contorcionismos constrangedores com um sorriso de escárnio. Enquanto as listas de encomendas forem boas, todos os países europeus engolem com gosto, aos copinhos, a cachaça amarga que o estado

chinês lhes serve com a sua repressão dos dissidentes. Até na comparação com a fidelidade aos princípios do partido, o comportamento inconsequente dos europeus não sai bem na fotografia.

Por muitas voltas que se deem, a capacidade de compreender e de reagir de forma apropriada face ao estrangeiro depende da capacidade de autoanálise. E isso significa, para começar, pôr-se a si próprio em causa. Será que a Europa percebe sequer a situação precária em que se encontra? Lamento muito, mas quando há falta de consciência, corre-se o risco de se ser guiado pela inconsciência. Este “Mundo Novo” está talvez já tão obsoleto como aquele que Aldous Huxley descreveu. Uma pessoa cai em rotinas mecanizadas e vive apaticamente a sua vida pautada pela desumanidade.

Pensamento encapsulado

É claro que a falta de compreensão perante uma outra cultura advém da falta de conhecimento, mas a razão deste conhecimento reduzido está provavelmente no facto de o pensamento se manter demasiado encapsulado. Não se sente a urgência de abrir e a necessidade de compreender “o outro”. Afinal, as arrelias vêm todas de fora, seja da China, do Irão, do Afeganistão ou do Iraque. Em comparação com estes focos de crise, o mundo europeu aparece aos nossos olhos tão próspero como antes ou, pelo menos, pacífico e intacto, e isto basta ao sentimento de superioridade cultural predominante. E a história parece dar razão a este sentimento que domina a Europa desde a Renascença.

A conceção da validade universal do pensamento europeu teve início no Ilu-

minismo, estendendo-se igualmente ao sistema político da democracia, com os seus efeitos sobre a legislação, e à liberdade de expressão. A pobreza dos estados socialistas durante o conflito leste-oeste contribuiu de forma tão evidente para o sentimento de superioridade ocidental como para o fim da Guerra Fria, que foi celebrado como uma vitória da civilização ocidental. O trágico ataque do 11 de Setembro transformou-se em comédia com o abate de Saddam Hussein e Bin Laden.

E também as recentes mudanças no Médio Oriente parecem fornecer mais uma prova de que o mundo se rege pelo modelo da Europa. A Europa continua a ser o centro do universo, o seu sistema de valores constitui o eixo pelo qual se pauta o progresso da história e, por essa razão, o futuro permanecerá sempre nas mãos do velho continente. Este quadro é reconfortante, mas gostaria de lembrar que, desde há dois mil anos, os chineses pintam exatamente o mesmo quadro da história. A maior diferença, na comparação da história chinesa com a da região mediterrânica, é que a cultura chinesa, no transcorrer da sua história, foi muitíssimo menos desafiada. Em relação ao chamado Primeiro Mundo, a cultura chinesa desenvolveu-se, antes das guerras do ópio, praticamente imperturbada e sem sofrer qualquer influência (se abstrairmos das campanhas de conquista de alguns povos nómadas, que, em última análise, acabaram sempre assimilados pela cultura chinesa). Daqui resultou um “Império do Meio” que se foi tornando cada vez mais conservador e arrogante. O sistema cultural chinês era como uma mola enferrujada que perdera toda a flexibilidade para reagir aos desafios do exterior. Até que vieram os europeus com a sua cultura (e o seu poder militar)

e tanta pressão exerceram sobre a mola, que os chineses se viram de repente sacudidos na sua autoconfiança, capitulando num estado de insegurança extrema sobre si próprios. Deixaram-se arrastar por estas emoções, gritaram palavras de ordem nihilistas com a exigência de uma total ocidentalização, criaram o seu próprio modelo revolucionário e lançaram-se de cabeça na mais negra ditadura da sua história.

Pelo contrário, na história da Europa, ou melhor, da região mediterrânica, o que aconteceu foi um reconto permanente de culturas que se revezaram desde o Antigo Egito, passando pelos impérios grego, romano, bizantino, otomano, até Napoleão, aos czares russos e aos conquistadores vindos de fora, como Átila ou Gengis Cão. Cada uma destas colisões forçou a Europa a de novo definir e consolidar os seus pontos de vista. O elemento permanente na “tradição” europeia foram os constantes impulsos vindos do exterior e os desafios sempre renovados. Mas então veio o Renascimento e com ele o indivíduo pensante, que perguntou: “O que é a Europa?” As culturas divergentes da Europa procuraram e encontraram um denominador comum. A Europa era um sucesso. Mas eu interrogo-me: Essa história de sucesso ainda continua?

No palco do “Mundo Novo”, há hoje cada vez mais culturas a convidar a Europa para a dança. Estas culturas distantes esperam da Europa uma disponibilidade ativa para, com base na própria experiência cultural, poder ler no livro do outro e com ele estabelecer um verdadeiro intercâmbio.

A China, por exemplo, bem se pode dizer que mudou nestes últimos trinta anos muito mais que nos últimos três mil. Uma cultura em que há mais de três mil anos se fala a mesma língua e vigoram os mes-

“No palco do ‘Mundo Novo’, há hoje cada vez mais culturas a convidar a Europa para a dança.”

mos padrões de pensamento e sistemas de ideias conseguiu, num curto espaço de tempo, romper caminho em flecha através de várias eras e renovar-se em todos os aspetos. “Só renascer sob a forma da morte é verdadeiramente nascer”, como digo no meu poema “Em simetria com a morte”, que é no fundo um poema sobre história.

Quem está de fora só dificilmente consegue imaginar este processo. No campo ideológico, a violência da mudança ultrapassa de longe a realidade exterior. A política não passa de uma onda ao vento sobre o mar profundo da cultura. O próprio conceito de “Partido Comunista” é um aborto cultural, uma máscara que se pediu emprestada ao Ocidente, para os imperadores esconderem atrás dela o verdadeiro rosto do seu poder totalitário. Escolhi uma vez o título “Inspirados pelo pesadelo” para descrever a moderna China desde a revolução cultural até ao presente. A dor que rasga a carne e trespassa o coração transforma as nossas questões e buscas num símbolo de vida. As catástrofes não passam simplesmente sem deixar rasto. Elas abrem constantemente, no contexto da realidade, da história, da cultura, da língua, da mentalidade e do inconsciente, camadas mais profundas de reflexão, até atingirem estruturas desconcertantes, que juntam em si diversas camadas, como num ideograma chinês que não conhece conjugação. E isto remete para a sincronicidade que é constitutiva do pensamento chinês tradicional. O que é muito mais desesperado do que

“A dor do tempo”, pois não é senão “Dor de todos os tempos”.

O que é maravilhoso na literatura chinesa contemporânea é este tipo de profundidade. E não tem nada a ver com exotismo do Extremo Oriente, mas com os abismos da existência humana, com a experiência da máxima “impossibilidade”. Escrever é uma vontade de viver que proclama: “Começar – a – partir – do – impossível”.

Depois de, ao fim de trinta anos, visitar pela segunda vez em Chengdu a cabana com teto de palha do poeta Du Fu, que viveu na dinastia Tang, e de ler em silêncio os seus famosos versos do exílio “Em dez mil milhas, muitas vezes hóspede da melancolia”, sei que não me inscrevo na tradição chinesa com as minhas obras, antes empresto uma nova vida a essa tradição. O exílio de Du Fu, o exílio de Dante e o meu próprio, em comparação com o deles, um modesto exílio, obedecem a uma mesma sintaxe: com a ajuda de um poema, transmutar o extremo sofrimento humano em extrema e criativa beleza.

Os chineses de hoje têm de aprender com os destroços da sua cultura passada. Para lhes insuflar uma nova vida, têm de aprender a superar as suas fronteiras. É aí que residem as oportunidades e as fontes de renovação da cultura chinesa. E vamos esperar que tenha valido o elevado preço que a China para tal pagou.

Palhaço na cena internacional

No “Mundo Novo”, já não é suficiente que a nossa cultura seja tão flexível quanto o permitam as suas condições históricas ou geográficas. Hoje, exige-se uma capacidade ativa para entender o outro. Na minha opinião, a força impulsionadora por

detrás deste entendimento não deveria ser a curiosidade, mas o conhecimento das próprias necessidades em tempos de crise.

Se é verdade que a China ainda não se desligou da sombra ensanguentada dos tempos de Mao Tsé-Tung e que a incapacidade dos seus novos ricos leva o país, inegavelmente, a comportar-se como um palhaço na cena internacional, é uma pura tragédia se a Europa, pressionada pelo dinheiro, renuncia aos seus princípios do pensamento e se deixa arrastar para esta concorrência tão cínica quanto egoísta. Enquanto os *slogans* dos direitos humanos e da democracia forem mera retórica do politicamente correto e não tiverem quaisquer consequências para a nossa atuação concreta, mantém-se a triste realidade: nada do que é dito tem qualquer importância, por detrás de cada palavra abre-se um buraco fundo. Esta é provavelmente a maior crise da civilização humana.

É claro que a história também sempre foi uma história das mentiras, mas eu tenho a impressão de que os mentirosos, com a ganância da riqueza e do lucro rápidos, se tornaram mais cínicos. Não só não sofrem com o peso das próprias mentiras como as consideram uma coisa absolutamente normal. Esta atitude resulta de uma lógica simples: se não for eu a tirar proveito, tira outro por mim. Tomemos como exemplo as firmas estrangeiras que investem na China. Elas tiram proveito de lá haver uma mão de obra barata que não obriga a prestações para a segurança social nem conhece sindicatos e direito à greve. Seria, contudo, exagerado falar aqui de duplicidade de critérios, porque na verdade só um critério existe, o da mais brutal concorrência. Neste sentido, a China tornou-se o símbolo da crise do pensamento ocidental, que em muito transcende a crise económica. To-

dos se sentem hoje irremediavelmente indefesos. Assistimos a esta decadência sem nada podermos fazer. Contudo, a verdadeira dimensão do problema está aí à vista e podemos ter a certeza: não é uma coisa superficial nem temporária.

Gera raiva e ódio, que se exterioriza pelo gatilho de Andreas Breivik na ilha norueguesa de Utøya, ou pelo coquetel molotov na mão de crianças negras, no bairro londrino de Tottenham. Se as mentiras e o lucro degradarem tudo (inclusive a maior parte daquilo a que se chama arte) à mera condição decorativa, qual é então o objetivo da nossa existência? Que sentido faz a literatura?

A Europa deixou-se conduzir a um beco sem saída pela sua própria teoria da evolução linear da história. Talvez alguns conheçam o verso do poema de Wang Wei, do tempo da dinastia Tang: “Permanecer no lugar onde a água acaba, esperar que a nuvem da chuva suba.” É um exemplo de sincronicidade que nunca se desfaz: no fim do mundo, ver o movimento do mundo. O tempo não pode mudar nada. É como uma gota de água constante, que cai para dentro de nós e se torna o sedimento do nosso pensar. Uma pessoa está sempre no início e faz-se ao caminho lado a lado com o cosmos.

Mas não deveríamos esquecer que há mais do que uma Europa. Houve um tempo em que, neste teatro, a Europa de Leste e a Europa Central não passavam de “buracos silenciosos”. Antes de o fim da Guerra Fria as voltar a catapultar de repente para a luz da ribalta, tinham há muito deixado de ser o centro político e económico e remoíam sem memória e sem voz a amargura da história. É possível que a perspicácia e o cauteloso discernimento dos intelectuais da Europa de Leste se

devam a esta situação especial. Estive em Varsóvia no início de janeiro de 2011, onde me encontrei com colegas da associação de escritores polacos para discutir as nossas diferentes experiências do comunismo. Fazia parte do encontro um intercâmbio sobre história e tradições, como o papel da consciência nacional ou da Igreja durante a Guerra Fria e a sua influência sobre o presente. Concordámos na análise de que a datação do fim da Guerra Fria é uma ideia totalmente abstrusa, como aliás já tinha afirmado no artigo “O que a Guerra Fria ainda nos diz hoje”. O seu significado ultrapassa em muito a simples designação de uma época histórica.

Ela representa uma situação capaz de modificar o caráter humano e significa, por isso, a decadência do poder dos partidos comunistas, mas não simultaneamente o seu fim. Também o cinismo globalizado do presente modifica o caráter. Pelo menos nós, como intelectuais, não deveríamos ignorar essas consequências ideológicas. Eu penso que, sem as experiências de ambos os lados relativamente às crises do presente, dificilmente teria sido possível o profundo intercâmbio cultural entre nós escritores.

Tive uma vivência semelhante, num contexto muito mais alargado, em 2002, quando realizei uma série de conversas com o poeta árabe Adonis. O resultado foi simplesmente fascinante. Verificámos com espanto que o destino dos criativos, dos pensadores, tanto na cultura árabe como na cultura chinesa, é afinal um só e o mes-

mo, apesar de toda a distância geográfica. Assiste-se no interior a uma complexa transformação cultural, enquanto para o exterior a política se torna cada vez mais esquemática. Seja nas lutas ideológicas da China ou no conflito palestino, os conceitos morais são pré-determinados pelas palavras de ordem. A minha reflexão sobre a China está ligada à esperança de que não se ressuscite a velha mentalidade de luta e destruição, mas, em vez dela, o impulso criativo. Adonis criticou o dogmatismo do islão, porque deseja uma renovação da cultura árabe. A nossa literatura é, em primeiro lugar, uma literatura do indivíduo. Nela, é o Eu poético que coloca as questões, em forte contraste com o ruído do turbilhão emocional das massas. O intercâmbio direto com um poeta árabe foi, para mim, simplesmente maravilhoso. Na opinião de Adonis, a intercomunicação dos nossos dois mundos não carece da mediação de terceiros (por exemplo, do “Ocidente”). Graças à independência do pensamento, a beleza da arte encontra os seus amigos, sejam quais forem as origens geográficas, e proporciona, além disso, um intercâmbio perfeito a nível alargado.

Só mais uma ficção

O “Mundo Novo” do séc. XXI, em mudança tão vertiginosa, parece estar a desintegrar-se, enquanto afinal se vai silenciosamente reunificando. Face à instabilidade dos contextos internacionais em transformação, todas as culturas se preocupam primeiro com a redefinição da posição que ocupam, o que aliás é o seu dever, abalçando-se depois, conscientes das suas próprias fronteiras, a um diálogo intercultural profícuo. Tornando-se, no

“A Europa de Leste e a Central remoíam sem memória e sem voz a amargura da história.”

ELLE

ITALIA

BECK'S BIER



German
Import



San Gennaro



San

LE



MoJoR
75.5

Famous
D'Angelo
Sausage & Peppers



BECK'S BEER



Gen
im

Gen Gennaro

Gen Gennaro

Always a Little 'n' Style



Little ITALY

Gen Gennaro

Little



meio de inúmeros outros, um “ativo outro”. Ativo significa para mim simplesmente desperto e sensível.

Aprendi, através da minha experiência pessoal, que entre mim e a velha China não existe no fundo qualquer herança historicamente linear que possa ser comprovada. Uma tradição cultural viva da China, como a imagino, eu só a posso construir recorrendo às capacidades do meu pensamento, resultantes de uma síntese de diversos tempos e lugares, para depois poder renovar essa tradição criativamente. Penso que esta “outra essência chinesa”, que não se vê, representa para mim o maior de todos os desafios. É neste sentido que a Europa também deveria tomar consciência de que a pretensão de universalidade de uma única cultura é há muito coisa do passado. O vocabulário da Europa e da América, vocabulário que domina o mundo, é só mais uma ficção, palavras ocas de que constantemente se abusa.

Os problemas do mundo são hoje também os problemas da Europa, a realidade global é carne e sangue do seu pensamento. Também se poderia dizer que o mundo impregnou a Europa, substituindo a identidade dela pela sua. Esta hibridização vai continuar quer se queira quer não. A única diferença que ainda se mantém é que só um “ativo outro” pode gerar um intercâmbio frutuoso, enquanto quem permanece passivo nesta situação não tem qualquer hipótese. O mundo novo é uma realidade sobredimensionada e clama por uma tradição nova baseada num pensamento universal e independente.

A literatura chamar-lhe-ia a “revolta da estética individual”. E só pode ser individual, pois não existem grupos. Afinal, a nível político, já não existem modelos rígidos como durante a Guerra Fria. E a

“As ideias só têm serventia para toda a humanidade, se se libertarem da autoadulação na casca de noz da própria cultura.”

nível cultural, já não existe uma cultura universal única. Alguns fariam aqui de uma pauperização do pensamento, que nunca existiu. Eu, pelo contrário, diria que ele está extremamente rico! Ninguém tem de renunciar às regras que pautam os seus veredictos e decisões, submetendo-as simplesmente a escrutínio, servindo-se do conhecimento e da compreensão que tem de outras culturas, para eventualmente as rever ou aprofundar. As nossas ideias são o nosso ponto de convergência. São o mínimo denominador comum de várias tradições e níveis culturais e também de diferentes formas de expressão.

É irrelevante que tipo de arte, política ou filosofia é objeto das nossas reflexões, ou se se trata da aceitação de determinadas opções religiosas. As ideias só têm serventia para toda a humanidade, se se libertarem da autoadulação na casca de noz da própria cultura, se ousarem vir a público, para porem à prova o seu real valor. Quando falo da individualidade do pensamento, a formulação poderá parecer muito “europeia”, mas trata-se igualmente de uma das maravilhosas características da idade dourada da filosofia chinesa, de Lao Tsé, Confúcio e Qu Yuan, que viveram todos muito tempo antes da unificação do império chinês.

As suas ideias não me fascinam menos do que as dos numerosos pensadores, em diversos domínios, na Europa de antes da Primeira Grande Guerra, época da maior

criatividade intelectual. Todos juntos representam a força do nosso património do espírito. Prefiro esta conceção da história independente do tempo e do espaço, como um círculo concêntrico, à conceção de um desenvolvimento linear. Só através da estimulação recíproca do potencial criativo que todas as culturas possuem, se realiza a dimensão criativa que é inerente ao intercâmbio internacional.

O mundo novo tem de quebrar com os velhos padrões daquilo que se entende por intercâmbio e manter-se aberto, em todas as direções, às questões que se levantem e à inspiração. A título de exemplo, gostava de referir um outro evento em cuja organização participei há alguns anos. Foi um encontro sobre o tema “Literatura dialetal”, no minúsculo país da Eslovénia, que inspirou a mim, poeta chinês oriundo de um país de 1,3 mil milhões de habitantes, a rever as tendências linguísticas totalitárias de dois mil anos de literatura chinesa. Através de um projeto de tradução recíproca de um poeta inglês e um poeta chinês, originou-se um maravilhoso diálogo que tocou o cerne de ambas as culturas. O mais bonito foi ver um poeta africano que escreve em língua inglesa, ligado a uma tradição de narrativas orais, entrar sem problemas num diálogo musical com a tonalidade dos clássicos chineses.

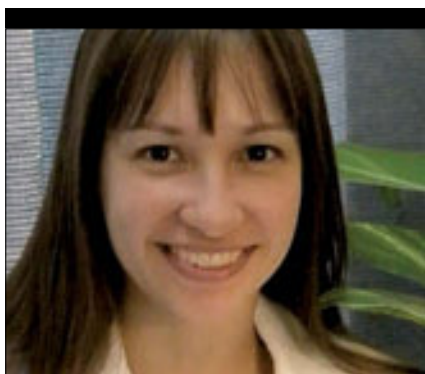
Dificuldade é um sinónimo de capacidade. Descrevi muitas vezes o poema como a “única língua materna”, pois o que há de poético no pensamento, enquanto fórmula de superação das línguas, resiste para além da tradução. Esta fórmula faz ressaltar perfeitamente a qualidade “ativa” do ser humano, que consiste em embrenhar-se profundamente num problema, para daí extrair novo conhecimento, transcendência estética. Cada verso perfeito do poema é

uma “impossibilidade” e, para além disso, também um “começo”. Quanto mais radical for a impossibilidade, mais vigoroso será o começo.

Será que este “Novo Mundo” nos trará por fim a “literatura universal” de que Goethe tanto falava? Pessoalmente, entendendo por literatura universal a literatura individual que conseguiu superar todas as provas, neste universo em que nos encontramos. E já não é mais uma ilusão. Há muito que é uma realidade.

Yang Lian é poeta chinês e vive em Londres. Filho de diplomatas, nasceu na Suíça, em 1955, e cresceu na China. Em 1979, juntou-se ao grupo de poetas que publicavam a revista “Jintian”, desenvolvendo aqui um estilo de escrita experimental mais moderno. Na altura do massacre da Praça da Paz Celestial, encontrava-se na Nova Zelândia, onde participou no protesto contra a atuação do governo chinês. Pouco depois, na China, as suas obras foram colocadas na lista negra e foi retirada a Yang Lian a nacionalidade chinesa.

Falar muito, fazer pouco O euroceticismo aumenta nos Estados Unidos. Muitos americanos acreditam que os fundamentos políticos, económicos e culturais da UE estão a desmoronar-se. Alguns, entre eles especialistas, estão convictos de que a moeda comum foi um erro. Por que é que se confia tão pouco na Europa? Será que a Política Externa Cultural e Educacional pode ajudar neste contexto? Mai'a K. Davis Cross



A sua opinião sobre a Europa é influenciada pelos orçamentos cada vez mais restritos para a Defesa, pela escassa prontidão para o emprego da força militar e pela notória incapacidade do bloco para dar uma resposta uniforme às crises internacionais.

Os norte-americanos criticam especialmente a falta de solidariedade europeia durante a Guerra do Iraque, em 2003, assim como o fracasso do Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa (muitos não têm conhecimento do posterior e bem-sucedido Tratado de Lisboa). Concentram-se nas divergências pontuais que ocorrem, por exemplo, quando a Europa negocia com antigos inimigos, como a Rússia ou a China, ou então enfocam as recentes tensões na área monetária do euro (sobretudo a oposição da Alemanha relativamente a um auxílio financeiro à Grécia). A imagem da UE é caracterizada, em geral, pelas diferentes identidades, línguas, culturas, políticas externas e economias de seus estados-membros, de modo que uma base que mantenha unido o conjunto é vista pelos norte-americanos com ceticismo.

Nem todos os norte-americanos têm, obviamente, a mesma opinião sobre a Europa. A esquerda política, que em geral simpatiza com o governo de Obama, acredita mesmo que a Europa alcançará um dia o seu pleno potencial, mas, ainda assim, vê-a hoje apenas como um parceiro relativamente

Nos EUA, um fluxo constante de notícias, editoriais e livros antevê o declínio da Europa. Além de consolidar o pessimismo de muitos norte-americanos quanto ao euro, esta previsão já quase se tornou doutrina, particularmente no campo da direita conservadora. Nos meios de comunicação social, a imagem negativa incidiu sobre o centro político e a maneira como as pessoas veem a Europa. Como resultado, as dificuldades são empoladas e os sucessos ignorados, de tal modo que até os mais conhecedores partidários norte-americanos da Europa se revelam surpreendentemente pessimistas e desconfiados perante os eventos do outro lado do Atlântico. No que respeita aos desafios do séc. XXI, muitos norte-americanos creem que os europeus são parceiros inadequados.

descharacterizado. Após a Cimeira UE-EUA, em 2010, Obama chegou a afirmar à imprensa que a reunião fora tediosa, porque ambos os lados estavam de acordo sobre todos os pontos. Por que é que esta cimeira, em consonância com o Tratado de Lisboa, não foi utilizada para a projeção de novas formas de cooperação transatlântica?

Nos EUA, predomina a ideia de que os líderes europeus falam muito, mas fazem pouco. Recentemente, Obama afirmou que são os Estados Unidos e a China que irão exercer a máxima influência no séc. XXI. Além de viajar com pouca frequência para a Europa, o presidente norte-americano menciona raras vezes a União Europeia nos seus discursos. De facto, a imprensa norte-americana concede uma importância muito maior à ascensão da China no mundo, embora este país, salvo na dimensão populacional, esteja aquém da Europa em todos os aspetos. Para os conservadores norte-americanos, na melhor das hipóteses, a Europa é um fator insignificante no sistema internacional, um lugar onde os cidadãos se espriam em longas férias, se aposentam de forma prematura e padecem de um sistema de apoio estatal prestes a explodir. Eles estão convencidos de que os europeus só conseguem manter o seu estilo de vida porque são os Estados Unidos que pagam a sua segurança militar.

Uma grande parte dos conservadores pensa mesmo que o crescente número de muçulmanos na Europa fará com que o continente se torne culturalmente irreconhecível. Estes acreditam que a Europa está praticamente a ser esmagada. Uma nova pesquisa mostra ainda que muitos norte-americanos, independentemente da ideia que tenham do continente europeu, dos seus países e povos, nunca ouviram falar da instituição UE. Muitos norte-americanos

“Os norte-americanos estão convencidos de que os europeus só mantêm o seu estilo de vida porque são os EUA que pagam a sua segurança militar.”

não têm conhecimento ou consciência das realizações da Europa. Não sabem que os desenvolvimentos em nome da integração e do alargamento da União Europeia representam a mais bem-sucedida experiência da nossa era, no âmbito da cooperação internacional, da democratização e da manutenção da paz. Tampouco reconhecem que a economia da UE, a sua população e a sua força militar conjunta são maiores do que as dos EUA.

Eles não percebem que a Europa, durante a crise financeira, sofreu menos danos do que os Estados Unidos e que, agora, regista um crescimento económico significativo. Também não notaram ainda o grande poder inovador da Europa (o maior depois dos EUA e do Japão) ou a força do euro como moeda de circulação global (em segundo lugar, atrás do dólar norte-americano). Muitos desconhecem, igualmente, que o Tratado de Lisboa introduziu uma estrutura muito mais rígida na política externa da Europa.

É provável que muitos norte-americanos não acreditem que a Europa gaste mais dinheiro em termos de Defesa do que o conjunto das seis potências emergentes Rússia, China, Índia, Coreia do Sul, Arábia Saudita e Japão; nem que a UE tenha estado envolvida, ao longo dos últimos oito anos, em 24 ações civis e militares para a manutenção da paz e a prestação de socorro em três continentes.

Os norte-americanos conhecem mais a Europa pelo seu lado de “soft power”. A forma como a UE está empenhada no multilateralismo, que igualmente põe em prática, dá-lhe um alto grau de legitimidade internacional. A UE também apoia e promove tradicionalmente os direitos humanos, o estado de direito, a cooperação para o desenvolvimento, a proteção ambiental e as

parcerias internacionais. Isto projeta uma imagem atraente no exterior, e não menos entre os liberais na América do Norte.

Em outras regiões, o interesse pela Europa é maior: a Ásia, a África e a América Latina inspiram-se muitas vezes na Europa, usando-a como exemplo para os seus modelos de cooperação. Evidentemente, este “soft power” também desempenha um papel importante dentro da Europa, não só através do alargamento a leste, mas também através do estímulo aos esforços de parcerias, cooperações e acordos de associação com potenciais membros.

Imagem de “soft power”

A Europa não é uma potência perfeita. É preciso trabalhar mais na UE, especialmente na área da integração. Muitos estados-membros da UE (entre eles também os mais antigos, como Espanha, Grécia e Portugal) ainda são democracias relativamente jovens. No entanto, segundo o professor Andrew Moravcsik, politólogo da Universidade de Princeton, a Europa pode ser considerada, sob vários pontos de vista, como a segunda superpotência do mundo a seguir aos EUA. O desafio reside na questão de como melhorar a imagem da União Europeia dentro dos EUA, desfazer equívocos e agir em prol de maior entendimento.

Mas como deve a União Europeia entrar em cena nesta época de “smart power” e “public diplomacy”? Eu gostaria de sugerir três possibilidades para a UE se apresentar no exterior e, em especial, nos EUA:

Em primeiro lugar, a Europa deve tomar como modelo o seu próprio lema “Unida na Diversidade”. Ainda que a Europa possua, sem dúvida, uma diversidade cultural dentro de si, a sua unidade enquanto bloco pa-

rece muitas vezes não gozar de real apreço. Por essa razão, ela também não se reflete nos esforços comuns no âmbito da Política Externa Cultural e Educacional. Já ao longo de décadas, os líderes europeus proclamam que a Europa é mais forte se os seus estados-membros trabalharem em cooperação, tendo implementado essa ideia em milhares de diretivas. Mas isto raramente passa para o exterior.

As mensagens para o estrangeiro fazem emanar sobretudo contextos nacionais e poucas vezes transmitem a ideia de que cada estado-membro está consolidado na União Europeia. O lema “Unida na Diversidade” deveria também enfatizar que a diversidade da Europa emana justamente das regiões, dos cenários e das cidades de cada um dos seus diferentes estados-membros; que a cultura, a identidade e a tradição desses territórios não remetem apenas para o passado, mas também para o futuro.

Não há dúvida de que os europeus tendem à autocritica e que se posicionam criticamente perante as tentativas de integração dentro da UE, o que contribui para equívocos no exterior.

A segunda possibilidade é que a UE deixe transparecer, com sucesso, que ela não só fala, mas também age. A União Europeia deve enfatizar as áreas políticas em que os seus valores são compatíveis com as suas ações e onde ela pode, de maneira autónoma, apresentar obra realizada: por exemplo, no âmbito da proteção ambiental, da

“A Europa encontra-se em muito melhor posição para assumir a liderança no séc. XXI, comparativamente a outros atores da cena internacional.”

democratização, da gestão de crises, das cooperações para o desenvolvimento e das questões humanitárias.

Mais pessoas no mundo deveriam estar cientes de que a UE distribui mais ajuda ao desenvolvimento do que qualquer outro país e que dispõe de uma Política Comum de Defesa e Segurança que é robusta e progressiva. Cada uma dessas conquistas deveria ser transmitida através da própria Política Externa Cultural e Educacional europeia e, desse modo, ser mais divulgada. Se isso não acontecer, a UE perderá a sua influência. Num mundo multipolar, a União Europeia precisa de publicitar melhor os seus pontos de vista, pois só assim pode contribuir para a consolidação de um sistema internacional em que tenham importância os princípios da cooperação, da transparência, das instituições multinacionais, da estabilidade e do estado de direito.

Em terceiro lugar, a UE deve cultivar uma imagem de “smart power”: potência inteligente. A União Europeia combina tanto um forte poder militar como um poder suave (“hard power” e “soft power”), por exemplo, com as suas abordagens abrangentes no âmbito da gestão de crises, do mercado doméstico e dos processos de alargamento do bloco.

Convém ressaltar, finalmente, que o poder militar é hoje menos importante do que era antes e que a Europa possui muitas alternativas para exercer poder e influência. Tais alternativas derivam de uma variedade de instrumentos políticos nas esferas diplomática, económica, regulatória, militar e civil. Com isto, a Europa encontra-se em muito melhor posição para assumir a liderança no séc. XXI, comparativamente a outros atores da cena internacional.

Contudo, os líderes europeus ainda não reconheceram esta realidade, como alega o sociólogo norte-americano Jeremy Rifkin, experiente consultor do governo norte-americano e da Europa. À medida que a UE divulga no mundo uma imagem de si como um poder inteligente (“smart power”), aumenta também a visibilidade mundial do seu papel e da sua responsabilidade. Isto

significa um esforço considerável, dados os desafios globais do nosso tempo, mas também propicia mais coesão interna e significado à Europa.

Qual é a função do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), no sentido de aproximar as ideias à verdadeira realidade? E como podem colaborar as redes culturais, tais como a EUNIC? Eu imagino que tanto o SEAE como a EUNIC desempenham, cada um à sua própria maneira, um papel significativo para a compreensão recíproca no mundo.

Há pelo menos duas estratégias correntes na Política Externa Cultural e Educacional: a hierárquica e a baseada em redes. A abordagem hierárquica transmite mensagens que foram desenvolvidas de maneira centralizada e que, em geral, são puramente informativas. Já as abordagens que dependem de redes incluem reciprocidade e comunicação mútua. Tais abordagens, conectadas a redes transnacionais, dão suporte a todos os atores envolvidos. Embora uma abordagem baseada em redes tenha sido favorecida nos últimos anos, ambas as estratégias são importantes para a Europa. Neste caso, o SEAE poderia representar uma abordagem mais hierárquica e a EUNIC intensificar o trabalho com as redes.

Mensagens hierárquicas desempenham um papel relevante quando se trata de equilibrar um défice de conhecimento. Muitas pessoas fora da Europa não compreendem os processos de alargamento e integração. Algumas delas nem sequer sabem que estes processos existem.

Diplomata supranacional

No entanto, precisamente por causa da UE, a Europa é tão atraente para os países

estrangeiros: o seu multilateralismo, os seus valores democráticos, a sua ênfase na cooperação internacional e a maneira como a UE procura resolver conflitos pacificamente.

E estes são apenas alguns exemplos. O SEAE, com as suas 136 embaixadas europeias espalhadas pelo planeta, é particularmente adequado ao objetivo de “explicar” a Europa para o mundo. Programas de esclarecimento podem concentrar esforços sobretudo junto a organizações da sociedade civil, ou mesmo a académicos, políticos e empresários como grupos-alvo.

Ao mesmo tempo, porém, o SEAE precisa igualmente de ouvir. Um novo tipo de diplomata supranacional do séc. XXI deveria possuir uma alta capacidade de interpretação intercultural, uma aptidão para a educação recíproca, bem como uma orientação voltada para o exterior. Um serviço diplomático europeu ideal será caracterizado, em essência, pela faculdade de se sensibilizar e de interpretar o mundo através da história, da linguagem e da cultura.

Assim como pela capacidade de valorizar os seus interlocutores diplomáticos, que reconhece como iguais. Embora as estruturas hierárquicas sejam, por vezes, importantes na política externa para comunicar e explicar quaisquer temas que se levantem, sempre se deveriam manter os diálogos com base na reciprocidade.

Ao mesmo tempo, a EUNIC pode prosseguir uma estratégia orientada pela organização em rede, tendo como finalidade promover a diversidade europeia de culturas, línguas, identidades e tradições. As relações culturais dentro destas redes não requerem mensagens especiais, uma vez que se baseiam na participação de todos os envolvidos e proporcionam o contacto direto entre as pessoas, bem como a com-

preensão mútua. Dessa forma, os objetivos comuns podem ser desenvolvidos organicamente e de acordo com as necessidades. As instituições culturais da Europa estão numa posição ideal para complementar as abordagens hierárquicas na Política Cultural e Educacional.

Como a Europa é um destino turístico famoso, isto poderia ocorrer até mesmo “em casa”. A cada visita à Europa, os viajantes deveriam sentir e experimentar, nos vários estados europeus, a diversidade cultural e o apreço que estes têm por ela. O historiador Nick Cull, diretor do Centro de Estudos de Diplomacia Pública, na *University of Southern California*, argumentou recentemente no jornal *The Huffington Post* que as relações culturais atingem os maiores sucessos quando ocorrem de modo independente dos governos, e à distância deles. Ele divide tal estratégia cultural nas seguintes componentes:

1. “Prémio-Prestígio”, que acompanharia a apresentação dos grandes artistas e das grandes obras de arte;
2. “Informações Culturais”, que serviriam para enfatizar os aspetos da sociedade que ainda não fossem internacionalmente conhecidos ou reconhecidos;
3. “Diálogo e Cooperações”, que possibilitariam envolver artistas internacionais nos processos comuns ligados à criação da arte, como através de festivais de música; e
4. “Melhoria das capacidades de desempenho” na comunicação intercultural, por exemplo, através da aprendizagem de uma língua estrangeira.

“As relações culturais são como a cola que mantém as alianças fortemente unidas; para enfrentarmos em conjunto e com êxito os desafios do mundo moderno.”

A diplomacia cultural parece, muitas vezes, ter pouca ligação com as alianças, o direito internacional, as potências emergentes e a segurança internacional. Mas as relações culturais são uma parte essencial destas áreas centrais da política. Elas são como a cola que mantém as alianças fortemente unidas; elas dão a credibilidade necessária ao direito internacional e transparência às nações emergentes. Por último, mas não menos importante, elas criam o grau de confiança necessário para enfrentarmos em conjunto e com êxito os desafios do mundo moderno. A identidade, as prioridades políticas e a imagem de um país derivam inteiramente da sua cultura. Isto é bastante verdadeiro em democracias onde a opinião pública é ouvida e onde culturas distintas convivem de forma constante.

Esta abordagem dual na Política Cultural e Educacional, tanto hierarquizada como orientada para a organização em rede, resulta no equilíbrio necessário entre a uniformidade e a diversidade. A força e o poder de atração da UE provêm da sua diversidade e dos seus valores; no entanto, para realmente influenciar o sistema internacional, a Europa deve também fornecer uma imagem unificada e credível.

Se os EUA não são atualmente o grupo-alvo direto dos esforços culturais externos da UE, a verdade é que deveriam ser. Como já mencionei, prevalecem amplos e sérios equívocos nos EUA sobre a União Europeia, que devem ser corrigidos.

Sem dúvida, é necessário para os dois lados do Atlântico que os europeus compreendam os norte-americanos e vice-versa. As relações transatlânticas compõem a aliança internacional mais importante e duradoura da nossa era. E neste mundo multipolar de potências emergentes e im-

previsíveis, os Estados Unidos e a Europa devem trabalhar juntos em nome da sua influência no mundo e promover os seus valores comuns. “Interesse estratégico” e “poder” não devem ter uma conotação negativa. Em alguns contextos, eles conduzem a uma amizade mais intensa bem como a mais transparência, democracia, paz e estabilidade mundial.

Para a Política Cultural Externa e para a Política dos Negócios Estrangeiros da Europa, parece ser mais relevante trabalhar dentro da sua própria região e nos países em desenvolvimento. Estas prioridades não precisam de ser negligenciadas.

Contudo, conferir uma nova vida ao intercâmbio cultural transatlântico é a única maneira de superar o fosso que ainda existe entre a percepção e a realidade respeitante à Europa, neste país que é o seu mais importante parceiro estratégico e económico. Só quando os norte-americanos entenderem melhor a Europa é que poderão apoiá-la como deveriam. Porque, afinal, “promover os valores europeus” significa “representar ao mesmo tempo os interesses norte-americanos”, como afirmou recentemente Romano Prodi, o ex-presidente da Comissão Europeia. Porém, neste momento, a própria Europa deverá assumir a liderança, sendo que a necessária reciprocidade acontecerá, então, naturalmente. A Europa deve estar ciente de que não só é capaz de liderar o séc. XXI, como também é da sua responsabilidade fazê-lo.

Mai'a K. Davis Cross é professora de Relações Internacionais na *University of Southern California*, onde ensina Diplomacia Europeia, Diplomacia Pública e Estudos de Segurança. É autora de livros como *The European Diplomatic Corps* (2007) e *Security Integration in Europe* (2011), entre outros.





RESTAURANT

CHEZ VICT

IT'S A GLIMPSE
OF THE NEW
BEGINNING

Arte no coração do *mainstream* “Não acredito no declínio cultural da América”, afirma o sociólogo francês e estudioso dos *media* Frédéric Martel. No seu último livro, ele investigou a cultura de massas numa perspectiva global e concluiu: a cultura que une a Europa é a americana e, na competição mundial dos conteúdos e das mundividências, a Europa perde cada vez mais terreno. Para reverter a situação, o velho continente teria de aumentar a sua produção dentro do *mainstream*. O filósofo francês Régis Debray entrevistou-o.



Régis Debray: Sr. Martel, o senhor defende a tese de que todas as pessoas vivem hoje em duas culturas. Em primeiro lugar, na sua própria cultura nacional e, em segundo lugar, na cultura americana, com a sua vocação planetária e universal. Como é que funciona esta hegemonia norte-americana? Ou colocando a questão de outro modo, quais são as particularidades da cultura americana para que seja atribuído aos Estados Unidos essa vocação cultural “universal”?

Frédéric Martel: O tema da cultura nos Estados Unidos é complexo e a sua análise, na Europa, é bastante deficiente. Não acredito no declínio cultural da América. Nos Estados Unidos, existe um ecossistema cultural muito próprio, muito *suis generis*, que funciona simul-

taneamente a vários níveis. O imperialismo americano é, por um lado, a massificação e o *mainstream*, a cultura que domina pela quantidade (Disney, O Rei Leão, Avatar e Lady Gaga), mas, por outro, igualmente a vanguarda na dança ou nas artes visuais, a contracultura no teatro experimental, as culturas étnicas e as culturas digitais. Em termos latos, a antítese arte em França e entretenimento nos Estados Unidos, ministério da Cultura entre nós e mercado na América não corresponde à realidade. Os dois países são mais parecidos do que se poderia pensar. A diferença está na gestão de meios: centralizados e subvencionados entre nós, descentralizados e isentos de impostos no lado de lá. Além disso, existe o ainda sector sem fins lucrativos, universidades e comunidades étnicas, que constituem o coração do sistema cultural americano, que permitem a inovação, a assunção de riscos e a experimentação. Sem se reconhecer o papel que, nos Estados Unidos, as universidades desempenham na cultura, não se pode estudar Hollywood nem Bollywood; sem as comunidades étnicas e a diversidade cultural norte-americana,

não se compreende nem a indústria musical nem a internet.

Em última análise, a comercialização das indústrias criativas, as leis do mercado e as forças homogeneizadoras do *mainstream* são sempre compensadas pelo sector não orientado para o lucro, pelas universidades e a diversidade cultural, que são agentes de revitalização.

Régis Debray: *O mundo inteiro participa dessa diversidade interna, que constitui a essência dos Estados Unidos?*

Frédéric Martel: Completamente. Nós, europeus, defendemos, e com toda a razão, a diversidade cultural na Organização Mundial do Comércio (OMC) bem como na UNESCO. Os americanos, pelo contrário, destroem esta diversidade, quando exercem pressão para que, no México ou na Coreia, sejam abolidas as quotas para o cinema ou quando defendem, à escala mundial, a indústria musical anglo-saxónica. Mas se nós defendemos esta diversidade a nível internacional, também o deveríamos fazer em casa, ou expomo-nos ao ridículo. A França, por exemplo, tende a ignorar as suas minorias no próprio território, a tomar medidas contra os dialetos regionais e as culturas locais ou a não valorizar a diversidade. Assistimos a este paradoxo de uma França que se apresenta no palco internacional, em tom algo encantatório ou ideológico, como campeã da diversidade cultural, mas que não aplica a si própria as mesmas regras. Sem querer politizar a questão, diria mesmo que a

defesa da “identidade nacional” é claramente o oposto da diversidade cultural.

Os Estados Unidos fazem precisamente o contrário. Combatem a diversidade a nível internacional, mas dignificam-na abundantemente, na sua dimensão étnico-rácica, dentro do próprio território. São muito pragmáticos, e isto por uma razão muito simples: no seu território, vivem 45 milhões de hispânicos (15 por cento da sua população), 37 milhões de negros, 13 milhões de asiáticos. Os EUA não são só um país ou um continente, mas o mundo em miniatura. Quem foram, nestes últimos anos, os autores mais interessantes da Broadway, o teatro comercial americano do *mainstream*? O negro August Wilson, o sino-americano David Hwang, o latino-americano Nilo Cruzou, o gay americano Jude Tony Kushner. E há mais de 800 teatros negros nos Estados Unidos, enquanto nós troçamos de um único teatro “árabe” em França. Dá, por isso, mostra de uma grande hipocrisia por parte da França que ela defenda a diversidade cultural no mundo, enquanto os americanos a combatem, mas a rejeitem no próprio território, enquanto os americanos a reconhecem e celebram.

Régis Debray: *Falámos da superioridade dos Estados Unidos, passemos agora à debilidade francesa. Um dos efeitos do seu livro é a deslocação da fronteira que se definira entre a arte e o entretenimento, obrigando-nos a ter esta categoria pouco estimada do “divertimento”*

“A defesa da ‘identidade nacional’ é claramente o oposto da diversidade cultural.”

em melhor conta. É um traço da cultura francesa fazer da arte uma categoria protegida, com um estatuto especial no seio da cultura. Vivemos apegados a uma conceção sublime e sacralizada de arte e, em nome dela, olhamos com certo desdém para o seu suposto contrário. Nos Estados Unidos, não existe esse menosprezo e os intelectuais de esquerda, espicaçados por autores como a americana Pauline Kael, que exerceu a crítica em prol do cinema, realizaram a sua própria reconversão e, de uma forma decisiva, fizeram o elogio do “entretenimento”.

Frédéric Martel: Eu queria pôr-me de fora deste debate interno francês entre arte e entretenimento e, por isso, escolhi conscientemente a palavra *mainstream*. A fronteira entre arte e entretenimento é mais permeável, a mistura dos géneros não é coisa rara e o “cruzamento” entre eles é às vezes desejável. A cultura não pode ser usada pela elite somente como “art et éssai”, como uma encruzilhada, uma punição, um meio de defender o seu estatuto social, por oposição ao povo. A cultura pode ser, da mesmíssima forma, simples entretenimento, de que se usufrui “sem se matar a cabeça”, como diria a gente nova.

Os próprios hábitos culturais mostram que os franceses tanto estão disponíveis para apreciar o Avatar como um romance experimental, para ver À Procura de Nemo ou para se interessar pelo crítico francês Serge Daney. É preciso abandonar de vez uma certa doutrina cultural, que se manifesta como controlo cultural, da forma como os críticos culturais continuam a querer exercê-la.

Régis Debray: *Uma diferença que persiste é que o entretenimento de main-*

stream tem por base a confiança no público, visto que arquiteta a sua produção cultural através de sondagens, painéis de consulta ou marketing, em suma, orientando a génese a partir do fim da linha de produção.

Frédéric Martel: Se o entretenimento fosse só marketing, não teria sucesso. Aquilo que realmente conta no conceito “indústria criativa” é o adjetivo “criativo”. Não acredito que o Avatar fosse só produto de painéis de consulta nem que fosse só talhado à medida das expectativas do público. Só por si, o marketing não gera Guerra das Estrelas nem Matrix nem Homem Aranha e nem sequer mesmo Batman, o Cavaleiro das Trevas. Se a indústria criativa fosse só marketing, estaria a produzir Coca-Cola ou latas de ervilhas. Mas a verdade é que as séries televisivas americanas, os jogos de vídeo, os sucessos de bilheteira e os mangas são mesmo criativos.

A arte pode, portanto, existir no coração do *mainstream*. Em última análise, exatamente como uma obra de arte, o entretenimento pode ser universal e atemporal. Isto vira de pernas para o ar toda a nossa conceção eurocêntrica de cultura.

Régis Debray: *O que o senhor acaba de dizer vale essencialmente para as artes visuais e a música, mas menos para a literatura, que depende da criação de um autor.*

Frédéric Martel: No meu livro *Mainstream*, ocupo-me da cultura de massa, da indústria, do aspeto quantitativo de

“Se a indústria criativa fosse só marketing, estaria a produzir Coca-Cola ou latas de ervilhas.”

uma cultura que pode ser reproduzida e copiada na internet. As lógicas que investigo ao pormenor não dizem respeito ao espetáculo vivo, ao teatro, à dança, nem ao caráter único de uma obra de arte vanguardista, que representam por definição o oposto do “mainstream”. Ao mesmo tempo, como disse, acho que as fronteiras já não são tão rígidas e a demarcação já não é tão inquestionável, principalmente em tempos de globalização e da revolução digital.

Régis Debray: *Em que medida é que as tecnologias digitais favorecem esta aceleração e estas mudanças no mundo? Como fator de desmaterialização e de hibridização de imagem, som e texto, a internet contribui para otimizar estes fenómenos e, ao mesmo tempo, favorece a desintermediação, que faz recuar a importância da assinatura ou do autor. Menos géneros, menos compartimentações, naturalmente. Para muitos, isso é fonte de grande preocupação, para outros, é fonte de júbilo. Ora o senhor mostra, pelo contrário, que a internet não elimina as fronteiras entre diferentes mainstreams, que têm as suas esferas próprias de circulação e intercâmbio. O senhor menciona expressamente a vingança da geografia e resistências declaradamente encarniçadas à partilha cultural. Qual é na realidade o papel da internet?*

Frédéric Martel: Em França, defende-se muitas vezes a ideia de que a internet, aliada à globalização, irá conduzir a uma

fatal homogeneização das culturas. Outros, pelo contrário, temem uma infinita atomização, no fim da qual ninguém mais possuiria uma cultura comum, mas tudo se afundaria em subculturas estritamente comunitárias e sectárias. Descobri, através de inquéritos realizados, que a globalização e a conversão digital produzem uma e outra, o que, afinal, também significa nem uma nem outra. De facto, observam-se ambos os fenómenos em paralelo. Pois bem, a globalização não se traduziu no desaparecimento das culturas nacionais ou locais, que estão hoje de boa saúde. E a internet permite que se assista a um vídeo da Lady Gaga no Irão e, ao mesmo tempo, se defenda a própria cultura regional.

Por todo o mundo, em mais de metade das suas vendas, a música ainda continua a ser muito nacional; apesar da CNN ou da Al-Jazira, que têm influência mundial, embora limitada, a televisão mantém o seu caráter nacional ou local; no caso do cinema, as receitas de bilheteira revertem em favor das contas nacionais até quase 50% na França e na República Checa, subindo a percentagem acima dos 80 na Índia e no Japão. Quanto à edição do livro, esta possui em toda a parte um forte cariz nacional, exatamente como as notícias ou o mercado publicitário. As próprias séries televisivas, bem ao contrário do que o sucesso de séries americanas podem fazer-nos querer, têm temáticas muito pouco globalizadas: as telenovelas na América Latina, as séries televisivas do Ramadão no mundo árabe, os “dramas” coreanos ou

japoneses dominam os mercados locais. Não é verdade, pois, quando se diz que a cultura se está a globalizar.

O que, pelo contrário, é verdade é que temos cada vez menos produtos culturais – que ainda ontem atravessavam de barco fronteiras e alfândegas – e temos cada vez mais serviços, fluxos de dados e formatos. E mesmo que as culturas regionais e nacionais estejam de boa saúde, subsiste face a elas uma cultura globalizada muito americana, que arrebatou o lugar de todas as outras culturas não-nacionais. A isso eu chamo o “mainstream”. É aqui que reside o maior problema da Europa: por toda a parte existe o nacional, que é estável, e o *mainstream* globalizado, mas já não existe uma cultura europeia. Tornamo-nos simultaneamente mais locais e mais globais – mas, em contrapartida, cada vez menos europeus.

Régis Debray: *Temos na Europa uma cultura nacional somada à cultura americana, mas não temos o suposto mediador, que deveria ser uma cultura europeia.*

Frédéric Martel: Exatamente. No entanto, talvez por otimismo, eu continuo a ser muito europeu. Como sou filho de um camponês do sul de França, vejo muito bem os ressentimentos que a Europa provocou nas nossas aldeias, nos nossos campos, nas nossas culturas. Mesmo assim, desconfio sempre dos discursos nacionalistas, identitários e inutilmente geradores de ansiedade. A verdade é que estas culturas locais continuam hoje bem vivas no meio da globali-

zação. A questão não se põe em escolher local contra global. O que é global enriquece-nos, o que é local torna-nos fortes. Nós precisamos de ambos.

E eu vou a sublinhar, tanto gosto das peças de Bernard-Marie Koltès como do romance “Edifício Yacoubian” de Alaa al-Aswani, ou do “Quem quer ser Bilionário” de Vikas Swarup. Este último até é um bom exemplo, porque foi transposto para o cinema, com o título *Slumdog Millionaire*. Trata-se da quintessência do local: Vikas Swarup é indiano, o filme foi rodado em Mumbai, os atores são principalmente indianos e, ao mesmo tempo, trata-se de um filme de Danny Boyle, financiado pela Pathé-UK, o ramo inglês da Pathé francesa, e distribuído pelos europeus e pelos americanos. Mas, acima de tudo, trata-se de um filme baseado num concurso televisivo mundialmente famoso: “Quem quer ser Milionário?” E quer se fosse a uma sala de projeção numa favela do Rio ou num café chique de Xangai, passando por um bar gay de Jacarta, vi este filme exibido em todos os ecrãs do mundo. Estamos perante um sucesso de bilheteira global e também um produto nacional aparentemente genuíno.

“Os jovens têm valores europeus – a liberdade de pensamento e de imprensa, a rejeição absoluta da pena de morte, a defesa de uma certa proteção social, a tolerância perante a homossexualidade, etc. – e isso já não é nada mau.”

Régis Debray: *A pátria é uma entidade imaginária. Como quer que a Europa constitua uma unidade consistente, se lhe falta esse imaginário? Nos anos de 1930, ela era paradoxalmente mais forte.*

Frédéric Martel: É uma questão a que verdadeiramente não sei responder. Será que alguma vez existiu o sentimento de uma cultura europeia? Há claramente uma cultura clássica europeia, baseada na Antiguidade greco-latina, no Cristianismo, numa certa ideia de arte, no Iluminismo e nos direitos humanos, mas será que os jovens de hoje têm uma cultura europeia? Eu penso que eles têm valores europeus – a liberdade de pensamento e de imprensa, a rejeição absoluta da pena de morte, a defesa de uma certa proteção social, a tolerância perante a homossexualidade, etc. – e isso já não é nada mau.

No que diz respeito à Europa, sou mais otimista que o senhor.

Régis Debray: *Por falta deste imaginário comum, a Europa não tem diplomacia comum, exército comum, uma voz comum. Esta é a conclusão a que o seu livro chega. Agora, a partir dela, seria importante procurar a causa.*

Frédéric Martel: A causa está na história. Nos Estados Unidos existe um verdadeiro sentimento identitário comum. Um indivíduo pode ser latino, negro, gay, mas é sempre americano. Aliás, a marca distintiva da sociedade americana já não é o *melting pot*, mas sim a diversidade cultural. Este conceito foi inventado na América do Norte e, no acórdão do ‘caso Bakke’, em 1978, o Supremo Tribunal definiu a diversidade cultural

como a nova matriz americana. As leis culturais e educacionais de Jimmy Carter, de 1980, elevaram esta diversidade ao estatuto de norma. Em Miami, o senhor vê os cubanos, os negros, os homossexuais e os mexicanos dividirem-se em comunidades, mas todos se juntam em torno de um único símbolo: a bandeira americana. A Europa é ainda uma ideia nova. A máquina de integração americana levou um século a conseguir este resultado. Vai ver que um dia nos reuniremos em torno da bandeira europeia.

Régis Debray: *A grande força dos Estados Unidos está em serem ao mesmo tempo uma nação à maneira antiga, com a sua bandeira, a sua religião, e uma nação pós-moderna, como Foucault ou Derrida a poderiam ter sonhado.*

Frédéric Martel: Completamente de acordo. Mas eu não tenho intenção de seguir o quadro dos pessimistas. Arregacemos as mangas e sigamos em frente. Há, ainda assim, ações de regulação que é preciso fazer avançar a nível europeu, por exemplo, em matéria de indústria cultural ou do uso de novas tecnologias. Também acredito muito no Programa Erasmus, que mudou a vida de centenas de milhares de jovens europeus. Sabe, eu sou a pessoa que sou, porque em março de 1990, logo a seguir à revolução romena, enviaram-me 16 meses para Bucareste, para aí fazer o meu serviço militar como cooperante. Fundei e dirigi o centro de literatura da nossa embaixada na Roménia. Desde então, eu sei o que significa ser europeu. O serviço cívico poderia permitir recriar este sentimento identitário comum. Há ainda milhares de outros projetos que se poderiam imaginar.

E depois, mais recentemente, estive no Irão a investigar para o meu próximo livro. Quando voltei a entrar no avião, um Airbus de uma companhia europeia, fui recebido por assistentes de bordo sem véu, que me ofereciam o *The Economist* e um café Nespresso. Pode parecer uma coisa banal, mas depois de duas semanas sozinho no Irão, uma pessoa, nesse momento, sente-se realmente um europeu.

Régis Debray: Ainda não falámos da China como modelo reverso. Temos aqui um país que não se enquadra no panorama que o senhor descreve, dado que a China não domina o “soft power”.

Frédéric Martel: A segunda conclusão mais importante do meu livro *Mainstream* é mostrar que os americanos já não estão sós na luta dos *media* e do entretenimento globalizado. É verdade que continuam a produzir mais de 50% dos conteúdos mundiais, muito à frente da Europa com 27%, contudo, também já os países emergentes se evidenciam hoje através da sua cultura. A Índia, a China, o Brasil, mas também a Indonésia, a África do Sul, o México e, de uma outra forma, a Rússia entram na ribalta com grupos gigantes de *media* e conteúdos culturalmente globalizados.

Grupos como Reliance ou Sahara na Índia, Rotana ou MBC na Arábia Saudita, Al-Jazira no Qatar, Televisiva no México, TV Globo no Brasil e Naspers na África do Sul são gigantes regionais e, em alguns casos, mundiais. É certo que estes grupos se preocupam, em primeira linha, com o seu mercado doméstico,

onde, dada a situação demográfica, têm de satisfazer a forte procura da juventude e onde, como na China, na Índia ou no Brasil, todos os dias abre um novo cinema multiplex. Mas eles também já têm em vista os mercados regionais.

Tomemos um exemplo: as duas emissoras da Al-Jazira, uma em árabe, a outra em inglês, desempenham um papel essencial relativamente à informação, como há pouco tempo vimos no caso da Tunísia e do Egito. Mas o grupo comprou recentemente uma dezena de emissoras desportivas, que detêm os direitos de todas as primeiras ligas de futebol em Marrocos, na Argélia, na Tunísia, no Egito e na Jordânia. É nestas emissoras que os franceses aí imigrados irão de futuro assistir a todos os jogos do seu país de origem. A Al-Jazira irá, por isso, adquirir uma influência ainda maior, combinando a informação com o entretenimento. Encontramo-nos aqui verdadeiramente no coração do “soft power”.

Regressemos à sua pergunta sobre o “soft power” da China. O objetivo dos chineses é aumentar a sua influência, recorrendo a todos os meios possíveis. Introduziram no país quotas arcaicas para o cinema e para a música e uma censura descabelada sobre os conteúdos, uma censura neovitoriana no que diz respeito ao sexo, fortemente arraigada à família quanto aos valores e arcaicamente comu-

“Os chineses não compreenderam o modelo americano do *mainstream*, que se renova a si próprio e que também existe graças à liberdade criativa do artista.”

nista no que se refere à mundividência. Para já não falar da grande animosidade face à cultura americana, na qual veem uma perigosa concorrente. O Avatar só recebeu autorização para passar nas salas durante um mês, sendo logo de seguida proibido, para não enfraquecer um sucesso de bilheteira local. Mas este sistema policial de cultura não funciona. Com somente dez filmes autorizados por ano, Hollywood conseguiu atingir 50% da bilheteira na China, o que prova que as quotas e a censura são irrelevantes. E aqui nem tenho em conta o mercado negro.

O perfeito exemplo contrário da China é-nos dado pelo Japão e pela Índia. Em ambos os países não existe censura nem quotas e os filmes americanos podem ser exibidos sem qualquer limitação. Mas estes constituem só 10 a 15% da bilheteira local. A explicação é muito simples: no caso da Índia e do Japão, há uma produção nacional muito forte, muito identitária, que permite às pessoas escolherem os filmes do seu país, enquanto a China na realidade falha o “soft power”, não chegando a produzir obras interessantes em número suficiente para captar ou dominar o seu próprio mercado. Os chineses não compreenderam o modelo americano do *mainstream*, que se renova a si próprio e que também existe graças à liberdade criativa do artista, à liberdade das mulheres e dos homossexuais, à contracultura, ao direito de expressão das minorias, à inovação e ao prazer do risco.

São tudo coisas de que os chineses não parecem de momento ser capazes.

O taiwanês Ang Lee realizou “Brokeback Mountain” nos Estados Unidos e, quando voltou à China para rodar “Lust, Caution”, viu-se obrigado a partir de novo, por causa da chicana e da censura a que foi exposto. O grande regresso do menino-prodígio transformou-se numa espécie de *Tiananmen* cultural. O cinema chinês voltou a ser congelado. Por isso, também não produziu até hoje nenhum sucesso mundial de bilheteira. E Kung Fu Panda, baseado embora no duplo símbolo do desporto nacional e do animal mascote da China, foi feito pela Dreamworks, um estúdio de Hollywood!

Régis Debray: *Aflorámos só ao de leve a questão dos efeitos da internet. Basicamente, o que se pode dizer é que, através da internet, há inúmeros mediadores tradicionais que são postos à margem das cadeias de produção e difusão de produtos culturais.*

Frédéric Martel: Nós encontramos no meio de uma revolução, talvez mesmo de uma viragem civilizacional. Como acontece no início de toda a revolução, ainda não percebemos as formas que o mundo futuro assumirá, tolhidos que estamos no sobressalto daquilo que vemos desaparecer debaixo dos nossos olhos, sentados no meio dos cacós de um mundo passado, incapazes de imaginar o futuro. É terrivelmente angustiante, mas também incrivelmente estimulante.

Aliás, muitos dos meus interlocutores, que entrevistei em trinta países diferentes, pensam que YouTube, Wikipedia, Flickr, FaceBook, Twitter, iPod, iTunes ou iPhone e seus inúmeros futuros sucessores inventam novas formas culturais e novos *media* que irão transformar profundamente a própria essência

da cultura, da arte, da informação e do entretenimento, que um dia, quem sabe, até se dissolverão uns nos outros. Se estamos no início do processo ou somente no ponto da encruzilhada, isso é difícil de dizer.

Seja como for, há evoluções e processos determinantes na internet que irão perdurar: o uso dos sistemas *peer-to-peer*, o web 2.0 e as práticas participativas ou Wikipedia, os “user-generated contents”, a nova sociabilidade permitida pelas redes sociais, a agregação de conteúdos, a cultura da mobilidade, o hipertexto, a desintermediação e a morte dos críticos tradicionais, a hibridização, a contextualização do Google. Será necessário aprender a viver com estas mudanças formidáveis, que considero positivas. Há dois anos, ninguém tinha ouvido falar do Twitter e hoje passo nele mais de uma hora por dia; há cinco anos, ninguém conhecia o FaceBook nem o Youtube e hoje têm um papel central na nossa vida; há dez anos, eu não conhecia o Google e agora utilizo-o dezenas de vezes por dia. Esta aceleração inquieta-nos, e com boas razões, mas a mim ela fascina-me. E nós estamos somente no início desta viragem civilizacional.

Régis Debray, nascido em Paris em 1940, é filósofo, escritor e jornalista. Criou a revista *Medium* em 2005. É membro da *Académie Goncourt* desde 2011.

Frédéric Martel, nascido em 1967 no sul de França, é sociólogo, autor e jornalista. Foi adido cultural na embaixada francesa em Washington D.C., entre 2001 e 2005. Todas as semanas, ao domingo, modera a emissão “*Masse critique*” na *France Culture*, dedicada à indústria criativa e aos *media*. Dirige a redação do website *nonfiction.fr*, um sítio de crítica literária e ideológica. Publicou vários livros e escreve para diversos jornais internacionais. Em 2011, deu à estampa o livro “*Mainstream, la culture qui plaît à tout le monde*” [*Mainstream, a cultura que agrada a todos*].

4) *Cultural* — A) A E. é o continente cultural por excelência. Da cultura que não é simples repetição de usos e costumes mas criação e transformação de ideias, de estilos e de formas; da cultura que não é apenas conservação de um alto patrimônio adquirido — como, p. ex., a cultura chinesa ou indiana — mas, igualmente, vontade intensa de invenção e inovação.

O benefício da hora As imagens da Primavera Árabe, as manifestações da Praça Tahrir no Cairo ou nas ruas de Tunes, forjaram uma nova imagem do cidadão árabe. Sem cartazes religiosos ou qualquer agressividade, ele luta pelos seus direitos fundamentais e reclama a destituição dos velhos déspotas. O despertar da cidadania no mundo árabe cria agora oportunidades de diálogo com a Europa. Como é que ele deve ser conduzido? **André Azoulay**



Seis meses depois de a centelha da Primavera Árabe ter sido atizada em vários países, estamos a viver num mundo alterado - um mundo que se encaminha para um novo Renascimento Árabe. Neste mundo, os habitantes dos países na orla meridional do Mediterrâneo reclamam amplos direitos humanos, o respeito da sua liberdade, pluralismo, justiça social e participação. Desde janeiro de 2011 que as palavras “democracia”, “dignidade humana” e “liberdade” são escritas em língua árabe e se tornaram manifesto da juventude árabe que confia em dar forma ao seu destino. Ela gostaria de conduzir os seus países a um futuro melhor para si e para as gerações vindouras.

Todos nós partilhamos um sentimento de entusiasmo e esperamos que as revoltas

árabes que, em alguns países, provocaram transformações políticas significativas e, noutros, reformas constitucionais, tragam consigo alterações democráticas duradouras.

Sabemos que muitos e variados fatores influenciam o êxito desta mudança: as reformas económicas e sociais contam aqui tanto como os investimentos no sector da educação. Serão igualmente decisivas neste processo de reformas a intensidade e a forma de cooperação entre os países limítrofes a norte e a sul do Mediterrâneo.

Hoje em dia, é mais evidente do que nunca que as populações da orla mediterrânica perseguem objetivos idênticos e que uma parceria genuína entre os países de ambos os lados do Mediterrâneo se pode tornar realidade.

Valores fundamentais em comum

O relatório da Fundação Anna Lindh sobre as tendências interculturais da parceria euro-mediterrânica, publicado em 2010, já tinha comprovado cientificamente a aproximação dos valores e expectativas das pessoas desta região. Para o relatório foram inquiridas 13000 pessoas em 13 países do espaço euro-mediterrânico acerca dos seus valores e da perceção que tinham dos outros países. Um dos re-

sultados mais interessantes do estudo foi que valores como a dignidade, a liberdade e a justiça têm uma relevância idêntica para a totalidade dos inquiridos – e na verdade, independentemente do facto de serem muçulmanos, cristãos ou judeus.

Mas também a solidariedade no seio da família, a hospitalidade e o desejo de novas oportunidades para as novas gerações são valores igualmente bem cotados junto das populações dos países de ambas as margens do Mediterrâneo.

Quanto ao futuro, os inquiridos exprimiram o seu apoio a um futuro comum dos estados euro-mediterrânicos que, através de um intercâmbio bilateral e de um aproveitamento comum de oportunidades criasse vantagens concretas para a sua vida. Porventura com mais dinamismo para a nova geração, justiça social, respeito pelos valores e consideração perante outras culturas, maior desejo de inovação e empreendedorismo como fundamentos para um desenvolvimento continuado.

O estudo chegou igualmente à conclusão de que as populações desta região se situam perante a vida de uma forma completamente nova, marcada pela experiência comum da interação e influência recíproca. Isto poderia constituir-se como modelo para outras regiões.

A tendência para uma maior concordância no respeitante aos valores fundamentais nas sociedades dos países da orla norte e sul do Mediterrâneo deve ser vista como consequência da aproximação cultural nos sectores da educação e política familiar, assim como de uma mentalidade em geral mais aberta. Também ganham aqui visibilidade uma maior escolarização da nova geração e uma diminuição da taxa de natalidade ao longo dos últimos trinta anos. A população tem

agora novas necessidades e objetivos, – com a juventude à cabeça. Ela já não está disposta a tolerar durante mais tempo o regime autocrático e repressivo. Quer trabalhar, comunicar, viajar e constituir família. E, tal como os jovens europeus, gostaria de ser senhora de si.

Estes dados científicos são hoje alicerçados pelos milhões de pessoas que reclamam direitos idênticos e cujas palavras de ordem exprimem o seu desejo de paz e respeito. Poder-se-ia falar de uma vaga inédita de inspiração e apoio recíprocos entre os jovens do Norte de África, do Médio Oriente e da Europa.

Este intercâmbio realiza-se, em primeiro lugar, através das redes sociais que desempenham um papel determinante no intercâmbio e interação de jovens do mundo árabe com europeus da mesma idade. Foi essa também a conclusão do inquérito efetuado pela Fundação Anna Lindh, no qual ressalta claramente a importância fulcral das redes sociais na vida quotidiana dos jovens e na apreensão da realidade alheia.

As redes sociais assumem, deste modo, um papel mediano, fomentando uma participação ativa dos jovens na sociedade e apoiando-os na organização ativa do seu próprio futuro, em lugar de o confiarem a autoridades políticas desfasadas da realidade.

A rede da Fundação Anna Lindh, estreitamente ligada à sociedade civil dos quarenta e três países da União para o Mediterrâneo, funciona, além disso, como indicador eloquente do atual estado de espírito na região, avaliando também as necessidades da população nos países da orla meridional de Mediterrâneo.

Em articulação com os acontecimentos históricos – particularmente na Tunísia e

no Egito - a Fundação Anna Lindh promoveu a iniciativa *Believe in Dialogue. Act for Citizenship*. Com esta iniciativa lançam-se as bases de um processo que, em termos de direitos cívicos, democracia, participação e diálogo intercultural, anuncia uma nova fase no trabalho da fundação. A iniciativa nasceu da convicção que é justamente nas sociedades que se abrem ao pluralismo e à democracia que, mais do que nunca, o diálogo se torna necessário.

Com este objetivo, a Fundação Anna Lindh concentra-se na criação de espaços de encontro, a nível local, para representantes de interesses diversificados, possibilitando um trabalho de aperfeiçoamento da governação a nível local e de desenvolvimento da sua comunidade.

Desta iniciativa fez igualmente parte o projeto “Dardasha Iskandrani”. Durante três dias foi oferecida uma plataforma a jovens ativistas de Alexandria: nesse período de tempo puderam trocar ideias e informações acerca das atividades em que estavam empenhados para melhorar a participação social e reforçar a consciência política das pessoas do seu bairro. A intenção era coordenar mais estreitamente os esforços desenvolvidos neste âmbito, para maximizar os resultados.

A nível regional, a Fundação Anna Lindh organizou em junho de 2011 o “Tunis Exchange Forum”, onde se reuniram mais de 200 atores da sociedade civil de países árabes e europeus, para trocar ideias sobre a melhor maneira de fomentar uma participação ativa e democrática dos cidadãos da região. Os participantes no fórum tiveram ocasião de descobrir diversas maneiras de encarar a participação social, específicas da região árabe, e de tirar proveito das experiências daqueles

que, na Europa, já tinham passado por uma fase de transformação social radical.

Alguns dias após o encerramento do Fórum, o resultado positivo do referendo à constituição em Marrocos, deu um exemplo concreto de uma via específica para cada país que aspira, de forma exemplar, à democracia e à transformação. O processo da reforma constitucional em Marrocos envia um poderoso sinal à comunidade internacional, na medida que se articula com a tradição, altamente diversificada, da nação marroquina e dos seus habitantes cujo desenvolvimento se operou com o concurso das civilizações e culturas berberes, judaicas e árabes muçulmanas.

Desta perspetiva, quer atendendo ao princípio pluralista e participativo no desenvolvimento das alterações constitucionais, quer devido à elevada participação no momento da votação - com uma elevada percentagem de jovens votantes, o processo é muito encorajador. Do mesmo modo, a abertura e compreensão dos responsáveis políticos perante as reivindicações da população, criam uma disposição otimista.

Sinal à comunidade internacional

Perante estes desenvolvimentos e de acordo com a sua missão de incentivar o diálogo intercultural e a participação social, o empenhamento da fundação centra-se no apoio ao papel assumido pelos cidadãos depois dos acontecimentos de janeiro de 2011. As pessoas tornaram-se conscientes da sua capacidade de mudar a sociedade a que pertencem. Aprenderam a tomar parte ativa e a melhorar a realidade do seu país. Discutiram dia e noite,

de forma intensiva, os sistemas políticos e sociais existentes no mundo, a fim de colaborar na criação de um sistema democrático. Sentem uma nova forma de orgulho, que deriva da consciência de terem derrubado o muro do medo e se terem insurgido contra um regime autoritário e contra uma cultura da obediência e da submissão. A fundação irá trabalhar para fortalecer a sociedade civil a nível nacional, ao mesmo tempo que se empenhará no intercâmbio internacional para o desenvolvimento da inclusão social, do pluralismo e do diálogo entre os cidadãos e os seus governos.

A importância da religião é um fator a ser ponderado e mereceu destaque no relatório da Fundação Anna Lindh. Isto resulta de se conhecer a vincada religiosidade das sociedades na orla meridional do Mediterrâneo, tal como a posição fulcral que as convicções religiosas, transmitidas às gerações mais jovens, ocupam na sua escala de valores (em 62% dos inquiridos) e, ao mesmo tempo, a distância perante as formas tradicionais de religiosidade para a maioria dos europeus. O papel central que a religião assume na vida das pessoas deve ser tomado em consideração em cada projeto com vista a um diálogo. Contudo, é igualmente importante notar que a religiosidade individual não implica ne-

cessariamente uma atitude conservadora em relação à sociedade ou à mobilidade social. A Primavera Árabe revela-o com toda a nitidez.

Neste contexto, afigura-se um genuíno desafio impedir que a religião seja usada como cómodo álibi para evitar a necessidade de dar respostas políticas a questões políticas. Ao mesmo tempo, é preciso combater a manipulação das religiões por grupos radicais da Europa ou de países da orla meridional do Mediterrâneo. Trata-se de passar a mensagem que as discrepâncias religiosas não têm como efeito inevitável o choque frontal com os outros. E tampouco implicam necessariamente uma influência negativa na criação de espaços para um diálogo entre crentes e não-crentes, cimentando a transformação com uma perspetiva inovadora e delineada a longo prazo.

É indubitável que os pacíficos movimentos de libertação árabes iniciaram um processo de mudança na visão que o mundo ocidental e, em particular, os europeus, têm da população árabe muçulmana. Esta visão foi seriamente afetada sobretudo desde os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, porque é associada a organizações terroristas islâmicas.

As manifestações na Praça Tahrir ou nas ruas de Tunes transmitem uma outra imagem das cidadãs e dos cidadãos árabes que lutam pelos seus direitos fundamentais sem cartazes religiosos nem agressividade.

Esta nova imagem cria oportunidades de diálogo cuja continuação deve ser promovida por encontros diversificados entre pessoas oriundas de vários países da região euro-mediterrânica. Isto através de uma utilização adulta e responsável das redes sociais, que constituem excelentes

“Os cidadãos sentem uma nova forma de orgulho. Derrubaram muros do medo e insurgiram-se contra um regime autoritário e contra uma cultura da obediência e da submissão.”





apoios ao intercâmbio, embora também possam contribuir para a difusão de clichés. Mas igualmente através de programas de formação que transmitam à geração jovem um conhecimento sólido das genuínas tendências sociais, religiosas, culturais e políticas das sociedades no espaço euro-mediterrânico. Simultaneamente, através da colaboração com profissionais dos *media*, dispomos de meios para lhe transmitir os modos de comunicar informações e, assim, ter em conta a complexidade das sociedades mediterrânicas, em constante mutação. Existe uma genuína necessidade comum de conhecimento, lançando luz sobre a histórica e profunda aproximação que acontece nos dias de hoje entre as populações nas margens do Mediterrâneo e de superação das ideias estereotipadas que ambos os lados foram criando ao longo dos anos. E, finalmente, deveríamos ter em conta que as revoltas árabes no seio da população destes países levaram à criação de um novo paradigma identitário. Se for conservado e desenvolvido, este paradigma do séc. XXI pode reforçar a coordenação dos países e escorar os processos de mudança que atribuem um papel fulcral ao pluralismo. E poderia ter efeitos sobre o relacionamento com os vizinhos europeus. Nos anos vindouros, todos iremos observar a evolução das relações euro-mediterrânicas, agora reativadas e hoje beneficiárias de uma base social de participação e empenhamento que ninguém podia prever no início do Processo de Barcelona.

André Azoulay, nascido em Essaouira (Marrocos) em 1941, é diretor da Fundação Anna Lindh e consultor do rei de Marrocos, Mohammed VI. Esta instituição, criada em 2005, tem a missão de incentivar o diálogo intercultural no âmbito da cooperação euro-mediterrânica, ou seja, entre os países da União Europeia e os restantes estados da orla mediterrânica. A fundação afirma-se como uma rede cujo número de associados, oriundos de 39 países-membros, ultrapassa já largamente o milhar, o que permite a permuta de informações sobre o respetivo trabalho e a realização de projetos comuns.

Uma revolução cultural – A ágora de hoje O delinear de qualquer atividade humana e a estrutura simbólica que lhe dá significado e magnitude chamamos de cultura ou tradição. Em toda a história do ser humano, vemos nossas ações e condutas associadas com alguns símbolos, que conectam-se e completam-se para formarem uma cultura: nossa linguagem secreta. Somos a soma do que nossos ancestrais passaram; a energia que eles deixaram. Para entender ao presente e prever o futuro, vale a pena visitar o passado. **Reem Kassem**



É verdade que arte e cultura representam papéis centrais nas dinastias do antigo Egito, onde a arte era, em várias formas, a ferramenta principal de auto-expressão e parte integrante das liturgias religiosas. Faraós desenvolveram os antigos instrumentos, coreografaram movimentos específicos da dança e tiveram muitos festivais em ocasiões religiosas ou não. A arte foi o eixo no qual as comunidades reuniam, trocavam, interagiam e desenhavam suas culturas. Pontos de encontro têm sempre sido o derivado de alguma grande civilização e o seu início. Na Antiguidade, um ponto de encontro, particularmente no período greco-romano, era chamado de “Ágora”.

Nas cidades da Grécia Antiga, a Ágora era um lugar onde as pessoas encontravam-se e trocavam impressões. Nesta época, a

técnica dos “Espaços Abertos Urbanos” foi desenvolvida nos planos de urbanização. Os Espaços Abertos Urbanos são uma das componentes básicas da arquitetura de qualquer cidade; é onde pode-se acomodar uma grande quantidade de pessoas, onde as pessoas expressam as suas opiniões e se engajam em atividades, cerimônias e rituais. Os traços históricos mostram-nos a importância do Espaço Público, seu papel no desenvolvimento das civilizações passadas e, seu impacto no sentimento de pertença, a liberdade coletiva de expressão, portanto, a realidade da sociedade atual.

Desde a “Ágora” nas cidades gregas até o “Espaço” nas cidades islâmicas, e finalmente, as “Praças” nas cidades modernas, podemos facilmente perceber o importante papel dos espaços públicos, os quais dão-nos a oportunidade de expressarmos e verificarmos o conceito de democracia que estimula o sentimento de pertença e conecta eficientemente os membros da comunidade. Quando esta conexão é estabelecida, membros de uma comunidade concordam com certas coisas, discordam em outras, mas entendem e apreciam uns aos outros, e ouvem mutuamente os pontos de vista. Este processo de diálogo exalta o conceito de “Unidade dentro da Diversidade”, onde espera-se um comportamento tal, que não importa o quão diversas sejam as pessoas, sempre haverá algo a conectá-las. A influência

do encontro coletivo concede à comunidade tanta força que governos anteciparam-se e não permitiram por muito tempo qualquer tipo de encontro em massa. Entretanto, o conceito de Unidade dentro da Diversidade não estava dentro das suas mentes.

Na viragem para o ano de 2011, o governo anterior do Egito planeou bombardear os santos das igrejas de Alexandria. O governo sempre usou a religião, primeiramente para desviar a atenção das pessoas e, depois para separá-las entre si. Porém, apesar da diversidade nas comunidades egípcias, qualquer um era contra violência e agressão. O que o governo não notou foi que esta atitude uniu as pessoas e acendeu a chama da revolução. Por outro lado, o sector cultural teve um papel muito importante, no qual músicas, poemas, filmes de curta-metragem, pinturas e campanhas no Facebook nasceram em pouquíssimo tempo: todos a espalhar uma mensagem de “união”.

É bem conhecido entre as comunidades que o futebol é a única coisa que une as pessoas: quando a seleção nacional está a jogar, a comunidade inteira partilha a mesma emoção. Os jovens juntam-se em bares, outros no lar e outros ainda colocam grandes televisores em espaço público para que todos possam assistir unidos. Mudanças só ocorrem quando a comunidade clama por isso, quando há uma necessidade coletiva por esta mudança. E a comunidade estava a buscar por outros meios de reunir-se, por ferramentas para expressar-se e engajar-se num diálogo consistente. Aqui o sector cultural interveio com suas atividades culturais e artísticas para o público em geral e, durante algum tempo, alguns centros culturais do Egito provaram sua excelência.

Não obstante, o número de centros culturais e o tipo de atividades que eles ofereciam eram ineficientes para servir à toda

comunidade egípcia. Há uma óbvia centralização das atividades culturais em Cairo, uma negligência observável das oportunidades em Alexandria e um total desleixo nas outras províncias. Além disso, as formas tradicionais destas atividades culturais em salas de concerto não atraem novas audiências. Vê-se sempre os mesmos rostos em qualquer atividade. É verdade que, em 2007, quando centros culturais começaram a usar Facebook, havia um florescimento notável na vida cultural, mas que declinou gradualmente. O florescimento aconteceu por causa que estes centros aproximaram-se do da audiência através de um novo canal de comunicação, a audiência respondeu e foi conhecer a novidade, mas passado algum tempo, desgostosos com algumas das ações e por isso, aconteceu o declínio. Do outro lado, iniciativas e projetos de arte, cuja inspiração baseavam-se nos desejos da comunidade, eram altamente apoiados e rapidamente divulgados.

Em 2009, artistas e agentes culturais notaram o crescimento do desejo comunitário por eventos públicos e pela arte de rua. Então, alguns produtores culturais iniciaram a sua batalha para conseguir licenças. Há dois níveis no sector cultural egípcio; o Ministério da Cultura e a cena underground. O Ministério da Cultura é representado nos palácios, óperas, centros culturais nacionais e os grupos oficiais de dança ou música. A cena alternativa, que cresceu rapidamente entre 2009 e 2011, é representada por jovens emergentes e jovens artistas de todas as áreas, que não são financiados nem controlados pelo governo. Eles apresentam-se, a maior parte das vezes, em instituições privadas ou estrangeiras e formam um conjunto de iniciativas não-governamentais no Egito.

Por causa do êxito dos artistas alternativos ao apresentar o que os artistas oficiais não podiam, seja via eventos de ONGs, seja via redes sociais, eles conquistaram um grande número de fãs que acredita em arte alternativa. Para dar um exemplo, a banda “MASSAR EGBARI”, que significa estrada compulsória, apresenta músicas que

falam sobre problemas sociais, caos no trânsito, condições de vida desfavoráveis, etc. Esta banda e outras que possuem a mesma missão, conectam-se com o público não apenas na esfera artista/público, mas também numa condição onde a banda serve como expurgatório da energia ruim e como revitalizante da esperança. Através da música da banda, o público sente-se confortável para comunicar seus problemas. Assim é como o sector cultural começou a influenciar a juventude, através da arte da cena do submundo. Por isso, a necessidade de mais eventos culturais, teatros, locais e projetos para saciar a crescente sede por cultura e arte, se torna uma prioridade que deve ser resolvida.

Resolvida por quem e sob qual metodologia, eis uma questão que não deve ser respondida até a revolução. Na verdade, esta questão está, agora, parcialmente respondida. Com certeza, a comunidade estava preparada para sair às ruas a fim de comunicar-se e expressar-se. Ela estava preparada porque a cena alternativa, incidentalmente, sofreram um longo processo de cultivo. O processo terminou com a tão chamada Revolução Cultural. Quando os protestos começaram, no dia 25 de janeiro, uma nova janela se abriu para o Egito, dando o sinal para os artistas tomarem as rédeas. Em menos de cinco dias, músicas foram compostas, poesias escritas, produções teatrais foram iniciadas, prepararam-se exposições de fotografias e curta-metragens foram produzidos. Palcos foram construídos na Praça Tahrir para que fosse apresentada a cultura revolucionária. E assim, a cena alternativa tornou-se oficialmente a representação ideal da cultura contemporânea e, de alguma maneira, a modelagem para uma política cultural revisada.

Há algumas instituições culturais europeias, como a Fundação Anna Lindh (escritório geral em Alexandria), a delegação egípcia da Comissão Europeia (Cairo), assim como institutos nacionais estrangeiros (Goethe-Institut, British Council, Alliance Française, Cervantes, etc.), que possuem

muitas ações na vida cultural do Egito. No momento, o papel deles envolve mais a apresentação de atividades para as comunidades, do que o estímulo ou a participação ativa nas ações culturais. Eu acredito que considerar o público apenas como mero espectador não é o que a comunidade precisa no momento. Este período de transição é o palco do engajamento sócio-cultural para a mudança. Por isso, as instituições europeias deveriam ser desenvolvidas neste âmbito.

É verdade que as atividades culturais e artísticas podem unir as pessoas e até nomear reis. Quando o rei grego Ptolomeu I quis anunciar a si próprio como rei do Egito, após o falecimento de Alexandre, o Grande, ele estava inseguro do apoio da população. Para convencê-los e influenciá-los, Ptolomeu organizou um programa de intercâmbio cultural entre filósofos gregos e sacerdotes egípcios. Ele pensou que, se os sacerdotes egípcios (representando o grau maior de respeito ao povo egípcio) e os filósofos gregos fizessem uma troca de conhecimentos e atingissem um ponto em que ambos poderiam adaptar-se e aceitar-se mutuamente, então os egípcios iriam aceitá-lo com rei. Se a troca cultural e o diálogo intercultural foram empregados como na Antiguidade, então uma política cultural revisada na era da alta tecnologia pode, sim, transformar o mundo.

Reem Kassem, 26, coordena a programação cultural da "Bibliotheca Alexandrina", que foi inaugurada em 2002 acerca do sítio no qual encontra-se a biblioteca histórica de Alexandria. Junto à biblioteca atual, existe também um centro cultural com museus e galerias, vários institutos de pesquisa bem como um espaço para eventos. Em fevereiro de 2011, um mês após os confrontos sangrentos entre a polícia e manifestantes no Egito, Kassem organizou um festival ao ar livre com música e dança, além de oficinas para crianças.

Janela entre dois mundos As capitais culturais europeias são mais do que só vitrina do continente. Elas comprovam a sua participação na vida artística e cultural contemporânea. Há 2600 anos que a cidade de Marselha, na Provença, atua nas trocas comerciais, políticas e sociais. Em 2013, Marselha receberá o título de “Capital Cultural da Europa” e terá uma ação do Mediterrâneo até à África. O que esta região realiza e, no que respeita à sua constante transformação, o que devemos levar em consideração? **Julie Chénot**



No início de 2011, a situação no mundo árabe sofreu transformações radicais. Uma nova realidade, que não poderia ser prevista há um ano, resultou de um extraordinário movimento social, o qual revolucionou a Tunísia, o Egito e a Líbia. O impacto da onda deste movimento atingiu o mundo todo. Esta revolução influencia, entretantes, também atividades artísticas e processos intelectuais por todo o mundo árabe. Isto abre novas perspectivas no relacionamento entre a Europa e os países do Mar Mediterrâneo. Mais do que isto, muda a visão que se faz na Europa sobre os países árabes.

No correr da sua história, Marselha caracterizou-se pelo seu intercâmbio portuário, pela circulação de pessoas e bens de consumo. Esta cidade é o lar de quem aqui

nasceu e daqueles que se estabeleceram na região: italianos, armênios, argelinos, etc. Marselha torna-se assim a janela entre dois mundos: entre a Europa e a África Árabe. Não há outra cidade que melhor serve para unir estes mundos.

Porque o nascedouro da Europa deuse na região do mar mediterrâneo, lograr o título de Capital Cultural da Europa à Marselha é a garantia de criar um ponto de encontro para o diálogo e para abrir espaço para a criatividade e a cultura mediterrânea. Há urgência em criar um espaço onde artistas de todas as áreas assim como o público mais variado da Europa e do mediterrâneo podem trocar experiências.

De acordo com a lei europeia, uma cidade não pode ser nomeada como Capital Cultural apenas por conta da sua história, mas pelo o que faz de maneira planeada e extraordinária há um ano. O programa anual precisa respeitar dois critérios básicos: as cidades necessitam de comprovar a sua dimensão europeia, as suas ligações com a Europa, a sua identidade europeia e, também, comprovar a sua participação na vida artística e cultural da Europa de acordo com as suas próprias características. Por outro lado, têm-se as ações locais e a dimensão do cidadão: as cidades candidatas têm de apresentar um programa que envolve uma extensa participação governamental local juntamente com a partici-

pação da Europa. Após a cidade ter sido nomeada Capital Cultural da Europa no ano de 2008, desenvolveu-se o programa com parcerias entre instituições culturais da esfera local, nacional e internacional. Marselha já possuía de antemão, no sul e leste do Mar Mediterrâneo, conexões com a cena cultural. O trabalho em conjunto entre estes países foi, porém, aprofundado nos últimos anos.

O foco de Marselha/Provença sobre a região mediterrânea no ano de 2013 estimula as organizações locais a concentrarem-se em parcerias e projetos mesmo anteriores à 2013. Desenvolver projetos para 2013 envolve reuniões onde os detalhes são discutidos, planeados e implementados. Este facto foi responsável pela alta mobilidade de artistas e produtores culturais da região entre Marselha e o Norte de África.

Artistas em movimento

Para 2013, Marselha/Provença e os governos locais devem estimular a mobilidade por meio de apoios ao desenvolvimento de projetos e ferramentas específicas, como por exemplo, o Fundo de Mobilidade, organizado pelo “Fundo Roberto Cimmeta”.

O programa “Marselha/Provença 2013” é internacional e variado. Ele cobre diversas áreas, como artes cênicas, artes plásticas, artes visuais, dança, teatro, música, circo, filme e arte em áreas públicas, assim como

“Há urgência em criar um espaço onde artistas de todas as áreas assim como o público mais variado da Europa e do Mediterrâneo podem trocar experiências.”

culinária. Folclore e tradições farão parte de exposições que possibilitam uma visão histórica sobre as relações dentro e fora da região ao Mar Mediterrâneo. O grande foco de “Marselha/Provença 2013” está na criação da arte contemporânea. Principalmente na arte contemporânea oriunda das costas sul e leste do Mediterrâneo bem como dos países árabes.

Assim, “Marselha/Provença 2013” criou ateliês culturais que apoiam a arte contemporânea na forma de convites para residências oferecidas a artistas, sejam eles locais, nacionais ou internacionais. Parcerias e co-produções com instituições culturais estrangeiras servem para desenvolver e aplicar projetos. O mais importante é dar espaço ou encomendas aos artistas. Isto inclui obras para exposição de arte contemporânea, como por exemplo, “Ici, Ailleurs” (Aqui, Em Outro Lugar), música de compositores como Zad Moultaqa do Líbano e peças teatrais de diretores como Fadhel Jaibi, da Tunísia.

Também há a conceção de projetos que viajarão por todo o mundo mediterrâneo. Entre eles, trabalhos de fotografia, como o do checo Joseph Koudelka e do francês André Mérian. Projetos na área das artes visuais como “Cadavre Exquis” (“Cadáver Primoroso”) e o projeto literário “Histórias verídicas do Mar Mediterrâneo” do autor francês François Beaune. Um objetivo importante é alcançar o maior número possível de audiência.

Os ateliês culturais euro-mediterrâneos, que têm um papel central no Projeto Capital Cultural da Europa “Marselha/Provença 2013”, devem apoiar a criação da arte contemporânea dentro desta região. Mas devem ser para além disso um ponto de encontro onde se possa desenvolver a criatividade que une empreendimentos,

instituições públicas e associações, integrando todas as disciplinas artísticas.

Os ateliês culturais euro-mediterrâneos

Os ateliês são praticamente residências sob medida para artistas, que devem ser estimulados à produção e ao diálogo. Entre 2010 e 2013, cerca de 60 ateliês estão sendo organizados em empresas ou espaços públicos. Esta iniciativa é planeada a longo prazo para realizar um contributo contínuo à cena cultural contemporânea.

Como participante neste projeto encontra-se o artista egípcio Wael Shawky, que reside por seis meses em Aubagne com a finalidade de desenvolver o segundo episódio do “Cabaret Crusades”, um filme de animação com bonecos de cerâmica que foi, por sua vez, inspirado no livro de Amin Maalouf “A guerra santa do bárbaros”. Uma visão árabe sobre as cruzadas. Para produzir os bonecos, o artista fará um estágio numa escola técnica de cerâmica por quatro meses, onde poderá contar com a colaboração de profissionais para a produção das figuras. O filme será, então, produzido em parceria com a SATIS, uma faculdade especializada em áudio e vídeo. O produto final será apresentado em 2012 no Festival das Artes de Bruxelas, posteriormente na Dokumenta em Kassel e, finalmente, na programação da “Marselha/Provença 2013”

O mundo árabe transformou-se numa época em que os aspetos mais importantes do programa “Marselha/Provença 2013” já haviam sido decididos, mas cujo conteúdo

ainda não estava definitivamente decidido. A Primavera Árabe permite-nos meditar sobre esta revolução e questionar a relevância do nosso programa. Nós passamos muito tempo ao lado de artistas e associações culturais árabes para que possamos perceber em que medida estas mudanças influenciam o nosso projeto.

Já que o ponto forte está sobre a criação da arte contemporânea, a organização de “Marselha-Provença 2013” decidiu unir-se aos artistas e instituições locais em parcerias diretas desenvolvidas no mundo árabe. Não procurámos relação com diplomatas ou órgãos oficiais. Isto explica-se pelo facto de que, nos países árabes, o movimento artístico é, em grande parte, baseado em atividades independentes.

Muitas destas cenas culturais participaram nas revoluções e ainda participam. Essas mudanças irão espelhar-se nos trabalhos artísticos e nos projetos para 2013. Mesmo que pudéssemos anunciar o pré-programa já em 2012, nós queremos resguardar certa flexibilidade para podermos receber novos projetos e temas. As conferências e discussões oferecem uma outra chance para refletirmos sobre as recentes transformações.

No outono europeu de 2011 houve em Marselha um encontro para artistas e centros culturais independentes do mundo árabe. Os participantes neste evento, que foi co-financiado com recursos do Fundos do Teatro Jovem Árabe (YATF), criticaram que a atenção europeia sobre a Primavera Árabe tem curta duração. Em outras palavras, as organizações culturais europeias

“Há uma ótima possibilidade para renovarmos a relação com os artistas árabes.”

teriam o interesse de apenas planejar ações pontuais em vez de longas parcerias com os parceiros árabes.

Muitas organizações árabes têm o sentimento de que ainda é cedo para avaliar essa fase atual, já que as mudanças ainda estão em curso e há um caráter transformador e imprevisível na Primavera Árabe. Mesmo que enormes chances se abram para a renovação da relação com os artistas árabes, há um receio, por parte das organizações, de que o foco irá apenas mudar de um estereótipo para outro.

A “Marselha-Provença 2013” começa daqui a aproximadamente um ano. Um enorme evento produzido num curto espaço de tempo. Porém, este tempo pode ser visto como muito longo, se considerarmos novas e possíveis mudanças ou transformações que ainda podem tomar lugar na sociedade árabe ou mesmo na europeia. Por isso, é demasiado importante que “Marselha-Provença 2013” tenha presença no mundo árabe, pois oferece o intercâmbio entre artistas, intelectuais e ONGs, onde as necessidades precisam de ser supridas e onde se buscam soluções alternativas para a criação de uma arte contemporânea.

Julie Chénot é gerente de Projetos Internacionais para a Capital Cultural da Europa no ano de 2013: Marselha-Provença. De 1995 até 2002, ela trabalhou como gerente cultural em Pequim e foi diretora da agência cultural chinesa “Yi Ren”. Em 2002 atuou no escritório da UNESCO em Phnom Penh, antes de mudar para o “John F. Kennedy Center for the Performing Arts / Vilar Institute for Arts Management” em Washington D.C. Durante este tempo, co-organizou o “US Festival of China”, festival chinês nos EUA.





Bem-vindos à realidade Até agora, as crises afetavam somente outros lugares, como a América Latina ou a Ásia. Mas agora uma grande crise abala a Europa. As pessoas protestam nas ruas contra a política, por exemplo no Próximo Oriente e nos Estados Unidos. Isso ocorre por intermédio dos novos meios de comunicação e das redes sociais virtuais. Será que o velho continente está consciente da realidade em que vivemos atualmente? **André Lemos**



Dizem, o mundo está em crise: aquecimento global, desigualdade social, falta de legitimidade política, insatisfação generalizada quanto à geopolítica financeira etc. Mas não sei o que é viver fora de períodos de crise. Nasci e fui criado no Rio de Janeiro, Brasil. Vivi durante a primeira metade da década de 1990 na França, em Paris. Entre 2007 e 2008 morei no Canadá, em Edmonton e em Montreal. Estou atualmente em Salvador da Bahia, Brasil. Em todos os períodos e lugares, a sensação de crise sempre foi e é uma constante. Em alguns momentos, ela é mais forte, mais durável ou global. Mas é sempre crise! E

desde 2008, estamos em meio às crises americana e europeia. Se é assim, cabe perguntar: Que crise é essa?

Ela é fortemente econômica, mas, indubitavelmente, uma crise de representação política, ambiental, de modelos de comunicação. Hoje os jovens estão nas ruas na África do Norte, no Oriente Médio, na Europa e nos EUA para dizer um basta a essa situação, usando as novas mídias e formatos comunicacionais. A cultura digital não fornece apenas os instrumentos de articulação social para movimentos políticos. Mas profundamente, ela expressa uma nova maneira de ser, de pensar e de habitar o mundo. Não é à toa que, nesse exato momento, mais de 100 países estão em Nairóbi para discutir a governança na internet e o tema é: “internet as a catalyst for change”.

A crise atual é uma crise de modelos comunicacionais. E uma crise desse tipo engendra inevitavelmente mudanças políticas, já que não é sem consequência a saída de uma cultura massiva, homogeneizante, controlada por conglomerados midiático-industriais para uma mais conversacional, que coloca em cheque os regimes de propriedade intelectual e de autor, a centra-

lização e o controle da emissão, o monopólio do saber, o trabalho pouco criativo e hiper-hierarquizado. Os jovens querem sair dessa crise, não pela sua adequação ao regime massivo-industrial anterior, mas pela reinvenção. Como diz um cartaz dos indignados na Espanha, citado por Manuel Castells: “Não é que estamos em crise. É que já não te quero.”

A Europa em jogo

A Europa entra nessa crise com a falência da Irlanda, da Grécia e a iminente expansão dessa situação à Portugal, Espanha e Itália. O que está em jogo é a manutenção da ideia de Europa como uma comunidade regida por uma mesma constituição e moeda. Essa crise traz de volta, como nas outras, o fantasma do nacionalismo, do populismo, da xenofobia. Há ameaça de guerras que, na Europa, sempre chegam pelos Bálcãs.

Devemos tentar compreender a particularidade da crise atual e uma pista é pensar que não se trata apenas do imperativo econômico, do comprometimento político para o combate a corrupção, o cumprimento de metas e responsabilidade fiscal. Parece haver algo mais difuso, mais estrutural, mais complexo. Essa crise é também a crise da mudança do modelo comunicacional global.

A emergência de novas formas de comunicação, produção, distribuição e consumo de informação não só permite uma maior autonomia informacional (acesso à informação mundial em tempo real), como também uma liberação de vozes (produção livre de informação sob diversos formatos) e uma maior conexão social (distribuição, associação, articu-

lação política) que, conseqüentemente, reconfiguram as lógicas massiva e industrial hegemônicas desde o séc. XVIII. A crise é hoje, mais do que nunca, uma crise da comunicação, na cultura.

Há certamente um problema interno do capitalismo global, mas o cerne da crise não é econômico, mas político-comunicacional. Há uma ruptura do vínculo entre os cidadãos e os seus governos. Há uma crise de representação política mundial. O poder político, com partidos que se renovam em um “mercado político-midiático” (Castells), pactua com a cultura da centralização, essa cultura massiva, do “read only” (Lessig), da indústria cultural que se configurou do séc. XVIII ao séc. XX. É a cultura da TV (massiva) que, enquanto emblema, pode estar chegando ao fim com a emergência de uma comunicação mais autônoma, descentralizada e participativa (pós-massiva).

O sociólogo polonês Z. Bauman, em recente declaração, e os pensadores franceses J. Derrida e R. Debray, em depoimentos há alguns anos na televisão francesa, afirmavam que a saída da crise (a atual e a de então) estaria na “Cultura”, na consolidação do bloco europeu e não na sua dissolução. Hoje essa consolidação está ameaçada pela possibilidade de saída de alguns países da zona do Euro. Para Debray, a Europa estava sem fronteiras, sem finalidade, sem adversário e sem paixão! Para Derrida, seria necessário pensar novas formas de soberania, incluindo o heterogêneo. Para Bauman, a criatividade, o humanismo, a sofisticação do velho continente seriam, hoje, diferen-

ciais importantes em relação aos países emergentes e a China. Quando Bauman afirma que “o futuro da Europa depende da cultura”, ele pensa em criatividade, em colaboração, em compartilhamento, mas, estranhamente, não fala de cultura digital. Será certamente por ela que passarão novos valores, novas formas de soberania e novas “governamentalidades” (Foucault). Ou não será!

Aprisionamento da cultura

Se a diversidade, o espírito humanista, o ideal democrático e igualitário são ideais europeus por excelência, então, será pela cultura digital que se dará essa transformação. De facto, isso já está acontecendo. As práticas atuais mostram a distribuição da diferença, a produção de diversidade, a expansão da multivocalidade, a constituição de novas territorialidades e regimes de propriedade e de soberania. As diversas formas de repressão aos atuais movimentos sociais, bem como a dificuldade de escuta aos jovens se dão, exatamente, por uma desadaptação das atuais instituições, pelo medo das transformações informacionais e da possível perda de regalias e poderes até então constituídos de forma estrutural na cultura da massa, da propriedade e do controlo. Essa desadaptação é global.

Emergem, por todos os lados, dentro e fora da Europa, lutas políticas que não mais se encaixam na redução à questões religiosas, econômicas ou territoriais. Elas

gritam contra os fundamentalismos religiosos, contra os líderes sem compromisso com a criatividade, pela inclusão social e a melhoria das condições de vida, pela sustentabilidade ambiental, pelo reconhecimento de formas colaborativas, contra o aprisionamento da cultura em leis excessivas de proteção de grandes conglomerados e indústrias midiáticas, contra a manutenção de privilégios às instituições financeiras etc. A sensação dos jovens (iraquianos, egípcios, tunisianos, filipinos, espanhóis, britânicos, israelenses, brasileiros, americanos) é que o Estado é medíocre, dirigido por burocratas para os quais a cultura ou é um apêndice, um empecilho à liberdade, à criatividade e à emergência de novos modelos. O choque é efetivamente comunicacional e a cultura digital um sintoma.

A cultura de massa nós conhecemos muito bem: fluxo centralizado de informação, controlo editorial do polo da emissão, homogeneização de conteúdo para massas, consumidor como recetor, grandes conglomerado midiáticos que se utilizam de concessão do Estado e de articulações políticas. Não há dúvidas de que as mídias de comunicação de massa, livres, foram fundamentais para a constituição do público e da opinião pública na modernidade. Mas também foram denunciadas em suas características homogeneizantes, mercadológicas e racionalizantes pelos pensadores da Escola de Frankfurt. Agendamentos e enquadramentos foram, e ainda são, importantes instrumentos políticos de gestão e controlo das massas.

“As lutas políticas gritam contra os fundamentalismos religiosos e contra os líderes sem compromisso com a criatividade.”

Esse modelo, como única forma de comunicação pública, está chegando ao fim.

A emergente cultura digital pós-massiva cresce pelas redes telemáticas nas quais qualquer um pode produzir e distribuir informação, liberando assim o polo da emissão. Ela não está centrada em um território específico atingindo, virtualmente, todo o planeta. Os fluxos são mais conversacionais a partir de uma miríade de ferramentas de comunicação, sem controlo do estado, sem concessão e sem necessidade de grande recursos para seu uso (SMS, blogs, software livres, Flickr, Twitter, Facebook, YouTube, Wikis...). Essa cultura digital tem nos seus princípios básicos a sua força política e social: liberação da emissão, conexão e reconfiguração (das instituições e da indústria cultural). Poder falar livremente e com o apoio de diversos formatos midiáticos (emissão), se associar para ações (conexão), é criar as condições para efetivas transformações (reconfiguração). Crise é exatamente o que é gerado quando se pode, de maneira inovadora, produzir, associar e transformar.

Revoluções típicas da cultura digital marcam o começo de séc. XXI. A Primavera Árabe, o 15 de Maio na Espanha, as revoltas nas ruas de várias cidades da Grã-Bretanha, as lutas sociais em Israel, a ocupação de Wall Street (ainda em andamento). Todas mostram o uso das mídias sociais e o descompasso do modelo

massivo em relação aos anseios contemporâneos. Jovens pedem a saída de regimes autoritários em nome da liberdade e da melhoria das condições de vida, sem *slogan* anti-imperialista ou bandeiras religiosas. Com a ajuda de telefones celulares, Twitter, Facebook, YouTube e blogs, eles conseguiram derrubar ditaduras enraizadas há anos, como na Tunísia e no Egito. Em Israel, muitos protestam por melhores condições de vida, sem discurso bélico ou religioso. Outros colocam em cheque desigualdades sociais e a violência policial, na Grã-Bretanha, pedem uma outra democracia, em Madri, ou questionam a lógica financeira de Wall Street, em Nova York. Sobre o movimento *#occupywallstreet*, Kalle Lasn, co-fundador do Adbuster, afirma:

I've been in daily touch with dozens and dozens of people in cities all around the world who are involved in this. And I have a feeling that because of the Internet and a different kind of mentality that young people have, a horizontal way of thinking about things, this movement may not just come up with some really good demands and put incredible people pressure on our politicians, but a more beautiful thing may come out of this movement: a new model of democracy, a new model of how activism can work, of how the people can have a radical democracy and have some of their demands met. This new model may well be a new kind of a horizontal thing that in some strange way works like the Internet works.

E novos formatos de jornalismo investigativo, misturando hacktivismismo e

colaboração, surgem. Primeiro com as experiências do “citizen journalism”, no final dos anos 1990. Hoje temos o grupo de hackers Anonymous e o site Wikileaks, coordenado por Julian Assange. Eles usam ações hacking e colaboração em rede (wiki) para produzir vazamento de informação (leaking), constituindo-se como a mais nova faceta do ciberativismo global. O objetivo é revelar segredos de governos e empresas, prometendo colocar no ventilador da história informações de importância mundial, estabelecendo uma nova era da transparência da informação. O Wikileaks difundiu, em 2011, importantes e constrangedores documentos que mobilizaram a opinião pública e incomodaram as principais potências mundiais.

Crise?

Não se trata aqui de afirmar que as novas tecnologias fazem ou farão (ou não fazem e não farão) as necessárias mudanças, como afirmam otimistas (ou pessimistas). As tecnologias só são agentes de mudança quando em rede com outros agentes, humanos e/ou não-humanos (Latour). Não há, nesse sentido, essência revolucionária nas novas mídias. A associação, que faz o social, só se dá com muito esforço. O que aconteceu no Egito, na Tunísia, na Espanha, no Iraque ou nas Filipinas, pode não acontecer em outros lugares. Não há garantias. O jogo deve ser jogado a cada vez. Tudo depende da possibilidade de constituição de redes. Esse é o desafio da Europa

e do mundo: garantir as potencialidades libertárias da cultura pós-massiva digital para que associações politicamente relevantes ocorram.

Nesse clima, há motivos para medo e pessimismo, mas há também para esperança. A cultura digital está possibilitando a abertura de caixas-pretas e, como a de Pandora, as mazelas do mundo estão mais visíveis. Mas a esperança permanece pendurada nas suas bordas. Essa esperança vem das novas formas de comunicação que conectam o mundo de outra maneira. Não é a conexão da aldeia global de McLuhan, da TV ou do jornal impresso. É a conexão da pluralidade, da diferença, da interação social global. Se é assim, se continuar assim, há e haverá oportunidades para sairmos dessa crise para algo melhor.

Haverá sempre crises, mas talvez novas crises, sobre outras bases. Nada está garantido, exigindo esforço e trabalho na constituição de novas associações. Talvez devamos deixar de lado essa idéia de crise. As diversas expressões da cultura digital estão dizendo que os jovens não querem mais resolver essa crise. Não se trata de sair de um impasse para colocar o trem nos trilhos. Não há mais trens, nem trilhos. Trata-se da necessidade de desenvolver uma solução mais complexa, de múltiplas soberanias e territorialidades. Se hoje podemos emitir sem pedir concessão (liberação do pólo da emissão diferente do

“Esse é o desafio da Europa e do mundo: garantir as potencialidades libertárias da cultura pós-massiva digital para que associações politicamente relevantes ocorram.”

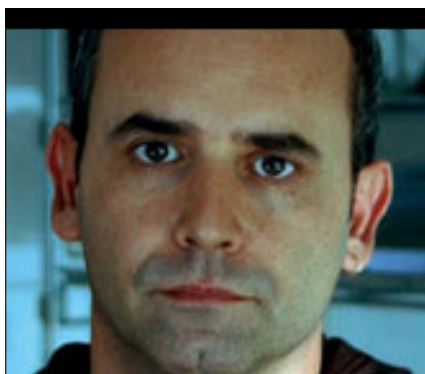
esquema comunicacional clássico) e se, emitindo, nos conectamos a outros e virtualmente a todo o planeta (princípio de conexão diferente da emissão massiva), poderemos então reconfigurar as formas de vida social e política (transformação de práticas sociais, profissionais, legais, sexuais, etc.). Não se trata de utopia. Isso está acontecendo agora.

Deve-se dar condições ao desenvolvimento livre, democrático, emancipador dos instrumentos de comunicação atuais. Deixar fluir o ideal humanista europeu. O desafio é garantir para as gerações futuras, uma cultura digital livre e planetária. Devemos sustentar um “princípio responsabilidade digital”, para usar a expressão do filósofo alemão Hans Jonas. Como propõe Castells, deve-se garantir uma internet livre, uma economia da criatividade e um modo de vida sustentável. Mais ainda, é necessário reinventar a democracia a partir de valores que estão circulando pela cultura digital: participação, colaboração, criatividade, transparência etc.

Talvez a saída para a Europa seja mesmo cultural, como diz Bauman, mas uma cultura que deixe livre a potência do digital em vez de cerceá-la, reprimi-la, controlá-la em defesa de corporações anacrônicas ou instituições falidas. Ou a velha Europa aproveita a nova potência digital para resgatar o que o adjetivo “velho” tem aqui de melhor (humanismo, liberdade, democracia, colaboração, participação, justiça social...) ou ela sucumbirá à esclerose de suas instituições e a crise será, mais do que nunca, mundial.

André Lemos é professor associado da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil. É doutor em Sociologia pela *Université René Descartes*, Sorbonne (1995). Foi *visiting scholar* na *University of Alberta*, em Edmonton, e na *McGill University*, em Montreal, ambas no Canadá, em 2007 e 2008. Mais informações: <http://andrelemos.info>; alemos@ufba.br. Este artigo foi redigido em português do Brasil.

A União de moral dupla Vista do Bósforo, a imagem da Europa vai-se desvanecendo cada vez mais. Em termos culturais, económicos e políticos, o continente está a perder influência. Apesar disso, no momento atual é importante que a Europa assuma a liderança a nível mundial, para enfrentar os desafios da modernidade.
Mahir Namur



Na Turquia, fomos criados com cultura europeia: líamos literatura europeia e aprendíamos história da arte europeia. Ainda há vinte anos, a Europa era um mundo encantado para turistas. Toda a gente na Turquia queria ver Roma, onde o Júlio César de Shakespeare tinha sido apunhalado; ou Viena, onde Mozart tinha composto as suas sinfonias mais importantes; ou ainda a Paris de Victor Hugo. Mas hoje, através da internet, as pessoas conhecem todos os cantos do mundo e, com as companhias aéreas de baixo custo, praticamente toda a gente pode viajar para paragens remo-

tas. Com a abertura do Bloco de Leste e o aumento da mobilidade, surgiram milhares de alternativas de viagens. Para os turcos, a Europa deixou de ser o único destino de férias atraente. A imagem da Europa alterou-se igualmente do ponto de vista económico. Há duas décadas, os países europeus ainda eram mais ricos do que os outros. Acolhiam, de bom grado, numerosos “imigrantes” oriundos de países em vias de desenvolvimento. Contudo, com as taxas crescentes de desemprego, mesmo a atual população imigrada se converteu num problema. Há vinte anos, na Turquia, o termo “europeu” era ainda sinónimo de “boa qualidade”. A Europa era o centro do mundo da moda e do *design* e as pessoas iam fazer compras a Milão, a Paris ou a Londres. Apesar de muitos países produzirem automóveis, estes não tinham, porém, a qualidade de um Mercedes ou de um Volvo, nem a singularidade de um Jaguar ou de um Ferrari. Porém, a própria imagem da Europa como criadora de produtos únicos deixou de existir enquanto tal, uma vez que essas marcas já nem sequer são produzidas na Europa.

No campo político, a Europa também está a perder influência. Há duas décadas, a Europa era equiparável a “mundo civilizado”. Representava valores universais como os direitos humanos e a justiça social e acolhia refugiados que necessitavam de auxílio, alojamento e alimentação. Claro que nem sempre é possível pôr em prática valores universais e que, também na Europa, alguns decisores agiram sobretudo em função da utilidade a curto prazo. Não obstante, após duas guerras mundiais, a Europa aprendeu com o passado e defendeu valores universais ao serviço do bem comum. Entretanto, a imagem deste continente foi afetada pelo papel infeliz da Europa na ex-Jugoslávia e nas guerras do Golfo e do Iraque, pela não-participação europeia no conflito do Médio Oriente e pela atitude inconstante relativamente à adesão da Turquia à União Europeia. Atualmente, na Turquia, predomina uma visão negativa em relação à Europa: como uma União de moral dupla. O continente europeu desistiu de um apoio consistente aos valores universais. Em suma: o ruído das palavras da Europa é maior do que o peso das suas ações.

O que é que mudou realmente de há poucas décadas a esta parte: o estado de espírito ou a situação; a Europa ou a sua imagem? Desde a entrada triunfal da internet, o mundo transformou-se. A comu-

“Atualmente, na Turquia, predomina uma visão negativa em relação à Europa: como uma União de moral dupla. Em suma: o ruído das palavras da Europa é maior do que o peso das suas ações.”

nicação e a mobilidade são mais rápidas. Antigamente, os estados dispunham de um controlo total da comunicação através dos *media* e de mecanismos que manipulavam a difusão da informação. Mas agora, a internet estreitou o contacto entre todas as partes do mundo. Qualquer pessoa está em condições, não só de coligir ou elaborar informações sobre todos os assuntos imagináveis, mas também de os divulgar à escala mundial. Daí que, hoje em dia, os estados partilhem o controlo da comunicação com os indivíduos e as sociedades civis.

Mundo sem segredos

Acabou-se o tempo da propaganda e do culto da imagem. Construir imagens idealizadas de países, estados e regiões já não faz sentido, visto que essas idealizações podem desfazer-se a qualquer instante. Hoje em dia, até os maiores segredos de estado são revelados e a sociedade civil já não é tão ingénuo como dantes. Na internet, para cada tese é possível encontrar uma antítese. E cada partícula de propaganda cria logo o seu exato contrário. Isto dificulta a criação de opiniões coletivas.

Quando falamos da política cultural externa da Europa, não podemos ignorar estes factos. Uma revisão e uma nova abordagem da política cultural externa são incontornáveis. Limitar-se a retocar a imagem não vai ser suficiente. As estratégias culturais têm de ser realistas e concentrar-se em aspetos que sejam efetivamente úteis. E a realidade é que o

mundo enfrenta desafios consideráveis e a Europa não se pode fechar sobre si mesma.

Todos os problemas estão interligados e, até aqueles que aparentam circunscrever-se a uma dimensão local são, frequentemente, de natureza global. Estes problemas não podem ser solucionados sem eliminar as suas verdadeiras causas. A crise económica e a financeira, as tensões sócio-culturais, as alterações climáticas e a perda iminente da diversidade cultural: todos estes problemas estão relacionados com a delapidação irrefletida dos recursos naturais de que apenas uma parte reduzida da humanidade se aproveita sem os repartir com o resto do mundo. E, no entanto, a totalidade da população mundial tem de arcar com as consequências desta delapidação irresponsável. Isto significa que o consumo desmedido e a injustiça social são os verdadeiros problemas.

Os relatórios dos *media* expõem cada vez mais esta repartição injusta. A população mais pobre pode observar a vida dos ricos na televisão e isso desperta nela a aspiração a um estilo de vida idêntico. Surgem, assim, os problemas dos refugiados na Europa que conduzem a polarizações e a tensões socioculturais. Enquanto estas causas não forem removidas, as suas consequências serão cada vez maiores. Daí que também faça pouco sentido erguer muros ou redes protetoras contra a imigração ilegal. E, por isso, é muitas vezes infrutífero sentar à mesa as duas partes em conflito até chegarem a um acordo. A Europa tem de assumir a

“A Europa tem de assumir a liderança no combate aos problemas do mundo. Além da Europa, quem mais o poderia fazer?”

liderança no combate aos problemas do mundo. Apesar de a sua imagem estar a empalidecer, a Europa continua a ser a região mais poderosa do mapa mundial. A sociedade europeia é esclarecida e culta, pelo que deveria igualmente assumir as suas responsabilidades. Além da Europa, quem mais o poderia fazer? Outrora paladina dos valores universais, deve agora assumir a liderança na resolução dos problemas globais. Porque a Europa tem muito para oferecer: a população europeia empenhou-se na justiça social no interior das suas próprias fronteiras. Agora deve fazê-lo à escala global.

A colaboração estável entre a política, a economia e a sociedade civil é um fator decisivo. As decisões políticas são insuficientes, uma vez que o poder não se encontra exclusivamente nas mãos do Estado. O *bottom up* dos cidadãos e da sua participação deveriam acompanhar e tomar visivelmente o lugar do *top down* da elite política. Isto requer um trabalho conjunto. E neste ponto, a cultura desempenha um papel novo e determinante. Como as relações culturais a nível local, nacional e internacional estão interligadas, é irrealista estabelecer separações entre estes níveis. Devido às modernas facilidades de comunicação, cada decisão tem impacto à escala nacional e global.

Daí ser tão relevante desenvolver uma visão europeia comum, de modo que todo e qualquer decisor, seja a nível local, nacional ou internacional, sirva esta visão

comum. Todas as decisões tomadas em paralelo confluem para o mesmo rio, caso se harmonizem entre si. Se entram em contradição, constituem um obstáculo para si mesmas e o rio acaba por secar. Por conseguinte, os valores que se aplicam numa cidade ou num país, devem igualmente ser válidos no resto do mundo.

Um novo papel para a cultura

O novo papel para a cultura consiste no apoio ao encaminhamento de respostas nas circunstâncias específicas do mundo. Em vez de servir apenas para cuidar da imagem, a cultura deveria reforçar a comunicação e a cooperação entre indivíduos, sectores e sociedades, a fim de criar novas visões, alcançar um consenso e impor realizações. No âmbito das relações externas, a Europa deveria prosseguir uma política cultural comum. Não uma política cultural que projete uma imagem uniforme da Europa, mas uma outra que apresente uma visão comum e uma diversidade de ações concretas no contexto dessa visão comum. A política e a política externa da UE deveriam estar em consonância. A Europa deveria elaborar uma visão comum no que diz respeito aos desafios globais e as suas relações culturais e externas deveriam estar em consonância com essa visão.

Porém, que visão deverá a Europa prosseguir? No fórum *A Soul for Europe*, realizado em Istambul em outubro de 2010, a propósito do tema “Global Challenges, Global Visions”, especialistas nas áreas da cultura, da economia e da

política procuraram encontrar respostas para esta questão (ver atas na página www.europist.net/asfe.)

Segundo um memorando do fórum, a política cultural europeia terá que enfrentar os desafios globais de forma concreta e, para isso, torna-se decisiva a cooperação entre a cultura, a economia e a política. Compete à sociedade civil assumir a responsabilidade pelo futuro da Europa, a fim de viabilizar um melhor nível de vida, não apenas no interior do continente europeu, mas também noutras partes do mundo. E, neste ponto, o fundamento será uma cidadania ativa. Cada europeu deverá colocar-se as seguintes questões: Como é que se pode melhorar a vida na minha cidade, no meu país, na Europa e no mundo? E qual pode ser o meu contributo?

Mahir Namur é presidente da *Avrupa Kültür Derneği* (Organização para a Cultura Europeia) em Istambul e fundador da *Europist*, uma plataforma, à escala europeia, para a comunicação e cooperação no âmbito da cultura, igualmente sediada em Istambul. É membro da iniciativa *A Soul for Europe* e participou em “Istambul 2010: Capital Europeia da Cultura”. É docente em diversas universidades da Turquia nas áreas de Gestão de Projetos e Gestão Cultural Internacional.

Movimentações no topo das hierarquias globais. A América tem o Superman, a Ásia o Kung Fu. Ambos simbolizam perspectivas culturais. Será que a Europa poderia criar semelhantes figuras filmicas? Claro que deveria ser poliglota e ter algum tipo de superioridade sexual, ou guerreira, sobre americanos, chineses e indianos. Rajeev Balasubramanyam



No final dos séc. XVIII e XIX, os romances e os jornais desempenhavam uma função social fundamental: contribuíram para que a consciência cívica se libertasse das filiações religiosas transnacionais e dinásticas. O que reverteu a favor de uma identificação nacional.

Hoje em dia, a literatura e os *media* também têm a sua função. Porém, é sobretudo o cinema que exerce hoje em dia um fascínio transnacional. A difusão de filmes transnacionais poderia ser interpretada como um poder nacional: a luta de um país pelo poder numa espécie de topo das hierarquias globais. Os Estados Unidos – representados por Hollywood – têm aqui um papel de destaque. Esta primazia comprova-se pela difusão global

dos filmes de Hollywood, mas também pelos enredos narrativos de cada filme. Eis o modelo: o herói americano/global salva o mundo através da prática exemplar dos “valores americanos”.

O representante mais óbvio dos valores americanos é Superman, um ser extraterrestre angélico cuja figura meio humana, meio divina simboliza a “via americana”, sendo implícito que essa é a que mais se assemelha com a via divina. “Flash Gordon”, “Watchmen”, “Armageddon”, “O Dia da Independência”, “Marte Ataca”, “Doze Macacos” e “Missão Impossível II” são outros exemplos. Todos estes filmes tratam de temas globais, de ameaças internas ou externas sobre a humanidade que têm de ser combatidas por heróis americanos.

Para além dos Estados Unidos, há ainda outros países-chaves no topo da hierarquia. Os dois mais importantes são a China e a Índia, cujos espaços económicos em rápido crescimento e em processo de liberalização, contando cada um com uma enorme população e uma indústria cinematográfica de grande alcance tanto a nível nacional e transnacional como nas suas diásporas. Através dos filmes de

Kung Fu e de Wuxia, o cinema em língua chinesa da China, de Hong Kong e de Taiwan criou uma imagem muito comercial e sintética da nação chinesa.

É possível detetar nos filmes de Kung Fu funções nacionalistas destinadas quer para o mercado interno, quer para a exportação. Poder-se-ia argumentar que o Kung Fu é inerente ao nacionalismo. As histórias desses filmes contêm geralmente batalhas simbólicas com americanos que são por vezes muito subtis – como em “Operação Dragão”, em que os americanos lutam com e contra Bruce Lee – ou narrativas bastante rudimentares, incluindo “O Voo do Dragão”, em que Bruce Lee luta contra Chuck Norris no Coliseu de Roma, acabando por matá-lo. Para além deste tipo de histórias, há também várias tentativas dos norte-americanos para ocupar o género do Kung Fu. Um dos precursores mais importantes dessa tendência foi a série de televisão “Kung Fu”, cujo papel principal estava destinado a Bruce Lee mas que acabou por ser assumido por David Carradine. Na década de oitenta do séc. XX, vimos filmes como “The Karate Kid”, “Força Destruidora” e “Máquina Mortífera”, com lutadores de Kung Fu brancos e americanos. Num passado mais recente, podemos citar os filmes com uma “estética pan-asiática”, como “Matrix”, “Kill Bill”, “Operação Flecha Quebrada” e “A Outra Face/Face Off”.

No ano 2000, “O Tigre e o Dragão” de Ang Lee deu início a uma série de filmes Wuxia chineses e taiwaneses que assumiram a partir daí o papel transnacional. Estes filmes Wuxia de forte exportação eram geralmente ficções nacionais que, tal como os filmes de Hollywood, tanto eram destinadas ao público chinês na diáspora, como ao público não-chinês.

Mochileiros indianos na Europa

Em “Herói”, que celebra as figuras históricas que contribuíram para o surgimento da China unificada, o nacionalismo é declarado. Todos os filmes Wuxia de grande exportação têm uma coisa em comum: apresentam valores universais revestidos por uma estética chinesa algo exagerada. James Schamus, coautor e coprodutor americano de “O Tigre e o Dragão”, declarou o seguinte: “Em última análise, Ang e eu queremos realmente que todos as pessoas no mundo sejam chineses de uma forma pouco trivial.”

O cinema hindi sempre teve um carisma transnacional – especialmente na Europa de Leste, onde os filmes de Hollywood foram proibidos no passado e no Próximo Oriente, onde os filmes hindi tradicionais foram preferidos a filmes sexualmente mais explícitos vindos de Hollywood. Nos últimos anos, surgiram assim cada vez mais filmes sobre encontros entre o Oriente e o Ocidente. São disso exemplo: “Kaafila”; “Namastey London” e “Dilwale Duhania le Jayenge” de Karan Johar, no qual um grupo de indianos da classe média viajam pela Europa com as suas mochilas e “Kabhi Kushi Kabhi Gham”, no qual um rapazinho provoca uma pequena “revolução” nacionalista no seu internato inglês, levando toda a escola a cantar o hino nacional indiano.

Enquanto isso, a Disney e a Warner Brothers já avançaram com o financiamento das suas próprias produções de Bollywood, estando a Disney já envolvida numa coprodução do filme “Roadside

Romeo” da empresa indiana de produção Yash Raj Productions. Tal como no cinema de língua chinesa, também já foram realizados filmes de Hollywood com uma estética do Sul da Ásia. Isto inclui filmes como “Moulin Rouge”, “O Guru do Amor”, “Shantaram”, com Amitabh Bachchan num papel secundário ao lado de Johnny Depp e “Bride and Prejudice (noiva e preconceito)”.

Os países da Europa, reunidos na União Europeia, o super- ou supra-estado europeu, estão entalados entre a Índia e a China a leste e os Estados Unidos a oeste. Tendo em conta que o cinema hindi conseguiu criar um foco nacional para um país tão diversificado, haverá talvez alguma viabilidade para um cinema pan-europeu com toda a variedade linguística e cultural dos países da Europa? Se os filmes Wuxia e de Kung Fu falados em língua chinesa conseguiram reunir de forma ideal países diferentes através de uma história chinesa imaginária e heróica, será que o cinema europeu seria capaz de inventar algo semelhante? Se Hollywood consegue inventar um herói global nacionalista como o Superman, a Europa não poderia criar um ícone cinematográfico semelhante?

Tais heróis supranacionais e supranacionalistas têm, obviamente, que ser uma criação totalmente nova para que se possam inserir num sistema de valores claramente europeu, contrastando com os valores que habitualmente associamos com a cultura de cada um dos estados europeus. Porém, estas culturas nacionais já estão firmemente enraizadas, e desde o séc. XVIII que estão sujeitas a processos de construção do Estado com um alto grau de desenvolvimento. As ficções europeias devem ou tomar o lugar das ficções

“O representante mais óbvio dos valores americanos é Superman, um ser extraterrestre angélico cuja figura meio humana, meio divina simboliza a ‘via americana’.”

nacionais ou transcendê-las. Para isso, há que incorporar novos valores ou estabelecer um conjunto de valores isentos de preconceitos nacionais.

A identidade supranacional deverá igualmente distinguir-se dos valores americanos, propagados pelos heróis do cinema de Hollywood com os quais têm, apesar de tudo, mais em comum em termos “raciais” e culturais mais do que com os seus homólogos da Ásia. Podemos, portanto, introduzir um ídolo pan-europeu nacionalista que seria comparável com Amitabh Bachchan ou Bruce Lee? Claro que deveria ser poliglota e ter algum tipo de superioridade sexual, ou guerreira, sobre americanos, chineses e indianos. Talvez ela ou ele patrulhe ao longo das fronteiras da Europa, (re)enviando os imigrantes ilegais que encontra para a Turquia ou o Marrocos, ou talvez lute contra os planos de transformação dos restaurantes “gourmet” franceses em *snack bars* com burritos e Chop Suey na ementa – como o chefe de cozinha em “Ratatouille”. Talvez ele ou ela também use como Bruce Willis em “Duro de Matar 4.0” as palavras “prostituta asiática” ao eliminar terroristas chinesas, embora seja difícil dizer em que língua ele/ela iria

comunicar estes sentimentos. Talvez os filmes desportivos “Fuga para a Vitória” e “Chak De! India” possam ser um veículo apropriado para uma entidade pan-europeia: por exemplo, o tal herói ou heroína poderia jogar numa equipa europeia de futebol contra uma equipa americana ou pan-asiática.

Em alternativa, o nosso herói poderia representar uma figura da Antiguidade, uma época anterior à formação dos estados europeus. Poder-se-ia criar todo um ciclo de filmes modernos romanos (ou gregos), postulando uma história europeia homogénea e resumida à sua essência. Claro que já existem filmes deste género – “Gladiador” e “Troia” são dois exemplos disso – mas estes são filmes de Hollywood filmados em inglês americano. Em vez disso, precisamos de filmes em grego ou latim antigo – um *Lattywood* ou *Grollywood* (ou *Eurowood*, se houver preferência por um nome mais geográfico do que linguístico). Mas há que ter sempre muito cuidado com o nacionalismo histórico, especialmente no contexto europeu em que o império e a honra foram sempre acompanhados por ideias de dominação da população branca. Mais especificamente, todos os nacionalismos são, por natureza, polarizadores, excluem mais do que integram e, por definição, distorcem quer o passado quer o presente. Um cinema europeu iria sem dúvida estabelecer uma nova linha divisória – e isso neste exato momento da história em que o homem começa a ver-se mais como uma espécie do que como um grupo de diferentes “raças”, uma espécie que habita um planeta e não uma coleção de nações. Um cinema pan-europeu é naturalmente concebível e até mesmo exequível. Assim sendo, a conclusão lógica é que um cinema

mundial ou global também o seria. Porém tendo em conta a viabilidade económica e política, é difícil imaginar como é que poderia surgir um cinema global.

Mas a tarefa de cineastas não é criar sonhos? Parece mais sensato e progressivo sonhar com um planeta unido do que uma Europa unificada. Um cinema do mundo real – chamemo-lo *Wollywood* – poderia vir a reforçar a percepção emergente de que, enquanto pessoas, compartilhamos o nosso ambiente com todos os outros habitantes da Terra, e de que o nosso bem-estar é dependente do de todos os outros. Se, de facto, uma verdadeira consciência planetária é possível, o filme poderia ser o veículo ideal para essa consciência.

Rajeev Balasubramanyam nasceu em 1974 em Lancashire. Concluiu os seus estudos nas Universidades de Oxford e Cambridge. Publicou numerosos contos e antologias. O seu primeiro romance (“In Disfarces Beautiful”, Bloomsbury 2000), desenrola-se na Índia e foi escrito segundo a perspetiva narrativa de um jovem de 17 anos. Ganhou o Prémio *Betty Trask* da Sociedade Britânica de Autores para primeiros romances de jovens autores do *Commonwealth*.

FESTA ITALIANA
FUN-FOOD-RIDES GAMES-ENTERTAINMENT
JULY 18-28





HT

HANDY STORE

LUCKY

As frações esquecidas da Europa Este ucraniano e ensaísta descreve os países e regiões no extremo leste da União Europeia que não são membros da Comunidade como “deconstrutivistas vivos”. Eles sempre demonstram claramente que Europa não é o mesmo que Europa e têm a História como o seu maior alibi para impedir o apoio à participação na UE. Torná-los uma zona especial e mantê-los à parte seria, porém, de uma cegueira igualmente imperdoável.

Jurko Prochasko



Há lugares na Europa que são diferentes. Faixas largas, compridas, paisagens inteiras, meia dúzia de países. Nestes lugares, é muito mais difícil de se ter a ideia do que a Europa já foi e do que ela é hoje, porque eles fazem as coisas se tornarem muito mais ambíguas. Mas esses países e regiões também podem, se forem persistentes, criar alguma empatia ao questionar o conceito de Europa. Para algumas pessoas, o questionamento no que respeita à Europa causa o desajustamento, desfigurando-a. Para outras, causa a transformação ao diluir a ideia de Europa. Esses cantões servem para desviar a atenção da efectiva situação na Europa e estão a arriscar o jogo.

Na minha opinião, entretanto, eles são um enriquecimento, uma expansão e um desafio. Eles fazem a Europa mais excitante, mas nunca foram um risco à Europa.

Não seria possível simplesmente integrar estas regiões à Europa atual, muita coisa se faria necessário mudar. Haveria de existir demasiadas exceções especiais, casos únicos e extraordinários, admissões e exceções em condições incomuns e toda esta troca de concessão e excepção leva à diferenciação política destes cantões europeus. Unir-los assim à UE só traria mais ambiguidade, pois que são eles próprios ambíguos.

A negociação com eles é árdua e trabalhosa. A compreensão mútua não é fácil de se alcançar. Todo esforço neste sentido é, entretanto, válido pois estas acções propositivas põem à mostra não apenas as diferenças, mas também as semelhanças. E estas por sua vez alimentam a esperança de uma Europa mais unida.

Parece-me que o maior dever destas regiões, regiões como a minha, baseiam-se em dificultar o sentido, o conceito de

Europa, que sempre buscou uma aparente simplicidade e transparência. Sua principal função é esclarecer e demonstrar que a Europa foi criada e não é algo dado. É algo em contínua evolução e não um produto final. Seguramente é uma ideia e um ideal, porém sem conteúdo e sem substância. Um fortíssimo e insaciável desejo de incondicional possessão, a Europa não é algo definitivo, nem em termos de sua compleição, nem em sua perenidade.

Alertas à “melhor Europa”

Essas regiões são os Deconstrutivistas Vivos (levando-se em consideração, o reconhecimento da existência das mesmas). Pois que elas evidenciam que Europa não é a mesma coisa Europa atual. E se há a vontade de buscar esta Europa no passado histórico, perceber-se-á que ela nunca foi idêntica. Foi senão, sempre e repetidamente, sujeita a incertezas e buscas desesperadas por encontrar a confirmação. Foram tentativas e vontades, planejamentos e distorções, correções e redirecionamentos para que o espírito e seu centro jurídico, seus valores morais, que se esforçam para manter-se em órbita deste pequeno Cosmos, e mesmo assim se dissiparam no vácuo e revelaram-se vazias de sentido. E a Europa nada seria sem a persis-

tência e sem o esforço em um valor moral comum.

Países europeus que não aprenderam a lidar democraticamente com os direitos civis, com a ecologia, com a moral cívica, com argumentos e contra-argumentos, têm dificuldades em responder o porquê que aqui está como está e servem como lembrança e como alerta à “melhor Europa”. Têm, apenas por esse motivo, muito a ver com a Europa e tendem a questionar as fortes assimetrias entre regiões genuinamente europeias. Essas regiões expõem um passado europeu em pleno presente e comprovam a não-perenidade da Europa.

Essas regiões relembram a Europa da existência do Mundo. Pois em nenhum outro lugar se encontra tão graves e rápidas transformações com tamanha ressonância mundial. É bem plausível que a “pior Europa” esteja apenas vivendo neste momento, o que virá a suceder-se em outros países num futuro próximo, seja essa experiência positiva ou negativa. Criar uma Zona Especial, onde manter-se afastado é a regra, aproximar-se à uma cegueira imperdoável. É mais prazeroso compartilhar o Bem e trabalhar em conjunto para resolver os problemas do que simplesmente classificar entre bom ou mal -o que, neste mundo, seria muito difícil de esclarecer. É bem possível que essas faixas sejam propositalmente esquecidas pelos outros países da Europa para que sua própria desagradável História seja esquecida e disfarçada, evitando a visão de um futuro infeliz.

“Essas regiões forçam à revisão, alimentam as exceções e autorizações especiais, produzem casos extraordinários e condições incomuns.”

Há atualmente países europeus como a minha terra, a Ucrânia, que se encontra seguramente neste grupo, que têm dificuldades em comprovar serem pertencentes à Europa se não for por meio da plausibilidade da história em comum. Porque todas as outras coisas, quotidianas e de outras realidades parecem na verdade, se virar contra eles impedindo sua europeização. Tudo o que for atual, seja na política, na cultura ou escritórios de desenvolvimento, todas as prioridades genéricas, valores morais vividos, modo de vida, arquitetura e valores estéticos, o meio em que vivem, tecnologia e moral sexual. Tudo isso parece provar o contraditório entre ser europeu e o que Europa deveria ser.

Por outro lado, têm-se a impressão de que o atual consenso da “melhor Europa” sobre o que é ser europeu mudou de rumo e deixou de considerar ou pouco se importa com a situação dos países excluídos, expurgados ou pouco atraentes.

A Europa cresce cada vez mais ao lado da identidade da União Europeia (UE). Até tornarem-se mais do que apenas metonímia. Agora são sinónimos. Para definir um outro conceito sobre a Europa, necessitar-se-ia colocá-la entre aspas. Para os países europeus que não pertencem à UE, isto significa um constante esforço. Esforçar-se pelos outros, mas esforçar-se mais por si.

Esta tarefa não é igualmente árdua para todos. Extremamente difícil é para os países europeus não integrados à UE. Uma vez que, ao lugar de Suíça ou Noruega, eles não estão integrados à União apesar de o desejarem. Ser indesejado e não ser admirado é uma experiência por demais dolorosa. Assim o é também, terrível, querer participar e ser impedi-

do a tal. Isto influencia negativamente o sentimento de ser europeu, que já é demasiado vago por essas bandas esquecidas. Aqui é onde há o maior sentimento de inferioridade da Europa. Ainda que, a conjuntura seja extremamente positiva. A auto-afirmação europeia dessas regiões atinge o ponto de transformar-se em auto-dúvida e o sentimento de ódio em si próprio é tão forte que, chega-se a crer que a exclusão da UE seja um castigo merecido.

E, por causa disso esses países agarram-se à história acreditada de que essa mesma história seja comum a toda a Europa. Na maioria das vezes assim o é. Mas a paixão à história, tão cultivada e honrada, pode causar estranheza aos que não pertencem e aos que não pertencem à UE, ao analisarem a história e cultura em comum. Essa história é o nosso maior alibi. Talvez nosso único argumento. Isto não ajuda muito, porém, enquanto não nos for possível enxergá-lo.

Raramente poder-se-á encontrar um maior número de colecionadores e protetores da história e tradição que procura provar a existência de uma Europa em comum. Raro é também encontrar uma relação entre o presente vivido e o sonhado futuro. Factos irrisórios em outros países são aqui, tratados com uma seriedade sem igual. Pode-se acreditar que seja estranho ou cómico, mas para mim, essas coisas trazem-me esperança. Eis que na minha percepção, estes factos testemunham a força de espírito, a vontade em pertencer à UE e legitimar-se

como tal. Por outro lado, é sempre melhor e mais produtivo pensar assim do que usar argumentos dúbios como por exemplo, a cor branca da pele.

O estudo sobre a história assemelha-se à regressão. Se for muito raso, há risco de endurecimento, de estagnação e do esquematismo. Se for muito profundo, pode-se afogar-se, submeter-se até perder a noção do aqui e agora. Assim é a regressão espiritual: como o mar. Ali pode-se nadar deliciosamente ao sabor das ondas, mas também pode-se afogar-se ou perder-se para sempre na escuridão profunda. Pode-se tornar-se um anfíbio.

Deve-se ter tanto da história, quanto é necessário à uma comunidade em um ou outro momento. Entretanto, há que se definir o que é necessário e qual é o momento propício para tal. Talvez aqui seja o lugar de uma instituição social. Uma pessoa saudável poderia facilmente conseguir o equilíbrio para exercer esta regressão com parcimónia. Uma pessoa saudável se recupera, se inspira e muda seu jeito de ser durante a regressão podendo assim, bem-fazer-se de seus benefícios.

Igualmente acontece com a sociedade e sua história. Esta história pode ser muito inspiradora e ser o solo fértil

“Há atualmente países europeus como a minha terra, a Ucrânia, que se encontra seguramente neste grupo, que têm dificuldades em comprovar serem pertencentes à Europa se não for por meio da plausibilidade da História em comum.”

para transformações. Sem mergulhar na história sob a óptica da sociologia e sem o debate sobre a história fica impossível qualquer mudança na estrutura atual, sobre a qual, sob qualquer outro motivo esta sociedade escolha, se faça necessária. Toda mudança corajosa e produtiva, segue-se no intuito de mudar a história. A denominação histórica: Retrospectiva ou Debate Histórico.

A coragem de transformar a história garante sua própria continuidade. E é esse o significado da palavra “Reforma”. Todo rompimento abrupto, consciente, com a história, depende de um bom conhecimento da mesma. Pois o rompimento só pode ser feito se houver a fé de que conhece-se bem a causa do mal.

Na nossa parte da Europa, a impressão da história é mais profunda. Sendo por vezes o único fator que traz segurança ao sentimento de ser pertencente à Europa. Se esse fator enfraquece ou até mesmo some, as crises poderão ser longas e pesadas, além de tornarem-se previsíveis. Mais fácil e provável seria se a questão sobre pertencer ou não à Europa não levasse em consideração esses fatores históricos, somente os fatores atuais.

Assim poder-se-á finalmente, criar um novo espaço para uma história em comum que não poderá mais ser dividida conosco. Em comum para os outros e não para si, uma comunidade sem seus comunas.

Mais ainda: não acontece nada do que se espera de um imaginário fim da história, senão algo muito pior: a histó-

ria ao invés do tempo, deixa de espalhar-se igualmente pela Europa. O tempo Histórico distingue-se do Tempo Físico. Enquanto o primeiro se desacelera em algumas partes da Europa, chegando quase à inércia, ou ainda, toma um rumo totalmente diferente, o Tempo Físico segue sempre perene. Daí resultam as áreas com os mais variados Tempos Históricos. Lugares urbanos, não em reservas florestais, matas, estepes ou áreas rurais. Isto demonstra que não é uma Europa de velocidades diferentes, mas sim de épocas, ou eras distintas.

Bolhas da história

Na história encontra-se reservas. São bolhas do tempo, separadas do tempo ao redor, essas bolhas temporais desenvolvem-se de maneira mais lenta e também lentamente um outro carácter impregna uma nova lógica. Uma lógica de isolacionismo. O quão de história nos é suportável? Quantas diferenças históricas podem aturadas?

Por vezes o tempo deixa de representar a evolução das sociedades para tornar-se a queda da mesma. E assim é a musa da decadência. O declínio transforma-se na mais representativa expressão da historicidade.

A história não significa apenas o passado. Essa é somente uma dimensão do histórico. A história significa acima de tudo, o interesse no que for histórico, é o desejo da continuação, é a habilidade do contador da história. História é o significado e álgama da memória, uma continuidade compreensível e a possibilidade de poder contá-la e transmitir-la sem receios. Para assumir a herança da ma-

neira desejada, faz-se necessário ter um entendimento muito abrangente sobre o sentido do presente. E o presente precisa de um sentido também, pois somente dentro destas condições a regressão no passado histórico pode se fazer terapêutica. Se a história se apresenta como algo estranho, medonho e indecifrável, então a regressão histórica pode se tornar patogénica. O risco de retraumatização é extremamente grande, pois há a chance de se apenas reviver o mais doentio, mais destrutivo que se passou.

Nesses casos, a história não ensina e está sujeita à repetição interminável dos erros. Quanto mais traumatizante for esta história, maior o risco de traumatizar-se novamente. Um odioso dilema é o facto de que não podemos deixar de lado a perspectiva histórica, nem podemos utilizá-la terapêuticamente. Sem a história esvai-se todo o nosso sentimento de pertencimento à Europa. Com a história torna-se demasiado pesado fardo.

O que significa “nós” em termos de Europa? Por que queremos-nos entre nós ou não? “Nós” somos os “europeus”. Nós somos participantes de uma fantástica visão comum. Uma visão que toca ao passado, presente e futuro europeu.

Essa visão é tão forte e nós necessitamos tanto dela, que buscamos um passado comum para que possamos discutir as diferenças entre nós. Porquê nós assim queremos, porque a Europa nos quer assim. Àqueles que são por nós benquistos, estamos preparados em envolvê-los em uma história europeia comum. Nós

nos completamos com nossa admiração mútua, pois visionamos um objetivo comum. Para isso precisamos nos querermos e nos amarmos. Essa é a garantia de que nosso objetivo será alcançado. Por isso a nossa Europa, e último caso, uma questão do desejo mútuo. Nós amamos nossos parâmetros de vida e nossos deveres. Mais ainda. Nós nos amamos como transportadores desses valores e como realizadores destes deveres.

É um aprendizado bem rico observar até aonde vai a libido europeia e aonde ela para e por quê ela para.

Ao passo, aprendemos que o significado de “nós” imbuí-se de os mais diferentes sentidos. Até mesmo o objetivo em comum e a relação humana entre nós. Faz-se aqui necessário um aprendizado sobre como compreender as diferenças, desde que exista um amor real entre nós e nos façamos prontos a pagar o alto preço desta empreitada.

Há o erotismo da aproximação e a vontade da separação. A tentativa de tornar-se um e ao mesmo tempo o desejo de manter-se como é. É o complicado jogo do tornar-se europeu, ou ser europeu. A ambivalência entre simbiose e autonomia.

A Europa não é tão unida, nem está perto de ser unida o suficiente para abster-se de uma política cultural comum. Esta política cultural comum, aliás, não será fácil de alcançar dada as multifacetadas culturais da Europa. Aqui abre-se uma chance rara para dar um sentido real às palavras “comum” e “europeu”. Pois que, diferentemente das políticas mo-

netária, financeiras, de defesa nacional ou de educação, a política cultural é algo que pode ser aplicada não só à Europa da UE, como também, retoricamente e emocionalmente ao continente europeu como um região com uma história comum. Assim sendo, uma política cultural comum para a Europa não é igual à cultura europeia. Nem mesmo a soma das diferentes culturas nacionais e regionais. Isto é outra coisa.

Em segundo lugar, um política cultural comum não substitui e nem poderia fazê-lo, a cultura local. Talvez possa completá-la, mas substituí-la não é possível. E, ao completá-la, ela deve tornar-se uma nova realidade. Uma realidade aonde muitas coisas são possíveis, que não eram antes, pois não eram existentes.

O presente posto à prova

Uma política cultural comum para Europa deve existir para para aumentar o espírito e a consciência do sentimento europeu comum pela demonstração de apoio às semelhanças: Sejam históricas, atuais, ou desafios futuros. Sendo esta cultura algo especial, pois que ela poderia ser em uma faixa do tempo, a Era da Cultura Europeia.

O sentimento da cultura europeia comum vem quando os pré-conceitos, mesmo os positivos, são desmontados na crença de que nem mesmo os mais lindos clichês não conseguirão substituir a realidade e, então, tomar o espaço de experiências mais excitantes, diferentes e sofisticadas.

“Há o erotismo da aproximação e a vontade da separação.”

O que enfrentamos com medo e assustador nos parece, chamamos de misterioso. Aquilo que nos desperta curiosidade e fascinação, damos o nome de exótico. O grau de mudança deve ser medido conforme superamos o exotismo sem perder o exótico. Transformar, transmutar o exótico negativo em positivo.

Uma política cultural comum para Europa não é questão de unificação, mas sim de integração. Integração é a capacidade (às vezes até a vontade) de dar espaço ao diferente, assumi-lo e fazê-lo parte de si. É por isso sempre um engrandecimento da cultura.

Este conceito de política cultural tem um papel central na integração das frações da Europa ao fornecer um sentimento de desenvolvimento, de crescimento, nessas partes onde os meios atuais falharam em alimentar o sentimento de pertencimento à Europa. Esta política tem de facilitar a transformação da sociedade, tem de alimentar o espírito europeu em tempos de dificuldade. Sendo por isso, sempre um sinal da compreensão, do querer compreender. Um reconhecimento perene à solidariedade. Exotismo pode se apresentar pelo óbvio e pelo intrínseco. Uma política cultural comum para Europa deve questionar o conhecido e ajudar a revitalizar o que se tornou, inadvertidamente opaco e sem cor.

A cultura local não deve ser suprimida, mas defendida e promovida. E partir daí deve-se vir um outro nível de cultura.

“Uma política cultural comum para Europa não é questão de unificação, mas sim de integração.”

Uma política cultural comum para Europa não existe apenas por ser necessária nem é algo óbvio e se for assim, então ela é mínima, lábil e por isso, não oferece possibilidade de consenso.

Uma política cultural comum para Europa baseia-se no desejo de uma Europa unida. Isto significa que, ela não é apenas um produto da história, um extrato orgânico, é senão, o resultado de tentativas direcionadas a atingir uma maior união dentro da Europa causando um crescimento saudável. E isso fica a cargo do desejo, da vontade no interesse entre si.

A Europa precisa ascender, mas precisa antes, existir. Para tornar-se a si própria, a política cultural comum para Europa deve preencher uma série de condições. Ela não deve implicar numa “alta cultura”, nem se tornar um aparato controlador, muito menos deve-se deixar guiar por uma cultura-mestra. A sua mais importante tarefa é apresentar as já presentes culturas e expor as semelhanças e diferenças. Ela não deve negar nada, mas reavivar a negação, nem deve desculpar ou justificar nada. Não deve embelezar nem bagatelizear nada. Ela deve produzir o sentimento de que a Europa é feita de culturas diferentes que devem se respeitar, se aceitar, mas mais que isso, devem se integrar uns aos outros. Não se deve valer apenas pelo passado comum. Tal política cultural deve estar direcionada a unificar as visões

culturais e planejar um futuro comum. A história serviria de pilar para esta política. Sempre presente, as diferenças nos aproximam e nos fascinam.

O segundo desafio é nomear os atritos, os conflitos e as diferentes interpretações da história. E, ao lado disso, reconhecer os interesses diversos, sem por isso criar impedimentos à ação comum.

Assim acontecendo, a Europa terá a chance de ser, novamente, um laboratório do presente.

Jurko Prochasko, nasceu em 1970 na Ucrânia Ocidental, é ensaísta, jornalista, bacharel em Literatura e tradutor. Ele lecciona no Instituto de Pesquisas Literárias em Lemberg (Ucrânia). No ano de 2008, foi agraciado com o lauréu Friedrich-Gundolf da Academia de Ciências de Lemberg, pela disseminação da cultura alemã no exterior. Ele traduziu, entre outros, "O homem sem características", de Robert Musil, dois romances de Joseph Roth, Prosa de Gottfried Benn e Músicas de Günter Eich, ao lado de Textos de Martin Heidegger e Jürgen Habermas.

Olhar pela janela aberta Os jovens ativistas árabes que, na Primavera Árabe, foram para as barricadas com a ajuda de redes sociais como o Twitter e o Facebook, reivindicavam os mesmos direitos e liberdades com os quais se identificam os europeus de idade idêntica. Agora, a Europa deveria dirigir o olhar para os seus imigrantes e integrá-los melhor nas suas sociedades.
Hela Khamarou



A cultura pode desempenhar um papel de mediadora e assim contribuir para desenhar uma nova e positiva imagem da Europa. A questão reduz-se a isto: como é que deve ser exatamente essa imagem? Ao considerar a Europa como unidade, nota-se a falta de uma cultura comum que ligue todos os europeus. Trata-se de uma construção artificial que, em primeiro lugar, se move dentro de coordenadas económicas. A Europa não é a América. Não há os Estados Unidos da Europa – mesmo se ainda gostamos tanto de ouvir falar neste conceito. Pura e simplesmente ainda não chegámos lá. Mas, então, em que ponto nos encontramos? Como é que se vê este continente manifestamente complexo? Tendemos a acreditar que a “cultura” aproxima as pes-

soas, concilia as diferenças e lança pontes que incentivam o diálogo e um sentimento de unidade. Deste ponto de vista, a cultura é, para nós, um fenómeno positivo. Mas pode igualmente acentuar ainda mais as diferenças e atuar como força centrífuga.

A hostilidade ao estrangeiro é, pelo menos em parte, alimentada pelo medo e pelas diferenças culturais. A ignorância traz consigo uma perceção incompleta ou falsa da própria identidade cultural. Não é preciso olhar para um passado muito remoto para ver que o *worst case* ocorre com muito maior frequência do que o conceito deixa antever. A nossa cultura comum está marcada por uma história comum que mostra como não se deveria fazer. No melhor dos casos, esta história pode servir-nos de guia para o futuro.

É a história que, para o bem e para o mal, mantém a Europa coesa. Inicia-se com a filosofia grega e, passando pelas formas romanas de sociabilidade, engloba o Cristianismo, o Renascimento e a expansão colonial, a industrialização e as guerras. Ultrapassando o que a nossa memória abarca, identificamo-nos, admiramo-nos e tememo-nos por causa do nosso passado. Ao longo de séculos, a cultura europeia desenvolveu-se criando um *patchwork* de influências entrecruzadas que, em parte se completam, mas em parte também entram em rota de colisão.

O pensamento europeu apoia-se em correntes filosóficas diversas de cunho religioso e secular. Tradições como o iluminismo, o naturalismo, o romantismo e – de forma muito mais decisiva – a democracia deram todas o seu contributo para que a Europa evoluísse da forma como hoje se vê a si própria. Mesmo se reina a discordância em relação a muitas questões, a totalidade dos 27 estados-membros da União Europeia está hoje de acordo em que o pensamento democrático representa um pilar central da sua vida política comum e que contém a liberdade de expressão, a liberdade de residência e a liberdade de representação.

Projeto alternativo ao Novo Mundo

A cultura pode ser definida como as relações entre as pessoas – tanto nos antagonismos como nas semelhanças. Deste ponto de vista, a Europa apresenta-se de maneira diferente da do primo transatlântico – mais autêntica e ancorada numa longa história. O “Velho” Continente como projeto alternativo ao “Novo Mundo”.

De facto, o discurso de uma cultura comum representa em si um dilema. Um mito. Quanto dele é realidade e quanto é apenas produto do modo como desejamos ver-nos? E se esta ideia de Europa não for senão uma meta almejada, o que se poderia então fazer para pôr em prática os

valores morais e culturais na linha desta ideia? Neste contexto, há mais perguntas do que respostas inequívocas. E o que deveria utilizar-se como padrão de grandeza para definir uma unidade como a União Europeia enquanto projeto alternativo aos hábitos políticos de outrem? É melhor comparar as conquistas democráticas da Europa com outras comunidades nacionais análogas do tempo atual ou é preferível fazê-lo com variantes antigas e menos acabadas de si própria? O vizinho mundo árabe poderia constituir um exemplo típico de que as nações europeias nem sempre se mostraram solícitas quando se tratava de pôr em prática os seus próprios ideais democráticos.

Muitas cabeças políticas na Europa lutaram por uma reação adequada às inesperadas revoluções nos países árabes e sua grande pujança. Os jovens ativistas árabes que, com a ajuda de redes sociais como o Twitter e o Facebook, foram para as barricadas, reivindicavam os mesmos direitos e liberdades com os quais se identificam os europeus de idade idêntica. Um artigo recém-publicado no Jerusalem Post, da autoria de Bernard Lewis, historiador anglo-americano e perito em questões do Médio Oriente, apontava uma crescente frustração sexual como motor central das revoltas. Deste ponto de vista, é bem possível que as ideias, os valores culturais e talvez também as conquistas materiais da cultura ocidental tivessem exercido uma influência determinante. Cada vez mais olhavam pela janela que se abria através da televisão por satélite, da internet e das telecomunicações baratas, confirmando simultaneamente a auto-representação europeia.

A atitude perante os Estados Unidos contribui igualmente para a descoberta

“A nossa cultura comum está marcada por uma história comum que mostra como não se deveria fazer.”

identitária. A Europa tende a ver-se de forma positiva em comparação com os Estados Unidos, facto ainda reforçado pela atitude americana. Uma visita à Europa é tida como um requinte de bom gosto e equivalente, para muitos estudantes americanos (de famílias abastadas) a um rito de iniciação. Os Estados Unidos produzem *blockbusters* que os espectadores consomem a par de doses maciças de pipocas, enquanto na Europa se produzem filmes que são discutidos à volta de um copo de vinho.

Os norte-americanos comem nos McDonalds, ao passo que este ano (2011) a cozinha francesa foi declarada património imaterial pela UNESCO, sendo assim reconhecida como parte da herança cultural universal. A globalização, porém, lançou uma sombra sobre a singularidade da Europa. As pressões económicas triunfam sobre uma identidade cultural que corre o risco crescente de se tornar cada vez mais uniforme e padronizada à escala mundial.

Apesar do seu poder de atração cultural que continua a existir como sempre, a Europa não é considerada tão atraente do ponto de vista económico como os EUA ou países emergentes como a Índia, a China ou o Brasil. Os costumes “antiquados”, uma legislação social complicada, a proteção laboral e sem dúvida também a ideia, dominante na Europa, de manter um carácter cultural absolutamente inconfundível são, na maioria dos casos, encarados de forma negativa nos gabinetes das administrações deste mundo. Em agosto, na capa da revista *Time*, lia-se o título “The decline and fall of Europe” (O declínio e a queda da Europa). Este continente parece atravessar um momento crucial da sua história. Com uma união monetária sob forte pressão, jovens eurocríticos em revolta na Espanha, na Grécia e em Portugal

e um número crescente de políticos de um euroceticismo populista ou de disposição claramente hostil, não chegou a hora de dizermos adeus à velha ordem?

Um dos maiores desafios que a Europa tem hoje pela frente é a integração das múltiplas culturas de imigrantes. Novos grupos populacionais com diferentes culturas, costumes, hábitos e tradições vieram para a Europa na esperança de um “eldorado”. A realidade conta-nos uma história diferente. Essas vagas de imigrantes amedrontaram as populações autóctones e estas não estavam dispostas a permitir que os seus próprios alicerces culturais fossem abalados por pessoas de outras pertenças religiosas e com hábitos diferentes. Neste ponto, é um facto que a cultura separa mais do que aproxima. Há já várias décadas que a política tenta, com relativo insucesso, solucionar este problema. A Europa não é o Canadá. Aí, o “plano” consistia em fazer com que aqueles imigrantes se adaptassem à cultura do país de acolhimento. Pedia-se aos imigrantes para renunciar ao seu passado a fim de se abrir a uma nova cultura. Era este o pensamento original da “assimilação”.

Gostaria de recordar que a política real não proporcionou um alargamento dos espaços sociais para além das fronteiras nacionais, mesmo quando dizia com grande insistência que culturas múltiplas e cidadãos binacionais representam um enriquecimento para o nosso continente. No que respeita à aceitação de um pluralismo étnico, existe um grande abismo entre palavras e atos. Alguns países – a França, por exemplo – recebem que a chegada de imigrantes com orientações totalmente diferentes conduza à perda da cultura própria. Estou, é claro, a falar do islão, considerado como ameaça maior à unidade europeia.

Mesmo que os muçulmanos pertençam a uma outra religião com outras tradições e costumes, não creio, em compensação, que estes muçulmanos representem um risco para a identidade europeia.

O pensamento identitário não foi cinzelado em pedra. Além disso, sou de opinião que não devemos falar apenas de “uma identidade” mas de “identidades”. Somos seres múltiplos. As interseções culturais não deveriam ser vistas como um perigo para a estabilidade de uma nação, mas como uma via que pode reforçar essa nação. O fenómeno assenta no ideário do construtivismo como teoria de relações internacionais. É claro que há “bagagens” que representam mais lastro indesejável do que outras. No entanto, as identidades adaptam-se e continuam a evoluir. Aquela “bagagem” trazida do “outro mundo” não entra em conflito com o que já existe. Os grupos populacionais imigrantes não alimentam quaisquer planos de subversão. A realidade é muito mais simples e menos dramática: eles aspiram simplesmente a melhores condições de vida.

Não há dúvida que a habituação dos imigrantes à cultura autóctone em questão necessita de tempo. Imaginem que se evadem, como um refugiado, de uma zona de guerra, que procuram um país em paz que ofereça aos vossos filhos um futuro melhor, que têm de se acomodar a uma língua estranha, a estranhos usos e costumes e insólitos estilos de vestuário. Tudo isso demora muitíssimo tempo. Lembro-me das

“Cada vez mais olhavam pela janela que se abria através da televisão por satélite, da internet e das telecomunicações baratas.”

histórias contadas por familiares meus e do choque que sofreram quando, saídos do Iraque, entraram pela primeira vez num supermercado em França e viram a gigantesca variedade de produtos. Os meus familiares ficaram absolutamente estupefactos. Hábitos completamente diferentes entrechocaram-se. Primeiro, eles tiveram de se adaptar à situação. Podemos imaginar-nos no lugar de uma criança que, durante a quadra natalícia, entra pela primeira vez na sua vida na secção infantil do Harrods, em Londres: de olhos esbugalhados, oscila entre a tentação e o medo de ser castigada por ter mexido num brinquedo. A criança persiste num espanto impotente. Um exemplo trivial, mas revelador da importância dos pormenores para esboçar o conjunto na sua totalidade.

Situação de mútua perda

Mas é mais difícil adaptar-se a uma nova cultura (e de modo algum me refiro aqui a apagar a cultura do respetivo país de origem dos imigrantes) quando o país em que estes se estabelecem os rejeita por medo. Uma verdadeira “situação de mútua perda”. A nossa atitude de repúdio perante culturas estranhas torna a situação ainda muito mais difícil do que ela já é.

Em 2010 houve um debate em França, à escala nacional, sobre aquilo que constitui a “cultura francesa” – devido ao medo que ela pudesse ser destroçada por uma comunidade específica, a dos muçulmanos residentes em França. Devo sublinhar, neste contexto, que aqueles muçulmanos na mira de uma determinada classe política (a direita e a extrema-direita francesas) possuíam a cidadania francesa. Tanto mais chocante foi, assim, a argumentação

que eles não correspondiam, em medida suficiente, à cultura francesa deste país.

Daí que os imigrantes sejam objeto de discriminação e repúdio na “Terra Prometida”. Daí que a sua própria cultura lhes seja tão estranha como a cultura do país para onde migraram. Esta alienação evolui para uma genuína ameaça. Outras culturas que, a princípio, tinham uma imagem positiva desintegram-se em unidades cada vez mais pequenas. Isto tem efeitos diretos sobre a coesão social, que serve de base a sociedades inteiras. Se o nosso mundo se nos afigura cada vez mais em rede e interdependente em todos os domínios da atuação humana, as relações internacionais e o diálogo intercultural não parecem ter sido reforçados na mesma medida ou, pelo menos, de forma satisfatória. Desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e as consequentes guerras no Afeganistão e no Iraque, aumentaram os equívocos e o desprezo recíproco. A guerra americana contra o terrorismo islâmico contaminou o discurso público na Europa. Os populistas opõem-se aos desafios da diversidade cultural ao semear a discórdia e dar novo alimento aos estereótipos. Em vez do diálogo, apostam no confronto. E a sua mensagem é ouvida no mundo inteiro.

Defrontamo-nos com uma multiplicidade de desafios. Agora e sempre, a Europa é ainda vista como um lugar onde é possível uma vida boa, atraindo todos os anos dezenas de milhares de imigrantes. Em vez de forçar os novos imigrantes à assimilação, deveríamos abraçar a ideia de integração sem apagar a cultura de origem. Uma maior diversidade na expressão cultural e das identidades culturais, completando a própria identidade cultural europeia – seja o que for que constitua essa identidade – significa um maior enriqueci-

mento e não um obstáculo à coesão social.

Atualmente, somos desafiados a superar barreiras para estimular a compreensão mútua. As diversidades étnica, linguística, religiosa e cultural constituem a identidade da Europa. Foi sempre assim. Apesar disso, temos que continuar a construir sobre valores comuns e – caso seja necessário – investigar e redefinir o que são esses valores comuns. A educação desempenha um papel fulcral e deveria ser aproveitada para lançar pontes entre as culturas.

Os valores e ideais da Europa são exatamente isso: valores e ideais. A transposição para a prática desses valores e ideais é um longo caminho à nossa frente. Que, para apresentar esses ideais a nós próprios e ao resto do mundo, não deveria induzir-nos na ideia de que já os alcançamos. Mas isso não deveria impedir a Europa de continuar a veicular estes valores e ideais. Hoje em dia, a Europa é uma potência entre muitas potências mundiais e deveria tomar a dianteira através do bom exemplo em vez de medidas restritivas.

Hela Khamarou, nascida em Paris de origem iraquiana, vive na capital francesa como jornalista e autora *freelance*.

A este

complejo mosaico humano y lingüístico ha correspondido históricamente una pluralidad de creencias religiosas (catolicismo, islamismo y protestantismo, éste en sus denominaciones luterana, anglicana y calvinista, principalmente) y una multiplicidad de formas de organización política.



A Europa no mundo – o mundo na Europa

A Europa deve propagar-se como um bloco não apenas teórico, mas também prático. A Europa possui respostas para os desafios do nosso tempo, sejam eles questões que envolvem o clima, as crises, o estado de direito ou o desenvolvimento. A situação dos vizinhos da Europa no Norte de África e no Próximo Oriente exige uma reação histórica do velho continente. A cultura abre portas e constrói pontes para as pessoas de todo o mundo. A diplomacia cultural é fundamental para a construção da confiança, e não somente uma ferramenta de "soft power" para uma abordagem noutros países e regiões. Como a Europa pode usar os seus próprios potenciais? Quais são as vantagens de uma política cultural externa comum à toda a Europa?

O momento certo para agir A posição da Europa no mundo não é só determinada pela sua vertente militar ou económica. A situação geopolítica do séc. XXI exige a revitalização da diplomacia cultural com uma forte tónica multilateral. Na formulação de uma estratégia para esta diplomacia cultural europeia, a ênfase não deve focar a comunicação de mensagens e ações carregadas de simbolismo, mas a construção de confiança e o princípio da reciprocidade. Robert Palmer



Observa-se hoje em dia uma alteração dinâmica no delineamento e implementação das políticas externas. É relevante para este facto a nova consciência de que a chamada “public diplomacy” não se limita à mera interação de funcionários nas relações internacionais. A dimensão pública da diplomacia torna-se cada vez mais evidente. Contudo, no que diz respeito ao papel da cultura nesta mudança, subsiste o perigo de ela ser encarada como um instrumento e não como uma componente da política externa.

Mas uma coisa é certa: a cultura representa e interliga as pessoas de uma forma que determinadas medidas empreendidas pelos estados – principalmente de natureza militar, económica e política – são

incapazes de conseguir. Há, por isso, argumentos convincentes para que a ação cultural seja uma parte integrante da política externa da União Europeia. É, aliás, do facto de a União estar obrigada à “afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum” (Tratado da UE, Título I, Artigo 2º) que nasce a política externa da Comunidade. As discussões sobre o papel internacional da Europa contemplam desde o primeiro momento a importância de normas e valores na política externa, assim como a dimensão cultural que esta envolve. Inicialmente, utilizou-se o conceito de “poder civil”, por exemplo, no vocabulário das presidências da UE ou nos tratados de Maastricht, Amesterdão e Nice. Por fim, foi o conceito de “soft power” (poder suave) que se impôs, assim como o definira o politólogo americano Joseph Nye.

Também o pensamento da “Europa como uma potência normativa” ganhou temporariamente importância, com o sentido que lhe deu o politólogo britânico Ian Manners em reação às reivindicações, existentes desde os anos 80 do

século passado, de um papel reforçado da UE no âmbito militar e da política de segurança. Segundo Manners, em vez de exercer no mundo o poder militar, a Europa deveria reconsiderar conceitos tradicionais e enveredar por novos caminhos na sua intervenção externa.

O Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), criado somente em 2010, oferece agora um quadro de referência que, indo para além de medidas institucionais de valor simbólico, pode intensificar as intervenções civis da Europa através do alargamento do seu raio de ação no âmbito cultural. Há muitas e boas razões para que, na Europa, os governos realizem conjuntamente não só objetivos económicos e políticos, mas também de política cultural.

Tal poderá acontecer com base num maior entendimento do modo de atuação da diplomacia económica e das relações culturais. Estas promovem uma maior apreciação recíproca, mais confiança e entendimento mútuo. E contribuem para pôr fim ao ódio e à intolerância dentro da Europa, assim como entre a Europa e os estados que não pertencem à UE. Os efeitos positivos são igualmente enfatizados no Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural, editado pelo Conselho da Europa em 2010, e em muitas declarações da União Europeia no contexto do Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008).

“Há muitas e boas razões para que, na Europa, os governos realizem conjuntamente não só objetivos económicos e políticos, mas também de política cultural.”

A ação cultural deverá evoluir para se tornar uma componente intrínseca das relações externas europeias. Contudo, embora este pensamento pareça ter sido aceite no mero campo teórico e no discurso verbal, pouco foi feito até hoje para a sua implementação prática.

Os argumentos favoráveis ao desenvolvimento de um quadro claro e específico de ação cultural dentro do Serviço Europeu para a Ação Externa são de várias ordens. Complementam a UE enquanto projeto económico (Política Comercial e Monetária), enquanto projeto político (Política Externa e de Segurança Comum) e projeto social (Carta dos Direitos Fundamentais), acrescentando-lhe um projeto cultural profundo. O entendimento da Europa como espaço político comum poderia ser alargado a um conceito aberto de espaço cultural europeu comum. Um espaço político é condicionado por diretivas de definição territorial, cláusulas migratórias e questões de legitimidade, enquanto um espaço cultural é descentralizado e não tem limites. Além do mais, o caráter multidimensional da cultura fomenta a coesão entre as pessoas.

Um outro argumento é o efeito positivo dos processos culturais para uma reestruturação económica e social, através da sua influência sobre a identidade, a coordenação da ação coletiva e através de um intercâmbio de caráter altamente simbólico. É a cultura que modela o desenvolvimento, e alguns modelos tradicionais de desenvolvimento fracassaram por não terem dado suficiente atenção a questões fundamentais e decisivas como a

educação e a cultura, de relevância fundamental num processo de reconversão. Pois temos agora a oportunidade de repensar os pressupostos da ajuda aos países em desenvolvimento, dentro do contexto da ação política externa.

Parece existir uma aceitação cada vez maior de que uma cooperação multilateral no âmbito da cultura, no contexto da política externa da UE, constitui um contributo importante, especialmente no que concerne às relações com estados terceiros. A União deveria desenvolver instrumentos culturais acrescidos para combater a ignorância e os preconceitos e construir uma relação recíproca de confiança entre estados-membros e não-estados-membros da UE.

Em todo o caso, dever-se-ia prestar mais atenção ao papel da cultura no sector da segurança. Estratégias de prevenção de conflitos, o tratamento de temas que se levantam na sequência desses conflitos, como a consolidação da paz, implicam fortemente aspetos culturais. As razões de tal facto e os instrumentos e recursos disponíveis ou foram até hoje negligenciados ou encontram-se numa fase consideravelmente subdesenvolvida.

Os conflitos políticos resultam da interação de muitos fatores. Os aspetos culturais dos conflitos são, contudo, frequentemente instrumentalizados e ainda agravam as diferenças políticas existentes. Atividades através das quais se valoriza a diversidade como alternativa a medidas de violência, se reconhece a igualdade de direitos e se incentiva o diálogo, encontram por si só justificação

como medidas de política externa. A nova realidade geopolítica do séc. XXI exige uma revitalização da diplomacia da cultura com uma forte tônica multilateral. Para a realizar com êxito são necessários novos instrumentos, com os quais seja possível construir relações e criar novos vínculos – em especial com a sociedade civil, com diversas redes e organizações não-governamentais. Isto ultrapassa em muito a visão da diplomacia cultural como mero veículo para a compreensão de interesses nacionais ou pan-europeus, ou para a sua concentração exclusiva em influenciar órgãos estatais e entidades de direito público.

Instrumentos de política externa

Em futuras ações diplomáticas que envolvam a Europa como um todo, seria bem-avisado conceder à diplomacia cultural um papel preponderante no planeamento da estratégia a adotar. Dessa forma, a Europa poder-se-á apresentar como potência promotora dos princípios fundamentais do direito dos povos, dos direitos humanos, do desenvolvimento global e da unidade europeia.

Na formulação de uma estratégia para a diplomacia cultural europeia, a ênfase não deveria ser colocada na comunicação de mensagens e em ações carregadas de simbolismo, mas na construção de confiança e no princípio da reciprocidade. Isto consegue-se com programas e atividades claramente definidos.

As ações têm de ser avaliadas pelo seu contributo para a consecução de objetivos determinados. O serviço diplomático europeu (SEAE) não deveria mais estar concentrado em acordos e projetos bilaterais

“É imperativo desenvolver novos quadros de referência e projetos-piloto para testar na prática ideias, novos modelos e novas estruturas.”

ligados a objetivos e prioridades de caráter nacional. Uma estratégia de diplomacia cultural europeia deveria ser componente integrante e decisiva da política comum externa e de segurança da UE. Para que tal aconteça, é imperativo o desenvolvimento de novos quadros de referência e projetos-piloto para testar na prática ideias, novos modelos e novas estruturas.

Há progressos já planeados na UE, no âmbito da política de cooperação cultural, que são aqui e ali obstaculizados por uma interpretação extrema do princípio da subsidiariedade dentro dos estados-membros. Estes, por demasiadas vezes, defendem que todas as questões que dizem respeito à cultura são uma prerrogativa nacional. Trata-se de um erro grosseiro de avaliação e uma interpretação míope do conceito de cultura, dado que esta não é um fenómeno exclusivamente nacional ou local. Associadas a uma conexão estreita de subsidiariedade, as estratégias culturais e a ação cultural ficaram muitas vezes, no passado, restringidas a “áreas inofensivas” como a cooperação e o intercâmbio. Muitos programas da UE já desativaram esta compartimentação e deveria ser uma componente indissociável do trabalho do SEAE potenciar um raio de influência muito mais alargado para a

ação cultural. Quando o serviço diplomático europeu se concentrar de forma mais afinçada em encorajar estrategicamente a diplomacia cultural, a coerência e a integração em rede de todas as instituições e sectores administrativos da UE têm de estar inequivocamente asseguradas, para eliminar à partida guerras de trincheiras internas e disputas de concorrência burocrática e para impedir que se venham a acrescentar novos níveis administrativos, quando se introduzirem novos mecanismos institucionais de ação cultural. São necessárias coerência conceitual e diretivas claras para combater a fragmentação multissetorial e multidisciplinar, que tornaria ineficazes as relações externas da UE.

Uma tal coerência deverá servir também para apoiar o impacto público de ações da UE em cada um dos países e cimentar um sistema comum europeu de normas e valores. Esta coerência, porém, não será alcançada pela simples fusão dos departamentos competentes de diferentes serviços nem por uma “coordenação” melhorada, mas por um entendimento e uma visão comuns. É necessário reconhecer a importância das competências complementares que aqui entram em jogo. Estes desenvolvimentos, contudo, precisam de tempo.

Sem cultura diplomática comum

Neste momento, defrontamo-nos na UE com a ausência de uma cultura diplomática comum. Tal facto constitui um desafio considerável para o SEAE, que atravessa um processo de fusão das várias tradições de política externa dos diferentes estados-membros e das cul-

turas administrativas muito distintas do Conselho da Europa e da Comissão Europeia. O SEAE irá necessitar de uma especialização no campo da diplomacia cultural, que de momento não existe. Esta competência distingue-se, por exemplo, muito claramente dos elementos por demais concretos da manutenção da paz e da proteção da população civil.

A tarefa principal consistirá em conciliar as diversas áreas da UE que lidam com questões culturais e aquelas áreas que de momento não lidam com repercussões culturais e ações culturais, mas que deveriam imperativamente fazê-lo, pois poderiam ser muito importantes para a realização dos seus objetivos. Além disso, os grupos envolvidos têm de ser postos em contacto com crescentes redes europeias de organizações da sociedade civil que já têm experiência no sector da cultura.

No prosseguimento desta tarefa estratégica, deveriam ser envolvidas outras organizações internacionais ativas na diplomacia cultural e na política externa. Estão especialmente incluídas neste caso o Conselho da Europa, a OSCE, a OCDE e a ONU. O Serviço Europeu de Ação Externa deveria resistir a qualquer tentação comodista de simplesmente instalar em cada representação diplomática um mero “departamento de cultura”, com uma equipa de colaboradores relativamente inexperientes, ainda sem sensibilidade para a importância de trabalhar em rede e ainda desprovidos de necessária qualificação, experiência e capacidade.

A integração de responsabilidades culturais no âmbito do SEAE constituirá um

dilema operacional, se tivermos em conta a estrutura da organização. Neste contexto, é imperativo não esquecer o papel multifuncional da cultura e o seu contributo relativamente a diversos objetivos do SEAE. A cultura não deveria ser um objetivo em si. Uma burocracia que, do ponto de vista histórico, lidou principalmente com programas pré-estabelecidos, gestão de desempenho empresarial e sistemas de controlo, auditorias e hierarquias de diversos organismos públicos com diferentes áreas de responsabilidade, não está muitas vezes habilitada a orientar com eficácia temas de abrangência transsectorial. Se a cultura é simplesmente integrada num serviço que a vê como um instrumento de limitada utilidade com vista à facilitação de interesses de política externa, tal conduzirá à marginalização de uma série de papéis tão importantes, ou até mais importantes, que a cultura e a ação cultural podem desempenhar.

Isto é, por exemplo, válido para o desenvolvimento de uma Europa de múltiplas identidades. Ou para a gestão da coesão social, assim como para o papel da cultura como veículo capaz de possibilitar relações entre vários níveis governamentais ou servir de instrumento de manutenção da paz.

Se a ação cultural da UE consistir num simples encadeamento de várias ações isoladas dos estados-membros, que chegam

“O Serviço Europeu de Ação Externa deveria resistir a qualquer tentação comodista de simplesmente instalar em cada agência um mero ‘departamento de cultura.’”

empacotadas e com o selo da UE, então quaisquer efeitos duradores que produzir terão um carácter puramente marginal. E se estes produtos culturais não forem suficientemente definidos, de modo a distinguir-se de uma simples acumulação de iniciativas nacionais, a promoção de produtos culturais europeus e o marketing de imagem do continente terão só um efeito limitado.

Lamentavelmente, muitos dos chamados programas europeus de promoção cultural são de momento concebidos dessa forma e são um composto de contributos individuais de muitos países. Até o objetivo de promover uma “imagem cultural” forte da Europa, para abranger um mercado turístico mais alargado ou para incentivar um intercâmbio reforçado de bens culturais e serviços culturais europeus, já não deveria ser programado dessa maneira. A percepção consolidada de todo um continente e o uso da ação cultural como uma “séria” componente da política externa ligada a questões de segurança merecem a maior atenção estratégica.

A persuasão dos descrentes

Para além disso, é imperativo que o SEAE estabeleça uma clara distinção entre os “instrumentos políticos” das relações externas da UE no respeitante à cultura e os “implementadores” das diretivas políticas. O papel da UE deveria limitar-se à definição de estratégias, à priorização e ao financiamento. O SEAE deveria abster-se de instalar qualquer ser-

viço ou organismo público para a apresentação e implementação de programas operacionais, mas construir, em vez disso, uma forte rede de agentes locais e nacionais, bem como de operadores executores.

Não deveriam ser chamadas a participar somente as instituições principais e estruturas organizativas do sector cultural já existentes, mas seria muito mais desejável uma plataforma de interesses de âmbito mais alargado, que refletisse não só a diversidade de interesses e capacidades, como também adequadamente representassem minorias e grupos periféricos.

A espinha dorsal de uma tal rede não deveria ser constituída pelos tradicionais fornecedores de arte e cultura, mas por uma constelação de agentes de espectro alargado, que representassem os diversos elementos de uma abordagem “baseada nos direitos” no campo das relações culturais. Não deveriam ser os interesses económicos (por exemplo, relativamente ao sector cultural) a força impulsionadora de uma tal estrutura, mas instituições, organizações e pessoas singulares que defendessem a diversidade do “ecossistema” cultural chamado Europa.

O maior desafio coloca-se na persuasão dos descrentes, que ainda não perceberam a importância do papel da cultura para as relações externas. Nós não precisamos de persuadir o sector cultural nem uma minoria de decisores políticos no Conselho da Europa, na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu, nem todos aqueles que prestam trabalho de base em milhares de comunidades de todo o continente europeu.

Fazem parte do primeiro grupo as inúmeras pessoas – entre elas, muitos dirigentes, consultores e decisores polí-

ticos – que continuam a assumir uma posição cínica ou menos convicta, quando se trata de instrumentos culturais para a implementação de objetivos de política externa. Os principais argumentos já muitas vezes foram apresentados em inúmeras conferências e seminários, inúmeros relatórios e publicações. Mas parece que continuam a faltar “provas” concludentes de uma prática efetiva.

Deveria ser agora o próprio SEAE a investir num debate abrangente e especializado. É imprescindível uma sólida investigação escorada em evidências, em ligação com um mapeamento irrefutável, com a análise de instrumentos já existentes e também a avaliação da sua eficácia na resposta às exigências colocadas – principalmente no que diz respeito a estratégias complexas de segurança, de prevenção de conflitos e de condução da integração europeia.

Além disso, é imperioso o desenvolvimento de diretivas claras e instrumentos adequados, que tenham em conta as muitas e diferentes abordagens. É imperioso que o trabalho realizado na ação cultural das relações externas seja profissional, orientado para os objetivos definidos e assente no programa global da UE e do SEAE.

É imperioso que todas as atividades futuras ultrapassem o mero apoio de projetos de cooperação cultural ou o simples intercâmbio de modelos de boas práticas. Essas atividades não deveriam de modo algum corresponder às expectativas de uma série de grupos de interesses de desenvolver uma espécie de estratégia cultural europeia comum. Considerando os processos europeus de decisão e os compromissos consensuais daí resultantes, uma tal estratégia não nos parece nem

desejável nem realizável. Política cultural e estratégia cultural não deveriam estar submetidas a uma prática assim tão redutora, fechada em si e institucionalizada.

O principal motivo que impõe a nossa atuação é talvez a consciência crescente de que a Europa é uma potência global em vias de declínio – quer do ponto de vista económico e militar quer também relativamente a outras influências multipolares. É, por isso, agora determinante a criação de um pilar cultural que esteja bem ancorado nos valores europeus comuns, como eles vêm expressos nos estatutos do Conselho da Europa e no preâmbulo do Tratado de Lisboa, o que, em parte, é implementado através do SEAE. Este parece ser um bom momento para agir.

Robert Palmer exerce o cargo de *Director of Democratic Governance, Culture and Diversity* no Conselho da Europa, em Estrasburgo, e é, desde há muitos anos, consultor para questões da cultura. O seu campo de trabalho envolve, entre outros temas, as relações culturais no âmbito internacional e os processos culturais e de desenvolvimento a nível local, regional, nacional e internacional.

EUROPA, część świata na półkuli pn.; stanowi z Azją kontynent zw. Eurazją; 10,5 mln km², 699 mln miesz. (1986); rozciągłość południkowa 4,3 tys. km, równoleżnikowa 5 tys. km. Najbardziej rozczłonkowana część świata (niewyspy ok. 25% pow., wyspy — 7,3%), średnia wys. ok. 300 m, najwyższy punkt — Mont Blanc 4807 m, najniższy — 28 m p.p.m. (rząd M. Łys. ka, Kaspijskimi) ponad 70% pow. doły poniżej 300 m, 4% — powyżej 1000 m; rozległe niziny (Wschodnio-europejska, Polska, Niemiecka, Holenderska); 3 strefy wyżyn i średniej wysokości gór — najstarsza pn. (góry Kaledońskie, Skandynawskie), wach. (Ural), starszych gór — wyżyn (Mazurska i Łęczyńska, Masyw Centralny, Barz, Masyw Czeski, G. Świętokrzyskie); 3 strefy na pd. strefa młodych gór (Pireneje, Alpy, Karpaty, Apenniny, Dinarjskie, Stara Planina); rozdzielona (Ural), tektonicznymi zapadliskami (niziny: Patańska, Środkowodunajska), najniższe rzeki: Wolga, Dunaj, Dniepr, Łaba, Ren; największe jeziora: M. Kaspjskie (na granicy z Azją), Ładoga, Onega, Wener; klimat umiarkowany (na zach. i wsch. — koarktyczny), tylko na skrajnej pd. okołobiegunowy (typ polarny), a w części pd. — podzwrotnikowy (typ śródziemnomorski); równoleżnikowy układ stref roślinnych: tundra, tajga, lasy liściaste, mieszane, stepy — kserofityczna roślinna — silnie zmieniona przez człowieka; Eury subzonalizacja; obszar, na którym zamieszkuje ok. 14% ludności Ziemi; średnia gęstość zaludnienia 66 miesz./km² (bez eur. części ZSRR — 102); najgęściej zaludniona B. Zach. (Holandia, Belgia, Niemcy, W. Brytania), najmniej obszary w pn. od 60°N (1–3 miesz./km²) i pd.-wsch. I; gęstość ludności — ok. 70% na km² (bez eur. części ZSRR — 102); najgęściej zaludniona B. Zach. (Holandia, Belgia, Niemcy, W. Brytania), najmniej obszary w pn. od 60°N (1–3 miesz./km²) i pd.-wsch. I; gęstość ludności — ok. 70%.

1989-2009 : en Chine, la répression continue



Le 4 juin 1989, l'armée tuait place Tiananmen.
20 ans plus tard, il est toujours interdit d'en parler.

REPORTERS
SANS FRONTIÈRES
ASSOCIATION 1985



1989-2009 : en Chine, la répression continue



Le 4 juin 1989, l'armée tuait place Tiananmen.
20 ans plus tard, il est toujours interdit d'en parler.

REPORTERS
SANS FRONTIÈRES
RUE DE LA SORBONNE, 10
75005 PARIS

www.rsf.org

Espaços utilizados em conjunto Embora, no nosso tempo, a UE represente incontestavelmente o exemplo mais espantoso de cooperação internacional voluntária entre estados, esta cooperação ainda não se encontra muito presente em muitos deles. Com “soft power” – a combinação de formas de atuação política, valores, ideais políticos e cultura – a UE dispõe, entretanto, de um poderoso instrumento na caixa de ferramentas das relações internacionais. **Gerhard Sabathil**



Estamos a viver neste momento um tempo desafiador e emocionante, caracterizado por numerosas mudanças radicais – não só no Mediterrâneo Sul, como também no mundo ocidental. E, contudo, é agora que se impõe interpretar os acontecimentos e as suas possíveis consequências. No Norte de África, no espaço de semanas, as massas derrubaram regimes autoritários e, apesar do poder dos militares e da polícia na Síria, os revoltosos continuam a lutar contra o poder exercido pelo Estado. A praça Tahrir, no Cairo, é desde então um símbolo de protesto pacífico em favor da liberdade. Em Espanha, a emblemática Puerta del Sol de Madrid transformou-se igualmente numa praça de elevado simbolismo para a juventude desiludida. Os manifestantes, que se designaram a si

próprios “indignados”, levantaram nela, durante um mês, uma minialdeia das utopias e organizaram comícios não só contra a corrupção na política e o sistema eleitoral de Espanha, mas genericamente contra os poderes constituídos.

De modo semelhante, em Portugal e na Grécia, as pessoas juntaram-se em manifestações de rua contra as medidas de austeridade, do seu ponto de vista, impostas pelas ações de resgate do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia. Até na Alemanha, os protestos dos chamados “cidadãos em fúria” ou “cidadãos furiosos”, contra a remodelação radical da estação de caminhos de ferro de Estugarda, agitaram os ânimos em todo o país.

Embora se situem claramente num outro contexto, os movimentos europeus de geração espontânea assemelham-se, na sua organização, às rebeliões árabes. Em ambos os casos, as redes sociais e os telemóveis com acesso à internet desempenharam um papel crucial na organização de manifestações espontâneas, com o envio de milhões de notícias, em frações de segundo, a amigos e desconhecidos correligionários. As novidades propagaram-se num ápice e as pessoas puderam reunir-se antes de os contingentes policiais conseguirem mobilizar-se. Através das redes sociais, opiniões individuais rapidamente se tornam verdades universais, principalmente quando os vídeos descar-

regados parecem corroborar uma determinada opinião. A “função LIKE” intensifica a sua influência até sobre aquelas pessoas que geralmente preferem estar ocupadas com jogos na internet a envolverem-se ativamente em política. Tudo o que é preciso fazer é carregar no “LIKE” e imediatamente uma opinião pode atingir grande receptividade e tornar-se, de uma hora para a outra, naquela “de que mais se gosta”.

O que é que isso nos diz? A conclusão a tirar é que, através da internet e principalmente através de comunidades nas redes sociais, os utentes se transformam de meros recetores de notícias e informações em intervenientes “ativos”, que com facilidade podem ser virtualmente e, em parte, também fisicamente mobilizados. Em chatrooms e na *social web* – que até agora, na realidade, só têm sido usados por uma minoria dos que possuem computador, mas uma minoria em constante crescimento – assiste-se à formação, ao uso e ao abuso de opiniões, pois o anonimato proporcionado no ciberespaço pela utilização de pseudónimos garante uma larga e até excessiva liberdade de expressão, isenta de qualquer medo de um poder repressivo. Mesmo nos sistemas caracterizados pela repressão, tornou-se muito difícil detetar opositores individuais.

A sabedoria das multidões

Estamos perante uma nova forma de participação social e política e uma outra espécie de “mobilidade virtual”. Estas desenvolvem-se fora das convenções, representam um desafio face às possibilidades tradicionais de participação e constituem, neste contexto, um fenómeno que ultrapassa os movimentos de geração espontânea que,

no passado, apareceram e desapareceram. Os acontecimentos dos últimos meses deixam claro que, saída da era da informação, há uma “ciber-revolução” que emerge e tem especial impacto naquelas pessoas que melhor manuseiam os computadores – a “geração do facebook” – com consequências políticas, económicas, sociais e até constitucionais de grande alcance, tanto para as sociedades como para os governos. Conseguirá a “inteligência de enxames” criar uma *volonté générale* de cariz digital, semelhante à que Jean Jacques Rousseau introduz na sua obra *Du contrat social, ou Principes du droit politique*, de 1762? Em 2004, o jornalista americano James Surowiecki descreveu positivamente este fenómeno no seu livro *The Wisdom of Crowds* (título português: *A sabedoria das multidões*). Nele, Surowiecki explica a razão de as multidões serem mais espertas que os círculos restritos e o modo como o saber coletivo imprime a sua marca nos negócios, nas economias, nas sociedades e nas nações.

Uma coisa é evidente: a comunicação constitui a base da vida humana e o instrumento essencial do processo de transformação das sociedades. Mas a comunicação tanto pode ser um instrumento auxiliar da construção de pontes entre comunidades e sociedades, como um canal usado para acicatar o ódio e a desconfiança e instigar à violência. O uso e abuso da tecnologia de informação e comunicação, que de forma tão extrema transformou o nosso modo de comunicar no decorrer das últimas décadas, desempenham um papel crucial na formação das opiniões e dos comportamentos.

Em países em que a circulação de informações é parcialmente vítima de constrangimentos, tais instrumentos auxiliares podem contribuir de maneira muito decisiva para uma democratização das sociedades e

para a formação de opinião no espaço público, dado que promovem a livre expressão desta. Mesmo assim, a tecnologia de informação e comunicação, em si, não passa de um instrumento. De relevância ainda maior são as mensagens de liberdade, a boa liderança governamental, a tolerância e o respeito que são veiculados por estes instrumentos comunicacionais, em especial pela internet e pela televisão de satélite. A tecnologia de informação e comunicação consegue transpor fronteiras, mesmo que os governos se esforcem por cortar as vias de transmissão. No caso do Egito de Mubarak, a rede foi completamente desligada. O regime, contudo, “limita-se com isso a ganhar tempo”, como se lia recentemente num artigo da revista britânica *Intelligent Life*, sobre a “África digital”. “No espaço de horas, egípcios tecnicamente versados recorreram à *ham radio* (rádio amadora) e arranjaram forma de aceder à internet através de servidores *proxy* no estrangeiro.

Não há dúvida de que a mensagem de liberdade alcançou o mundo árabe e particularmente a sua juventude, que, devido às altas taxas de natalidade, constitui um fator demográfico a levar muito a sério. Com a queda, em África, do preço das ligações à internet, do preço dos telemóveis e, cada vez mais, também dos smartphones, acompanhada simultaneamente de um melhor acesso à educação geral e superior, os jovens árabes não puderam só descobrir o que o resto do mundo tinha para oferecer, mas também aquilo de que os seus próprios países os privavam. E o que é mais decisivo, de repente, estava ao alcance das suas bolsas comunicar com o mundo exterior e, acima de tudo, comunicar entre si. Este direcionamento inicial no sentido da livre expressão de opinião foi durante muito tempo subestimado pelos regimes autoritários – o que,

“Com a queda de preço das ligações à internet, dos telemóveis ou dos *smartphones* e com o acesso à educação, os jovens árabes não puderam só descobrir o que o resto do mundo tinha para oferecer, mas também aquilo de que os seus próprios países os privavam.”

naturalmente, teve fortes conseqüências.

As democracias ocidentais seguem com esperanças e medos a transição para a democracia nos países árabes. Trata-se certamente de um desafio e nós, a União Europeia e os seus estados-membros, temos muito a perder se falharmos esta oportunidade. Mas onde há muito a perder, há também sempre muito a ganhar. A UE reagiu prontamente ao apresentar, no início de março de 2011, o documento estratégico “Partnership for Democracy and Shared Prosperity with the Southern Mediterranean”. A ideia que está por detrás desta parceria consubstancia-se em ajudar os países do Mediterrâneo Sul no seu processo de transição e em imprimir uma nova dinâmica às relações da UE com os nossos vizinhos do Mediterrâneo, o que já está a ser posto em prática. O que também se tornou claro foi que a UE deverá cooperar a todos os níveis para fazer avançar o diálogo intercultural. É, por isso, de capital importância que continuemos e ainda intensifiquemos a nossa diplomacia pública e a nossa diplomacia cultural.

Entende-se normalmente por ‘diplomacia pública’ a comunicação com as opiniões públicas estrangeiras, com vista a estabelecer um diálogo que tem por objetivo informar e influenciar. De acordo com o *Murrow*

Center, da Tafts University de Boston, um eminente instituto de investigação no campo da diplomacia pública, é objeto de estudo da “public diplomacy [...] a influência das opiniões públicas na definição e execução da política externa. Ela abrange aspetos das relações internacionais que ultrapassam o âmbito da diplomacia tradicional: a manutenção, pelos governos, da opinião pública em outros países; a interação de grupos e interesses privados de um país com os de outro país; o relatório sobre questões de política externa e a influência destas sobre a política interna; o contacto entre comunicadores profissionais e entre diplomatas e correspondentes no estrangeiro; e os processos comunicacionais entre culturas.”

O Murrow Center observa que “a *public diplomacy* ganha cada vez mais importância, porque as condições em que se processam as relações internacionais se transformaram de forma tão radical, principalmente [com] a revolução das telecomunicações. Hoje desenvolve-se um “novo conceito” de *public diplomacy*, que desloca o enfoque de uma influência indireta sobre as medidas e ações políticas de outros governos, transferindo-o para as formas de atuação sobre as opiniões públicas de outras sociedades.” Esta nova modalidade de diplomacia pública exige naturalmente um saber mais vasto e fundamentado sobre a diversidade cultural.

É um fenómeno dos nossos dias o reconhecimento da diversidade das culturas como componente essencial da sua identidade e como elemento decisivo na promoção da comunicação e cooperação intercultural. Processos de globalização que se tornaram sobretudo notados por um alargamento do mercado, por novas e mais dinâmicas formas de mobilidade de pessoas e bens, como também por inovações na tecnologia de informação e comunicação, abriram novos caminhos no estabelecimento de laços entre indivíduos, instituições, comunidades e regiões, no âmbito da comunicação intercultural e internacional.

As possibilidades criadas pela tecnologia de informação e comunicação – ligação

global e ascensão das redes – constituem um desafio à nossa forma tradicional de entender a cultura, na medida em que esta abrange agora a cultura digital. A cultura digital é um conceito novo e complexo: as tendências digitais penetram cada vez com mais força no mundo da arte e da cultura, na medida em que integram os diversos aspetos da abordagem de culturas, meios de comunicação social e tecnologias de informação, e influenciam novas formas de comunicação e de diálogo.

Em termos mais abrangentes, pode-se conceber a diplomacia cultural no contexto do trabalho, transformando preconceitos tradicionais em entendimento e vontade de cooperação. Ela tem o potencial, através do processo da apresentação mútua, da interpretação e, desejavelmente, das experiências comuns, de conter as tensões dentro dos mínimos possíveis e de superar situações difíceis, onde quer que elas surjam. Através da sua orientação crítica, como se pôde ver há pouco tempo durante os acontecimentos no Médio Oriente e no Norte de África, a diplomacia cultural pode dar um contributo valioso, sendo mediador de valores universais, nos casos em que as sociedades pretendam introduzir reformas políticas, sociais e económicas.

Espaços partilhados

O diálogo intelectual realiza-se em espaços partilhados – do ponto de vista físico, situacional e comunicacional. Nós precisamos de oportunidades para entrar em diálogo. Precisamos de espaços que nos confrontem com uma nova compreensão de “nós” e dos “outros”. A diplomacia pública e a diplomacia cultural podem aí desempenhar um papel inestimável, quando se

trate de transformar um lugar num espaço público compartilhado. Os *media* e, muito especialmente, os novos *media* desempenham um papel essencial na evolução da nossa mundividência. O modo como outras matrizes culturais são apresentadas e explicadas nos *media* influencia muito fortemente as concepções individuais, na medida em que se confirmam ou quebram estereótipos. Os sectores que lidam com a cultura e o património deveriam aproveitar as possibilidades que a revolução digital lhes abre, para entrarem em diálogo com os usuários e criarem um espaço comum para o diálogo intercultural. Deveriam bater-se por apresentarem as mais variadas formas de pensar sobre os fenómenos culturais que eles expõem, preservam, investigam e transmitem, por porem as pessoas a conversar e, no sentido de uma perspectiva equilibrada, terem em atenção que diversos posicionamentos estejam representados.

A União Europeia é uma parceria económica e política *suis generis* de 27 democracias diferentes, unidas no seu compromisso com a paz, a democracia, o estado de direito e o respeito pelos direitos humanos. A UE esforça-se por manter estes valores vivos na Europa e fora dela, por criar e partilhar a prosperidade e, em conjunto, através de uma ação concertada, exercer influência na cena mundial. Sendo insubstituível potência económica e comercial e, no mundo, maior doadora de ajuda oficial ao desenvolvimento, a influência da UE estende-se para além das suas fronteiras. Em cooperação com os seus parceiros a nível global, a UE trabalha no sentido de criar um mundo mais seguro e pacífico e enfrentar os desafios globais, que vão da pobreza, passando pela doença, até ao terrorismo.

Com as suas particularidades estatais e não-estatais, a União Europeia apresenta-se,

por isso, como um ator bastante *suis generis* nos campos da diplomacia pública e na diplomacia cultural, visto que não se enquadra nem na estrutura normativa de *hard power* nem da de *soft power*. Então como é que a UE exerce hoje o poder e como tenta comunicar com o mundo e influenciar a opinião pública?

São numerosas as variáveis históricas, ideais, políticas e materiais que determinam a forma como os europeus comunicam e se apresentam aos olhos dos não-europeus. Na prática, a UE esforça-se por se fazer notar na cena internacional como ator global da política planetária. Embora, no nosso tempo, a UE represente incontestavelmente o mais espantoso exemplo de cooperação internacional voluntária entre estados, esta cooperação ainda não se encontra presente em muitos deles. De um ponto de vista teórico, a diplomacia pública e a diplomacia cultural constituem para a UE um duro teste de difusão de normas. Através dele, pode-se observar por que razões se preferem determinadas normas em detrimento de outras e o que torna essas normas respetivamente fortes ou fracas.

O *soft power* – a combinação de formas de atuação política, valores, ideais políticos e cultura – é um poderoso instrumento na caixa de ferramentas das relações internacionais. Indiferentemente de se lhe chamar “guerra das ideias”, “winning hearts and minds” (ganhar cabeças e corações) ou “assuntos externos focalizados na população”, ele é sempre de importância capital para criar laços tanto com a vasta população como com os governos, no sentido de construir compreensão mútua e relações duradouras que possibilitem uma ação internacional conjunta. O ‘poder suave’ da diplomacia pública e da diplomacia cultural desempenha um papel importante nas relações externas da União Europeia e está indissociavelmente ligado à política da UE, dentro e fora da Europa. Para enfrentar os desafios dos nossos dias – as mutações climáticas, a segurança e o terrorismo; a economia mundial e também a pobreza, a fome e a doença nos países em

via de desenvolvimento – não é só indispensável a cooperação com países parceiros e organizações multilaterais, mas também um alargado apoio global, tanto a nível oficial como a nível público. No seu esforço para exercer inteligentemente o poder, a UE compromete-se a atingir os seus objetivos de política externa, em primeira linha, pelas vias diplomáticas. É fundamental para as relações da UE, tanto com os estados-membros como com outros países, ativar, informar e influenciar grupos-alvo selecionados. Programas abrangentes de intercâmbio entre estados-membros no âmbito da educação contribuem para uma mais profunda compreensão de outras culturas europeias e da UE como um todo, e o seu êxito conduziu já a programas análogos entre os estados da UE e outros países. Em países fora da UE, 136 delegações da União Europeia reforçam a consciência daqueles em relação à UE, asseguram uma compreensão aprofundada da política da UE, das suas iniciativas e mensagens, estabelecendo ligações com representantes oficiais a nível estatal e local, com figuras proeminentes da comunidade e dos negócios, com os *media*, os estudantes e a sociedade civil. As delegações da UE trabalham em estreita colaboração com as missões diplomáticas dos estados-membros no estrangeiro, para garantir que iniciativas nacionais com tónica nas relações entre o país de acolhimento e os estados-membros individuais, com ações cujo objetivo é proporcionar uma melhor

“De um ponto de vista teórico, a diplomacia pública e a diplomacia cultural constituem para a UE um duro teste de difusão de normas.”

compreensão da UE como um todo, estão em sintonia e ainda se complementam.

Lembremos um importante exemplo de participação ativa da UE e dos seus 27 estados-membros num diálogo entre culturas a nível multilateral. Refiro-me à *United Nations Alliance of Civilizations* (UNAOC, Aliança de Civilizações das Nações Unidas), uma iniciativa proposta pelo governo espanhol, em 2005, e também apoiada pelo governo turco. Esta iniciativa apela a uma ação internacional contra o extremismo, através do diálogo, assim como da cooperação, entre nações, culturas e religiões. A Aliança dá especial ênfase à debelação de tensões entre o mundo ocidental e o mundo islâmico.

O plano de ação para 2011-2012 entre a UE e a Aliança cobre áreas como o intercâmbio de experiências na política de integração, na compreensão de fatores que levam à radicalização, nos programas de intercâmbio intercultural, na promoção da liberdade religiosa e de opinião.

Na área dos *media*, a cooperação já deu frutos. O *Rapid Response Media Mechanism* (RRMM) para a Região Euro-Mediterrânica, criada pela Comissão Europeia, pela UNAOC e pela Fundação Anna Lindh, mobiliza o poder dos *media* para impedir ou debelar tensões interculturais e disponibilizar projetos alternativos contra preconceitos e ideias erradas. Nós acreditamos que os *media*, incluindo as redes sociais, e a nova tecnologia de informação e comunicação fazem parte da solução, não do problema! No âmbito dos nossos programas de informação e comunicação regionais, foram montadas importantes redes de *media* que permitem à UE e aos criadores profissionais deste sector discutir em conjunto sobre problemas como os *media* xenófobos e racistas, o terrorismo, a liberdade de expressão e a se-

gurança dos jornalistas. O êxito do RRMM dá testemunho do que pode ser alcançado com o sentido de cooperação e a gama de recursos disponíveis.

Longe das elites

Com a ascensão da internet, das redes sociais e dos mundos virtuais, alterou-se a conceção tradicional sobre os “decisores mais importantes”. Reconhecendo o facto de que os decisores mais importantes, relativamente a alguns dos mais prementes temas globais, como mutações climáticas, democracia, direitos humanos ou desenvolvimento económico, já não são elites em salas enfumadas e que uma diplomacia pública e uma diplomacia cultural credíveis já não dependem das ações de uma série de intermediários bem informados, os programas da UE para a diplomacia pública e a diplomacia cultural interagem com uma rede de indivíduos e grupos que é mais abrangente e disseminada do que alguma vez foi.

Uma sociedade civil viva concede aos seus cidadãos o poder de exprimirem preocupações, participarem nos processos políticos e pedirem contas aos governos pela sua atuação. E pode também contribuir para um crescimento económico mais abrangente. Para que isto possa acontecer, deve ser garantida a liberdade de opinião, associação e reunião. Um dos desafios que se colocam no mundo árabe consiste em tornar possível o surgimento de partidos políticos democráticos que representem o largo espetro de pontos de vista e modos de atuação dentro da sociedade, para que estes possam competir entre si pelo poder e pelo patrocínio público.

Um outro desafio, a promoção da sociedade civil e do pluralismo, coloca-se em

toda a região, mas muito especialmente nos países que sofrem transformações abruptas, ou em que regimes políticos repressivos continuam a reprimir o pluralismo e a diversidade. Para responder a esta situação e apoiar os intervenientes políticos que pretendem levar a cabo uma transformação democrática nos seus países (especialmente partidos políticos e ONGs não registadas, ou sindicatos e outros parceiros sociais), o Alto Representante e a Comissão da UE apoiam a criação de um Fundo Europeu para a Democracia. Este Fundo tem por missão coadjuvar os esforços da UE, dos seus estados-membros e de várias grandes fundações políticas europeias que já se encontram ativas nesta área, no sentido de uma maior influência e consistência.

A sociedade civil desempenha um papel crucial na promoção dos direitos da mulher, de maior justiça social, do respeito pelas minorias, como também da proteção do ambiente e da exploração eficiente dos recursos. A UE apoiará este crescente papel político de atores não-estatais através de uma parceria com sociedades, ajudando assim organizações da sociedade civil (CSOs) a perseverar no desenvolvimento do seu potencial de advocacia, da sua capacidade de acompanhar reformas, bem como do seu papel na realização e avaliação de programas da UE. Delegações da UE operarão localmente no sentido de juntar os governos e a sociedade civil de países parceiros num diálogo estruturado sobre áreas fulcrais da nossa cooperação. Os dinheiros da UE para tais ações poderiam ser alocados através da criação de um empenhado Instituto para a Promoção da Sociedade Civil (*Civil Society Facility*) na região.

Sem dúvida, porém, o diálogo entre culturas deve constituir o aspeto central da diplomacia pública e da diplomacia cultural. A cultura é a chave para o enriquecimento do diálogo transgeracional e intercultural e para a constituição de comunidades de ideias. Na medida em que modifica a perceção, cria uma nova consciência e sensibiliza, a cultura pode funcionar como uma força impulsionadora “suave”, quando se

abordam temas “duros”.

Mesmo assim, não podemos negar que a diversidade cultural é também causa de tensões e conflitos sociais, especialmente quando estes estão relacionados com dificuldades socioeconómicas. Foi isso que se tornou evidente nos últimos anos. A integração, a coordenação dos fluxos migratórios e o diálogo inter-religioso dominou a agenda política de muitos estados-membros. As consequências traumáticas do 11 de Setembro e a recente crise económica tornaram ainda mais difícil uma conciliação, levando frequentemente à rejeição do chamado “outro”.

Construir plataformas em que possa ter lugar o intercâmbio e em que reciprocamente se possa aprender como se gere um conflito, como se dirimem diferenças e possíveis dificuldades e, ao mesmo tempo, se tira proveito da diversidade, é um contributo que as instituições europeias podem prestar, para conseguir progressos neste campo.

O diálogo intercultural constitui, de facto, o próprio cerne do processo de integração europeia. Foi através do diálogo que os europeus se conciliaram depois da Segunda Grande Guerra. O diálogo restabeleceu a confiança das pessoas, numa altura em que ainda viviam mergulhadas no medo da guerra e do outro. O projeto

“Na medida em que a cultura modifica a perceção, cria uma nova consciência e sensibiliza, a cultura pode funcionar como uma força impulsionadora ‘suave’, quando se abordam temas ‘duros’.”

europeu é o resultado do diálogo – do esforço que os cidadãos de todos os estados-membros investiram em compreender-se uns aos outros. Se isso foi possível, se os europeus, depois de guerras tão terríveis, conseguiram superar os medos e o ódio, então não há razão para que hoje não possa ser possível encetar o mesmo diálogo com outras culturas.

Por isso, o diálogo intercultural é uma das prioridades da política da UE a longo prazo. Em 2008, o “Ano Europeu do Diálogo Intercultural” tinha como objetivo reforçar a consciência das pessoas que vivem na UE, especialmente dos jovens, quanto à importância de desenvolver uma cidadania europeia ativa, que esteja aberta ao mundo e respeite a diversidade cultural com base nos valores comuns da UE. O “Ano Europeu da Criatividade e Inovação” de 2009 foi uma continuação natural do desenvolvimento desta ideia, visto que sublinhou a importância da abertura à mudança e à diversidade cultural. A criatividade consiste essencialmente em dar livre curso a um potencial e desenvolver ideias. Um diálogo agradável com o outro pode ajudar a adquirir uma melhor consciência de si e, desse modo, a libertar o potencial que cada pessoa encerra.

Em 2010, a Comissão celebrou o “Ano Europeu contra a Pobreza e a Exclusão Social”. O ano colocou a tónica na solidariedade e deu voz às preocupações e necessidades dos excluídos, ajudando desse modo a quebrar estereótipos e os estigmas ligados à pobreza. Neste contexto, a integração de migrantes e minorias foi um tema central dos debates. O diálogo intercultural representa uma prioridade constante em muitos programas locais. A educação dos jovens no espírito da tolerância, da compreensão e do respeito pelos outros constitui a base de qualquer futuro diálogo entre culturas.

DELTA
AIR LINES

Coca-Cola





Natural Foods

Miller
Genuine Draft

SONY

WESTINGHOUSE



Temos consciência de que, no respeitante ao diálogo entre culturas, é a nível local, em grandes e pequenas cidades, que a questão se põe com mais acuidade: aí o desafio é especialmente grande. Porque nas cidades as pessoas esbarram constantemente com outras e podem decidir-se por uma conversa ou pela confrontação, por procurar o entendimento e criar algo novo ou fechar-se e permanecer nas suas tradições em comunidades paralelas. É precisamente nas cidades que muitas vezes começam os conflitos e a violência. Por isso, a tarefa – muito complexa – dos decisores políticos locais consiste em organizar a política e os espaços públicos de uma forma que as pessoas de culturas diversas possam reunir-se, permutar ideias e interagir, com benefício para ambas as partes.

A paz, uma economia florescente e a abertura face “ao outro” estão, como é claro, muito intimamente relacionadas. É evidentemente muito mais fácil apresentar-se com abertura perante o outro em tempos de paz e crescimento económico. Mas, ao mesmo tempo, é necessário manter com o outro um intenso diálogo para promover a paz e o crescimento. A principal preocupação de um bom governo é precisamente criar um espaço comum em que todos os grupos e gerações se possam exprimir e ativamente participar na vida social.

Fator confiança

A confiança é o fator basilar que eleva as possibilidades de uma comunicação bem-sucedida e ajuda à criação de sociedades melhores. Mas a confiança é também a base de instituições da nossa sociedade, instituições que podem tornar-se gestoras de ambições pessoais. Através de diplomacia

“O diálogo intercultural constitui, de facto, o próprio cerne do processo de integração europeia.”

pública e política cultural coerente, efetiva e visível, a UE – a Comissão, o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e o Parlamento Europeu – deveria aproveitar as possibilidades oferecidas pela “comunicação por redes”, sobretudo aquelas que estão apostadas na criação de confiança relativamente ao “outro” e, afinal, também relativamente às nossas próprias sociedades. Sem confiança e sem a capacidade de exprimir confiança através da livre comunicação, a sociedade do futuro será sempre marcada pela escassez e pelos medos e não será, por isso, capaz de levar a cabo genuínas transformações sociais e superar problemas de compreensão na perceção que uns têm dos outros.

Para elevar a influência da UE a um nível global, o SEAE criou uma competência especial de “Diplomacia Pública e Diplomacia Cultural” (ver caixa). Esta agrega elementos da estratégia comunicacional da UE e instrumentos culturais coadjuvantes.

Uma democracia efetiva, o respeito pelos direitos humanos e o estado de direito são os pilares que sustentam a parceria da União Europeia com os seus vizinhos. Não há modelo específico nem receita pronta para uma reforma política, mas só uma democracia fortalecida poderá ajudar a criar os pressupostos de um crescimento económico mais substancial e abrangente, que estimule o comércio e os investimentos. A governação democrática é, por isso, a bitola pela qual a UE pode medir o seu progresso e o grau do auxílio prestado.

Embora as nossas sociedades europeias se possam orgulhar das conquistas democráticas alcançadas, que se manifestam na tolerância e na capacidade de compromisso e solidariedade, mantiveram, contudo, durante muito tempo, um comportamento errático e indiferente face a uma adequada integração dos imigrantes. Vivemos num espaço público dividido em realidades paralelas. E aqui não me refiro só aos imigrantes que se recolheram no seu próprio mundo de conforto e mal têm ligações com a sociedade em que vivem. Além deles, parece que também muitos alemães, por exemplo, se recolheram na sua concha privada de caracol, excluindo-se da vida em comunidade e escusando-se a assumir responsabilidades.

De facto, o que está escrito no lema da Europa é “Unida na Diversidade”. Enquanto países democráticos que promovem e defendem valores e princípios universais, nós não estamos só obrigados a realizar horizontalmente a integração europeia, mas também a garantir a integração vertical dentro das nossas sociedades. Isso exige que coloquemos mais confiança e responsabilidade nas mãos de migrantes que não só respeitem as nossas leis e os nossos valores, mas realmente se integrem, envolvendo-se ativamente na sua nova sociedade e sua nova terra. Temos de interiorizar que a nossa força, na Europa, está em sabermos aproveitar as vantagens que as pessoas que cá habitam oferecem – do ponto de vista político, social, económico e cultural. Os imigrantes podem constituir pontes de ligação com os países vizinhos e candidatos à UE e tornar-se embaixadores da modernização, através dos valores universais que disseminam nos países de origem, mesmo naqueles em que, visivelmente, os direitos fundamentais continuam a não estar assegurados. Mas para que isso aconteça, é necessário, dentro da UE, envolver imigrantes no projeto europeu de integração. Na história, imigração e integração sempre tiveram um papel decisivo na transformação do mundo. Esse facto também nos poderia ajudar a alargar o debate sobre a integração nas cidades europeias.

Diplomacia Pública e Política Cultural como competência do SEAE

Na medida em que trabalha com a Comissão Europeia, com as delegações da UE em países terceiros e com o Parlamento Europeu, a competência “Diplomacia Pública e Diplomacia Cultural” desempenha um duplo papel:

1. No seu contributo para a concretização e implementação da diplomacia pública da UE, esta competência tem por objetivo:

- elevar a eficiência da diplomacia pública, especialmente através do desenvolvimento de meios e instrumentos para publicitar o modelo da UE de democracia, liberdade, estabilidade, paz, direitos humanos e estado de direito;
- cooperar com instituições, a nível bilateral e multilateral, para promover os valores da UE em estados terceiros;
- contribuir para a coerência e o impacto da diplomacia pública da UE, principalmente através do apoio a ações concertadas do SEAE e da Comissão e através da promoção de posições construtivas e progressistas da UE/CE;
- continuar a desenvolver as estratégias de diplomacia pública e elaborar instrumentos eficientes para as delegações da UE em países terceiros;
- participar em conferências de especialidade e grupos de reflexão, publicar regularmente em revistas especializadas, assim como interpellar grupos-alvo específicos da juventude, no sector educativo, na sociedade civil e nos *media* de países terceiros.

2. Na promoção do diálogo intercultural e inter-religioso, esta competência tem por objetivo:

- estabelecer o diálogo intercultural e inter-religioso como parte integrante das medidas de política externa e, igualmente, em conversações com países terceiros, em estratégias para o país e as regiões no âmbito das relações externas, mas também nas medidas, face a países terceiros, que se refletem na política interna da UE, como as que se referem à juventude, à educação, aos *media*, à luta contra o terrorismo ou à política de migração;
- promover uma política de diálogo e consulta, de espírito empenhado e afável, entre culturas e religiões, com países terceiros e organizações multilaterais como a UNESCO e a UNAOC, devendo encorajar-se o entendimento intercultural e inter-religioso, bem como a respetiva cooperação, tanto a nível bilateral como multilateral;
- desenvolver estratégias da UE tematicamente orientadas e apoiá-las, mediante um trabalho de análise do diálogo intercultural e inter-religioso, devendo dar-se particular atenção a temas específicos como, por exemplo, as relações com o islão;
- cultivar estreitas relações com a sociedade civil e as organizações não estatais que trabalham no âmbito do diálogo intercultural e inter-religioso, tanto da UE como de países terceiros, fazendo-o em estreita cooperação com a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu e tendo em especial atenção o propósito de fortalecer o empenhamento da sociedade civil nesta área;
- tornar mais forte na opinião pública a consciência do papel desempenhado pela UE no campo da diplomacia pública e da diplomacia cultural e tornar mais visível a sua parceria com a UNAOC e outras organizações.

O estudo “Integração de migrantes”, apresentado exatamente este ano pelo *British Council* e pelo *Migration Policy Group* e cofinanciado pela União Europeia, compara o quadro legal dos imigrantes em 27 países da UE, bem como ainda na Noruega, na Suíça, no Canadá e nos EUA, organiza um chamado índice de integração (*Migrant Integration Policy Index*, abreviatura MIPEX) e torna patente as diferenças ainda consideráveis na integração de migrantes.

O que agora há a fazer é equalizar, com o apoio da UE, os diferentes estádios do processo de integração nos países-membros. Este desiderato permanece uma “cláusula opcional”, porque a integração continua a ser da competência de cada estado-membro, mas, face aos desenvolvimentos políticos no Norte de África, toda a UE terá de se preparar adequadamente para uma nova e forte pressão migratória vinda do sul.

Há pouco tempo, a Comissão lançou uma série de iniciativas no âmbito do Programa de Estocolmo e também da “Europa 2020”, a estratégia de longo prazo da União Europeia. Nelas, coloca-se a ênfase na consolidação da moldura legal e na compressão do espaço que a migração ocupa em todas as áreas políticas relevantes, nomeadamente na educação, no emprego e na política social, assim como na política de desenvolvimento e nas relações externas.

No que diz respeito à política de emprego e à política social, o objetivo global da Estratégia 2020 da UE é atrair pessoal altamente qualificado que possa dar um contributo importante para a mudança e inovação tecnológica. Neste contexto, a Estratégia Europeia de Emprego promove um grande número de ações através da sua iniciativa emblemática “Programa de novas qualificações e postos de trabalho”, que prevê ações com medidas preparatórias e de

acompanhamento, como investimentos nos sistemas de educação e formação, na adaptação e serviços de aconselhamento e na antecipação das necessidades de qualificação. Neste contexto, é de primordial importância elevar o potencial da mobilidade dentro da UE e também de migrantes oriundos de países terceiros, para aumentar a produtividade, a competitividade, o crescimento económico e, por fim, o emprego. Duas das cinco principais áreas desta iniciativa pioneira são dedicadas à mobilidade e aos comportamentos, para tirar melhor proveito do potencial de trabalho da migração.

Para além disso, a Comissão Europeia está particularmente ativa no estímulo à cooperação com os países em vias de desenvolvimento, nas áreas da educação, da homologação de qualificações e do intercâmbio de informações sobre tendências no mercado de trabalho e na política. Tal é necessário para impedir uma potencial “fuga de cérebros” dos países costeiros do Mediterrâneo Sul.

Ainda não nos é possível descortinar com precisão, nas suas consequências para a política migratória, o alcance dos desenvolvimentos em curso no Norte de África e no Próximo Oriente. A estabilidade que os antigos regimes garantiam nunca mais existirá sob a mesma forma. No que diz respeito às relações externas, temos a consciência claríssima de que não só iremos assistir, através de uma democratização possível, a um desenvolvimento positivo desta região, como também de que poderá ter lugar uma emigração em massa que, em última análise, é capaz de pôr em perigo a nossa estabilidade social e económica.

Gerhard Sabathil é diretor no Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE). Numa das suas funções anteriores, foi chefe da representação oficial da Comissão Europeia na Alemanha (Berlim).

Europa [geografie] (Ned., Duits, It., Sp., Eng.: *Europe*; Fr.: *l'Europe*), een der werelddelen, het kleinste van de drie werelddelen die samen de 'Oude Wereld' vormen (Azië, Afrika, Europa). De naam is **Europa** [geografie] (Ned., Duits, It., Sp., Eng.: *Europe*; Fr.: *l'Europe*), een der werelddelen, het kleinste van de drie werelddelen die samen de 'Oude Wereld' vormen (Azië, Afrika, Europa). De naam is vermoedelijk afgeleid van het Oud-assyrische of Fenicische *ereb* (= zons-
 vaandergang), in tegenstelling tot *asu* (= zonsopgang), waartan de benaming Azië is afgeleid. Europa ligt op het noordelijk halfrond, tussen 40° W.L. en 66° gr. O.L. en 71° en 36° N.Br. en beslaat ca. 8% van het landoppervlak der aarde. In het Euroorden, westen en zuiden vindt het werelddeel natuurlijke grenzen in de zeeën. Door het niet strikt vaststaan van de begrenzingsmet Azië en het wel (bijv. IJsland) of niet (bijv. Cyprus, Groenland) tot Europa rekenen van omringende eilanden staat de oppervlakte niet geheel vast. De meest gebruikelijke schatting is mits 10 miljoen km², waarvan dan 6,5 miljoen km² door het vasteland, 2,7 miljoen km² door de schiereilanden en 780.000 km² door de eilanden wordt ingenomen; het inwonertal bedroeg in 1987 ruim 701 miljoen (67 inw. per km²), ca. 14% van de wereldbevolking. De autochtone bevolking behoort tot de *Europide rassen en spreekt overwegend *Indo-europese talen.

Não é um luxo, mas uma necessidade As potências emergentes intensificam o seu investimento na política cultural externa. Mesmo se a Europa apresenta a maior diversidade cultural e o maior poder de atração do mundo, ela não tem desenvolvido, contudo, uma estratégia cultural a nível da UE satisfatória para as suas atividades de política externa. A criação e desenvolvimento ulterior do Serviço Diplomático Europeu é uma excelente oportunidade para racionalizar e coordenar a política cultural externa da UE. Marietje Schaake



“Sem música a vida seria um erro, um dever fatigante, um exílio.” A citação de Friedrich Nietzsche acerta em cheio no alvo: é a cultura que embeleza a vida. Um bom livro, uma canção comovente, uma obra de arte impressionante, uma obra-prima arquitetónica, ou um copo de vinho pleno de sabor: são essas as coisas que enriquecem a nossa vida. A cultura e a educação são os pilares das sociedades abertas. Sendo um valor em si mesma, a cultura pode cooperar no desenvolvimento de valores e objetivos. Por exemplo, a cultura pode favorecer o desenvolvimento económico e social de uma nação, incentivar a democratização e solucionar ou evitar conflitos interpessoais.

Em fevereiro de 2011, pude novamente viver a experiência de como a cultura pode

contribuir para a superação de diferendos. Visitei a *Kriterion Sarajevo*, uma fundação de jovens estudantes com ambição que me contaram o seu projeto de criar no coração de Sarajevo um centro cultural politicamente independente como ponto de encontro e local de discussão para cinéfilos.

Mais de uma década depois da guerra dos Balcãs, as cisões étnicas e religiosas na sociedade bósnia ainda se sentem, infelizmente, de forma muito intensa, mas os estudantes do *Kriterion Sarajevo* estão convencidos de que já não se deve realçar o passado divisório, mas sim um futuro comum.

O *Kriterion Sarajevo* é um exemplo de democracia interpessoal. O projeto tornou-se realidade com o apoio de estudantes neerlandeses que trabalham no *Kriterion Amsterdam*. Esta sala de cinema com café é desde há já mais de meio século um ponto de encontro cultural. O *Kriterion Amsterdam* nasceu nas ruínas da Segunda Grande Guerra quando a jovem geração de Amsterdão quis reerguer a cidade do ponto de vista cultural, enquanto a meta prioritária era, fora disso, a recuperação económica. A história da génese do *Kriterion Amsterdam* serviu de inspiração ao *Kriterion Sarajevo* e levou a um contacto duradouro entre bósnios e neerlandeses.

Desde tempos imemoriais que os estados tiram partido dos conteúdos culturais

dos seus países, para concretizar objetivos e interesses. A este propósito, pode-se mencionar uma série de casos bem conhecidos de diversos países: por exemplo, a Alliance Française, o Goethe-Institut e os programas de diplomacia cultural e de informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos EUA. As potências emergentes, a China e a Índia, intensificam continuamente o seu investimento na área da diplomacia cultural. Mesmo se, em paralelo, a União Europeia apresenta a maior diversidade cultural e o maior poder de atração do mundo, não tem, contudo, desenvolvido, a nível da UE uma estratégia cultural satisfatória para as suas atividades de política externa.

O kit do rock'n roll

O meu relatório para o Parlamento Europeu sobre as “dimensões culturais das atividades de política externa da UE”, aspira a uma mudança neste sector. Sem pretender fundir ou alterar a diversidade da herança cultural e dos conteúdos culturais, seria conveniente reintegrar num âmbito comum as estratégias culturais fragmentadas, a fim de que a UE possa trabalhar de forma mais eficiente. Nesse relatório, o Parlamento Europeu exorta a Comissão Europeia e o Serviço Europeu de Ação Externa a criar uma estrutura política para a UE na qualidade de interveniente global. Para as atividades de política externa da EU, é indispensável uma estratégia coerente e coordenada, a nível europeu, no respeitante ao papel da cultura.

“A cultura e a educação são os pilares das sociedades abertas.”

Sempre que, de uma forma espontânea, as pessoas trocam ideias sobre literatura, cinema, música ou a sua herança cultural, abrem-se portas de entendimento e criam-se pontes entre essas pessoas. Um diálogo cultural informal promove a confiança e fomenta a conversação. Em alguns países, considera-se até indelicado ir direto ao assunto durante uma conversa. No Japão, os homens de negócios perguntam aos seus futuros sócios quais as suas preferências em termos de cantores ou clubes de futebol, a fim de construir uma relação e criar uma base de confiança para o diálogo antes de passar ao âmbito negocial. A identidade, os valores e as liberdades entrelaçam-se intimamente com a cultura. Os valores são transmitidos através de formas de expressão culturais e os valores de uma sociedade, na qual a livre exteriorização da opinião é incentivada e de uma outra, na qual ela é obstruída, revelam-se sempre, de modo implícito, nos produtos culturais dessas sociedades. É por esta razão que o intercâmbio é sempre tão fecundo para os artistas. Uma mudança de ambiente leva a outros quadros, a outras sessões de teatro e a uma outra literatura. Os estudantes iranianos na Europa tomam parte na vida “europeia” e, automaticamente, travam conhecimento com os direitos democráticos e as liberdades fundamentais como traço característico da UE. Um tal contacto interpessoal substitui cada vez mais, nos dias de hoje, o papel tradicional da diplomacia entre os diversos governos. A diplomacia cultural pode, muitas vezes, preparar o caminho e lançar pontes, quando as relações políticas são tensas. Os artistas, os estudantes, os jornalistas e os empresários são possivelmente, os melhores embaixadores dum país. Os governos não deveriam criar-lhes obstáculos, mas antes

incentivar a sociedade civil, o sector cultural e os contactos interpessoais.

O acesso à cultura pode abrir portas de forma inesperada. Andras Simonyi - ex-embaixador da Hungria nos Estados Unidos – achava que “...de uma perspectiva cultural, o rock’n roll foi um elemento determinante na distensão das sociedades comunistas e na sua aproximação a um mundo em liberdade.”

A rádio e o rock’n roll não foram fatores únicos no derrubar dos muros ou na entrada das pessoas no mundo livre. Muitos países-membros da UE promovem ativamente a reputação e a influência dos seus países no estrangeiro. A França, por exemplo, através da Alliance Française dá a maior contribuição por habitante, para posicionar o país e a sua língua no resto do mundo. A Grã-Bretanha escolheu um modelo em que o British Council, na sua estratégia de desenvolvimento para as áreas da cultura, educação e ciência, está relativamente dependente do governo. Tradicionalmente, os estados-membros da UE adotam um princípio bilateral na sua política cultural. A nível da UE, o investimento na diplomacia cultural tem sido muito mais reduzido, dada a prevalência de um receio injustificado de que uma cultura diplomática à escala europeia pudesse conduzir à diluição da diversidade cultural na UE. A existência de um princípio cultural comum nas atividades de política externa da UE pode ser um fator de excelência, a par da diplomacia cultural dos respetivos estados-membros. Estes dão muitas vezes prioridade ao fomento das especificidades culturais de um país, ao passo que na diplomacia cultural, à escala da UE, o que está em causa é a abundante diversidade cultural e os valores comuns da UE.

“A existência de um princípio cultural comum nas atividades de política externa da UE pode ser um fator de excelência, a par da diplomacia cultural dos respetivos estados-membros.”

Em tempos de concorrência global para captação de talentos, turistas e públicos, uma estratégia comum não é, de todo, um luxo, mas sim uma necessidade. Muitos países- terceiros, no contexto das suas relações externas, dirigem-se explicitamente à UE e não apenas aos diversos países-membros. Um princípio comum é, no entanto, igualmente desejável, porque uma votação comum da diplomacia cultural e dos programas e estratégias correspondentes significaria um aproveitamento mais efetivo e eficiente de recursos limitados. O que, com os cortes atuais nos orçamentos públicos, seria muito bem vindo. Os estados-membros da UE e as suas representações nacionais de âmbito cultural devem, primeiro que tudo, aperfeiçoar a sua colaboração. Em segundo lugar, a UE deve franquear à população mundial o acesso à riqueza cultural da Europa.

Em cidades como Nova Iorque, todos os estados-membros da UE marcam a sua presença através de instâncias de representação nacional e, no caso de alguns estados, pela existência suplementar de institutos culturais como, por exemplo, a Alliance Française ou o Goethe-Institut. Todas estas embaixadas e institutos organizam as suas próprias atividades no âmbito da cultura, para promover os produtos culturais e as especificidades do respetivo país. Uma ação conjunta permitir-lhes-ia poupar nos orçamentos e alargar os públicos.

O relatório do Parlamento Europeu contém um apelo ao Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) instituído com a ratificação do Tratado de Lisboa, para coordenar essas atividades. O SEAE deveria tomar posição acerca das iniciativas culturais, definindo, para cada representação externa da UE, uma tônica dominante na coordenação das relações culturais e da interação da UE com países-terceiros. Em lugar de reinventar a roda, a UE orientar-se-ia por exemplos de *best practice* em diversos países-membros. Espera-se que a União Europeia de Institutos Nacionais de Cultura (EUNIC) apoie o SEAE nessa sua tarefa de coordenação. A presente constituição e ulterior desenvolvimento do SEAE é uma excelente oportunidade para reforçar e coordenar a já existente política externa da UE no âmbito cultural. A atual fragmentação, a nível da UE, em departamentos para o comércio, o desenvolvimento, a cultura e a educação, a par de um departamento para relações externas deveria ser substituída por uma integração coordenada da cultura nas atividades de política externa da UE. A UE tem de superar todas as barreiras de mobilidade, sejam elas de natureza burocrática ou financeira. Por exemplo, a introdução de um visto cultural para cidadãos de países-terceiros facilitaria a cooperação e o intercâmbio de criadores culturais. Além disso, uma inclusão alargada de países-terceiros nos programas de mobilidade, de jovens, de cultura e de educação teria um efeito estimulante sobre a diplomacia cultural. Iniciativas como o Erasmus Mundus (que apoia a mobilidade de estudantes e cientistas), o Media Mundus (que reforça as relações culturais e económicas entre a indústria cinematográfica europeia e os criadores de cinema em países-terceiros) e muitas outras

iniciativas de pequena dimensão como o *Euromed Audiovisual III* (que contribui para o diálogo intercultural, incentivando a capacidade de realização cinematográfica e audiovisual nos países parceiros do Mediterrâneo) devem ser alargadas e aprofundadas e é desejável uma melhor comunicação destas iniciativas.

Juntamente com a abertura do acesso aos conteúdos culturais europeus, o relatório requer a inclusão da diplomacia digital na diplomacia cultural da UE. Entretanto, a reforma da legislação que protege a propriedade intelectual e a introdução do mercado digital interno no espaço da UE deveria ser ultimada. Hoje em dia, em comparação com a UA, nos EUA são descarregadas da internet quatro vezes mais músicas, porque o mercado das licenças na UE está muito fragmentado. Por essa razão, é claramente dispendioso disponibilizar conteúdos on-line de forma legal. Além disso, a UE deveria usufruir de ofertas já existentes como a Europeia – uma biblioteca digital online com milhões de entradas de museus, bibliotecas, arquivos e coleções multimédia – e ampliá-las para tornar a cultura europeia mais conhecida junto das populações do mundo inteiro.

Afinal de contas, hoje, as pessoas já não precisam de estar no mesmo sítio para se relacionarem, partilharem conteúdos e interagirem. Os novos meios de comunicação e a internet abriram um mundo de possibilidades de criar, preservar e partilhar cultura. E se as novas tecnologias abrem possibilidades ilimitadas, o acesso a essas possibilidades tem uma importância decisiva. Daí que a liberdade de movimento na internet, o acesso a informações e o fim da censura sejam componentes fulcrais do relatório relativamente ao papel da cultura nas relações externas da Europa.

Durante a revolução no Egito contra o regime de Mubarak, no primeiro semestre deste ano, eram levadas pelas ruas do Cairo bandeiras negras com um punho branco. Na década de noventa do século passado, esta bandeira era o símbolo do OTPOR, o movimento sérvio de resistência pacífica que derrubou o regime de Milosevic. A maioria dos egípcios nunca saiu do seu país, mas os ativistas aprenderam com os sérvios, através da Internet, os dispositivos da luta pacífica pela democracia.

Meios de controlo

O reverso da medalha é que a tecnologia é igualmente empregue pelos governos como meio de controlo do fluxo de informação e instrumento para reprimir as populações. No Egito, Mubarak mandou bloquear a internet para impedir que as pessoas comunicassem entre si, se mobilizassem e tivessem acesso a informações e vídeos sobre violações dos direitos humanos. As tecnologias de informação e de comunicação têm uma importância decisiva para as relações culturais, mas também para os direitos e liberdades fundamentais das pessoas.

A diversidade cultural é enriquecedora e reforça o poder de atração da Europa. Para além disso, a cultura pode corroborar no processo de democratização ao promover os direitos humanos, o comércio, o desenvolvimento e a inovação. Mas, a atual fragmentação das estratégias europeias obstaculiza a centralização estratégica e o aproveitamento eficaz dos recursos.

Em vez disso, UE deveria comportar-se como um interveniente à escala global e elaborar estratégias que garantam o máximo apoio à cultura, a articulação otimizada

com as ofertas culturais e o correspondente acesso a estas ofertas. A diplomacia inter-pessoal tem que ser incentivada, visto que ela assume cada vez mais o papel tradicional da diplomacia entre estados particulares. A exploração efetiva de novos meios de comunicação, para franquear o acesso a conteúdos culturais é uma oportunidade espantosa. Num contexto mais alargado, a liberdade da internet deveria ser uma componente basilar da política da UE, uma vez que torna possível a livre expressão de opinião, a liberdade de imprensa e o acesso a informações. Estes valores tornam-se cada vez mais importantes para salvaguardar os direitos e liberdades fundamentais e assegurar que as pessoas do mundo inteiro usufruam da riqueza e da diversidade dos conteúdos culturais da Europa.

Marietje Schaake, nascida em 1978, é desde 2009 deputada ao Parlamento Europeu pelo partido neerlandês *Democraten 66*. Aí integra o grupo parlamentar Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa. Entre outras coisas, é membro fundador da Rede Transatlântica 2020, do British Council, e participou ativamente no Fórum Transatlântico sobre Migrações e Integração do Fundo Marshall Alemão. Além disso, de 2008 a 2009, foi membro do Conselho de Administração do Prémio Martin Luther King - Europa.

Ευρώπη. Μία από τις πέντε ηπείρους. Η Ευ. έχει να επιδείξει πλούσιο ιστορικό και πολιτιστικό παρελθόν, που την κάνει ένα από τα αξιολογότερα τμήματα της υδρογείου.

Γενικότητες και όρια. – Η Ευ. είναι το μικρότερο τμήμα του κόσμου μετά την Αυστραλία και την Ωκεανία κι έχει συνολική έκταση 10 527 346 τ.χλμ. Από μια άποψη θα μπορούσε να θεωρηθεί ως το ακραίο δυτικό τμήμα της Ασίας, της οποίας αποτελεί τη φυσική προέκταση. Πράγματι, δεν υπάρχουν φυσικά στοιχεία αρκετά εκδήλα που να επιτρέπουν ένα καθαρό διαχωρισμό των δύο ηπείρων. Ο χαρακτηρισμός της Ευ. ως ιδιαίτερης γεωγραφικής οντότητας οφείλεται αποκλειστικά σχεδόν σε ιστορικούς και πολιτιστικούς παραγόντες. Η εκλογή μιας ακριβούς διαχωριστικής γραμμής γίνεται ακόμα πιο δύσκολη, εξαιτίας της διαφορετικής έννοιας που έλαβε η λέξη *Ευρώπη* κατά τη γή μιας ακριβούς διαχωριστικής γραμμής γίνεται ακόμα πιο δύσκολη, εξαιτίας της διαφορετικής έννοιας που έλαβε η λέξη *Ευρώπη* κατά

Ousar o impossível Não faltam pensadores e artistas na Europa que espelhem a plurivalência europeia. Exportamos os nossos arquitetos à China, designers à Singapura, cinema de autor ao Brasil. Temos cada vez mais sucesso a colocar no mercado as nossas cidades, regiões e nações. Mas não possuímos noções unitárias e claras do nosso projeto comum europeu, seja a nível político ou cultural. Desenvolvê-la seria tarefa da rede EUNIC e do SEAE. **Gottfried Wagner**



Pessoalmente acredito que o verdadeiro licor da cooperação intercultural, o “líquido vital” imprescindível às relações planetárias, pode ser produzido nas destilarias transnacionais da Europa. Mas não sem o contributo de algumas ervinhas e especiarias. Por isso, aqui lanço alguns pequenos desafios como ingredientes de um proveitoso debate.

Para começar, gostaria de chamar à colação “maître” Voltaire, embora o seu *Candide* – ou o *Otimismo* (1759) não nos traga neste caso uma grande ajuda. *Candide* viveu uma vida protegida no paraíso, antes de lenta e dolorosamente conhecer a decepção, enquanto já todos nós passámos com certeza por situações de grande aflição na nossa multifacetada Europa e nas suas instituições. E já nem sequer falo da burocracia

dos estados-membros. É ainda, porém, demasiado cedo para abdicarmos de qualquer otimismo, como faz Voltaire no seu *Candide*. Temos é de cuidar do próprio jardim – dos jardins da diplomacia cultural de cada nação – nem que seja só para partilhar, em adaptação livre, a crença de Leibniz: “Este mundo, o mundo da União Europeia, tem de ser o melhor de todos os mundos possíveis”.

Afinal, resta-nos ainda uma ou outra oportunidade para demonstrar que conseguimos fugir ao destino de *Candide*.

Todos nós conhecemos a diplomacia cultural a nível planetário e também a política cultural europeia. Ainda não temos razões para partilhar o pessimismo de Jonathan Swift, o autor das *Viagens de Gulliver*. Ou será que alguma vez fomos arrojados à costa, como Gulliver, depois de um naufrágio dos nossos institutos nacionais de cultura? Ou será que alguma vez fomos prisioneiros da hierarquia administrativa da República de Liliput, com escassos 12 centímetros de altura? Nós nunca apoiámos os estrategos pacóvios da cultura de Liliput, ou os Populistas Liliputianos, apostados em reprimir os seus vizinhos de Blefuscu.

Bem pelo contrário, navegamos pacificamente nos oceanos do intercâmbio cultural, cada vez mais em piloto auditivo, com tónica na reciprocidade e no mútuo entendimento, no diálogo entre culturas e

no respeito pela diversidade e pela autonomia política local.

Contudo, infelizmente, o nosso barco “Adventure” (Aventura) é às vezes apanhado nas tempestades da crise financeira, das ideologias da concorrência ou da falta de estruturas reguladoras transnacionais, desviando-se por isso da sua rota. E então temos de procurar abrigo e encontrar novos caminhos nas terras da Ashtónia e do Barrosistão, só para podermos, como Gulliver, enfrentar os gigantes, no caso dele com altura de 22 metros. Os gigantes do nosso tempo são não só o mercado, mas também os objetivos primordiais dos estados, sem esquecer a diplomacia do tipo “real life” e o chamado “hard power” sob a forma de poderio militar.

A um nível mínimo de sobrevivência, tentamos combater a conceção de uma cultura puramente representativa, assim como a da instrumentalização da cultura. Mas nem sempre nos é possível, nem ao sector cultural, fugir ao destino de Gulliver, isto é, a sermos tratados como mero objeto de curiosidade ou exibidos por dinheiro, ou a sermos nós próprios a exhibir-nos e a colocarmos no mercado as nossas nações em nome do dinheiro, da fama e do orgulho.

Hoje em dia até desejamos que a nossa mensagem da diplomacia cultural europeia atinja grande publicidade e que a rainha de Brobdingnag queira assistir à nossa exibição. Desejamos (como Gulliver) que ela goste de nós, mas não em demasia, porque Gulliver foi por ela comprado e forçado a permanecer na corte como seu favorito.

Somos ainda provavelmente, como Gulliver, demasiado pequenos para podermos usar as cadeiras, as camas, as facas e os garfos gigantes do Serviço Europeu de Ação Externa e desejamos que a rainha nos mande construir uma casa pequenina, uma cai-

xa, para nela podermos ser transportados de direção-geral em direção-geral, de delegação em delegação da UE, não só na qualidade de indivíduos, de despesas nacionais da caixa ou de institutos de cultura, mas também de plataforma europeia acomodável, de exemplar único (EUNIC) – uma caixa no meio de caixas.

Chamemos este exemplar único de caixa, ao jeito de Swift, uma caixa rotativa em rede. Ela constitui um paradoxo que tem por objetivo ajudar a enfrentar a magnitude do desafio. Mas ela é ainda relativamente ingénua e pequena no que diz respeito às suas estruturas centrais. Isso explica algumas das aventuras por que nós, como Gulliver, passamos, por exemplo, a luta contra vespas gigantes, provavelmente as da Comissão.

Gulliver também discutiu o estado da Europa com o rei, mas o rei ficou pouco impressionado com as histórias de Gulliver. O que especialmente lhe desagradou foi a discussão sobre “hard power” e “soft power” (poder militar e poder suave), sobre armas e canhões. (Mas é claro que tudo isto foi no séc. XVIII...)

Por azar, a caixa de viagem de Gulliver é arrebatada por uma águia gigante, o seu barco é atacado por piratas e ele é abandonado em apuros.

Por sorte, acabou salvo pela ilha voadora de Laputa. Laputa é um reino em que as artes e a música (e, ao que parece, também a matemática e o espírito de responsabilidade) gozam de grande prestígio. Esta alusão às qualidades salvíficas da cultura e da arte e à sua situação numa ilha voadora poderia, de facto, constituir a chave para o sucesso da diplomacia cultural europeia, em contraponto com o pessimismo de Swift. (Mas pensem bem: o próprio Gulliver foi capaz de usar estas qualidades em seu benefício).

A ilha das artes, capaz de a qualquer mo-

mento se elevar nos ares, mas que maravilhosa metáfora. De facto, neste nosso ramo, não se trata somente de exportação de cultura nacional e de representação cultural. Trata-se de caminhos transnacionais em vez de raízes transnacionais.

Imperialismo cultural encalhado

As ilhas podem ser prisões. Robinson Crusoe é um dos mais famosos prisioneiros europeus, porém, com uma perspectiva otimista. Mas será que queremos construir o novo otimismo intercultural da Europa segundo o modelo do famoso livro de Daniel Defoe? Eu diria que os irlandeses de certeza não querem.

Para o autor irlandês James Joyce, por exemplo, o Robinson Crusoe constituía um verdadeiro símbolo de conquista britânica: “ele é um verdadeiro protótipo do colonizador britânico... Pode-se reconhecer em Crusoe todas as características do temperamento anglo-saxónico: a independência masculina, a crueldade inconsciente, a perseverança, a inteligência obtusa, mas eficiente, a apatia sexual, a reserva calculista.”

Mas agora independentemente de preconceitos nacionais, quem é que nas elites europeias não cresceu com Robinson, com a crença no ser individual e em como ela teve influência na tecnologia, agricultura e hierarquia política europeias? Crusoe proclama-se a si próprio senhor da ilha, da sua “colónia”. A relação idealizada de senhor e servo entre Crusoe e Sexta-feira ainda a podemos encontrar no imperialismo cultural dos nossos dias: Crusoe personifica o europeu “iluminado”, enquanto o “selvagem” Sexta-feira só poderá ser redimido da sua vida de barbárie através da integração

e da assimilação na cultura de Crusoe.

No tratado de Jean-Jacques Rousseau sobre a educação, “Emílio, ou Da Educação”, ao protagonista Emílio só a leitura de um único livro é permitida até à idade dos 12 anos: Robinson Crusoe. E foi Karl Marx que, no seu *Capital*, fez uma análise de Crusoe. Segundo ele, Crusoe na ilha representa a superioridade do trabalho sobre o capital. Mas Robinson não se encaixa lá muito bem no séc. XXI, pois não?

Estes e muitos outros romances, bem como os seus heróis, com quem nos identificávamos quando éramos crianças, têm muito a ver com os princípios basilares da tradição europeia que afinal nos orgulhamos de já ter abandonado no passado. Mas, ao mesmo tempo, permanecem também como conteúdo de muitas histórias e ideias que entretanto já não perfilhamos. E pouco existe que possa preencher o seu vazio e a sua simplicidade.

Acho que é do conhecimento de muita gente: a China já dispõe de 300 Institutos Confúcio e, até 2020, vai abrir mais 700. Confúcio, o novo herói de uma forma chinesa, ou até mesmo global, de ver as coisas. Já leram Confúcio? É um prazer de leitura bastante ambivalente, para ser honesto. Claro que este texto tão antigo devia continuar a ser objeto de crítica e de labor interpretativo. Mas o pobre homem, como Maomé e o Corão, está é sujeito ao fado da instrumentalização. Textos congelados que, por motivos políticos, são objeto de descongelamento é uma experiência que também aqui vivemos na Europa. Mas aprendemos o exercício do discurso crítico, e somos cada vez melhores nisso. É um facto de que nos podemos orgulhar.

Falar sobre a ambivalência de princípios que reina nos nossos dias tornou-se entretanto um “global business”, um negócio

à escala global. Tanto Hollywood como Bollywood são disso exemplo; o Rato Mickey, Alain Delon e James Bond; e uma porção de estrelas dos nossos dias. O valor nominal, “face value”, transformou-se no Facebook de Zuckerberg; a maçã bíblica converteu-se em Macs e I-pads pela mão de Steve Jobs. É possível googlar notícias fascinantes em qualquer canto do mundo graças a Larry Page, o Robinson dos nossos dias.

Mas qual o significado disto para a cultura europeia e as indústrias digitais? Para a sua diplomacia, seja grande ou pequena? Para as relações culturais europeias e para esse exemplar único chamado EUNIC? Não precisaremos nós de novas e mais robustas estratégias europeias e novos princípios basilares, simultaneamente compactados e complexos? E mensagens convincentes destes princípios europeus?

A atribuição do Prémio Nobel da Paz a Liu Xiaobo, em 2010 – e a cadeira não ocupada em Oslo, aquando da entrega do galardão – contribuem provavelmente mais para o debate cultural e político do que eventos culturais promovidos oficialmente por estados, tantas vezes com carácter meramente representativo.

Uma coisa é certa: Swift, Voltaire e Heinrich Heine teriam seguramente gostado de trabalhar com o artista chinês Ai Weiwei num projeto sino-europeu sobre Liu Xiaobo.

E a propósito de narrativa europeia, mesmo que porventura tenhamos falta de heróis literários na Europa de hoje, sempre continuamos a ter os Harry Potters e outros similares. Mas não nos faltam pensadores nem artistas que sejam o espelho da pluralidade europeia. A Europa dispõe de incontáveis ícones culturais e provocadores de nomeada: os Václav Havels e os Mikis Theodorakis, os Orhan Pamuks, os Ecos e os Bourdieus, os Habermas, os Houellebeqs e por aí fora. Temos cada vez mais sucesso a colocar no mercado as nossas cidades, regiões e nações. O turismo cultural está em crescimento, exportamos os nossos arquitetos para a China, designers para Singapura, cinema de autor para o Brasil e sucessos de bilheteira para todo o mundo.

Faltam-nos, contudo, noções unitárias e claras do nosso projeto comum europeu nas vertentes política e cultural. Eis uma tarefa de que se podem incumbir a EUNIC e o Serviço de Ação Externa da UE para a Cultura, ultrapassando as agendas nacionais e nacionalistas e o campo de batalha da política das línguas.

Será que ajuda citar aqui Johann Nepomuk Nestroy, um dos maiores escritores austríacos e também um cínico da era Metternich, caracterizada pelos inícios do nacionalismo na Europa? “A melhor nação é a resignação”, dizia ele. Mas talvez até nem devesse citá-lo, já que sou defensor de uma diplomacia cultural europeia de carácter transnacional.

Negócio duro em prol de “soft power”

Voltemos às tarefas dos organizadores, ao menu de uma diplomacia cultural que ultrapasse fronteiras e ao papel de *catering* da EUNIC. Acho que poderíamos todos chegar a um consenso tácito e não oficial em torno de alguns pressupostos e propostas. Começo desagradavelmente pelos itens menos festivos.

“Pecunia non olet” (o dinheiro não tem cheiro). Se a Comissão alocasse mais recursos à cooperação cultural – e devia fazê-lo! – nós iríamos utilizá-los de forma sábia, não iríamos?

Dêem a César o que é de César! Mas mantenham-no separado da arte e da cultura. Por outras palavras: Sim, precisamos de uma estratégia diplomática europeia para a cultura e também de recursos, mas, no que diz respeito à prática no terreno, deixem-nos trabalhar em conjunto e de parceria com as organizações da sociedade civil. Os institutos de cultura independentes sabem como as coisas

funcionam e desenvolveram as suas próprias capacidades diplomáticas, nomeadamente a capacidade de deixar que outros façam o que os institutos de cultura querem.

Os diplomatas podem sempre criar mal-entendidos. Por isso, a diplomacia cultural requer a presença de especialistas, seja sob a forma de ministérios da Cultura em colaboração com os dos Negócios Estrangeiros, ou de Direção-Geral da Educação e Cultura com o Serviço Europeu de Ação Externa.

Intervenção paradoxal: encorajem o mau comportamento na esperança de lhe pôr fim. Tendo em conta a dureza dos agentes do poder, é hoje negócio duro estabelecer um “soft power” e um poder cultural da UE. O EUNIC tem de se entregar à tarefa com afinco, coisa de que, aliás, até hoje ainda não vejo sinais. O Serviço Europeu de Ação Externa carece de estruturas sensatas e mecanismos de cooperação com a Direção-Geral da Educação e Cultura da UE.

“Small is beautiful” (pequenino, mas feitinhosinho). O ditado poderia desculpar um comportamento indolente. Será que se aplica à estrutura central da EUNIC? O que eu quero dizer com isto é que já é tempo de subirmos a fasquia.

Comecei com os pés bem assentes na terra e gostaria de concluir também com algumas questões basilares.

“Spes contra spem” (esperança mesmo contra toda a esperança, S. Tomás de Aquino). Quem melhor do que nós, mediadores culturais, sabe o quanto esta União Europeia louca das diferenças e da diversidade precisa de uma estratégia cultural clara e robusta, tanto no plano interno como no plano externo? As estruturas necessárias deveriam ser construídas por nós em trabalho conjunto.

Subsidiariedade. Complementem de forma credível (em vez de os substituir) os objetivos e instrumentos nacionais com os

da Europa. A famigerada mudança de paradigma. Complementem (em vez de a substituir) a concorrência com a cooperação. São mais os problemas que só concertadamente podem ser enfrentados do que os ganhos que isoladamente se possam conseguir. Isto não é só válido para a sobrevivência no mundo, mas também para as nações da Europa e as estratégias culturais que lhes são específicas.

Construam política de “soft power” sobre o euroceticismo convicto. Confie na história europeia e nos seus esclarecidos fracassos, aprendam com o passado. E façam-no com energia e pertinácia contra todo o populismo de vistas curtas.

Ousem o impossível. Não pendurem já no prego o desenvolvimento dos princípios europeus em prol de um bem comum maior e da cultura europeia. Seria o milagre deste ano, se através do Serviço Europeu de Ação Externa se abrisse a possibilidade de com ele se transporem os muros do passado. Lapula, a ilha voadora aterrou na Europa. Deixem-nos usar a sua força em nosso benefício.

Muita coisa está em jogo e não é segredo nenhum quem é o destinatário principal. Pela última vez, gostaria de vos deixar com uma citação do Gulliver de Swift: “Isto fez-me pensar na pele clara das nossas ladies inglesas, que só nos parecem tão belas porque têm o mesmo tamanho que nós.”

Gottfried Wagner é consultor do ministério austríaco da Educação e Cultura. Foi durante muitos anos diretor da Fundação Cultural Europeia, a única fundação cultural independente, supranacional e pan-europeia, bem como do KulturKontakt Austria, um centro europeu de excelência e de recursos direcionados para a educação, a cultura e a arte, com sede em Viena.

Muito mais do que uma questão de imagem

Desde o seu modesto início na década de cinquenta do séc. XX, a diplomacia da União Europeia tem-se desenvolvido de forma contínua. A criação do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) em 2010 marca o início de uma nova fase para a UE. Qual é o papel da cultura nas relações externas? O que é importante?

Steffen Rasmussen Bay



Uma descrição fundamental da União Europeia já tinha sido desenvolvida nos primeiros dias de integração europeia: após a devastação da Segunda Guerra Mundial, ela define a comunidade como um modelo estrutural para a paz entre os países da Europa. Este modelo é bem sucedido porque os estados-membros dependem uns dos outros. Eles integram a União Europeia em vez de se guiarem por princípios de soberania territorial ou de equilíbrio de poder político. A UE é baseada em valores universais: a democracia, os direitos humanos, o multilateralismo e a solidariedade internacional. A comunidade considera-se como um modelo para a coexistência pacífica entre os estados. Esta imagem de si ainda desempenha um papel importante na comunicação da ação

externa da UE: acreditando no valor e na universalidade da sua própria base normativa, a União entende que este fundamento deveria ser aplicado em todo o mundo. A interação dos Estados ou uma integração regional seria uma vantagem. Em vez de apenas explicar a natureza e a função da UE ou de prosseguir uma determinada política, o desafio em termos de comunicação das políticas externas culturais e educacionais da União consiste principalmente na transferência de valores da UE e no seu papel de modelo para a coexistência pacífica entre os estados.

As relações internacionais da UE são muitas vezes criticadas pela sua falta de coerência e de coordenação. Estes défices devem-se por um lado à diversidade dos agentes que intervêm nas relações diplomáticas e são, por outro lado, o resultado do modo de distribuição da autoridade e da legitimidade entre eles. Repetidas vezes se exigiu que a UE falasse a uma só voz sobre as relações internacionais, o que, por sua vez, levanta a questão de um melhor planeamento estratégico e coordenação da política externa da UE, especialmente da política externa cultural e educacional. O Tratado de Lisboa e a criação do Serviço

Europeu de Ação Externa podem ser vistos como uma resposta a esta crítica. Ainda que seja demasiado cedo para avaliar o seu impacto prático, estas duas etapas têm o potencial de fortalecer a coesão da UE nas suas relações internacionais, sobretudo em termos das suas relações externas culturais e educacionais, para as quais foi criado um departamento próprio no SEAE. Não será de esperar que sejam feitas alterações à essência da política externa cultural e educacional no que diz respeito aos fundamentos normativos da UE, em grande parte porque há consenso na União Europeia quanto a esta matéria. E, de facto, é difícil não concordar com as preocupações da *Public Diplomacy* europeia, empenhada na transmissão dos valores da UE e na promoção da Europa como um bom modelo para a paz e para a diversidade.

Perceção da UE como interveniente

Um serviço diplomático unificado e liderado por uma pessoa pode, para além de possibilitar uma maior coordenação, ser relevante em termos da perceção da UE enquanto interveniente internacional. Em especial, a combinação dos diferentes pilares da União Europeia tanto no Gabinete do Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança como nas delegações da UE pode fortalecer a imagem da UE na arena internacional. Ainda é muito cedo para avaliar como isso aumenta a visibilidade da identidade europeia. Será provavelmente mais fácil comunicar a existência, a natureza e as posições políticas da UE no estrangeiro. Uma vez que os representantes da UE já não estão limitados a determinadas áreas da política (embora apenas possam

representar opiniões consensuais no seio da UE), o SEAE irá facilitar a influência sobre os debates de política global, especialmente em países terceiros. Para além da tarefa de comunicar este novo quadro institucional para o exterior, estas mudanças também trazem novos desafios: particularmente em relação às tensões existentes dentro da diplomacia da UE, e especialmente na política externa cultural e educacional. Quem fala, cada vez mais, a uma só voz melhora a sua própria visibilidade mas tem de suportar o risco de que o opinião pública estrangeira possa reagir de forma mais negativa. O envolvimento da UE nas políticas culturais e educacionais pode em caso negativo não ser entendido como uma disseminação de valores universais, mas sim como uma imposição de princípios insidiosos por parte de uma potência estrangeira atuando em interesse próprio. A tensão nas políticas culturais e educacionais da UE entre uma maior visibilidade e coerência por um lado e o desejo de difundir os valores da UE e o seu modelo de paz estrutural por outro lado é reforçada pelo facto do SEAE ser totalmente funcional. O problema é que a difusão da identidade da UE requer uma representação mais consistente no estrangeiro. Mas ao mesmo tempo, o aumento da visibilidade internacional reduz a base normativa para a projeção dos valores europeus. O argumento é simples: se uma organização não-governamental que faz campanha pela democracia e os direitos humanos num país fora da União tiver o símbolo da União Europeia no seu material promocional para assinalar o apoio

financeiro da UE conforme as diretivas da UE, a mensagem positiva da ONG pode ficar enfraquecida por poder ser associada aos interesses da UE. Pode até parecer que a União queira impor alguma coisa, o que também pode significar que a União Europeia seja mais vista como uma potência tradicional que prossegue os seus próprios interesses geopolíticos e económicos - já não sendo necessariamente vista como um interveniente bem intencionado, para quem todas as coisas se pautam por valores universais, e que tem a experiência suficiente para os partilhar com os outros.

A tudo isto se juntam as tensões na diplomacia europeia. É provável que estas venham a aumentar quando o SEAE estiver totalmente funcional. Com a administração central do SEAE, em Bruxelas, cria-se uma nova e poderosa instituição, o que deverá ajudar a resolver problemas políticos. Deverá também ajudar a comunicação entre os vários diretores-gerais da Comissão e simplificar a mesma com o Conselho Europeu. O facto das delegações da UE em países fora da União represen-

tarem agora a UE em todos os domínios políticos também deverá ter um impacto positivo.

Segundo as regras da selva

A transformação da UE como interveniente da cena diplomática selada pelo Tratado de Lisboa e o SEAE pode ser interpretada como uma tentativa de mudar a estrutura de rede da UE já existente para o ideal clássico de um interveniente uno e coerente. Diante da forte concorrência internacional, a UE pode agora representar cada vez mais os seus interesses materiais através de práticas diplomáticas (e militares) definidas e acordadas de forma coordenada. O que é compatível com a conceção da UE como uma comunidade de valores que também está disposta a jogar segundo as regras da selva sempre que for necessário, como o formulou tão bem Robert Cooper, um experiente estratega da política externa da UE, recentemente nomeado como consultor no SEAE. A difusão desta imagem da UE e o seu papel no mundo será inicialmente mais fácil do que a aceitação dos valores da UE e dos modelos de integração noutras partes do mundo. Essa visão envolve o risco de que o objetivo a longo prazo da UE, de promoção dos valores da UE para a mudança estrutural dos países terceiros e do sistema internacional, seja mais difícil de pôr em prática. De acordo com Martin Ortega do Instituto Europeu de Estudos de Segurança, o sistema internacional deve primeiro desenvolver-se numa “comunidade global”

“Em vez de apenas explicar a natureza e a função da UE ou de prosseguir uma determinada política, o desafio em termos de comunicação das políticas externas culturais e educacionais da União consiste principalmente na transferência de valores da UE e no seu papel de modelo para a coexistência pacífica entre os estados.”

antes da União Europeia poder ser nela bem sucedida enquanto interveniente baseado em determinados valores. Por isso, a comunidade deve decidir entre um modelo de interesses e um modelo de valores como base da sua diplomacia. Depois das prioridades políticas da política externa da UE nos últimos anos, o SEAE parece preferir um modelo de interesses. Nas relações externas com o Norte de África, o interesse geopolítico consiste em alcançar a estabilidade entre os países vizinhos e em estabelecer um tipo de cooperação que ajude a regular a imigração oriunda desses países. Estes objetivos têm, nesta região, prioridade sobre a divulgação dos direitos humanos e da democracia. Um outro paradoxo que irá aumentar através do SEAE é o contraste existente entre uma política externa cultural e educacional, que transmite sobretudo valores e que representa a UE como um projeto de paz, e uma política externa mais tradicional. Tal ocorre porque a UE está a tentar ganhar influência em todo o mundo de duas maneiras dificilmente conciliáveis:

- 1 A UE como um modelo de inspiração (UE soft power) e
- 2 A UE como interveniente ativo (UE hard power).

Será por isso difícil a UE conseguir estabelecer uma “comunidade global” assente em valores, com base na sua própria experiência de amizade com ex-inimigos, enquanto também estiver a defender os seus próprios interesses económicos e geopolíticos num ambiente internacional de concorrência entre potenciais inimigos.

Esta situação de tensão é um problema geral nas relações internacionais da UE. A criação do SEAE sugere que as perspetivas geopolíticas passam para o primeiro plano. Este é um desafio de comunicação para as

“Nas relações externas com o Norte de África, o interesse geopolítico consiste em alcançar a estabilidade entre os países vizinhos e em estabelecer um tipo de cooperação que ajude a regular a imigração oriunda desses países.”

relações externas culturais e de política educacional. Por um lado, o SEAE contribui para uma dinâmica mais forte do tipo “nós-contra-eles” entre a UE e os outros países. Mas por outro lado, a UE está a tentar difundir, simultaneamente, um modelo para a paz estrutural entre os estados, que superaram com sucesso essa mesma dinâmica, apresentando-se deste modo como um interveniente altruísta que defende os valores universais da democracia, dos direitos humanos e do multilateralismo. O desenvolvimento da União, simbolizado pelo SEAE, acarreta consigo a obrigação de ter uma posição sobre questões controversas. Tem, portanto, que optar por posições políticas com as quais outros intervenientes poderão não concordar. Será mais difícil de manter a imagem tradicional da UE como um interveniente de tipo qualitativamente diferente que tem desempenhado um tão grande papel na política externa cultural e educacional. Uma possibilidade, tanto a curto como a longo prazo, de prevenir o potencial impacto negativo do SEAE na mensagem central da UE é mostrar mais

empenho na promoção mundial da cultura europeia. Para tal, a UE teria em primeiro lugar que concretizar o lema algo vago “Unidos na Diversidade” e tomar medidas concretas, dado que isso poderia contribuir para aumentar a essência e a coesão da identidade europeia. A promoção da cultura nas relações internacionais não define qualquer adversário. Seria assim possível reforçar a identidade da UE sem promover a dinâmica “nós-contra-eles” da diplomacia da UE. Outro argumento é que o valor comunicacional da cultura é maior do que o de documentos e folhetos que explicam os princípios da UE. Quando a UE debate sobre direitos humanos e conflitos, poder-se-ia fazer num complemento, por exemplo, com uma exposição de “Guernica” de Picasso. Mas será que a UE se atreveria a fazer apelo às emoções em vez da racionalidade para falar com outrém?

A cultura europeia, como tal, não existe, mas a riqueza combinada das culturas dos seus estados-membros é uma realidade. Se a UE conseguir representar essa riqueza cultural de forma positiva e produtiva, tal seria um grande trunfo para a sua política cultural e educacional. Ainda não está claro se o SEAE irá atribuir um papel especial às relações culturais, uma vez que o termo “cultura” está ausente na maioria dos documentos oficiais e dos debates políticos. Seja como for, uma coisa é certa: a participação dos estados-membros é crucial. Seria um grande passo para frente se os institutos culturais fora da UE seguissem cada vez mais a orientação comum da UE, como já acontece noutras áreas da diplomacia dos estados-membros. A rede europeia de institutos culturais (EUNIC) é, neste caso, um elemento de primeira importância. E não apenas por causa dos padrões de cooperação já existentes e em desenvol-

vimento contínuo no âmbito da EUNIC, mas também porque a rede tem uma vasta presença e experiência em países terceiros.

Steffen Rasmussen Bay é um cientista do Instituto de Relações Internacionais da Universidade do País Basco, em Bilbao. A sua pesquisa é centrada na integração da UE e na Public Diplomacy bem como em questões de segurança em torno do alargamento a Leste da União Europeia.



MAES



SOTIRI

MAES

19

De Wand

CHEZ
SOTIRI

7959

MT0498



7959

MIVIA

Menos histeria, mais escuta O processo de ratificação do Tratado da Europa decorreu à sombra de um debate, muitas vezes historicamente empolado, acerca das vantagens e desvantagens de a Turquia ser membro da UE. Durante a crise do euro, os meios de comunicação e os populistas convertem a Grécia no bode expiatório da Europa. Contudo, se este continente quer servir de modelo, à escala universal, tem de se manter coeso mesmo em tempos difíceis. **Joseph Muscat**



Uma pesquisa acerca da palavra “esperança” nos Tratados de Roma (assinatura em 1957; entrada em vigor em 1958), no Acordo de Schengen (1985), nos Tratados do Luxemburgo e de Haia (o Ato Único Europeu de 1986/87), nos Tratados de Maastricht (1992/1993), Amsterdão (1997/1999), Nice (2001/2003) e Lisboa (2007/2009) não leva a “nenhum achado”. O termo “esperança” surge uma única vez num tratado acerca de uma Constituição para a Europa, com a extensão de 156447 palavras, que nunca foi ratificado (a assinatura teve lugar em 2004, de novo em Roma, em homenagem ao *caput mundi*, onde 47 anos antes os Tratados de Roma tinham sido assinados).

Hoje, em 2011, em face da atual e perigosa concatenação de circunstâncias

adversas, às quais estamos expostos com a crise do euro, e diante das tensões sociais e políticas que daí resultam, é difícil reprimir um sorriso triste ao rere as palavras harmoniosas no preâmbulo da Constituição para a Europa. Aí lemos que a a União Europeia “oferece as melhores oportunidades de prosseguir este grande empreendimento ao inaugurar um espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar, respeitando os direitos de cada indivíduo e ciente da sua responsabilidade perante as gerações futuras e o planeta.”

Numa observação *a posteriori*, é-se tentado a dizer que uma linguagem algo mais contida teria reduzido um pouco a distância entre os indivíduos que, em última instância, constituem “os povos da Europa” e os autores da Constituição. Seja como for, uma coisa é certa: muitos cidadãos - em especial se estão desempregados ou, mesmo que trabalhem, ou recebam uma pensão, mas só a custo conseguem equilibrar as finanças - ainda na fase anterior à recessão, em que a Constituição foi delineada, teriam encarado a afirmação de “um espaço em que a esperança dos homens pode desabrochar” como um sinal de desfazamento em relação ao mundo real.

Temos, contudo, de admitir que foi um gesto notável em si mesmo integrar “a esperança dos homens” como conceito num documento constitucional de di-

menção política e ambição cultural sem precedente. Por um lado, este gesto remete para a consciência existente de que a Europa atual – para usar uma expressão suave – não é o melhor de todos os mundos possíveis e, por outro, revela que, para além do continente presente, poderia existir uma Europa melhor.

Fraqueza idealista, força humanista

É notório que o termo “esperança” pode adquirir uma multiplicidade de sentidos: os que vão de uma esperança moderada, sem qualquer garantia concreta de realização, à crença que o esperado vai certamente acontecer – tão inabalável como, por parte de muitos crentes, a crença em Deus que, em última instância, é o “Deus da esperança” (Carta aos Romanos 15:13). A ideia absoluta de “esperança” que acabámos de mencionar, vista como arcaica de um ponto de vista pós-moderno e domiciliada nas visões do mundo que, pelo menos desde o filósofo e teórico da literatura francês, Jean-François Lyotard, são, na sua maioria, classificadas como meta-narrativas e a aceção ténue do termo, mais consentânea, na opinião de muitos, com o estado de espírito preponderante na Europa atual, têm uma característica em comum.

Tanto a interpretação absoluta, como a mais ténue, aludem, não apenas a uma insatisfação bastante profunda em relação ao mundo existente (caso contrário seria absurdo ter esperança num mundo melhor), mas também à convicção subconsciente (nas circunstâncias adequadas, para a interpretação mais branda do conceito e, em toda e qualquer circunstância, para a sua interpretação absoluta) de que é possível uma viragem para melhor e de que um

mundo melhor, mais justo e socialmente mais equitativo, é efetivamente possível. Por este motivo, julgo que é justamente a descrição da Europa como “espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar” que, em última instância, conferiu à suspensão Constituição para a Europa, de 2004 a sua força de inovação humanista e, simultaneamente, a sua fraqueza idealista. Esta fraqueza acabou por se revelar letal.

Não pretendo com isto afirmar que a Constituição foi posta de parte devido à sua ousada esperança numa Europa melhor. A Constituição fracassou porque foi incapaz de lidar, de forma adequada, com os receios e problemas dos cidadãos comuns. A estes cidadãos, já desiludidos com os governos dos respetivos estados que sentiam demasiado distantes das suas aspirações diárias, foi-lhes colocada à frente a perspectiva de um megagoverno ainda mais distante e insensível numa União porventura ainda mais extensa.

Neste contexto, é preciso recordar que o processo de ratificação da Constituição Europeia decorreu à sombra de um debate, muitas vezes histericamente empolado, acerca das vantagens e desvantagens de a Turquia ser membro da UE. Em tais circunstâncias, designar a Europa como “espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar” foi, pura e simplesmente, deitar sal nas feridas dos desiludidos e irritados cidadãos comuns – em particular daqueles estados que já eram membros da UE há mais tempo. Isto seria ainda mais verdade se, nas circunstâncias atuais, se utilizasse uma tal formulação.

A palavra “esperança” perdeu-se durante a reflexão e não sobreviveu à chamada “fase de reflexão”, iniciada após ter sido abandonado o processo de ratificação da Constituição, quando os eleitores franceses

e holandeses o recusaram em 2005. A rejeição do texto pelas pessoas a quem ele se dirigia deve ter levado os autores do Tratado de Lisboa a evitar, na redação do novo texto, qualquer forma de exagero. Foram mesmo mais longe e abstiveram-se totalmente de apresentar um texto novo. Por conseguinte, a primeira versão oficial do novo Tratado (que substituiu o Tratado sobre uma Constituição para a Europa) consistia numa série de aditamentos aos Tratados já existentes – (ou seja, o Tratado de Maastricht, aliás Tratado sobre a União Europeia e o Tratado de Roma, aliás Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), coincidindo, assim, no essencial, com o texto posto de parte (ou seja, da Constituição) sem reproduzir o articulado que a nova versão deveria supostamente substituir. Desta feita, tornou-se muito difícil para os leigos entender a situação na sua globalidade. O antigo primeiro ministro Giuliano Amato fez o reparo que o novo tratado fora elaborado com o propósito de se tornar ilegível e invisível. A Comissão Europeia só publicou as versões oficialmente consolidadas do Tratado sobre a União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia em 2010 e não antes de eles entrarem em vigor (2009). Destes “textos consolidados”, foi removido o efémero “passo” constitucional que caracterizava a Europa como “um espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar.” A alusão à Europa como oásis da esperança ficou, assim, a ser nada mais do que um fugaz e lamentável lapso.

No entanto, isso não impediu que milhares de pessoas fora da Europa continuassem a alimentar a esperança de encontrar no continente europeu aquilo que lhes estava vedado na sua pátria. Para estas pessoas, a Europa é, como sempre, um “es-

paço onde a esperança dos homens pode desabrochar”. Ao que parece, é como se o ilusionista se esforçasse, num passe de mágica, em fazer voltar o coelho branco à cartola - para estes desesperados cheios de esperança, vindos daqueles espaços peculiares onde a ausência de esperança pode desabrochar, o coelho, pura e simplesmente, não desaparece.

Os europeus do séc. XXI são provavelmente céticos no que respeita às qualificações da Europa como “espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar.” Isto é especialmente válido nos tempos atuais em que os fundamentos económicos da União foram abalados pela crise da dívida soberana em alguns países da periferia geográfica do continente - em particular, mas não exclusivamente, do Sul. É exatamente aí, onde estalou a crise atual, que é de esperar um maior ceticismo – naqueles países que, observados a posteriori, poderiam ser vistos como os elos mais fracos na cadeia do sistema financeiro e monetário da Europa. As draconianas medidas de ajustamento impostas pela Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, sobrecarregando ainda mais a vida da classe operária e das classes médias, já acoissadas pela recessão económica que tarda a recuperar, provocaram uma irritação adicional – uma irritação que, em alguns países, esca-

“O ilusionista bem se pode esforçar, num passe de mágica, em fazer voltar o coelho branco à cartola – para estes desesperados cheios de esperança, o coelho, pura e simplesmente, não desaparece.”

lou frequentemente em protestos e confrontos de rua com a polícia.

E, não obstante, a Grécia, a Espanha e a Itália contavam-se entre aqueles países que, em 2005, aclamaram, com o maior dos entusiasmos, o texto da constituição que exaltava a Europa como “um espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar”. O leitor recordar-se-á que o Parlamento Grego ratificou a Constituição Europeia a 19 de abril de 2005, com 268 votos a favor e 17 votos contra. A 25 de janeiro de 2005 a Câmara Baixa Italiana ratificou a Constituição com 436 votos a favor, 28 votos contra e 5 abstenções. O Senado Italiano (a Câmara Alta) ratificou a Constituição a 6 de abril de 2005 com 217 votos a favor e 16 votos contra. A 28 de abril de 2005, a Câmara Baixa Espanhola deu a sua aprovação, com 311 votos a favor, perante 19 votos contra. A 18 de Maio de 2005, uma maioria de 225 senadores da Câmara Alta Espanhola votou a favor da Constituição. Houve apenas 6 votos contra e uma abstenção. Esta votação foi precedida por um referendo consultivo, no qual 77% dos cidadãos espanhóis deram luz verde. Só 17 % votaram contra. No entanto, a participação global no referendo ficou pelos 42% . A Grécia, a Itália e a Espanha fazem parte dos 18 membros dos “Amigos da Constituição da UE”. Outros membros são a Áustria, a Bélgica, a Bulgária, o Chipre, a Estónia, a Finlândia, a Alemanha, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, o Luxemburgo, Malta, a Roménia, a Eslováquia e a Eslovénia. Portugal e a Irlanda apoiaram igualmente o texto da Constituição, mas decidiram suspender os preparativos para um referendo, após o “não” dos franceses e dos holandeses.

Os estados que, durante o processo de alargamento em 2004, ou numa fase poste-

rior, aderiram à União Europeia (a Roménia e a Bulgária foram admitidas na UE em 2007), acolheram, de um modo geral, com entusiasmo a Constituição da UE. Efetivamente, de todos estes países, só a República Checa e a Polónia não pertenciam ao grupo dos “Amigos da Constituição da UE.” Dos 18 membros do grupo dos “Amigos”, 10 deles – logo, a maioria – entraram em 2004 ou mais tarde. Dos membros que já pertenciam à UE há mais tempo, metade eram “Amigos da Constituição da UE” (8 países). Os restantes 8 países oscilavam entre uma atitude reservada e uma hostilidade ostensiva.

Consenso no sul

Nos países que não puderam acolher com entusiasmo a Constituição, a oposição veio dos eleitores – mesmo quando a classe política não encarava a Constituição de forma negativa. A totalidade dos membros da área mediterrânica, excetuando a França – tanto quanto se pode encaixar a França na área mediterrânica – apoiou a Constituição da UE, independentemente do respetivo ano de adesão. Trata-se da Espanha, Itália, Malta, Chipre, Grécia e Eslovénia. Os resultados da votação em Espanha, Itália e Grécia já foram mencionados. No Parlamento Esloveno, 70 deputados votaram a favor e 4 contra a Constituição. No Chipre, o Parlamento ratificou a Constituição com 30 votos a favor, 19 contra e uma abstenção. No meu próprio país, Malta, a Constituição foi ratificada, por unanimidade, a 6 de julho de 2005. Porém, como reagiriam hoje os cidadãos comuns da Grécia, da Espanha ou de Itália – para só nomear aqueles que se veem confrontados com uma grave crise da dívida

– caso lhes perguntassem se achavam que a Grécia faz parte de um “espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar”? Ao que parece, terá sido necessária uma crise como a presente para amortecer o entusiasmo dos países da orla mediterrânica da Europa.

Um cínico diria que seria preciso olhar para a Europa de muito longe, para a perceber como “espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar”. E, de facto, assim é: quando atravessamos o Mediterrâneo e olhamos para a Europa a partir do Norte de África ou, melhor ainda, da África subsariana, ela continua a ser sinónimo de esperança. Para centenas de milhares de africanos – para já não falar dos habitantes de algumas partes da Ásia e da América Latina – a Europa mantém um poder de atração suficiente para arriscar tudo - até a vida – a fim de a alcançar. Para eles, a Europa é ainda, como sempre, “um espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar.”

Dada a sua situação na periferia da Europa, Malta encontra-se a meio caminho entre o Norte de África e o continente europeu e, por esse facto, numa posição ideal para observar, de bem perto, o drama da migração de Sul para Norte. Um verdadeiro caudal de seres humanos está aqui de passagem – impelidos por conflitos e surtos de fome nos países de origem dos migrantes e pelas diferenças entre as taxas de natalidade no Norte abastado (baixas taxas de natalidade) que precisa urgentemente de mão-de-obra e no Sul pobre (altas taxas de natalidade) que não consegue oferecer suficiente trabalho produtivo aos seus habitantes, para respaldar o crescimento e o desenvolvimento. Por agora, deixemos de lado, neste ensaio, o tema crítico da capacidade infraestrutural de Malta – um estado

insular com uma extensão de apenas 321 km² – ao abordar o número relativamente elevado de imigrantes ilegais. Para a maioria deles, o estado insular é uma estação de passagem a caminho do continente.

Há que admitir que os malteses estão mal equipados, do ponto de vista cultural, para se entender com a migração africana. Contudo, é possível observar uma alteração gradual, embora lenta que, aliás, não se deve a qualquer iniciativa específica do Estado. Todas as iniciativas surgem na sociedade civil, em ONGs e organizações religiosas. Uma análise excelente das raízes culturais da nossa atitude impreparada – em particular a “relação entre a educação institucional e as minorias étnicas” é o estudo *Education and Ethnic Minorities in Malta* (Educação e Minorias Étnicas em Malta), encomendado pelo parceiro maltês do e-Spices (*Social Promotion of Intercultural Communication Expertise and Skills*). E-Spices é um projeto europeu para a promoção do conhecimento especializado e das competências na área da comunicação intercultural com parceiros na Bélgica, Alemanha, Grécia, Malta, Polónia e Turquia. Os autores argumentam, de forma convincente, que a raiz da nossa incapacidade para lidar com a imigração africana é o mito de uma identidade maltesa, imutável e homogénea, baseada na etnia e na religião (de cunho europeu e cristão). Perante a ideia de con-viver no nosso território nacional com africanos (que são automaticamente representados como não-cristãos), muitos malteses veem ameaçada a “essência” da nossa cultura.

Neste contexto, há que ter em conta que gerações de crianças em idade escolar cresceram a definir a sua identidade como antítese cristã ao culturalmente estrangeiro. Este “elemento estrangeiro”

estava localizado num espaço mítico do outro lado do mar, a sul e a leste de Malta, onde “turcos” de turbante ou vulgares *misilmin* (muçulmanos) estavam sempre à espreita de uma oportunidade para atacar a ilha. Este elemento estrangeiro foi, e é ainda hoje, visto, em grande medida, como hostil e, de certa maneira, corresponde à “imagem do inimigo” do filósofo alemão Carl Schmitt. Não é improvável que em 2011, crianças em idade escolar imaginem com maior vivacidade o Grande Cerco de 1565, em que os Otomanos tentaram arrebatar Malta aos Cavaleiros da Ordem de São João, do que o papel que Malta desempenhou durante a Segunda Grande Guerra como teatro de operações na zona do Mediterrâneo.

Mesmo se demora muito tempo a modificar esta atitude, ela não é inalterável. Atualmente na oposição, o Malta Labour Party, que dispõe de 34 lugares, num conjunto de 69 no Parlamento Nacional e de 4 dos 6 lugares no Parlamento Europeu, é uma força política significativa. O Malta Labour Party é um partido secular numa sociedade maioritariamente cristã e os seus membros são maioritariamente cristãos. Este ano, decidimos convidar a comunidade muçulmana de Malta para a festa da quebra do jejum no fim do Ramadão (*Iftar*). A comunidade é predominante, mas não exclusivamente, constituída por líbios que emigraram para Malta e todos estavam compreensivelmente preocupa-

dos com o destino de familiares e amigos na vizinha Líbia. Mau grado alguns comentários sarcásticos e uma série de reações históricas à iniciativa, o encontro foi encarado de forma muito positiva por parte dos convidados muçulmanos e elogiado abertamente pela maior parte dos católicos malteses e autoridades eclesiásticas que sobre ele se pronunciaram.

Mito de uma identidade inalterável

Se Malta quer desempenhar um papel relevante, criador de mais-valias, no interior do quadro do interesse europeu, com vista à promoção do desenvolvimento económico, da democracia e da estabilidade na zona do Mediterrâneo e, em particular, no Norte de África – um interesse que, em minha opinião, tem de ser repensado e redefinido, em face dos acontecimentos da Primavera Árabe – nesse caso, Malta tem de se libertar do colete de forças cultural que impede a classe política, os diplomatas, os homens de negócios e os intelectuais da ilha de entender o que se passa realmente na orla meridional do Mediterrâneo e, mais longe ainda, a sul do Sara. É daí que vêm a maior parte dos imigrantes que arriscam a vida para atravessar o deserto e o mar em busca do “espaço em que a esperança dos homens pode desabrochar.” O historiador Aron Rodrigue, da Universidade de Stanford investigou a questão da periferia na obra do nobelizado turco, Orhan Pamuk. Segundo Rodrigue, os romances de Pamuk refletem, “as canseiras da atração e da recusa, o amor-ódio em relação ao Ocidente que sentem e vivem até ao limite os habitantes da periferia, aqueles que estão condenados a uma existência periférica – sempre como vizinho próximo

“Um cínico diria que seria preciso olhar para a Europa de muito longe, para a perceber como espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar.”

do todo-poderoso Ocidente. Eles reagem, emulam, adaptam-se, aceitam ou rejeitam em caleidoscópica inquirição acerca do Eu e do Outro.” Trata-se de uma questão “que abarca a história mundial” e que se tornou “a questão do nosso tempo, cujas manifestações diversificadas reaparecem, todos os dias, nos blocos noticiosos.”

Se a Europa ou, a bem dizer, o Ocidente, que vê a região mediterrânica como periferia, quiser desempenhar um papel relevante nas mudanças no Norte de África e no Médio Oriente cujo desfecho ainda está em aberto, tem que deixar de se escutar exclusivamente a si próprio, como tem sido o caso até agora. Tem que ouvir as vozes da chamada periferia, sem as distorcer – como nos mostrou o investigador de assuntos orientais, Edward Said – para que correspondam aos nossos preconceitos e desconsolados interesses. Se escutarmos com atenção, constataremos que as vozes da periferia, não são de modo algum irrelevantes. 440 anos após o Grande Cerco Otomano ao meu país, Orhan Pamuk, o turco, deixou uma brecha pela qual pôde irromper a luz. Segundo Rodrigue, e de acordo com as próprias palavras do autor, Orhan Pamuk começou a escrever a partir da sua periferia. Mas, de forma paradoxal e irónica, foi catapultado exactamente para o centro – em pleno coração do universalmente válido. A periferia é, também ela, “um espaço onde a esperança dos homens pode desabrochar”.

Joseph Muscat é chefe do grupo parlamentar da oposição em Malta e presidente do *Malta Labour Party*.

Europa (gr. Eurṓpē) — pasaules daļa Z un A puslodē, peldas arī R puslodē. Eirāzijas kontinenta R daļi (1. un 2. tab.) No pas. daļām 2. mazākā (arī Austrālijai) bet visblīvāk apdzīvota R puslodē un Āziju gar Urāli. A plekši pa Sibīri, Kurjas-Maničas ielejām (ekonomiskās raiķošanās — pa Galv. Kaukāza rēģu vai pa PSRS robežu Aizkavēša) Z ir ZR — Ziemeļu Jūras ok. jūras (Norvāģu Barenca, Bālg. Karas j.) R — Atlantijas ok. ar PSRS robežu un Ziemeļjūru, D — Vidusjūz, Melnā un Azovs j., DA — Ziemeļkāps, Balts, Karas j., R. R. Atlantijas ok. ar PSRS robežu un Damanēli, no Āfrikas — Gibraļāra un Tunīsas saurums. D — Laidis jūras, Ziemeļjūras un Azovs j. slēgtām Kaspijas jūrai, Norvāģu jūrai, 38 tk atdala Mēmora, Borsosa un Damanēli no Āfrikas un Sibīrijas, un atdala, no Skandināvijas, Pireneju, Apennīnu, Balkānu, 76% — km) stieņa, kas stiepjas no daudzveidīga, 22,8% terītk. aizp. pas. salās, īpaš. Skandināvijā, Pireneju, Apennīnu, Balkānu, 83,5% — salan. j. salās, īpaš. j. — p. salās, atrodas da st. p. salās, īpaš. kontin. daļās, daudzveid. Z p., R — Azovs jūras, 8% — Z p., R — Azovs jūras salās 31°15' R g., nedaudz tālāk A — Zelanījes rags Novaja Zemlā, D — Krēta. (Izleitmi «Europa, Fizioģeogrāfiskā kartē».

Ser diferente é bom O método científico, a política democrática, o conceito de valores universais - tudo isso são conceitos sensivelmente melhores do que aqueles que existiam anteriormente. Não somente porque os europeus são os inovadores, mas também em razão de estes conceitos e filosofias terem nascido no Renascimento e no Iluminismo da Europa, sendo muito bem pensados. Argumentar deste modo pode levar-me a ser acusado de “eurocêntrico”. Mike Hardy



mundo difere-se muito da tradição, a qual enxerga o presente como uma evolução natural do passado. Tradicionalmente, na visão geral do mundo, o presente repete, de alguma maneira, a forma, o comportamento e os acontecimentos do passado. Culturas tradicionais percebem uma repetição, no presente, de um limitado número de alternativas passadas. Já as culturas modernas abrem espaço para o futuro, como um campo abrangente de alternativas para o transcorrer da história e para a própria maneira de viver.

Discutir sobre o que tomamos como moderno nos pode levar a um contexto onde devemos meditar sobre crises, transformações ou atritos no nosso tempo presente. Moderno é o sentimento ou a impressão de que o presente não é simplesmente o que vem depois do passado. Mas sim, que a vida no presente difere-se da vida no passado se levarmos em conta as transformações sociais e culturais correntes. Experimenta-se o moderno como reprodução dos variados estilos de vida em relação às possibilidades históricas. Esta visão sobre o

A multiplicação de alternativas implica em estresse e em atritos entre pessoas, causando assim, grandes preocupações que levam a tentativas de limitar o número de alternativas existentes. “A crise do moderno” é a percepção de que a modernidade é um problema que causa estragos incontroláveis à tradicional maneira de viver. Esta crise implica que o presente é um tempo de transição que não aponta a um futuro claro, mas mesmo assim as transformações são causadas por poderes alheios, os quais não se pode controlar. Seria possível interpretar a Primavera Árabe, os protestos sociais na Grécia e Ingla-

terra e os movimentos anti-capitalistas como representativos desta crise?

Na Europa de hoje vive-se as transformações como processo ou transição. Nós observamos a nossa situação histórica e a nossa vida de maneira teológica, tomando os sentido e os valores morais de um futuro ainda não realizado. A modernidade traz um visão de mundo que evidencia este mesmo mundo como um punhado de unidades diferentes, fragmentadas e divisíveis. Adicionamos grupos sociais que preferem e perpetuam conceitos abstratos, tais como empresas, nações, preferências religiosas ou étnicas (sendo esta última, na verdade, mais uma abstração do que uma categoria física ou biológica).

Seguindo este pensamento, a associação a grupos sociais é tendencialmente instável e provisória, uma vez que as pessoas podem integrar-se a diversos grupos. Nossas identidades vão além de uma construção complexa ou um coquetel. Uma mistura de elementos daqui e de acolá. Abstração é a ideia de que algumas partes da existência e da cultura podem separar-se de outras partes desta existência e desta cultura.

Mundo herdado

Apesar de querermos dizer que a tradição está a perder-se, a repetimos até o ponto do irreconhecível. As culturas modernas ainda praticam rituais tradicionais, como por exemplo nos desportos (que têm as suas raízes nos rituais religiosos), ou o ritual da exposição; não

importa se não podemos visualizar, as raízes destes rituais são antigas. A cultura moderna repete o modo de pensar do passado. Na realidade, a maior parte da cultura moderna baseia-se em métodos tradicionais do pensar, que repete-se relativamente inalterado. Ainda assim, porém, essas culturas modernas encaram este modo de pensar como inovador.

Apesar de os nossos grupos sociais basearem-se em categorias abstratas, repetem-se as estruturas e o conteúdo entre os grupos sociais relacionados. Em outras palavras: criamos os nossos grupos sociais abstratos sobre princípios que derivam das relações biológicas reais. Porém, não experimentamos dentro dos grupos esta relação. Isto faz-nos refletir se esta visão ou noção quanto à modernidade (de que o presente não segue ao passado) não seria apenas uma ilusão. Ou se esta ilusão é, na verdade, o que gera a modernidade.

Foi a memória social que sofreu mudanças. O nosso comportamento, as nossas relações e ideais foram separando-se da sua origem e do seu sentido original na memória coletiva. Se tomarmos como exemplo Martin Luther King Júnior, que é lembrado como um lutador contra o preconceito de raças, veremos que, em realidade, o seu discurso era muito mais abrangente e atingia o sentido religioso.

“Este é o grande novo dilema da humanidade. Nós herdamos uma nova casa

mundial, onde é preciso viver junto, seja branco ou negro, ocidental ou oriental, pagão ou judeu, católico ou protestante, muçulmano ou hindu... Pois que nunca mais será possível vivermos apartados uns dos outros, assim sendo, é necessário aprender conviver em paz entre si.”

Assim como os noticiários do séc. XX publicaram muitas vezes sobre conflitos interracialis e étnicos, as notícias de hoje em dia falam sobre conflitos generalizados por motivos religiosos. Enquanto o séc. XX foi marcado pelo entrave entre as raças, o séc. XXI começa marcado por conflitos entre as religiões e pela fé. Vivemos num mundo onde os conflitos entre países, ou mesmo dentro destes, são causados pela crença e pela religião. Quando King vivia, as crenças extremistas iam da superioridade ariana à gana de luta dos negros, servindo todas como um separador das sociedades. Hoje, é a crença religiosa que causa este separatismo. O esforço de King sempre foi para que a sociedade como um todo alcançasse um melhor relacionamento entre si.

Na Europa do ano 2020, a visão de uma única identidade europeia é menos plausível (ou até mesmo indesejada). Crises sócio-económicas e políticas irão, ao lado da piora do clima, conjeturar para um maior protecionismo e, de uma forma geral, as fronteiras serão melhor controladas. Possíveis exclusões acontecerão. “É

bom ser diferente” simboliza, provavelmente, o mote da nossa época. A aceitação das diferenças, o respeito à pluralidade e o reconhecimento da nossa política de identidade, tudo isso é visto como um marco de uma identidade progressista e anti-racista. O crer no pluralismo e na sociedade multicultural está tão intrínseco nas nossas vidas, que raras vezes questionamo-nos quais são as condicionantes.

Isaiah Berlin, filósofo político russo-britânico, investigou o “pluralismo de valores” e disse: “A vida pode ser observadas por diversas janelas, as quais umas não são, necessariamente, mais ou menos transparentes, ou mais ou menos distorcidas que as outras.” Para Berlin, não havia uma verdade comum válida, apenas uma porção de versões contraditórias de uma história: “Diferentes povos e culturas possuem diferentes valores morais, convicções e verdades e elas devem ser respeitadas individualmente como válidas.”

Muitos desses valores e verdades são incompatíveis e incomparáveis entre si. Uma língua própria e comum é inexistente, o que impossibilita a comparação. Levando-se isto em conta, deve-se encarar o pluralismo de valores como a melhor defesa contra tiranias e ideologias como o racismo, que trata de forma arrogante quem é diferente. Esse argumento pró-pluralismo possui um erro lógico, que

já foi notado por muitos. Um pluralista não pode nunca afirmar que uma sociedade plural é melhor, pois que, de acordo com sua argumentação, “não há uma visão única e imparcial, a qual possa ser avaliada de modo imparcial e que atenda as reivindicações específicas de todas as culturas envolvidas”. Se alguém, alguma vez, se afasta das normas gerais e comuns, então o argumento pode, na melhor das hipóteses, ser válido num só contexto local. Os multiculturalistas afirmam que os valores culturais são incompatíveis e que também as diferentes culturas devem ser tratadas com igual respeito. Exigem, assim, um forte reconhecimento público da cultura e dos contributos sociais para experiências variadas e individuais, para que possam ser vistas como equivalentes.

Por vezes temos que lutar e, quando o fazemos, preocupamo-nos que ao fazê-lo estaremos promovendo, simultaneamente, o separatismo e o mundo paralelo. Para conseguirmos relacionar o mesmo respeito com as diferentes culturas, devemos estar preparados a compará-las entre si. Se os valores são incompatíveis entre si, então isto impossibilita a comparação. O “princípio do ser diferente” não nos fornece qualquer padrão que nos obrigue a respeitar o “ser diferente” dos outros. No melhor dos casos, ele nos encoraja à indiferença em relação à sina alheia. Já no

“A impressão da igualdade entre culturas esconde uma das mais importantes características da vida e história humana: a nossa capacidade de criar o desenvolvimento social, moral e tecnológico.”

pior dos casos, nos permite odiar e abusar dos diferentes. A impressão da igualdade entre as culturas esconde uma das características mais importantes da vida e história humanas: a nossa capacidade de criar o desenvolvimento social, moral e tecnológico. A diferença entre os humanos e os outros seres vivos é justamente a capacidade para a inovação e a transformação. A habilidade para desenvolver ideias e artefactos que são, não apenas, diferentes, mas também aperfeiçoamentos de descobertas de gerações passadas ou culturas terceiras. Não é nenhum acaso que muitas coisas no mundo moderno são influenciadas, ou adaptadas, de ideias e tecnologias da época do Renascimento e do Iluminismo.

O método científico, a política da democracia, o conceito dos valores universais - tudo isso são conceitos sensivelmente melhores do que aqueles que existiam anteriormente. Não porque os europeus são os fornecedores, patrocinadores, inovadores e, por isso, os seres superiores. Mas sim porque muitas destas ideias e filosofias que advêm do Renascimento e do Iluminismo europeus são realmente melhores. Hoje em dia, argumentos assim levam rápido à acusação de “eurocentrismo”. Afirmar isto é um grande erro, se não levarmos em conta os progressos trazidos por outras culturas.

Nós vivemos numa era onde a desilusão reina absoluta em relação à política como catalisador das transformações: as chances por mudanças na sociedade parecem desfalecer.

Muitos creem que é a habilidade de efetuar relações interculturais, e não acordos políticos, o aspeto mais fulcral no ser humano. Será que a condição biológica de um determinado povo causa a sua incapacidade de viver bem, se ele não estiver engajado ativamente nesta cultura?

Sem sombra de dúvidas é possível viver fora do seu habitat. Isto não significa, porém, que o ser humano deva viver numa determinada cultura. Encarar as pessoas como vetores da cultura significa vê-las como um animal social e, por isso, como um ser mutável. Trata-se de algo reconhecido o facto de o ser humano ser capaz de transformar, desenvolver e criar morais universais e estruturas políticas através do diálogo e da compreensão mútua.

O fim da Guerra Fria, a queda da esquerda, a supressão das maiorias do movimentos sociais pela libertação no Terceiro Mundo e no Mundo Ocidental e a inquietação violenta no Mundo Árabe possuem em comum a mudança dos paradigmas sócio-políticos atuais. A luta pelo tratamento igual entre si coloca em questão os enfoques pré-estabelecidos: vale agora nadar contra a correnteza e acreditar nas transformações sociais. Se

nós, ao contrário, sentir-nos confortáveis com as disparidades entre os povos, temos a liberdade de reconhecer a sociedade como ela é. Isto significa, porém, algo tão pouco concreto como: “Vivemos num mundo multicultural, deleite-se.”

Compete lembrar aqui as disparidades que o sociólogo britânico Tariq Modood aponta entre a “igualdade dos direitos individuais” e aquela “igualdade que envolve um ‘ser étnico público’: igualdade no sentido de que uma pessoa de determinada cultura, família ou sociedade não precisa esconder-se ou desculpar-se, mas sim exigir respeito e adaptar o senso comum até que a herança cultural que ela representa seja de facto apoiada, e não mais desdenhada ao esgotamento.”

Uma sociedade realmente plural seria uma em que o cidadão teria a total liberdade de preservar e estimular a sua cultura individualmente, enquanto a cultura geral trata todos os cidadãos com igualdade, independentemente das diferenças pessoais. Entretanto, o pluralismo representa hoje precisamente o inverso. O direito de exercer uma determinada religião, de falar um determinado idioma, de ter um determinado hábito cultural, será visto mais como um bem comum do que como uma liberdade pessoal. Os mais variados grupos de interesse demandam que a sua

“Na Europa do ano 2020, a visão de uma única identidade europeia é menos plausível. Crises sócio-económicas e políticas irão, ao lado da piora do clima, conjeturar para um maior protecionismo.”

cultura específica seja reconhecida institucionalmente em ambiente público. Cultura, crença, estilo de vida, sentimentos - esses são aspetos da nossa vida privada e não deveriam interessar às autoridades públicas.

Uma possível ironia das tão proclamadas Políticas Multiculturais advém do facto de que, no curso do processo político, elas enterram o que há de mais valioso na diversidade cultural, que é a própria multiplicidade de culturas. Tal variedade é essencial não somente em si e para si, mas também porque ela nos dá a chance de aumentar os nossos horizontes, de comparar os diferentes valores, crenças e modos de vida e, por fim, de colocar-nos frente a frente uns aos outros, a fim de que criemos conceitos sobre a diversidade. A dizer de outro modo, as Políticas Multiculturais permitem-nos debater questões e gerar um diálogo que nos pode auxiliar a encontrar um denominador comum no que toca a valores e convicções universais, bem como a uma cidadania coletiva.

Receita para parcerias

Vivermos entre a diversidade de culturas, crenças, línguas e ideias é o nosso desafio. Temos que meditar ainda mais sobre a estabilidade do nosso espaço comum.

A globalização perdeu muito do seu brilho. O nosso mundo, no ano de 2011, mostra-se à beira do descontrolo; a todos os lados que miramos, estamos a confrontar-nos com desafios globais: nas áreas da energia, dos alimentos, das finanças, do clima ou da demografia. Quem assume a responsabilidade de resolver estes problemas? Num país desenvolvido, os cidadãos esperam que o governo tome as medidas necessárias à solução de problemas globais; esses governos, porém, estão sob pressão das ações e iniciativas de lóbi de organizações não-governamentais (ONGs), as quais tomam as rédeas da situação. A ideia de um mundo desenvolvido e de um em desenvolvimento é substituída por uma percepção de que há apenas uma luta por recursos, consumidores, talentos e tecnologias.

O chamado mundo multipolar é caracterizado por uma crescente interdependência que espalha-se por regiões e sectores à medida que a sociedade confronta-se com cada vez mais desafios globais: a mudança climática e as dívidas que já não conhecem fronteiras e atuam indiferentemente sobre governos, empresas e entidades do bem-estar social. O desafio de possibilitar acesso responsável e controlado à água é igualmente importante e estratégico para a população de certas áreas desfavorecidas na Índia, como para os grandes produtores de alimentos e bebidas. Os reféns da SIDA/HIV destroem

as condições de vida de uma comunidade da mesma maneira que destroem a força produtiva dos trabalhadores. Se não forem todos os países, regiões ou comunidades locais, inseparáveis e imunes aos desafios, então a convergência do presente com o futuro numa maneira de viver, de enfrentar os desafios e encontrar soluções, torna-se mais difícil. A mistura das diferenças e a convivência das culturas no espaço público ainda são impedidas pela incapacidade de retirar do caminho os efeitos globais ou tomar ações individuais sem violar o comum. Tem-se sempre a impressão de que, no nosso mundo, a convergência é a coisa mais importante a ser alcançada. O que é a convergência, afinal? De uma maneira prática, a convergência é caracterizada pela motivação e o objetivo de um sector é coberto pelas necessidades da sociedade como um todo. É o elo entre as empresas privadas e as boas políticas sociais, económicas e ecológicas que resultam no desenvolvimento sustentável. Ela pode assumir formas variadas e, às vezes, ser impulsionada pelo mundo dos negócios, ou ainda, pelos governos ou pela sociedade civil. Para este tipo de convergência é necessário, caracteristicamente, forças motrizes contemporâneas, a saber: mercado, renda, escalabilidade e sustentabilidade. A diferença entre os sectores perdeu o valor e são, hoje em dia, cada vez menos fonte de preocupação.

Ao mesmo tempo encontram-se as ONGs internacionais sob a ideia de que as empresas privadas serão parte da solução e não dos problemas se elas mudarem a maneira de agir e pensar. E governos, assim como as instituições multilaterais,

“No lugar da maximização do lucro, nos negócios tradicionais, entra a otimização do lucro ligado aos efeitos ecológicos e sociais.”

reconhecem lentamente a crescente importância do mercado e das ações empresariais no combate à miséria e para o estímulo da coesão entre os povos. As empresas podem ainda aprender com as ONGs como ter confiança enquanto recuperam a sua imagem corroída.

Empreendimentos sociais, têm, nos últimos anos, encontrado muito espaço nos meios de comunicação. No lugar da maximização do lucro, nos negócios tradicionais, entra a otimização do lucro ligado aos efeitos ecológicos e sociais. Possivelmente, a convergência irá estimular a criação de novas formas híbridas de organizações ou corporações sociais, cujo objetivo final seja reflexo de um maior engajamento por valores universais e a sua propagação. Esses híbridos, esperançosamente, irão tomar as atitudes corretas, seguir os melhores métodos e aplicá-los em todos os sectores de modo exemplar.

Vivemos numa era cativante e que desperta muito interesse. A convivência entre diversas comunidades que têm desafios globais comuns cria uma pressão real sobre os políticos. É bem possível que, no futuro, os recursos naturais caiam nas mãos daqueles que tenham mais responsabilidades e consigam articular ações sócio-económicas em vez de perder-se sob o julgo daqueles cuja história é ambígua. Todos os sectores tradicionais têm de se adaptar à esta modernidade. É plausível que empresas globais

conquistem, positivamente, cada vez mais influência nas causas sociais deste mundo cada vez mais unido. O poder do sector privado, sob controle e direcionado ao bem-estar sócio-económico, representa o maior desafio para o desenvolvimento no séc. XXI.

Todos os sectores líderes - seja o civil, o privado e o público - em países, regiões ou localidades irão perceber a tendência à convergência e a acolherá de bom grado, além de compreender o papel das suas organizações para alcançar isto como objetivo. As organizações que tratam das relações interculturais começam a reconhecer este novo desafio e preparam-se para poder contorná-lo. Trata-se do contexto para transformar o nosso discurso sobre a diversidade.

Mike Hardy é professor de Relações Internacionais e Diretor no Instituto para Coesão Social da Universidade de Coventry, na Inglaterra. Ele foi nomeado também para desenvolver e dirigir o Programa Mundial para o Diálogo Intercultural do British Council ainda antes de assumir a sua função atual.



Découvrez les Sites de Paris avec

LES CARS ROUGES



Conciliação do inconciliável Os artistas sempre foram e são precursores que buscam a aventura e novos horizontes, que partilham e fazem permutas, que aprendem e querem crescer como pessoas através do novo conhecimento que adquiriram. Esta disposição de espírito deve ser a força motriz para a política cultural das relações externas europeias. E, se o princípio interno - a compreensão da Europa e a crença na Europa - estiver certo, a representação externa também se torna clara. Katherine Watson



A cultura marca a Europa e indica o caminho para uma comunidade pacífica, aberta e democrática. Através da cultura (e das diferenças culturais) gera-se a coesão; definimo-nos por seu intermédio. A cultura é o caminho para a nossa coabitação como europeus – com vista a um futuro comum.

E, no entanto, temos que permanentemente ganhar forças para a “cultura”. Este repto não é novo, mas está a agudizar-se cada vez mais perante a retração do investimento no sector público e da consequente redução dos meios financeiros, em particular a nível nacional.

A European Cultural Foundation (ECF) foi criada em 1954, em Genebra, por alguns dos mais importantes “arquitetos” da Europa do pós-guerra, entre eles Robert

Schuman e Denis de Rougemont. Para estes pioneiros da Europa, a cultura desempenhava um papel decisivo como modeladora. Em princípios dos anos sessenta do século passado, a convite do príncipe Bernardo, a fundação transferiu-se para os Países Baixos.

Mas a Europa está em contínua mutação e é hoje diferente do que era há 50, 20, ou há 10 anos, mas também diferente do que era ainda no ano corrente ou no mês passado. E mesmo que a visão da *European Cultural Foundation* de encarar a cultura como um elemento fulcral da Europa e de valor incalculável para a nossa vida em comum enquanto europeus não se tenha alterado desde que a fundação existe, as nossas condições de vida e de trabalho sofreram grandes alterações neste período de tempo. Em face desta alteração constante e do facto de a Europa ter de assumir um lugar apropriado no mundo, impõe-se questionar o papel da cultura nas relações externas europeias.

Acresce que vivemos num tempo dominado por problemas económicos. E, nos últimos dias, eles tornaram-se ainda mais relevantes. Nas cabeças dos decisores políticos e dos cidadãos, a reacção a estas questões prementes é prioritária e, perante os constrangimentos materiais da economia, eles vêem pouco espaço para a arte e a cultura. Tendo em atenção a exigui-

dade dos cofres públicos e a retirada do estado do sector cultural, torna-se ainda mais difícil lutar por uma posição forte da cultura e ancorá-la na primeira linha das relações externas, sendo indiferente se se trata de relações externas a nível nacional ou a nível europeu. O que é certo é que a cultura une (embora, lamentavelmente, também possa criar cisões) e torna possível uma melhor compreensão mútua. Daí que seja imprescindível para as relações externas da Europa.

Risco de instrumentalização

A nível dos estados isolados, foi-nos muitas vezes possível observar o braço-de-ferro entre os ministérios dos negócios estrangeiros e os ministérios da cultura. Este relacionamento tenso é ainda exacerbado quando se trata de instrumentalizar a cultura, em lugar de a encarar como elemento de união entre as pessoas. A nível europeu, temos condições para nos opormos a este relacionamento tenso e conflito de interesses e dispomos, à partida, de uma posição mais favorável. Podemos perspetivar o papel da cultura nas relações externas de uma nova maneira, visto que a Europa não é um estado isolado que ambicione uma determinada imagem de marca no mercado internacional.

Consideradas de um modo mais tradicional, as experiências dos estados isolados com a cultura no contexto das relações externas, eventualmente de “diplomacia cultural” sempre estiveram e estão estritamente ligadas aos interesses do estado em questão e a perspetivas e temas com mo-

“Devemos pautar a nossa ação pela ideia basilar de que as relações externas não podem consistir numa visão isolada, nem numa cacofonia a 27 vozes avulsas, porventura reduzida a uma folha de música.”

tivações económicas. Este princípio entra em contradição com uma possível perspetiva europeia ou supranacional, pelo que se afigura desajustado.

Ao reflectir acerca da cultura e do papel que esta desempenha nas relações externas europeias, algumas incompatibilidades, aparentemente inconciliáveis, têm de ser harmonizadas. Dos novos desafios, irão surgir novas oportunidades. Pressupondo, contudo, a vontade de iniciar uma radical mudança de paradigma.

Em primeiro lugar, deveríamos repensar a diplomacia cultural no contexto do séc. XXI. A diplomacia que nos é familiar, isto é, a corrente diplomacia cultural ao nível dos estados isolados não é transponível, sob essa forma, para uma escala europeia. Sem dúvida que o pensamento subjacente à diplomacia cultural de que o “poder suave” constitui um fator absolutamente basilar é claramente bem-vindo. No entanto, faz mais sentido investir o poder da cultura no serviço ao encontro das pessoas, funcionando como meio para um intercâmbio entre seres humanos com igualdade de direitos, em vez de vender uma cultura a um outro círculo cultural, onde aquela é publicitada e tratada como mercadoria. Devemos pautar a nossa ação pela ideia basilar de que as relações externas não podem consistir numa visão isolada, nem numa cacofonia a 27 vozes avulsas, porventura reduzida a uma folha de música.

A Europa deve - e pode - agir, completando as perspetivas dos estados isolados, criando valores, e possibilitando a existência de identidades duais (e múltiplas) que se completam reciprocamente. A identidade nacional mantém a sua força e completa-se através da forte diversidade da comunidade. É um fator determinante definir e comunicar o papel da Europa

num contexto global como complemento para cada estado isolado (e, eventualmente, para cada cidade ou região). A mudança de uma diplomacia cultural para um intercâmbio cultural e um movimento bilateral em lugar de uma intervenção unilateral é visível a nível dos estados isolados. As experiências aí realizadas deveriam servir de referência ao desenvolvimento, a nível europeu, das relações culturais externas, assim como refletir o apoio, dentro da Europa, à colaboração e intercâmbio no âmbito da cultura.

A nossa força é a pluralidade cultural da Europa, com as suas inúmeras oportunidades de uma atividade empenhada, como complemento das relações externas dos países isolados. A “diplomacia” tem certamente a maior das influências ao nível interpessoal e goza, nesse plano, de um êxito duradouro: é isso, precisamente, que significa o intercâmbio.

Vivemos num mundo de identidades múltiplas e já não é possível a retirada para uma única faceta da nossa individualidade. Isto pode e deveria aplicar-se também à Europa. Devido à circulação relativamente fácil de pessoas no interior da Europa e à facilidade com que, em outras partes da Europa, ou muito para além das fronteiras do continente, podemos continuar ligados, mantendo as raízes próprias, através de todos os meios imagináveis, já não é possível ou mesmo desejável, trocar totalmente uma identidade por outra.

Acresce que, em qualquer dos casos, nunca conseguimos desfazer-nos totalmente de uma identidade- pelo que são de louvar múltiplas identidades, que deveriam ser entendidas como a norma e vistas a uma luz favorável. As pessoas podem identificar-se com a sua família, a sua cidade, o seu país, o seu ambiente conheci-

do e o respetivo continente onde vivem. E também o fazem. Neste ponto, os artistas sempre foram e são precursores e os primeiros que buscaram a aventura e novos horizontes, que partilham e fazem permutas, que aprendem e querem crescer como pessoas através do novo conhecimento que adquiriram. Esta atitude de espírito deve ser a força motriz para a política cultural das relações externas europeias.

Transversal aos sectores

Quando admitimos para nós próprios que uma defesa da “cultura” é, eventualmente, uma batalha perdida, deveríamos ter em atenção qual o papel que a arte e a cultura desempenham num contexto mais alargado. Não estamos a fazer um favor a nós próprios, nem aos artistas quando ficamos prisioneiros do nosso mundo familiar (mesmo que agora esteja em risco). A arte e a cultura podem, em grande medida, contribuir para superar problemas atuais. Temos que lutar pelo valor da arte e da cultura como elementos-chave na resolução de problemas atuais e futuros. Há vozes enérgicas de artistas que se erguem em resposta a muitas questões prementes. O seu trabalho e as suas ligações a um vasto público elevam o discurso a um novo patamar, comunicam a premência de questões pendentes e apresentam soluções.

Considerando os desafios à Europa num contexto global, o papel da cultura não deveria ser subestimado. Deveríamos pensar de forma transversal aos diversos sectores e em termos internacionais.

Seria aconselhável abandonar a ideia errónea de uma política europeia “comum” que fosse apenas a soma de 27 partes isoladas e de toda aquela multiplicidade de elementos que pertencem aos 27 estados-membros. Quais são os verdadeiros temas e problemas europeus – aqueles que afetam e ligam a totalidade dos 27 estados-membros, mas que continuam sempre a implicar algo que os separa? O que são as nossas missões e histórias comuns que, em termos de co-

“No sector artístico e cultural já está, neste momento, a acontecer muita coisa que decerto se poderia designar por relações culturais externas.”

municação externa, terão naturalmente um maior impacto se forem compreendidas e aceites no plano interno? Se o princípio interno – a compreensão da Europa e a crença na Europa – estiver certo, a representação externa também se torna clara..

Nós temos missões e objetivos fortes no âmbito europeu – e, neste contexto, é de referir a Agenda Digital como parte de uma iniciativa fundamental do Europa 2020, no sentido de proporcionar a todos os europeus a acesso à banda larga até ao ano de 2013. Caso haja condições para estabelecer efetivamente este tipo de ligação – os pressupostos técnicos estão garantidos – podemos encará-la como tendo uma dimensão interpessoal? A que é que serão ligados muitas centenas de milhões de europeus? Eu diria – uns aos outros e ao mundo. É esta a ideia basilar da missão externa da Europa e a cultura funciona como elo de união. Que pensamento temos de alterar para converter a teoria em prática e fazer com que a planificação conceptual se torne realidade? O Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) terá como missão empenhar-se nesta causa e transmitir a ideia de cultura como fundamento das relações externas. No sector artístico e cultural já está, neste momento, a acontecer muita coisa que decerto se poderia designar por relações culturais externas.

Muitas vezes, trata-se do trabalho de artistas e de organismos culturais isolados. Deveríamos construir sobre as grandes ex-

periências de artistas e de organismos culturais e encontrar vias para manter o apoio a um intercâmbio já existente.

A rede de institutos culturais europeus, EUNIC, reconheceu como é preciosa a colaboração na área do intercâmbio cultural, com missões e objetivos comuns a nível europeu. As relações culturais externas deveriam elevar este manancial de experiências a um nível superior de “criação europeia de valores”. Mas, no SEAE, é preciso primeiro abrir portas e procurar defensores desta ideia que a representem interna e externamente.

Ao desenvolver esta ideia acerca do papel da cultura no SEAE, seria uma oportunidade perdida criar um departamento “da cultura”, especializado e, provavelmente de pequena dimensão, e não é isso que devemos ambicionar. A experiência cultural cabe abrir caminho noutros sectores e a totalidade das equipas no sector das relações externas requer competências interculturais.

Mais do que nunca, chegou a hora de agir com ousadia – ousadia em relação à cultura e ousadia em relação à Europa. Temos que reflectir sobre a Europa atual e sobre a nova e futura Europa, enquanto dirigimos o olhar para a frente, sem nos apegarmos a ideias e modelos antiquados, que não cumpriram a sua função.

Katherine Watson é diretora da *European Cultural Foundation* (ECF) em Amesterdão. A ECF é uma fundação independente, cujo trabalho se centra em duas grandes ideias mestras: a Europa e cultura. Na sua carreira internacional de 35 anos, Katherine Watson tem associado a produção artística interdisciplinar com a investigação, a política e o desenvolvimento de programas para organizações artísticas e culturais sem fins lucrativos.

Ver o mundo a uma nova luz Seja em Londres, Atenas, Madrid, Tunes ou Cairo – em muitas cidades as pessoas manifestam a sua fúria: contra o Estado e o sistema, contra os ricos e a globalização. O que pode a Europa fazer? Poderá a cultura desempenhar algum papel? Ela não pode consertar o que já está quebrado. Mas pode mostrar que a existência de debates abertos, a liberdade de pensamento e o respeito perante novas ideias são decisivos para a preservação de uma sociedade dinâmica e democrática. Mary Ann DeVlieg



É por demais frequente o olhar vesgo com que os políticos analisam o puro crescimento económico e os dados da economia. Demasiadas vezes perdem de vista o bem-estar a longo prazo de uma grande parte da população. Bill Hutton, ex-redator do jornal britânico *The Observer*, escreve: “As pessoas tem uma sensação de impotência e de terem sido esquecidas. Reduzem-se os serviços sociais e não existe nada que os substitua. E, ainda por cima, as pessoas têm a sensação de que ninguém as ouve. Uma sociedade não pode ser tratada como uma questão orçamental.”

É a política que dá o enquadramento criativo. É ela que pode fornecer estímulos positivos ou negativos, oportunidades ou apoios para a realização de ações efetivas

que sirvam os objetivos desejados. Todas as condicionantes políticas desse enquadramento assentam em valores. E estes, exatamente como as ideologias, são sempre subjetivos. Não ter uma posição política é também política, porque também a não-ação política tem consequências. Em caso ideal, o quadro político mantém-se aberto e flexível, para possibilitar abordagens e métodos novos, surpreendentes e inovadores, assim como uma nova perspetiva.

Afinal, sobre que valores queremos nós construir a política europeia? Da economia livre, certamente. Da proteção social? Naturalmente. Não queremos, contudo, uma Europa da hipocrisia, mas uma Europa que assuma ideais de humanidade nos seus tratados, acordos e regulamentos. Queremos uma Europa que mantenha vivos os valores sociais e se distinga relativamente a outros continentes.

Se aceitamos que a política deve manter aberta uma gama essencial de possibilidades de opção ideológica, com vista à modificação dos comportamentos, então temos também de praticar uma política da UE que seja o espelho dos nossos valores. Como disse uma vez o britânico Tony Judt, historiador da Europa, “praticar uma política ética significa apresentar coerência entre intenções e ações.”

Se a Europa advogasse a liberdade de opinião, compreenderia que a maioria

dos wikileaks dos últimos tempos já estaria acessível ao conhecimento do público: nenhum desses registos estava classificado como “ultra-secreto”. E os restantes seis por cento, classificados como “secretos”, estariam também de uma forma ou de outra, no âmbito de várias leis sobre a liberdade de informação, abertos à consulta pública. Os políticos europeus não deveriam, por isso, exigir (como alguns outros) a “execução” do fundador do WikiLeaks, Julian Assange, seja qual for a opinião que tenham sobre o homem.

Se a Europa advogasse mesmo o respeito da vida e da dignidade de qualquer ser humano, não teria condenado por cumplicidade de emigração ilegal sete pescadores tunisinos que, no ano de 2007, ao largo da costa da Sicília, salvaram da fome e do afogamento 44 africanos e os transportaram para a ilha de Lampedusa. Antes, a Europa não se preocupara em denunciar os que com violência mataram migrantes africanos na mesma região.

Moral em rede

Os britânicos falam em “joined up thinking” (pensamento comum, em rede), e que tal se apostássemos em “joined up moral”? São os bónus nos bancos, o relaxamento no comércio de armas... Não admira que as pessoas estejam furiosas.

“Não queremos, contudo, uma Europa da hipocrisia, mas uma Europa que assuma ideais de humanidade nos seus tratados, acordos e regulamentos.”

Não admira que os egípcios digam: “Nós não precisamos do Ocidente.”

Mas moral – e também democracia e terrorismo, herói da revolução e inimigo do Estado – são conceitos escorregadios. Carecem de um escrutínio mais rigoroso. A moral tem de ser discutida, debatida e testada na vida real; a moral precisa de acordo e capacidade de decisão. “Não matarás”. “Está bem, mas... existem casos...”

O mesmo vale para a democracia: “eleições” não são definição nenhuma. As eleições são só o resultado de uma série de condições de base. Como, por exemplo, possibilidades de escolha claramente definidas e transparentes, compreensíveis aos olhos de uma população esclarecida e consciente da complexidade do meio que a rodeia. Uma sociedade que também compreenda quais as consequências da sua livre escolha. Uma sociedade que saiba quais as possibilidades que lhe cabem para influenciar a orientação política dos seus públicos representantes, para com eles concordarem ou para os castigarem. Será que a nossa Europa ideal enviaria observadores às eleições ou, colaborando com as populações locais, iria concentrar-se em criar condições de base à sua realização? No segundo caso, a arte e a cultura poderão ser de grande ajuda.

Poder de imaginação, espírito crítico, empatia, criatividade, interesse pela complexidade e pela análise são também capacidades incentivadas nas artes. Elas fazem parte dos pressupostos basilares do nosso mundo global em rede. Ajudam a proteger da manipulação sobre os mais fracos e do nacionalismo e populismo agressivos assentes no medo. Apoiam a disseminação de populações pensantes e críticas, capazes de fazer as suas escolhas democráticas. Esta característica essencial – o

As palavras que se seguem ainda hoje têm validade. Foram escritas por um americano (melhor dizendo, um americano com antecedentes irlandeses) e a Europa faria bem em perfilhá-las: Há já demasiado tempo que parecemos submeter aos ganhos materiais os valores e a medida de sucesso da nossa sociedade. O nosso produto nacional bruto... contabiliza a poluição ambiente, a publicidade dos cigarros e o serviço de emergência nas nossas ruas. Contabiliza fechaduras especiais para as nossas portas e as prisões para os que arrombam essas fechaduras. Contabiliza a destruição das nossas florestas e o desbarate da nossa diversidade... Mas o produto nacional bruto não tem em conta a saúde dos nossos filhos, a qualidade da sua formação ou a alegria que sentem a brincar. Não tem em conta a beleza que há na nossa poesia ou a consistência dos nossos matrimónios; a inteligência nos nossos debates ou a integridade dos nossos políticos. Não mede o humor ou a coragem, nem a sabedoria ou a capacidade de aprender; nem a nossa compaixão ou a lealdade para com o nosso país. Em poucas palavras, mede tudo, exceto as coisas que fazem com que valha a pena viver a vida.

(Robert Kennedy, março de 1968)

pensamento inovador orientado pela empatia – pode também ajudar decisores e políticos a estabelecerem a conexão entre política de crescimento económico e desenvolvimento social.

Mas o que já está destruído a arte e a cultura não podem consertar. Não podem, como por milagre, criar de repente confiança entre pessoas cuja confiança foi sistematicamente destruída e substituída por protecionismo. Mas podem estimular os espíritos e mostrar que uma mente viva, a existência de debates abertos, a liberdade de pensamento, o respeito e o reconhecimento perante novas ideias são decisivos para a preservação de uma sociedade dinâmica e democrática.

Os institutos de cultura e o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) podem, concertadamente, dar força à Carta dos Direitos Fundamentais da UE, reconhecida pelo Tratado de Lisboa de 2009, e também à Convenção sobre a Proteção e a Promoção

da Diversidade das Expressões Culturais, constituindo um verdadeiro fórum. Podem, concertadamente, promover a arte e os projetos artísticos que dão rosto aos valores europeus da unidade na diversidade, da cooperação e colaboração, assim como da mais-valia do trabalho conjunto. Estes são aspetos especiais, senão até únicos, do projeto europeu. E bem podemos orgulhar-nos deles.

Como faz a Coligação pela Arte, pelos Direitos Humanos e pela Justiça Social, fundada em 2010 e com abrangência internacional, os institutos de cultura e a UE podem promover iniciativas que permitam a liberdade da crítica social, ou projetos que, nas palavras da filósofa americana Martha Nussbaum, “desafiem a capacidade imaginativa para além das fronteiras habituais, permitindo ver o mundo a uma nova luz.”

Os institutos de cultura e o SEAE podem apoiar os movimentos artísticos novos, positivos, efervescentes, como é o caso do Sostenuito, um projeto de parceria patrocinado pela UE. Ele introduz uma verdadeira mudança de paradigma, ligando arte, economia, sociologia, alterações climáticas, direitos humanos e planeamento urbano num trabalho conjunto transsetorial, ao mesmo tempo que os combina com métodos modernos de gestão.

Mary Ann DeVlieg trabalha no sector da cultura há mais de 30 anos. É desde 1994 secretária-geral da Rede Internacional das Artes Performativas Contemporâneas (IETM). Em 2010, fundou a Coligação Internacional para a Arte, os Direitos Humanos e a Justiça Social.

Dote do continente A Europa ficou demasiado pequena quando, durante a Primavera Árabe, milhares de imigrantes do Norte de África desembarcaram na costa italiana. Envelhecido, o continente que inventou o humanismo, veda as suas fronteiras. E, contudo, os valores da Europa não estão ligados a uma pertença física ao continente europeu. Como é que eles podem ajudar à evolução da Europa num sentido global?
Farid Tabarki e Rindert de Groot



“A história da Europa é o dote do continente ao mundo”. Com estas e outras palavras, Zygmunt Bauman, filósofo e sociólogo, com raízes polaco-judaicas e uma carreira profissional bem-sucedida em Inglaterra, revela-se como genuíno europeu. Não é de admirar que tivesse sido escolhido como orador principal do Congresso da Cultura Europeia, que se realizou de 8 a 11 de setembro de 2011, na cidade polaca de Vroclav. O local do encontro foi o Pavilhão do Século.

A magnífica obra do arquiteto Max Berg foi inaugurada em 1913, quando Vroclav (nessa altura ainda Breslau) fazia parte do Reich alemão. Após extensas obras de restauro, o Pavilhão de Século reabriu agora as suas portas. Culminando a presidência polaca da UE, reuniram-se aqui represen-

tantes de todo o espectro cultural europeu. Zygmunt Bauman deixou a Polónia comunista na década de setenta, durante a campanha sionista do respetivo governo e reinventou-se como pensador pós-moderno, com residência na Grã-Bretanha. A sua modernidade líquida redefine a identidade enquanto conceito mental com passagens permeáveis. Esta identidade já não está implantada em instituições e estruturas sociais robustas. Daí que cada pessoa tenha de desenvolver uma identidade muito própria. No âmbito do Congresso da Cultura Europeia, Bauman colocou num contexto europeu as suas teorias de uma modernidade líquida em relação à cultura e, nessa ocasião, escreveu um livro sobre o tema (título em inglês: *Culture in a Liquid Modern World*, Polity Press, 2011) Um dos aspetos aí abordados é a passagem cultural da formação de estados à globalização. Vias de migração “constituídas *ad-hoc* e em mutação” e ideias que fluem livremente no ciberespaço levam a que a identidade e a cultura já não estejam domiciliadas numa determinada região.

Uma Europa moderna ou também líquida é, por esse motivo, ilimitada. E, assim, a cultura europeia desconhece nítidas fronteiras geográficas, quem faz parte dela e quem não faz. Ou, dito por outra palavra: a Europa é simultaneamente uma formação política, um continente das artes e

a pátria de uma multiplicidade de pessoas muito diferentes entre si - um conceito verdadeiramente líquido.

Para alguns chefes de Estado, a Europa atual é uma fortaleza protetora contra o mundo maligno lá de fora – protetora de um continente rico com uma cultura bela e frágil. Esta maneira de ver as coisas é falsa por várias razões.

Arquipélagos étnicos encruzados

A Europa ficou demasiado pequena quando, durante a Primavera Árabe, milhares de imigrantes do Norte de África desembarcaram na costa italiana. Em vez de estarem gratos pela afluência de pessoas que, literalmente, transpõem fronteiras com o seu espírito empreendedor, os chefes de estado europeus implementaram medidas e, cheios de medo, mandaram encerrar fronteiras.

Este mesmo medo ressoa nas palavras da extrema-direita, hostil aos estrangeiros, com o argumento de que os imigrantes desalojam a cultura tradicional, dado as suas identidades serem incompatíveis com esta cultura. Numa tentativa de criar uma ideologia pan-europeia, Anders Breivik, o norueguês que levou a cabo um atentado, descreve no seu manifesto “2083 – uma declaração de independência da Europa” o modo como a sociedade europeia se deve desfazer da ameaça islâmica para não ser esmagada por ela.

Zygmunt Bauman tem uma opinião radicalmente distinta: para ele, a Europa significa o convívio com o Outro que é diferente. A solidariedade talvez não seja tão fácil de alcançar, mas a tolerância é um pressuposto incontornável para uma Europa que evolui no sentido de um “con-

glomerado de arquipélagos étnicos que se cruzam e interpenetram”. Rigorosamente falando, isto é válido para qualquer sociedade aberta. Caso queiramos uma definição exclusivista da Europa e da identidade nacional, temos que garantir uma sociedade fechada –uma maneira de agir manifestamente insensata, na medida em que destruiria a especificidade da Europa.

Por toda a Europa, os governos debatem o conceito de identidade nacional, esquecendo-se de pensar numa identidade europeia. Só na altura do escrutínio acerca da União Europeia, acharam necessário comunicar aos seus concidadãos o que é que a Europa realmente significa e, de uma maneira geral, nos seus discursos passaram totalmente ao lado do verdadeiro sentido. A presidência holandesa da UE, em 2004, fez-se acompanhar de uma divisa pouco inspirada: “A Europa, bastante importante” (“Europa, best belangrijk”) Em vez de se concentrarem no que a Europa realmente significava para as pessoas, colocaram em primeiro plano as atividades concretas da União Europeia – um assunto bastante especializado, sobre o qual as pessoas pouco sabem e que não podem influenciar diretamente. Fala-se da normalização das bananas que deixam de poder ser encurvadas e de pagar as dívidas de outros países, ou seja, de coisas com que uma pessoa só com dificuldade se pode identificar.

Dito de outro modo: para configurar uma ideia de Europa que sirva uma qualquer forma de identificação e cultura, a Europa não pode dar de barato as atividades comuns dos seus cidadãos como fundadoras de uma identidade. E tampouco podemos encarar a identidade europeia como mistura de centenas de milhões de pessoas tendo algo em comum que todos

aqueles que vivem fora da Europa não possuem: não existe simplesmente nada que possa preencher esse requisito.

É por isso que ser europeu se pode facilmente converter num conceito vazio de significado. Os percursos formais da União Europeia afiguram-se relativamente inconciliáveis com o conceito de cultura líquida, vagamente definida, que Bauman considera essencial à sociedade globalizada dos nossos dias e que a Europa tem para oferecer. Talvez seja preciso dizer adeus à possibilidade de definir inequivocamente o que é a Europa, quem dela faz parte e o que dela cabe a cada um.

Deveríamos adotar um conceito de Europa baseado em escalas. A Europa não é prioritariamente definida como conceito geográfico, uma vez que não existem fronteiras físicas. É sobretudo um ideário que assume uma outra forma – conforme é examinada de uma perspetiva global ou individual - ou uma coisa intermédia entre estes dois pontos de vista. A diversidade global da nossa Europa em escala fundamenta-se na história do nosso continente. Os que são hostis ao que é estrangeiro gostam de trazer à baila a “tradição judaico-cristã” do continente, mas estão a fazer um juízo errado. É muito mais significativo que, após séculos de conflitos religiosos, tenhamos conseguido substituir as guerras religiosas por fortes estados nacionais. Como sempre, estes estados nacionais chegaram a vias de facto uns com os outros.

“Por toda a Europa, os governos debatem o conceito de identidade nacional, esquecendo-se de pensar numa identidade europeia.”

Porém, com o fim da Segunda Grande Guerra, a recém-criada União Europeia, manteve o poder fora da equação nacionalista e, em vez disso, apostou na cooperação económica. Os vizinhos do Leste europeu, só há pouco libertados, integraram-se espantosamente bem na nova realidade.

Esta história criou um continente secular, onde o indivíduo conta e a liberdade de opinião é altamente respeitada. Os homossexuais podem contrair casamento, as mulheres têm os mesmos direitos que os homens e, embora a religião seja reconhecida, não constitui, em caso algum a base do poder temporal. Sobre a nossa história, as nossas diferenças, e os problemas atuais que daí resultam, ainda há muitas histórias para contar e essas histórias são efetivamente contadas. A cultura e a arte vivem um apogeu inesperado e a prática artística institucionalizada mistura-se, de forma peculiar, com a cultura pop alternativa, mas também com a cultura de massas.

Por outras palavras: a história obrigou-nos ser tolerantes e dotou-nos de uma forte consciência de que os direitos humanos e o direito de livre expressão são uma coisa boa que garante a sobrevivência numa sociedade aberta.

Esta característica única, baseada na história, não está ligada a uma pertença física ao continente europeu, e, tão pouco como a nossa história – para nos mantermos dentro da terminologia de Bauman – é um verdadeiro “dote” para o mundo, isto é algo que teríamos para oferecer. Em vez disso, deveríamos encarar esta “característica única” como um método promissor para superar diferenças internas e evoluirmos à escala global.

A nível pessoal – passível de ser designado por Europa em formato reduzido – são válidos estes mesmos antecedentes, tal

como para o papel global da Europa. Não se trata aqui de retalhar a União Europeia à dimensão de cada indivíduo, mas antes de articular entre si a abundância de ideias, a individualidade e uma mistura cultural eclética. Trata-se de cada indivíduo (feminino e masculino) descobrir por si, o que para si (ela ou ele) significa a Europa.

Os grandes viajantes terão, decerto, notado que viajar para destinos muito afastados do que nos é familiar representa uma excelente oportunidade de descobrir quem realmente somos. No Cazaquistão o que sentimos primeiro é como somos de facto diferentes e, em compensação, num encontro ocasional com um britânico ou um espanhol, constatamos como somos de facto europeus. De repente, vemos o nosso próprio continente, num ambiente invulgar e estranho, a uma certa distância.

Nesta versão da Europa em “formato reduzido”, o que está em jogo é a abertura de espírito. Ela aplica-se ao cidadão isolado, mas também a uma organização cultural ou uma empresa. Está tão presente nas diferenças entre as pessoas e os grupos, como naquilo que assegura a coesão interna de uma cultura marcada pela diversidade, tal como no valor que todos atribuem a uma atitude tolerante. Para conciliar as dimensões globais e individuais da Europa, poderíamos pensar em diversas atividades que reforcem o papel da Europa como centro impulsionador secular, individualista e marcado pela sua cultura.

É exatamente este papel que a Europa soube grangear.

Um aspeto decisivo da cultura europeia é a comunicação. Deveríamos esquecer as fronteiras físicas do continente. Em vez disso, deveríamos reconhecer que é através do intercâmbio com os outros – dentro e fora do continente – que compreende-

mos quem somos e desempenhamos bem esse papel. Uma possibilidade acertada seria, por exemplo, aprender mandarim. A capacidade de comunicar com chineses, pode reforçar a nossa própria identidade, em lugar de a enfraquecer. Mas muito mais urgente é aperfeiçoar a capacidade dos europeus para comunicar com os seus vizinhos. Por que é que não aprendemos simplesmente finlandês ou sérvio? O inglês é uma ferramenta importante mas, em caso algum, o Santo Graal da comunicação – e menos ainda, de um modo particular, num contexto europeu.

Não é fácil ser europeu, estar sempre a reconfigurar a identidade própria em termos totalmente individuais e abordar, com criatividade e abertura, as coisas e pessoas que são diferentes daquilo que conhecemos. Mas mesmo não sendo simples, temos que proteger esta abertura de espírito. Os europeus deveriam dizer não a tudo o que limita o livre fluxo de ideias. Importa, por exemplo, proteger a neutralidade da rede (a regulamentação para que o servidor não influencie o tipo de uso da internet por parte dos utilizadores).

Há belas ideias que, por vezes, se tornam tão institucionais que a ideia original cai no esquecimento absoluto. O reduzido poder de atração que a União Europeia exerce atualmente sobre os europeus é disso exemplo. O pensamento de uma Europa baseada em escalas requer, porém, a união das múltiplas instâncias europeias isoladas, ainda que entre elas haja conflito. Mesmo não encarando a União Europeia como casa da identidade da Europa, aquela pode servir de pedra angular para uma atitude aberta e reforçar a cultura europeia. Não deveríamos hesitar em investir, em alto grau, na infraestrutura cultural.

“No Cazaquistão, o que sentimos primeiro é como somos de facto diferentes e, em compensação, num encontro ocasional com um britânico ou um espanhol, constatamos como somos de facto europeus.”

Dever-se-ia igualmente vincular o Conselho da Europa. Com um número de membros superior ao da União Europeia, o Conselho da Europa define o seu objetivo principal em função daqueles valores que constituem as fundações da Europa – o respeito dos direitos humanos, o princípio do estado de direito e a democracia. Deveríamos favorecer o crescimento desta instituição, e com isso tornarmo-nos ainda mais europeus.

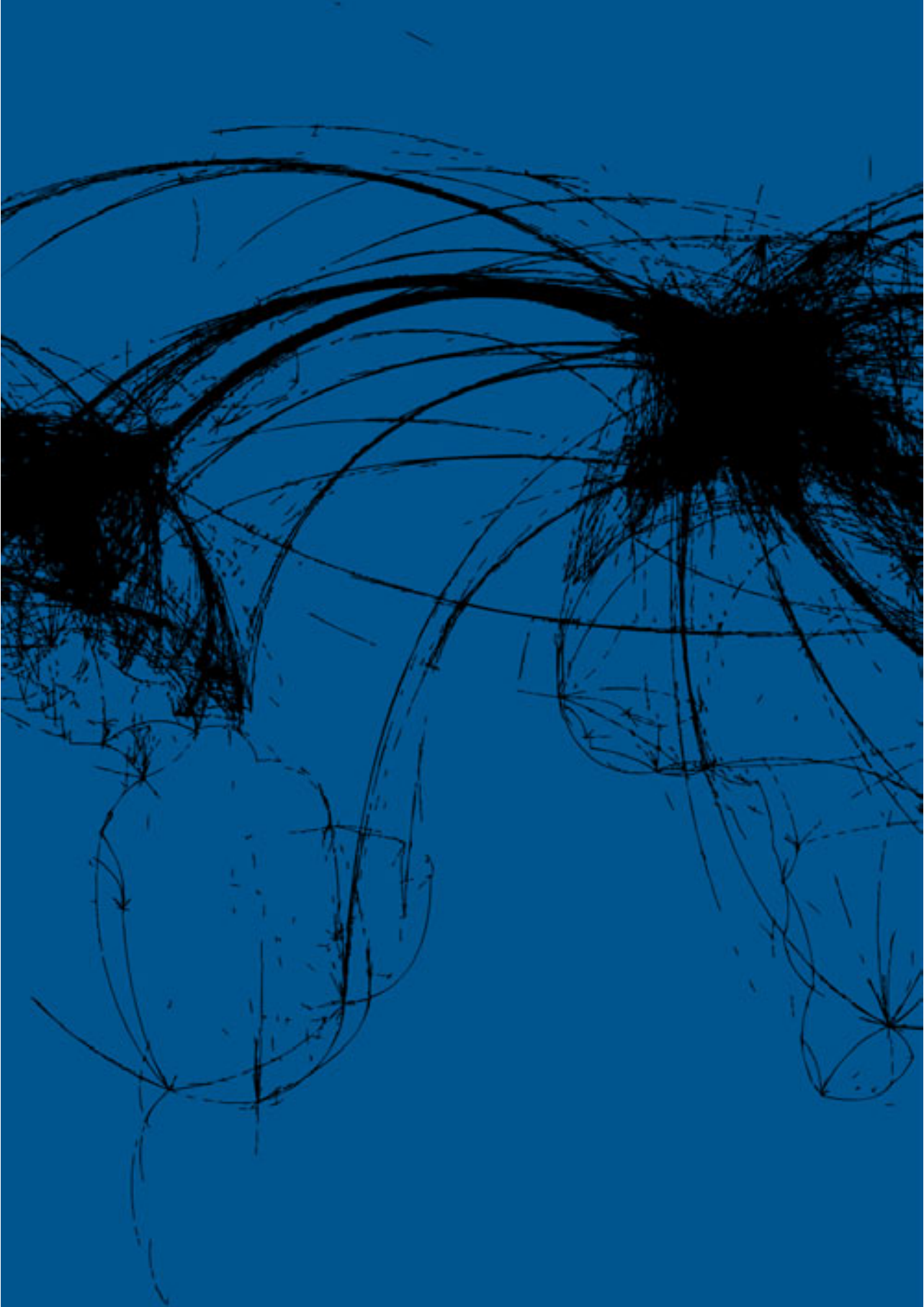
No meio disto, há, contudo, que ter em mente as lições de Zygmunt Bauman segundo as quais uma vida europeia requer um critério de abordagem muito privado, que não é definido, nem em termos geográficos, nem institucionais. Um exemplo de como as ideias se podem conciliar com o aspeto institucional é a iniciativa “A Soul for Europe” (Uma Alma para a Europa). Enquanto grupo de pressão, a iniciativa reúne representantes da cultura, da arte, da política e da sociedade civil numa busca acerca daquilo que nos une.


Um belo exemplo da cultura da modernidade líquida segundo Bauman apresenta-se no grande Pavilhão do Século. O compositor e maestro polaco Krzysztof Penderecki associou-se ao britânico Aphex Twin, da área da eletromúsica, criando uma experiência musical de grande sonoridade, com expressões surpreendentes. É

evidente que a cultura europeia não se deve manter oculta e silenciosa. Vemos aqui a perfeita concretização da maior força da Europa – uma mistura de classismo e cultura pop, onde velhos e novos se encontram e se instrumentalizam as diferenças culturais para criar algo de belo.

Farid Tabarki é diretor do Studio Zeitgeist em Amesterdão, onde se desenvolvem projetos ligados ao Zeitgeist (espírito da época) a nível nacional e europeu. Dos temas abordados fazem parte a transparência, os meios (sociais) de comunicação, as gerações, a estética e a educação. Recentemente, Farid Tabarki foi cofundador da Finishing School. Este estabelecimento de ensino dirige-se a “jovens com potencial” a quem a instituição proporciona uma cultura geral, regras de etiqueta e um estilo de conduta baseado na empatia. Atualmente, Farid Tabarki é o moderador do programa televisivo neerlandês *Durf te Denken*, de Sócrates a Sartre.

Rindert de Groot elabora conteúdos e projetos para diversos meios de comunicação, entre outros, publicações de livros e documentários para a televisão. Lançou o projeto UNISCA – uma simulação da ONU, realizada anualmente na Universidade de Amesterdão – e foi delegado neerlandês da juventude nas Nações Unidas. Além disso, nascem da sua pena o mais pequeno guia da Europa e o mais pequeno livro ilustrado dos Países Baixos.





Um novo começo para a Europa: a rede EUNIC

A cultura e a política cultural têm uma importância altamente estratégica para as relações da Europa com o mundo. Até há pouco, porém, faltava uma estratégia comum e coordenada da UE sobre o papel da cultura nas relações externas do continente. Ao longo de mais de um século, os países e suas organizações executaram a sua diplomacia cultural de forma autónoma e individual. Fundada em 2006, a federação dos Institutos Nacionais de Cultura da União Europeia (EUNIC) marca um novo começo para a diplomacia cultural internacional e as relações internacionais da Europa. Os mais de 2000 escritórios das organizações-membros da EUNIC, situados em mais de 130 países, já oferecem por si só um grande potencial para um trabalho cultural externo da Europa. O que pode fazer a EUNIC para o surgimento de uma política cultural externa que seja comum à toda a Europa?

Uma voz própria em sintonia com outras Na era da grande unidade europeia e do diálogo intercultural, todas as culturas comunicam entre si, de modo muito semelhante ao que acontece com os instrumentos num clássico “concerto grosso”. Os institutos nacionais de cultura deveriam reconhecer que, para o exterior, não há melhor imagem nacional de um europeu do que um concerto com todas as outras culturas europeias. Uma reflexão pessoal a partir da Roménia. Horia-Roman Patapievici



Escrevo este texto numa tripla e diversa qualidade: como membro da equipa presidente da EUNIC por um período de três anos, como diretor de um instituto nacional de cultura, o Instituto Cultural Romeno, por um período de dois mandatos, e como intelectual público originário de um estado-membro ex-comunista da UE. Talvez achem deslocado eu referir a minha qualidade de intelectual público. Mas faço muita questão que não se perca esse segmento da memória europeia que lembra a catástrofe comunista do continente europeu. E, também, que recuperemos esse segmento na consciência de uma identidade europeia comum.

Posso resumir em poucas palavras a minha experiência como diretor do Instituto Cultural Romeno. Em 2005, assu-

mi a condução de um instituto com sete representações no estrangeiro e, delas, só quatro estavam operacionais. Temos, presentemente 17 dependências, todas em funcionamento. Antes de 2005, o Instituto realizava, no melhor dos casos, uma espécie de diplomacia cultural e, no pior dos casos, fazia propaganda da cultura romena oficialmente sancionada.

Em 2010, numa apresentação científica sobre a política cultural dos últimos anos, o consultor político e analista britânico Rod Fisher destacou o Instituto Cultural Romeno, em conjunto com o British Council e mais alguns poucos institutos nacionais de cultura, como aqueles que, no passado recente, teriam levado a cabo uma verdadeira mudança de paradigma. Esta mudança de paradigma vai desde a promoção da cultura nacional como uma forma de diplomacia cultural até a uma cooperação cultural direta entre pessoas de dois ou vários círculos culturais. Através do meu trabalho no Instituto Cultural Romeno, tentei libertar os artistas e mediadores culturais romenos da obrigação de representarem, ao serviço das instituições do país, a cultura romena aprovada pelas instâncias oficiais.

Recusei-me a dar continuação àquela política que só apoia artistas que obedecem aos padrões daquilo que os representantes estatais consideram “arte nacional”, “valo-

res nacionais” e “obras de arte patrióticas”. Sob a minha direção, o Instituto Cultural Romeno evoluiu de uma instituição que “sacraliza” tudo o que é nacional e conduz os artistas a uma “linha oficial” estabelecida para uma instituição que não pretende fazer propaganda, mas dar apoio. O nosso Instituto Cultural define como tarefa sua facilitar o contacto direto do mercado cultural romeno com os mercados culturais estrangeiros. Por outras palavras, afastamo-nos cada vez mais da promoção de valores através da propaganda estatal (por muito suave que ela possa ser) e, em seu lugar, apoiamos contactos diretos – por muito difícil que isso possa ser – através do trabalho conjunto em projetos que envolvem vários parceiros e englobam diferentes mercados culturais. O Instituto procura de preferência não participar na uniformização dos diversos mercados culturais (uma utopia verdadeiramente indesejável), mas estabelecer entre esses mercados um contacto tão direto e recíproco quanto seja possível.

Podem facilmente imaginar a oposição desencadeada contra uma semelhante política cultural num país saído do comunismo, onde tudo era obrigatoriamente “oficial”, “nacional”, “patriótico”, “consonante com o partido”, “ao serviço das pessoas” e por aí adiante. Só refiro este facto para recordar que a nossa Europa unificada de hoje é igualmente constituída por países

“Tentei libertar os artistas e mediadores culturais romenos da obrigação de representarem, ao serviço das instituições do país, a cultura romena aprovada pelas instâncias oficiais.”

cuja memória não só se distingue da do Ocidente, como também a sua vivência do espaço público e do espírito comunitário é totalmente diversa.

Valores que se entrechocam

A renovação institucional desenvolveu-se através de conflitos intelectuais e morais e de valores que se entrechocam, resultantes da diferença entre os espaços públicos da Europa Ocidental e da Europa de Leste. Através desta reforma institucional, o Instituto Cultural Romeno evoluiu de uma instituição de propaganda cultural e (no melhor dos casos) de diplomacia cultural, para uma instituição que se mantém fiel à sua reputação cultural, fazendo soar a sua própria voz, mas em sintonia com as vozes de outros.

Claro que, de uma perspetiva puramente nacionalista, se pode legitimamente contestar esta conceção. No final de contas, uma instituição nacional de cultura pertence a um estado específico e reflete não só uma determinada política fiscal, como também a orientação do estado relativamente às suas despesas. Por isso – é o argumento que se usa – seria despropositado gastar o dinheiro dos contribuintes nacionais em benefício de outras culturas. Nesta argumentação, é verdade que a cooperação cultural conduz, no fundo, a uma “desnacionalização” dos dinheiros que, nas respetivas instituições nacionais, estão previstos para a representação do país no exterior.

Contudo, está a esquecer-se que nem sequer culturas preponderantes, ou então impérios culturais do passado, continuam a poder projetar a sua imagem isoladamente, sem ser em associação com outros. O nosso mundo de hoje é intrinsecamente inter-

cultural. Numa era em que os contactos entre diferentes culturas são inelutáveis, uma projeção externa da imagem nacional deveria assumir novas formas, nem que seja só para assegurar a continuação dessa projeção para o exterior. Antes da grande unidade europeia do pós-guerra, houve grandes culturas que nos apresentaram com uma cultura coletiva.

Esta situação pode ser comparada à ópera com as suas grandes árias, como “Un bel di vedremo”, da Madama Butterfly de Puccini; “Nessun dorma”, da Turandot de Puccini; “Casta diva”, da Norma de Vincenzo Bellini; ou “O mio babbino caro”, do Gianni Schicchi de Giacomo Puccini. Todas são exemplos impressionantes de grandes árias que qualquer um conhece e gostaria de ouvir. Mas ainda existem as peças de música que intercalam estas árias, que na realidade só nos conduzem a elas e acentuam a sua singularidade.

As grandes culturas, que todos conhecem e gostariam de fazer suas, eram como as grandes árias de ópera. O resto da música, se assim me posso exprimir, servia de enchimento, um papel que, numa era passada, era preenchido pelas culturas menos preponderantes. Hoje em dia, a relação entre culturas preponderantes e menos preponderantes já não é hierarquizada, mas tende para um diálogo entre iguais. Na era da grande unidade europeia e do diálogo intercultural, todas as culturas comunicam entre si, de modo semelhante ao que acontece com os instrumentos num “concerto grosso”. Agora já não é a ópera, com as suas árias isoladas, que fornece o modelo para a relação entre as culturas, mas, muito mais apropriadamente, a interação entre os instrumentos individuais num clássico concerto grosso. Por isso, os institutos nacionais de cultura deveriam

reconhecer que, para o exterior, não há melhor imagem nacional de um europeu do que um concerto com todas as outras culturas europeias.

Chego assim ao contexto moral, institucional e intelectual que está na origem da associação dos institutos nacionais de cultura, que é o assunto de que estamos a tratar. Não irei oferecer-lhes uma reconstrução histórica, mas aquilo a que Karl Popper teria chamado uma aproximação a uma reconstrução da história.

O pensamento fundador inicial para uma associação dos institutos nacionais de cultura na Europa surgiu nos anos 2004 e 2005, na mente de alguns diretores de institutos nacionais de cultura e alguns importantes ativistas culturais. A ideia subjacente é muito simples e diz que muito bem pode daí advir, quando as pessoas se decidem a trabalhar em conjunto.

A formulação dificilmente poderia ser mais clara. A EUNIC foi fundada em 2006, como agremiação de organismos públicos ligados às relações internacionais e à cooperação no âmbito da cultura, cujos associados, nos estados-membros europeus, trabalham de forma “relativamente independente” dos seus governos nacionais.

A ideia subjacente era sem dúvida simples, mas de modo algum ingénua. Tinha em conta a perceção de dois factos que em si até parecem simples e que são para a maioria perfeitamente óbvios.

O primeiro é que, na nossa sociedade de hoje, a multipolaridade ganha na maioria das vezes vantagem sobre a bipolaridade.

“Muito bem pode daí advir, quando as pessoas se decidem a trabalhar em conjunto.”

E o segundo facto é que as nossas sociedades de hoje já não admitem que seja só o seu estado nacional a possibilitar-lhes uma forma de expressão internacional.

Estas duas perceções permitem que tiremos duas conclusões imediatas. A perceção de que a bipolaridade tem, na maioria das vezes, menos força do que a multipolaridade exerce um efeito destabilizador sobre a típica atitude rígida e dicotómica do mundo moderno, que constantemente polariza entre centro e periferia, norte e sul, países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Exerce esse efeito destabilizador através de uma relativização muito facilmente previsível ou de uma transmutação imprevisível, mas decididamente interessante.

A perceção de que as sociedades de hoje transvasam os limites das respetivas fronteiras nacionais leva-nos a concluir que a democracia cultural legada pela tradição constitui um quadro demasiado estreito para as sociedades modernas alcançarem os objetivos de uma cooperação cultural. As sociedades modernas preferem modalidades de cooperação direta, em vez de uma cooperação mediada por instituições públicas.

EUNIC: Uma breve descrição

Estas duas perceções e as respetivas conclusões constituem o pano de fundo dos pensamentos fundadores da EUNIC. Fornecem a estrutura filosófica que está na base de existência da EUNIC, bem como dos princípios estratégicos da associação.

Os membros da EUNIC são organizações que preenchem os seguintes requisitos: apoiam a diplomacia nacional relativamente à cultura e estão ativos no âmbito das relações culturais; são finan-

ciados através do sector público, dispendo, contudo, de uma certa autonomia face aos seus governos; e desenvolvem a sua atividade fora dos respetivos países. A EUNIC não trabalha ligada a países nem em relações de âmbito interestatal. Pode aceitar mais do que um membro por país, e é também isso que faz. No que concerne aos seus membros, o que interessa são as atividades por eles desenvolvidas, mais do que o país de onde provêm. “EU”, no acrónimo EUNIC, deve ser entendido no sentido geográfico e não político.

Neste momento, a EUNIC tem 29 membros de 25 estados-membros da UE, que desenvolvem um trabalho até certo ponto autónomo ou relativamente independente dos respetivos governos. A definição de “independente” varia de caso para caso, conforme a arquitetura institucional dos países.

A EUNIC apoia programas e valores europeus. É uma rede ativa, sendo os seus membros encorajados a realizar programas conjuntos a vários níveis. É uma rede de aprendizagem que promove entre os seus membros o intercâmbio de ideias e a sua implementação prática. É também uma rede que põe em contacto as diversas instituições que a integram. Entre estas, contam-se a Comissão Europeia, o Conselho da Europa e muitas outras a nível global. É uma rede que luta pelos seus interesses, contribuindo a nível mundial para o desenvolvimento de uma mais forte consciência que seja favorável à criação de relações culturais e à ampliação da sua eficácia.

Os projetos EUNIC são cada vez mais diversificados, não só dentro de cada cluster ou grupo, como atravessando vários clusters e através da inclusão de uma série de associados. A EUNIC luta pela cooperação cultural e por relações culturais di-

retas. Os membros da EUNIC beneficiam da cooperação e das parcerias formais e informais desta com a Comunidade Europeia e outras organizações. A EUNIC é convocada pela Comissão Europeia para fins de consulta e para a definição de orientações políticas. Mantém relações estreitas com a Comissão Europeia e o Serviço Europeu de Ação Externa e ambas as instituições apoiam o seu trabalho. Foi nesse sentido que, em 2007, a Comissão Europeia enviou uma missiva a cada uma das delegações, pedindo-lhes que apoiem os clusters EUNIC e com eles colaborem.

Neste momento, há em todo o mundo 65 clusters EUNIC que, só no ano de 2011, levaram a cabo mais de 400 ações de parceria. Alguns clusters efetivamente empenhados desenvolvem mais de 10 projetos por ano e há projetos inovadores que rompem mesmo com o quadro dos tradicionais festivais de arte. A rede EUNIC é constituída por mais de 2000 delegações em mais de 130 países, com mais de 25000 colaboradores, entre eles, mais de 7000 professores qualificados, que lecionam mais de dois milhões de alunos por ano e proporcionam qualificações linguísticas em número superior a oito milhões. O potencial da EUNIC está claramente patente nos mais de 2,5 mil milhões de euros movimentados pelos seus 29 membros em 2011.

Como pode a EUNIC ser resumidamente descrita? A EUNIC não é uma organização, mas uma rede. Como acontece em todas as redes, os membros individuais beneficiam da sua adesão na razão direta do seu investimento. Os diretores de cada membro da EUNIC têm provavelmente razões diferentes para aderir à rede, mas todos eles partilham o desejo de trabalhar em conjunto.

A adesão à EUNIC constitui uma mais-valia estratégica e operacional. A EUNIC apresenta-se para o exterior através de todo das suas atividades e não só através daquelas atividades que em grupo organizamos. A nossa reputação e a nossa influência justificam-se pela dimensão do conjunto e pela gama de conhecimento especializado dos seus membros. Poder-se-ia comparar esta associação às fusões das companhias aéreas, como a Star Alliance, a Sky Team ou outras. Todas as companhias aéreas zelam pela sua independência e identidade de marca, mas em consórcio as companhias aéreas apresentam-se em uníssono, para influírem como grupo de pressão, para possibilitarem a partilha de códigos (comparável aos nossos projetos conjuntos), para aprenderem umas com as outras e esforçarem-se por atingir padrões similares (como fazemos, por exemplo, nas nossas instalações de ensino).

Do ocasional para o estratégico

Os anos de 2010/2011 constituíram uma fase decisiva na evolução da EUNIC do ocasional para o estratégico. Quem assim designou esta evolução pela primeira vez foi, três mandatos atrás, o secretário-geral do Goethe-Institut, Hans-Georg Knopp, então presidente da EUNIC. A estratégia de trabalho da EUNIC, introduzida e concertada no encontro de diretores em Bruxelas, em dezembro de 2010, submetida a votação e também objeto de fixação orçamental, inclui um escritório em Bruxelas, que deverá encetar o seu trabalho a partir de setembro de 2011, assim como dar início a um laboratório de ideias para consultoria especializada dos diretores.

“Poder-se-ia comparar esta associação às fusões das companhias aéreas. Todas elas zelam pela sua independência e identidade de marca, mas em consórcio tais companhias aéreas apresentam-se em uníssono.”

Este grupo de estratégia já meteu mãos à obra e apresentou os resultados das primeiras pesquisas por si conduzidas no encontro anual de diretores, em junho de 2011, na cidade de Lisboa. Em junho de 2010, a questão da adesão dos membros ficou esclarecida no encontro de diretores em Bucareste. Temos neste momento regras claras para a participação em clusters: cada membro, através da sua direção, pode propor em cada cluster um representante como membro efetivo. Os institutos de cultura tornam-se automaticamente membros efetivos. No que diz respeito às embaixadas, a decisão sobre a sua adesão não é tomada localmente, mas deverá sê-lo pelo poder central. (As embaixadas podem sem problemas tornar-se membros associados. Desta forma, por exemplo, a Suíça e a Noruega podem ser integradas ao nível dos clusters.)

Além disso, em dezembro de 2010, no encontro de diretores em Bruxelas, votámos a favor do mecanismo hosting EUNIC, com o objetivo de “equalizar” a presença de todos os membros dentro da rede EUNIC. Este mecanismo possibilita aos membros da EUNIC que não beneficiem de uma presença institucional num dos seus campos de interesse participar nele com projetos concretos, na qualidade de convidados dos institutos que já neles

têm representação. Mesmo restringindo-se a EUNIC aos estados-membros da UE e tendo só organizações com sede na UE o direito de aderirem, a EUNIC encontra-se ativa em mais de 130 países. Em mais de 50 países já existem clusters, e a tendência revela-se crescente.

Gostaria de terminar com uma reflexão filosófica sobre a tarefa com que a EUNIC poderá ser confrontada. São considerações que advêm da minha experiência simultaneamente enquanto membro do coletivo da presidência da EUNIC e enquanto diretor de um instituto nacional de cultura. Irei, aqui, concentrar-me em dois aspetos.

O primeiro tem a ver com aquilo a que chamo a “dupla visibilidade” que uma sociedade consegue através de um bom programa cultural ou de uma boa estratégia cultural.

Para ilustrar este aspeto, poderei começar por uma pergunta: Por que razão investe um instituto nacional de cultura somas significativas do orçamento do seu estado em programas culturais? Uma razão é perfeitamente óbvia: a promoção da sua cultura nacional. Neste caso, trata-se de um propósito claramente nacionalista, que será implementado através de uma diplomacia cultural suave ou através de uma dura propaganda cultural. Ambas as vias são legítimas. Porém, tratando-se de “cultura nacional”, a tónica coloca-se nas duas opções de forma diferente. A diplomacia cultural pretende promover a cultura nacional dando primazia à “cultura”, enquanto no caso da propaganda, vista como defensora da cultura nacional, o acento recai sobre a palavra “nacional”.

No tempo que se seguiu à Segunda Grande Guerra e ao Holocausto, a Europa atravessou uma fase invulgar. Os esta-

dos ocidentais decidiram não comportar-se no sentido de Thomas Hobbes, que lhes atribuiu uma eterna rivalidade em perpétua guerra. A consequência foi o nascimento da Comunidade Europeia. A vontade de união passou a estar no centro da cooperação económica conjunta.

Depois de 1989, a queda do regime comunista tornou pela primeira vez possível a unidade pacífica de toda a Europa, a despeito das, até hoje, persistentes tradições religiosas, políticas e culturais que foram historicamente fonte de colisão. A Comunidade Europeia transformou-se numa União Europeia – numa unidade que, no seu cerne, deve ser vista como profunda cooperação institucional entre os estados-membros. A Comunidade, que outrora começara com o objetivo da cooperação económica, tinha evoluído para uma União política institucional.

Nestas circunstâncias, a diplomacia cultural clássica tende a tornar-se numa promoção cultural demasiado rígida, orientada pelo pensamento nacionalista. Porquê “demasiado rígida”? Porque os mais importantes processos para cultivar contactos dentro da União Europeia já não se baseiam em propaganda e publicidade. Em vez disso, na sua essência, orientam-se no sentido de uma cooperação direta. Não são os estados nacionais que cultivam contactos diretos, mas as suas sociedades e os seus mercados culturais.

As sociedades pós-modernas extravasam as fronteiras dos estados nacionais que outrora constituíam a única possibilidade de projeção internacional. Hoje as sociedades representam-se a si próprias e transpõem os limites das fronteiras estatais através das suas culturas de contacto, em relacionamento direto com outras culturas, nos mercados mais relevantes des-

tas. De repente, podemos observar uma mudança de paradigma, que todos os produtores de cultura vão aos poucos fazendo sua: os institutos nacionais de cultura afastam-se cada vez mais da clássica diplomacia cultural, optando por uma cooperação direta entre pessoas.

É imperioso que os institutos nacionais de cultura não percam de vista estes desenvolvimentos e deles se consciencializem. Uma consequência patente da inflexão em curso é a resposta à questão: “A quem e a quê dá um programa cultural visibilidade?”

Anatomia cultural da sociedade

Em tempos de propaganda, uma programação cultural dá visibilidade a uma determinada ideologia cultural: a cultura nacional do respetivo país, da perspectiva de um determinado funcionário público.

Pelo contrário, em tempos de diplomacia cultural de cariz suave, um programa cultural dá visibilidade a uma determinada identidade cultural, isto é, a uma determinada visão de instituições relativamente à identidade cultural de uma sociedade ou de uma nação.

Hoje, em tempos de cooperação cultural, um programa cultural dá visibilidade a aspetos culturais de uma determinada sociedade a partir das suas bases. Isso possibilita-nos um vislumbre daquilo que se poderia designar por “anatomia cultural

“Não são os estados nacionais que cultivam contactos diretos, mas as suas sociedades e os seus mercados culturais.”

de uma sociedade”. E porque a cooperação cultural direta implica igualdade de tratamento, sobrevém uma dupla visibilidade: através de um programa de cooperação cultural bem concebido, torna-se visível tanto a sociedade de origem como a sociedade de chegada. O que se oferece e o que se recebe torna-se visível no processo de dar. Ambas as sociedades se tornam reciprocamente visíveis através de um programa de cooperação cultural.

Um instituto nacional de cultura que trabalhe bem pode daqui inferir para si a regra de como tornar visível, na sociedade que representa, a cultura em que se encontra ativo. Quando abro um Instituto Cultural Romeno na África do Sul, a tarefa deste não é só representar a cultura romena na África do Sul, mas permitir-nos cumulativamente, na sociedade romena, um vislumbre da sociedade sul-africana. Se os programas por mim desenvolvidos não tornarem a sociedade sul-africana visível aos olhos dos romenos, então o meu empreendimento fracassou. Na minha opinião, um instituto de cultura moderno deveria pensar assim e não de outra forma.

Esta nova situação conduz a um claro progresso no conhecimento, mesmo quando este progresso se manifesta mais como possível do que como obrigatório. Verdadeiramente relevante é, contudo, pelo menos em princípio, que os espaços existentes no recôndito e no âmago mais profundo de uma sociedade se possam tornar visíveis para os artistas e produtores culturais de uma outra sociedade. Os institutos culturais podem, de uma forma inteligente, tirar proveito desta fonte potencial de conhecimento. Os programas culturais podem ser muito mais do que meros mecanismos de apresentação e representação de uma exibição das artes.

Eles podem ser usados como instrumentos inteligentes do saber, não só no sentido de investir conteúdos cognitivos na democracia comum dos nossos dias, como também de possibilitar uma dupla visibilidade cultural, que tanta procura tem nas sociedades modernas.

O segundo aspeto tem a ver com a atitude correta de um instituto cultural face à cultura. Como já referi, a promoção institucional da cultura passou por várias fases: a da instrumentalização pelo Estado, a da propaganda cultural, a da diplomacia cultural e a da cooperação cultural. Para o futuro, seria pensável a da mediação de contactos diretos entre mercados culturais. A cooperação torna possível a separação de critérios de mercado centrados em valores. Esta cooperação não significa nem uma redução dos mercados nem dos critérios centrados em valores. A consequência disso é a emergência de um contacto cultural ainda mais profundo, que se estende para além da colaboração cultural, na mesma medida em que a colaboração cultural rompe com a moldura da diplomacia cultural. O objetivo é o estabelecimento de contacto entre os mercados culturais, sem os deixar amalgamar num mercado único.

Na nossa gíria técnica, o que se diz é que desenvolvemos uma abordagem que contempla um “motivo comum” e que tem “implementação local”. Na verdade, porém, trata-se de muito mais do que isso.

Na Europa, a EUNIC ver-se-á confrontada com mercados culturais cada vez mais homogêneos. Mas, fora da Europa, a EUNIC terá de operar com mercados culturais que encaram uma associação com indiferença ou com hostilidade, ou que estão tensamente envolvidos na dialética centro/periferia e altamente desenvolvido/subdesenvolvido.

A EUNIC não pode responder a estes desafios absolutamente heterogêneos de uma forma que não seja diferenciada. Aqui, penso que se impõe uma estratégia política que opere completamente sem motivos escusos – por muito progressistas que eles possam ser. Fora da Europa, a EUNIC deveria funcionar como um velho e precioso espelho das sociedades locais. Para a Europa, as atividades dos membros da EUNIC deveriam tornar patente a irredutível singularidade das culturas não-europeias. Certamente que a EUNIC irá promover valores e temas europeus. Porém, para a sua penetração em sociedades locais, a EUNIC deveria evitar uma atitude de quem sabe tudo, insinuando que tem o progresso do seu lado, comparativamente com outros que persistiriam, ignorantes, na sua atitude retrógrada. Através da perspectiva dos clusters EUNIC fora da Europa, não deveria ser dada visibilidade a nenhuns estados, mas só às respetivas sociedades.

Dentro da Europa, a EUNIC poderia dar o seu contributo cultural para os conteúdos da identidade europeia, como, aliás, já agora acontece. Em Bucareste, por exemplo, pude observar um sentimento muito vivo de unidade e comunhão. Esse é o resultado do simples gesto de os diretores de todos institutos de cultura em atividade na capital romena se encontrarem regularmente. Foi através do processo de conhecimento recíproco que nasceram novas ideias, e não porventura ao contrário. A constituição de cada cluster EUNIC assenta na amizade, o que talvez não constitua um paradoxo. Não são somente saber, capacidades, competências, etc., mas também relações de amizade, que têm importância fundamental e, no conjunto da sociedade, se podem disseminar de forma

“Fora da Europa, a EUNIC deveria funcionar como um velho e precioso espelho das sociedades locais.”

mais duradoura que todas as capacidades.

Gosto de enfatizar os aspetos imponderáveis, pois só raramente são referidos, se alguma vez o são. Na África do Sul, onde dirigi o gabinete regional da EUNIC para a África subsaariana, ouvi o filósofo e politólogo Achille Mbembe comentar que estava farto que reduzissem os africanos a vítimas da fome. “Não queremos a cultura como um substituto de piedade para os nossos estômagos vazios.” Mbembe censurou com duras palavras a instrumentalização da cultura.

O que quero dizer é que, em alguns casos, até o poder suave de determinados programas culturais de apoio social se revela como demasiado duro. Deveríamos refletir sobre este assunto. Há alturas em que até a piedade dá mostras de arrogância. A EUNIC tem uma oportunidade muito significativa para organizar, fora da Europa, programas que estabeleçam o contacto direto entre mercados culturais, em vez de o fazer entre institutos de cultura especializados.

Chaves por descobrir

Pelo seu *modus operandi* e pela sua capacidade de captar o saber silencioso de um meio cultural, a associação EUNIC dispõe de uma grande variedade de chaves de abordagem, das quais a maioria ainda está por descobrir.

Tenho a impressão de que nem sequer nós, que estamos diretamente envolvidos

na construção e consolidação da nossa rede, reconhecemos de forma suficientemente clara a vasta gama de potencialidades deste projeto chamado EUNIC. Estamos a falar de programas culturais, cooperação, formação de capacidades, associação e estabelecimento de contactos entre mercados culturais, mas trata-se de muito mais ainda. A EUNIC é em variados aspetos um laboratório do futuro.

Para nós europeus, a EUNIC é um laboratório que testa as relações morais e intelectuais que servirão de base à nova identidade europeia. A EUNIC dá um contributo muito próprio, se bem que discreto, para a modelação de uma nova identidade europeia, para uma tentada equalização moral de todos os atores europeus, independentemente da disparidade inicial dos seus recursos. A imagem da Europa de hoje é muito diferente da de ontem. A sociedade moldada pela UE assemelha-se mais à *Decent Society* do filósofo Avishai Margalit do que à sociedade que Marx descreveu no seu Manifesto Comunista. É substancial o contributo da EUNIC para a modelação na Europa de uma sociedade decente.

Eu atrever-me-ia a pensar que, para sociedades fora da Europa, a EUNIC é já um laboratório com o desejo de lograr a “dupla visibilidade”. Esse facto deixa-me muito otimista relativamente à EUNIC, pois ela não se apresenta como mero agrupamento de institutos nacionais de cultura. Se esta associação for bem utilizada, poderá contribuir para trazer à luz do dia o saber silencioso que se encontra recôndito nas práticas culturais das respetivas sociedades.

No seu melhor, a EUNIC representa a criatividade global que emerge da confluência de iniciativas locais. Antes de as pessoas se juntarem, nunca se sabe o nú-

mero de coisas que se podem movimentar coletivamente. A EUNIC vela para que sobreviva uma criatividade de que nem mesmo as pessoas criativas dão conta, até reconhecerem através do seu trabalho como realmente são criativas.

Mas este potencial apreciável só poderá ser utilizado em toda a sua plenitude, se a EUNIC e os nossos institutos nacionais de cultura respeitarem algumas regras simples, mas decisivas, que aprendi por todas as partes do mundo, durante o ano de mandato como presidente da EUNIC. Algumas destas regras, eu resumi-as num Decálogo de Boas Práticas que todo o bom instituto nacional de cultura deveria ter em mente. Este reza assim:

- 1 Nunca trabalhes sozinho!
- 2 Busca sempre a cooperação!
- 3 Não sejas paternalista!
- 4 Faz com que seja possível!
- 5 Participa!!
- 6 Empenha-te!
- 7 Compromete-te!
- 8 Faz amizades!
- 9 Torna-te conhecido, dando a conhecer os outros!
- 10 Conhece os outros, dando-os a conhecer!

Horia-Roman Patapievi é médico, ensaísta, publicista, produtor de televisão e presidente do Instituto Cultural Romeno. Em 2010-2011, ocupou a presidência da EUNIC.

A cultura como panaceia A UE pensa em termos de ramos, de sistemas e de sectores. Mas a cultura não é um sistema social, nem certamente um ramo económico, entre outros. Pelo contrário, é a base, o indicador ou a clave de sol, que permite sintonizar todos os sistemas sociais. O que significa isto para uma política cultural externa europeia e quais são os seus eventuais benefícios? Berthold Franke



Quem vai pela primeira vez a Bruxelas e tem contacto com o funcionamento da União Europeia, acaba por ter uma experiência curiosa sempre que a palavra “cultura” é mencionada. Rara é a vez que a palavra não é mencionada nos numerosos eventos, simpósios e congressos, havendo até (embora mais raramente) conferências e debates inteiros dedicados ao tema.

Porém, quando se fala de “cultura”, parece que se está a lidar com um ramo económico ou um sector. Seria necessário fazer algo para a cultura, a cultura poderia assim fazer isto e aquilo; a Europa e a sua cultura são algo muito especial e a UE teria que se empenhar mais neste ramo, etc. Quem ouvir com atenção, captará aqui um discurso que se poderia aplicar perfeita-

mente a outros sectores, como exemplo a agricultura, a pesca ou o sector energético. Só os títulos é que teriam que ser mudados.

Parece-me que a linguagem utilizada revela um erro categorial: a cultura nunca pode ser entendida nesse sentido sectorial, devendo isso sim ser conceptualizada a um nível muito mais básico. De facto, a cultura não é nenhum sistema social, nem certamente apenas mais um ramo económico. É pelo contrário a base, o indicador ou a clave de sol, a partir da qual todos os sistemas sociais se orientam. Como o historiador Christian Meier escreveu no seu ensaio “Cultura por amor à liberdade. A Europa e os gregos”:

“As culturas são os modos segundo os quais os povos se organizam no mundo, tanto em relação ao seu meio ambiente como em relação a si próprios. Não se trata apenas de técnicas e de sistemas, de formas de relacionamento civilizado e de desenvolvimento humano, mas também de encontrar as suas referências no mundo, para poder entre outras coisas, ter a sensação de que estão no caminho certo.”

Neste sentido, a cultura “sempre esteve presente”, sendo o processo básico da convivência humana, e alastrando atrás de si toda a vida social consoante os locais, as comunidades ou a nação, a classe social e

a situação histórica. Assim como nos encontramos sempre na língua quando formulamos algo, recorrendo desde sempre a modelos, que por sua vez também serão marcados por cada novo uso linguístico, também nos encontramos sempre na cultura em tudo o que fazemos, modificando-a igualmente de forma contínua. Fica assim de fora a noção de cultura como um sector, um ramo ou um subsistema social.

O uso abusivo deste conceito, que entretanto se tornou numa moda, por parte das indústrias criativas e a extensa tematização deste ramo nos últimos anos releva bem a falta de um conceito de cultura na UE. De facto, encontra-se aqui um sector: designers, arquitetos, moda, etc., e os ramos à sua volta, um sector que promete o necessário grau de concretude, na qual se baseia a burocracia, bem como prestigiados locais de produção de valor acrescentado, emprego e factos que se traduzem do PIB. Pessoalmente, penso que a cultura é algo bastante diferente.

Não creio que esta perspetiva tão difundida nos círculos da UE, seja um mero acaso. A UE pensa em termos de ramos, de sistemas e de sectores. Foi assim que ela foi constituída e é portanto assim que ela percebe a realidade. Este é o preço a pagar pelo facto da UE existir sobretudo como entidade burocrática, e não, antes de mais, como projeto político e muito menos como um projeto cultural. Já houve muitas

“O uso abusivo deste conceito, que entretanto se tornou numa moda, por parte das indústrias criativas releva bem a falta de um conceito de cultura na UE.”

queixas sobre este facto e não queremos aqui mais uma vez denunciar esse facto mas apenas constatá-lo.

Um outra observação em Bruxelas: quando os representantes oficiais da Europa falam sobre cultura, na maioria das vezes, com a melhor das intenções, o que acontece com extraordinária regularidade é estranho: a cultura é sempre referida como algo maravilhoso, fantástico, que enobrece as pessoas e melhora as condições de vida (Devem estar a pensar num grande recreio de artistas, intelectuais, com debates e eventos em que, como se diz na Alemanha, “o bom, o verdadeiro e o belo” se cultivam.) E esta cultura maravilhosa tem agora que ser aplicada, algo que se proclama sobretudo quando as coisas correm menos bem.

Relação ambivalente

Nestes casos, atribuem-se à tal “cultura” forças deveras maravilhosas e quase sobrenaturais, segundo o padrão: temos aqui um problema que não entendemos, há posições contrárias que se confrontam, há conflitos sociais e económicos e todos os métodos políticos e sociopedagógicos de auxílio não tiveram efeito. Vamos então acrescentar cultura e as coisas vão melhorar, a cultura resolve o caso! Segundo esse conceito, a “cultura” parece ser uma espécie de remédio milagroso, com propriedades mágicas.

É claro que estes discursos não foram criados pela UE, sendo sintomáticos da relação ambivalente da política e da cultura em muitas democracias modernas. Na perspetiva do Goethe-Institut, posso afirmar que o mesmo se verifica na política cultural externa da Alemanha. Com a melhor das intenções, os nossos políticos

dos negócios estrangeiros propagam, tal como já descrevemos acima que a Alemanha precisa de ter mais amigos no mundo, o Goethe-Institut irá certamente trazer-nos esses amigos. Ou então: dado que a Alemanha pretende vender os seus produtos industriais em todo o mundo, um pouco de Beethoven e de Habermas até fica bem. Ou: a relação com o importante país parceiro X ou Y tem que ser valorizada, vamos organizar um pacote representativo de cultura em denominadas “semanas da Alemanha”.

Penso que se trata aqui de um mal-entendido fundamental que se baseia no erro categorial acima descrito. Se for verdade que a cultura tem que ser entendida de forma mais radical do que as propostas de aplicação acima mencionadas revelam, tal significa que a cultura nunca poderá ser instrumentalizada nos moldes descritos. Pelo contrário, isto significa que a possibilidade de “concretizar” ou “aplicar” a cultura no seu todo é bem mais reduzida do que se pensa e implica além disso uma notícia bastante perturbante: o facto da cultura não estar sempre do lado bom, como tantas vezes se subentende.

Um conceito mais adequado e radical de cultural diria que não existe inocência da cultura, bem pelo contrário. A cultura por si só não é nem boa, nem má mas sim parte do conjunto de condições de todas as atividades sociais. Por conseguinte, ela não faz infelizmente sempre parte da solução, sendo muitas vezes parte do problema. Quem duvida que, por exemplo, o fundamentalismo, o racismo ou o populismo de extrema-direita na Europa sejam antes de mais fenómenos culturais? Mais: não será legítimo afirmar que a guerra significa cultura em sentido extremo?

Isto quer dizer que temos que mudar radicalmente a nossa conceção de cultura, uma mudança que, em grande medida, também diz respeito à UE. Todas as pessoas de cultura europeia que tenham viajado por exemplo por alguns países fora da Europa, digamos pelo Norte de África, terá percebido de modo direto como a nossa cultura é quase sempre entendida de modo ambivalente. Ela é de facto o transmissor do mais elevado humanismo e simultaneamente o símbolo de repressão colonial. A cultura tanto é inocente como culpada e sempre que chegamos algures com a nossa cultura europeia, a nossa tarefa consiste em refletir sobre essa relação num esforço especialmente crítico, isto é, autocrítico.

Entretanto a UE está a mudar. Novas tarefas e constelações institucionais surgiram com as reformas do Tratado de Lisboa. O parlamento tem mais responsabilidades (o futuro dirá se terá mais poder), os membros do parlamento têm por isso mais confiança em si próprios. Chegou finalmente a hora de compensar défices sobejamente conhecidos no ramo da política externa. A função de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança e o novo Serviço Europeu de Ação Externa são instrumentos e instituições de uma nova presença da Europa no mundo.

Se houvesse uma vontade política dos estados-membros, estaria assim aberto o caminho para uma poderosa voz comum no debate internacional. Uma voz comum na cultura?

“E esta cultura maravilhosa tem agora que ser aplicada, algo que se proclama sobretudo quando as coisas correm menos bem.”

Como se pode ler explicitamente no Tratado de Lisboa, a cultura não faz parte das tarefas da UE. As primeiras informações sobre o Serviço Diplomático Europeu (“European External Action Service”) que se está a constituir não permitem depreender que algo especial esteja a ser planeado relativamente à política externa cultural da Europa. Por outro lado, isto não significa certamente que as novas embaixadas da UE deixem o campo cultural completamente de fora. Pelo contrário, atrevemo-nos a pensar que irá suceder exatamente o oposto, o vasto campo da cultura passando a ser uma área prioritária de atividade da nova diplomacia europeia. Há muito que as delegações da UE promovem projetos culturais ou relacionados com a cultura no âmbito da cooperação para o desenvolvimento especialmente nos países parceiros mais pobres, fora da Europa. Infelizmente, tal acontece na maior parte das vezes com pouco profissionalismo, frequentemente com grandes cheques e por vezes imbuído de um indistigável paternalismo.

Xerpas de fatos às riscas

É de esperar que tais iniciativas irão aumentar, não apenas nos países pobres, e não só porque os diplomatas adoram cortar fitas coloridas em inaugurações de exposições, ser mencionados como patrocinadores em catálogos e agalantar as suas receções com a presença de artistas de destaque.

Existem boas razões profissionais para se apostar na cultura, tal como se pode ver na mudança de paradigma em curso na diplomacia. As tarefas tradicionais de uma representação internacional são cada vez

menos relevantes dentro do leque de tarefas da diplomacia moderna, o mesmo acontecendo com os relatórios para os países de origem (80 por cento das informações são obtidas a partir da internet). A tarefa de representação económica no estrangeiro que se tinha tornada central na vida económica europeia do pós-guerra também deixou de estar em primeiro plano, como acontecia até agora. A razão é um multiculturalismo institucional cada vez mais forte ao nível mundial e uma nova cultura de relações diretas de que a continuidade global de cimeiras internacionais de todo o tipo é o melhor exemplo. Os diplomatas apenas têm aqui tarefas de “xerpas”.

De resto praticam a nova diplomacia, nomeadamente nas esferas da comunicação, dos *media*, e da ... cultura! “Cultural Diplomacy” é a nova palavra-chave. Um bom diplomata procura ter sucesso na vida pública do país anfitrião e tenta posicionar-se como um representante credível da sua nação e dos seus interesses. “Soft power” é o segundo conceito-chave desta conceção, e é precisamente no âmbito desse “suave poder” que a diplomacia da UE irá tentar a sua sorte. Enquanto continente pacífico orientado para os direitos humanos, o desenvolvimento e o diálogo, a Europa gostaria de conseguir a correspondente representação externa, e as suas delegações no estrangeiro irão agir nesse sentido, não só por uma questão de identificação por esta missão mas também porque no campo do “hard power”, as responsabilidades continuam na alçada das representações nacionais.

Será a “Cultural Diplomacy” uma “agenda secreta” que será também aplicada às novas embaixadas da UE, sobretudo, como é natural, em países fora da Europa? Tudo parece indicar que ela terá

o papel principal no portefólio do Ministério dos Negócios Estrangeiros que está a ser constituído. Nada haveria a obstar se toda a experiência não demonstrasse que o binómio “diplomacia cultural” está ligado a um paradoxo quase impossível de resolver. Diplomacia é política o que implica naturalmente representação de interesses e por vezes jogos de poder. Mesmo que os seus objetivos se enquadrem no espectro democrático do entendimento e da cooperação, ela enquadrar-se-á sempre dentro do paradigma dos interesses nacionais e será sempre vista sob este prisma. A cultura por sua vez, no sentido acima esboçado, requer a liberdade e a abertura de espírito de uma reflexão radical encontradas em arriscadas ações artísticas e em debates intelectuais isentos de tabus e de pensamento dominador. Com as suas inamovíveis regras profissionais de respeito pelos outros e de procedimento protocolar (que representam por si só um alto valor cultural!), a diplomacia atinge aqui os seus limites.

A solução para a falta de credibilidade resultante do paradoxo da diplomacia cultural será talvez possível de encontrar caso a caso, muitas vezes com a ajuda de agentes carismáticos, no entanto ela assemelha-se à quadratura do círculo e requer outras consequências sistemáticas. Estas últimas residem, dito em breves palavras, numa “desdiplomática” do diálogo cultural da Europa e da UE. Expressando esta tese de forma polémica: quando menos diplomática a conceção e aplicação da representação cultural externa da Europa será, mais sucesso ela terá a longo do tempo. Todas as experiências profissionais apontam para este pressuposto. A história do Goethe Institut; uma chamada organização de mediação associada contratualmente e por regras claramente definidas à

“Quando menos diplomática a conceção e aplicação da representação cultural externa da Europa será, mais sucesso ela terá ao longo do tempo.”

política externa mas que é independente em termos formais e que prevê processos internos próprios em termos de decisões e de qualidade; comprova a lógica de uma conceção não diplomática do intercâmbio intercultural.

Esta estrutura particular à Alemanha tem a sua origem num determinado dilema, nomeadamente no facto da reputação da Alemanha em termos de nação cultural ter estado totalmente perdida no seguimento da guerra e da catástrofe político-cultural da ditadura nazi. A criação de um Goethe-Institut fora da própria diplomacia baseou-se numa reação contra o estado (foi reatada a velha tradição federal alemã depois do desastre do centralismo nacional-socialista, até então desconhecido na Alemanha) apostando-se de forma sistemática na possibilidade de uma recuperação a longo prazo da credibilidade perdida através de uma ação não só independente do estado mas partindo diretamente da cultura, do espírito e da arte.

Esta constelação do pós-guerra foi superada. As vantagens sistemáticas que surgiram a partir da implementação da política cultural externa da Alemanha também têm efeitos sob prenúncios de política mundial totalmente diferentes. Ao fazer um balanço dos 60 anos do Goethe-Institut, podemos afirmar que os melhores resultados foram obtidos nos campos em que revelou claramente que não se tratava de uma instituição diplomática.

Uma série de países europeus (com experiências históricas bem diversas) optou pela criação de institutos culturais nacionais semelhantes. A EUNIC (“European Union National Institutes for Culture”), a federação que reúne estes institutos ao nível europeu atribui alguma importância ao facto da sua prática não coincidir totalmente com o processo diplomático. É precisamente no âmbito da cooperação multilateral que os institutos, mesmo os que estão estruturalmente mais ligados à diplomacia, têm a oportunidade especial de poder agir à boa distância (“at arm’s length” como se diz frequentemente) da política externa oficial (sem querer pôr em questão o seu primado na definição das diretivas políticas). A EUNIC pode por isso fazer um proposta deveras relevante à UE.

Presença direta

O mapa dos institutos da EUNIC é impressionante no seu conjunto. O potencial não reside apenas no número de presenças mas sobretudo na densidade dos contactos que foram estabelecidos ao longo do tempo. Estamos no local, conhecemos os meios locais, somos sempre que possível parte integrante desses meios, i.e. estamos no seio das sociedades civis. A EUNIC pode fornecer análises, elos de ligação e contactos para dentro, isto é aos parceiros institucionais da UE enquanto que para fora, os institutos EUNIC são símbolo de credibilidade, de durabilidade e de criatividade.

Os tempos dos eventos propagandísticos bilaterais já passou. Os temas relevantes do futuro têm agora que ser abordados de forma interdisciplinar e sob diversas perspectivas. O multilateralismo não é só um método mas também uma experiência

prática que permite atingir a tão prezada diversidade. Só assim, quando a comunidade surgir em nome europeu, é que será atingido um dos valores europeus fundamentais nos projetos concretos seguidos pela EUNIC.

De acordo com a estado das coisas, os sinais perceptíveis atualmente não são particularmente animadores para a cultura na UE. A “Agenda 2020”, bem como a perspectiva de estagnação orçamental durante os sete anos do novo período financeiro são esclarecedores nessa matéria, dando atualmente origem a algumas declarações pessimistas por parte da Comissão. Apesar de tudo há um novo aliado, o Parlamento Europeu, cuja comissão cultural exigiu esforços significativos no campo da política cultural externa (mesmo que esta não deva existir oficialmente!) num relatório da primavera de 2010 (“Report on the Cultural Dimensions of the EU’s External Actions”).

A EUNIC é uma grande oportunidade, não só para os institutos nacionais europeus (especialmente para os que são de países mais pequenos e aos quais esta parceria vem trazer uma maior visibilidade e um maior espaço de atuação que nunca conseguiriam pelos seus próprios meios). Muitos atores da burocracia europeia parecem, também eles, terem descoberto estas possibilidades. O facto dos institutos culturais nacionais passarem a estar representados por uma organização com a tarefa de fazer lóbi (tal como existe para com os jogadores europeus de *handball* ou a indústria têxtil) não foi o único a ser registado. Com os suas linhas de projetos e de apoios dirigidos à sociedade civil, a prática da Comissão da UE em vigor até à data, e que consiste essencialmente em estimular e apoiar projetos na base, já vai no

bom sentido. É nos países fora da Europa e nesses sobretudo que estes projetos devem ser desenvolvidos no local e implementados numa parceria justa. É precisamente na transmissão desta atividade aos seus destinatários que a EUNIC pode desempenhar o seu novo papel.

Há atualmente uma janela temporal de possibilidades que provavelmente se irá fechar dentro em breve. Se quiser agarrar esta oportunidade, a EUNIC tem que agir rapidamente. Isto implica uma avaliação do seu potencial real: pois a EUNIC nunca virá ser a concretização do sonho de alguns estratégias: uma poderosa instituição europeia com uma central importante e uma eficaz e dinâmica rede de representações no estrangeiro funcionando como por exemplo como um Goethe-Institut no estrangeiro em relação à sede da instituição em Munique. No entanto, devemos rapidamente dar provas de mobilidade e de eficácia. Projetos pioneiros exemplares devem ser comunicados no âmbito da promoção da diversidade linguística, um campo que, em nossa opinião, será certamente uma das prioridades para o trabalho da EUNIC na Europa.

A formação cultural internacional representa um outro campo de ação. Um programa europeu de bolsas e de formação certificado pela EUNIC (eventualmente em colaboração com as respetivas universidades) com estágios nas centrais dos institutos membros da EUNIC em diversos países bem como uma fase de presença em Bruxelas, poderia constituir uma oferta atraente para jovens orientados para profissões culturais. Mais decisivo ainda é o atual desafio de entrega rápida de projetos de alta qualidade na área dos países do Sul do Mediterrâneo e dos seus estados em pleno processo de reformas, um desafio que

se está a tornar numa espécie de teste de stresse ou numa prova de fogo. O futuro da EUNIC também depende dos sucessos obtidos nessa região. Não é necessário consultar nenhuma bola de cristal para poder prever que este novo rebento do projeto europeu terá que passar, tal como os outros anteriores, pelas habituais “dificuldades de parto” e “doenças infantis”. Seria um milagre que assim não fosse. Tal como para todos os outros projetos europeus, o sucesso da EUNIC basear-se-á num misto de pensamento e de ação simultaneamente realista e utópico.

Berthold Franke é diretor da delegação do Goethe-Institut em Bruxelas e da região do sudoeste europeu bem como comissário do Goethe-Institut para a UE.

Evrópa: næstminnsta heimsálf

Jarðar; nær yflr vestasta hluta

Evrópa: næstminnsta heimsálf

Jarðar; nær yflr vestasta hluta

meginlands Evrasíu um 10,5

míljó. km²; íb.: 697 míljó.⁸⁵

suðaustri eru oft talin liggja um

Úralfjöll, Kaspíshaf, Kákasusfjöll,

Svartahaf og Eyjahaf. Miðjarðar-

haf skilur að Afr. og E og N-Am.

antahaf er milli E og N-Am.

Helstu skagar E eru Skandínavíu-

og Kólaakagi í norðvestri og

Pýrenea-, Ítalíu- og Balkanakagi í

suðri. Stærstu eyjar eru Novala-

Zemlja, Spítsbergur, Ísland, Kít-

Stóra-Bretl., Írland, Kóríkka,

Síkiley og Kít. Hæsta fjall E er El-

Ólounum er

4807 m. Lengsta fljót er Volga,

3530 km, og stærsta stöðuvatn

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².

er Ladogavatn, 17.678 km².





Afirmando mais-valias A história das nações europeias, o poder de atração cultural, a atuação da política externa orientada para a paz – tudo isso é um capital valioso que a Europa deveria rentabilizar. O objetivo de uma diplomacia cultural credível e eficaz do continente devem ser relações sustentáveis de intercâmbio. Para criar confiança, temos de lutar por um modelo de parceria ao nível institucional assim como da sociedade civil. Neste âmbito, a rede EUNIC é um instrumento magnífico. **Delphine Borione**



Com a globalização da economia, do comércio e da produção como pano de fundo, a promoção da cultura é mais do que nunca necessária para enfrentar o risco da uniformização e do retrocesso à identidade isolada. Se quisermos enfrentar os desafios do mundo de hoje, o que está em causa é delinear uma política externa europeia em que a componente integradora seja a promoção da multiplicidade cultural e linguística e do diálogo das culturas. Trata-se aqui de apelar a valores comuns, tais como o estado de direito, a liberdade de opinião, os direitos humanos e a paz.

Para a Europa, o objetivo de uma diplomacia cultural credível e eficaz teria que ser a criação de relações sustentáveis de intercâmbio, baseadas na reciprocidade, compreensão e respeito, na permuta de ideias e conhecimentos, assim como na abertura aos outros. Para criar confiança, temos de lutar por um modelo de parceria, tanto ao nível institucional como da sociedade civil. Nesta perspetiva, ao cumprir os objetivos do diálogo de culturas e de um intercâmbio reforçado entre as sociedades civis da Europa e do mundo, a rede EUNIC dos institutos europeus de cultura representa um instrumento magnífico. A Europa tem muito a oferecer ao mundo, mas tem igualmente muito a ganhar. A coexistência em parceria é, neste caso, o mais vantajoso para todos os envolvidos.

O desenvolvimento de uma estratégia de política cultural externa para a Europa deve processar-se sobre os passos já iniciados pela União e os seus estados-membros com a aplicação da Convenção da UNESCO de 2005 sobre a proteção e o incentivo às formas de expressão cultural. Esta estratégia deveria ser prosseguida, definindo quadros de colaboração cultural, em que os instrumentos financeiros

e cooperativos disponíveis se articulem entre si. Além disso, trata-se de consolidar a cultura como fator de desenvolvimento económico e social para que a este sector, como componente significativa da parceria entre a UE e países terceiros, lhe sejam atribuídos os amplos meios que lhe cabem.

Em conjunto com outros estados e organizações internacionais, a França participou no projeto de Convenção e apoiou uma política externa da cultura pautada pela Convenção da UNESCO de 2005 como pilar de formas universais de gestão cultural. De facto, o convénio da UNESCO, ratificado pela comunidade europeia e 25 dos seus estados-membros estabelece um enquadramento, tão novo quanto ambicioso, para a cooperação internacional no âmbito da cultura e, isto, em duplo sentido.

Este convénio reconhece as especificidades das atividades, bens e serviços culturais que são “depositários de identidades, valores e sentido”, como consta do preâmbulo e promove a criação sólida de um intercâmbio internacional, no âmbito da cultura, com maior dimensão e proporcionalidade. A influência da convenção da UNESCO no procedimento europeu está claramente expressa na definição da orientação estratégica das relações externas da UE como um dos três objetivos do programa europeu “Cultura”(2007-2013) e como objetivo autónomo dos seus projetos de trabalho. Daí que qualquer estratégia europeia em matéria cultural deva sem implementada, tanto ao nível das relações

bilaterais e regionais da UE, como ao nível multilateral, tendo como pano de fundo a convenção da UNESCO. Num passo ulterior, tal estratégia irá contribuir para a criação de um quadro de referência para as negociações da União com países terceiros em matéria cultural, incluindo meios audiovisuais e cinema. No âmbito do protocolo sobre colaboração cultural, terá de ser implementada uma estratégia negocial, a um tempo global e diferenciada, que salvaguarde a autonomia do sector cultural e garanta a concretização de uma política cultural europeia que seja ambiciosa e coerente.

Processo de reflexão em curso

Tendo em vista este objetivo, deveríamos dar prioridade a um conceito de cultura estratégico e transversal em matéria de relações externas. Com a ratificação da Convenção da UNESCO de 2005 para a defesa e promoção das formas de expressão cultural, o programa europeu “Cultura” (2007-2013) e respetivos planos de trabalho, as conclusões do Conselho para a Promoção da Diversidade Cultural e do Diálogo Intercultural nas Relações Externas da UE, divulgadas durante a presidência francesa, ou ainda com o relatório do Parlamento Europeu sobre este tema, recentemente publicado, a União Europeia já pôs em marcha um processo de reflexão sobre a dimensão cultural.

Atualmente, verifica-se que a cultura é abordada de forma fragmentária e heterogénea através dos instrumentos comu-

“Trata-se também de consolidar a cultura como fator de desenvolvimento económico e social.”

nitários. Estes estão mal adaptados às necessidades dos atores culturais e têm um desempenho insatisfatório quanto aos objetivos de uma verdadeira diplomacia cultural europeia. A quantidade e a complexidade destes instrumentos de intervenção têm de ser repensadas numa moldura mais estratégica. Ao olharmos para o orçamento, as reduzidas contribuições financeiras que estão em jogo são uma indicação da falta de interesse, ao mais alto nível, pelas práticas culturais.

A cultura deveria fecundar, de forma transversal, a totalidade dos programas e abordagens políticas correntes. Na realidade, a cultura é um fator de desenvolvimento humano, social e económico e a promoção da diversidade cultural e linguística contribui igualmente para a concretização de objetivos mais abrangentes, tais como a promoção de ideários democráticos ou de direitos humanos. Ela está igualmente capacitada para desempenhar um papel na gestão de conflitos ou na questão da igualdade de género. Em toda a amplitude destes aspetos, a cultura deve assumir o seu lugar na política e nos instrumentos de ação externa da União Europeia, sobretudo nas regiões prioritárias dos países vizinhos, dos estados ACP, assim como das economias emergentes.

Tendo em vista os futuros planeamentos orçamentais e instrumentos financeiros, impõe-se que a Comissão Europeia e os estados-membros ponderem a forma de ampliar as medidas comunitárias no sector cultural e de melhorar a coordenação das ações com os estados-membros e os institutos nacionais de cultura

a nível europeu. Também os canais de financiamento deveriam estar melhor adaptados às necessidades dos atores culturais, na medida em que as especificidades do sector cultural requerem muitas vezes financiamentos restritos mas diversificados. Os programas europeus deveriam, acima de tudo, apoiar mais intensamente a estruturação do sector cultural e a mobilidade dos artistas. O desafio atual consiste em assegurar que, no futuro planeamento orçamental, e tendo em vista os futuros instrumentos financeiros da ajuda externa, a cultura seja suficientemente valorizada através de objetivos e procedimentos adequados.

Cooperação entre delegações da UE

A Europa tem que afirmar mais-valias inequívocas. A história das nossas nações, a nossa herança cultural, o forte poder de atração que a Europa exerce à escala mundial, a nossa atuação de política externa decididamente orientada para a paz são um capital valioso e nós deveríamos obrigá-los a rentabilizá-lo. Impõe-se uma reflexão sobre os novos desenvolvimentos institucionais e respetivo contributo para uma melhor coordenação da cooperação cultural e para o aperfeiçoamento do diálogo com os países parceiros.

“Os instrumentos existentes até hoje estão mal adaptados às necessidades dos atores culturais e têm um desempenho insatisfatório quanto aos objetivos de uma verdadeira diplomacia cultural europeia.”

As redes internacionais particulares das instituições culturais nacionais dos países europeus são, a título individual e, enquanto conjunto no quadro da EUNIC, um ponto de apoio e uma instância intermédia da diplomacia cultural europeia. Para o êxito das ações comunitárias são indispensáveis, tanto o compromisso com projetos comuns, como a criação de parcerias eficazes. Um bom exemplo, a este propósito, é o festival *Intradance*, na Rússia, no qual participam mais de 100 companhias de dança contemporânea, russas e europeias, oriundas de 18 países. É o resultado da colaboração entre o Instituto de Cultura Francesa de Moscovo, o Goethe-Institut, o British Council, o Instituto Camões e o Instituto de Cultura Italiana, sendo apoiado com meios europeus significativos. A experiência da Comissão Europeia tem, igualmente, um valioso potencial. A médio prazo, seria desejável ponderar a participação possível do Serviço Europeu de Ação Externa na política cultural externa da Europa, a realizar em estreita cooperação com as autoridades competentes da Comissão. As delegações da UE poderiam também cooperar neste âmbito, sobretudo no que respeita ao diálogo com os parceiros. Isto iria nomeadamente pressupor que, de entre o seu pessoal, fosse designado um elemento de contacto para a “cultura e o desenvolvimento” – que, nos países em vias de desenvolvimento, se situa na esfera de competências da autoridade da cooperação. Este novo instrumento poderia trazer melhorias no ajustamento e coordenação assim como na complementaridade das medidas da Comissão, do Serviço

Europeu de Ação Externa, dos estados-membros e da rede EUNIC.

No quadro de uma aplicação, obviamente apropriada, do princípio da subsidiariedade, tal como do princípio das competências de apoio da UE poder-se-ia obter, extravasando as fronteiras da Europa, uma articulação eficaz entre as instâncias decisoras ao nível da diplomacia cultural de cada país-membro e as das diplomacia comunitária, exercida ao nível da UE, visando, em particular, as medidas da rede EUNIC.

Delphine Borione é responsável pelo sector de política cultural e língua francesa do Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus. Atualmente é também vice-presidente da EUNIC, a rede de institutos culturais europeus.

Suave transição para a revolução verde Quer se trate do movimento *Slow Food* ou da inclusão de algumas reservas bioesféricas no património mundial da humanidade: a transição para a era ecológica é, também, uma questão de cultura, podendo contribuir para modificar estilos de vida e transformar o mundo num planeta sustentável. Além disso: o sector cultural é o que mais aumenta a nível mundial. Deve-se aproveitar tais oportunidades. Olaf Gerlach-Hansen e Finn Andersen



A cultura é um elemento de ligação entre o homem e a natureza. Desde o início da humanidade, ela desenvolveu-se em diversas eras, expressando o estágio de desenvolvimento entre o planeta e os seus habitantes. E a era industrial - intimamente ligada ao conceito de modernização - era tida até há pouco como um ponto alto em matéria de cultura na história da humanidade. Porém, nas últimas quatro décadas, surgiu a crítica à modernização e à era industrial. Uma crítica que teve como único resultado (e isso apesar de nos encontrarmos há cerca de uma década e meia em plena era da informação) o

facto de a filosofia da era industrial (que defende que a natureza dispõe de recursos infinitos) continuar a ser a base de toda a produção.

Mas há esperança: nos últimos anos, existem sinais crescentes de um consenso de que, nos próximos 40 anos, o mundo deva dar um salto da era industrial para a era ecológica. Após esta etapa, as relações entre o homem e a natureza basear-se-ão na reciclagem dos recursos naturais.

Infelizmente, muitas vezes são apenas os especialistas, e não o cidadão médio, que entendem a linguagem e os objetivos formulados da era ecológica: como por exemplo “reduzir as emissões de CO₂ até 2050 em 50 por cento”, ou “atingir uma pegada ecológica mundial de 1,4 hectares por pessoa até 2050, partindo do pressuposto de que a população mundial será de nove mil milhões até 2050. Por fim, “melhorar significativamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do programa de desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”. Seria mais apropriado e compreensível dizer que se trata de uma questão de vida ou de morte para o nosso planeta e para a maioria dos seus habitantes.

“Uma coisa é certa: se a transição para a era ecológica não for conseguida, isso terá consequências ecológicas, sociais e culturais catastróficas até ao final deste século. Os especialistas do Painel Climático da ONU e a investigação independente confirmam que as emissões globais de CO₂ devem ser reduzidas nos próximos dez anos. É por isso que é tão importante que certos objetivos sejam alcançados até 2020.

Se é verdade que a transição bem sucedida para a era ecológica terá de ser realizada até 2050, ela poderá muito trazer, já nos próximos anos, grandes oportunidades culturais, sociais e económicas. Os futuros benefícios económicos, técnicos e políticos de uma tal transição já foram comprovados em estudos. Por exemplo, pelo economista britânico, Sir Nicholas Stern, que aponta os impactos económicos negativos da mudança climática. O seu compatriota Peter Heads confirma-o do ponto de vista da engenharia no seu texto “Entrar na era ecológica” (2009). Em suma: está cientificamente comprovado que o investimento na proteção climática trará vantagens lucrativas a curto e a longo prazo. Porém, estas grandes oportunidades ainda não chegaram à opinião pública, não sendo muitas vezes compreendidas pela população. Cidadãos e políticos continuam sem orientação e não sabem em que direção hão de ir, mesmo que a escolha seja óbvia e que os custos causados pelas mudanças climáticas aumentem cada vez mais.

Sem a pressão da sociedade civil, muitos políticos hesitam em aplicar medidas de proteção climáticas de forma consequente. Tal pode ser observado nas negociações internacionais sobre o clima, onde apenas foram acordados objetivos

mínimos apesar da mudança de um sistema económico “castanho” (marcado por energias fósseis) para um sistema “verde” constituir o maior desafio do mundo, com enormes implicações em todas as políticas.

Um desafio cultural

Tal como outras indústrias, a economia “castanha” também tem interesses ocultos. E estes são representados por pessoas que pensam a curto prazo e cujos rendimentos e prosperidade dependem deste sector. Não há, também, nenhuma solução milagre para uma reestruturação industrial numa economia “verde”, uma vez que isso exige diferentes soluções e processos diversos ao nível regional. A longo prazo, é claro que a economia “castanha” não poderá defender os seus interesses nem com políticas de partidos de direita ou de esquerda, uma vez que os recursos naturais como o petróleo, o gás e o urânio são limitados.

Quanto à questão da segurança energética internacional, ela estará melhor garantida por fontes renováveis sustentáveis a nível regional, do que com petróleo, gás, ou energia nuclear vindos de países que podem vir a ser politicamente instáveis.

Os que ocupam posições de poder, ou os que temem a perda de seu emprego, mostram-se naturalmente um pouco mais resistentes às novas ideias e à mudança. Têm de ser suavemente levados pela mão numa nova direção. No seu famoso livro “A estrutura das revoluções científicas”, o filósofo americano, Thomas S. Kuhn,

tenta descrever o mecanismo do progresso científico. Este autor constata que os velhos paradigmas científicos apenas morrem depois dos defensores dos velhos paradigmas terem morrido. O problema aqui é que isso leva mais de 40 anos - e não temos tanto tempo.

Precisamos de uma consciencialização global da população, para que possamos realizar uma mudança de paradigma. É do conhecimento geral na era da informação que mais informação e conhecimento científico nem sempre levam a uma maior consciencialização.

Em vez de esperar pela morte daqueles que acreditam na economia “castanha”, faz mais sentido apostar numa mudança das suas atitudes e comportamentos através de ações de comunicação e de persuasão dos seus corações e das suas mentes. Este é o desafio cultural, a evolução cultural pode fazer avançar o paradigma verde na próxima década.

Jovens em todo o mundo querem um futuro económico positivo, seja na China, na Índia, nos Estados Unidos ou na Europa. Se a transição para a era ecológica falhar, este sonho vai fracassar. Curiosamente, os estudos mostram que a maioria dos jovens tem uma opinião positiva em relação à política “verde”.

Para acelerar ainda mais a mudança de mentalidade, criámos o programa “Culture I Futures” no Instituto Cultural Dinamarquês. Além de instituições e de atores do sector cultural que podem promover um desenvolvimento cultural, o grupo-alvo são, especialmente, os jovens.

Como sensibilizar a população da melhor forma? A cimeira de cidades C40

mostra que é mais provável sensibilizar a população através de atraentes campanhas de publicidade com uma mensagem clara, sendo assim motivada para o compromisso. A abreviatura C40 reagrupa as 40 maiores cidades do mundo empenhadas na luta contra as alterações climáticas sob a iniciativa do Presidente da Câmara de Nova Iorque, Michael Bloomberg. O estudo mostra que em cada cidade são distribuídas diferentes mensagens aos cidadãos, que mais confundem do que ajudam a mudar a perceção e o comportamento. O que falta é empenho público que vai além de objetivos pontuais e, em vez disso, desperta a imaginação e o entusiasmo da população para um estilo de vida ecologicamente sustentável. Há uma falta de comunicação atraente e inovadora que combine cultura e natureza.

Num *workshop* em novembro de 2010, organizado em Hong Kong pelo “Culture I Futures” e pelo então presidente do grupo C40, David Miller, Presidente da Câmara de Toronto, ficou claro que as cidades não o podem conseguir só por elas. Precisam do apoio de instituições culturais e do sector da cultura - a indústria que mais cresce no mundo.

Para o conseguir, temos de ter os seguintes pontos em mente: Precisamos de uma liderança criativa. A narração de histórias e a imaginação são uma base

“O que falta é empenho público que vai além de objetivos pontuais e, em vez disso, desperta a imaginação e o entusiasmo da população para um estilo de vida ecologicamente sustentável.”

para levar a população para um estilo de vida mais ecológico. O “Avatar” de James Cameron, o filme de maior sucesso de todos os tempos, é um grande exemplo de como despertar o entusiasmo pela vida ecológica - mesmo se o filme se desenrola noutra planeta e em 2154. A literatura popular, como por exemplo o *Ciclo Foundation* do autor de ficção científica Isaac Asimov, apresenta uma “fantasia ecológica” semelhante com a representação do planeta Gaia como sendo o futuro do universo. Este clássico ainda não foi filmado.

Movimentos globais relativos à alimentação, tais como a iniciativa *Slow Food* do italiano Carlos Petrini, encontraram grande sucesso nos últimos anos e despertam o desejo de uma melhor agricultura, ambientalmente sustentável, bem como o interesse pela gastronomia regional. Apesar de ter sido inicialmente um movimento da sociedade civil, o *Slow Food* passou nos últimos anos para a “haute cuisine”. Nos anos de 2010 e 2011, o restaurante Noma, em Copenhaga, foi considerado pela famosa revista gastronómica *Restaurant* o melhor restaurante do mundo.

Além de liderança criativa, precisamos também de liderança social. Designers e arquitetos seguem o princípio “Cradle-To-Cradle” e sintonizam o planeamento urbano e o desenvolvimento arquitetónico com a reciclagem de todos os recursos. O arquiteto holandês Philip Vencken, que trabalha em Roterdão, Venlo e outras cidades, demonstra que a sustentabilidade não significa uma perda em termos de estética. Nunca será demais repetir: para ter o sucesso, a ecologia deve trazer uma

melhoria qualitativa. Essa melhoria implica a integração sistemática de componentes culturais, tais como as parcerias com organizações culturais para projetos ambientais nas cidades e regiões.

O *Urban Farming* (agricultura urbana) é outro exemplo de uma visão criativa e social, imediatamente aplicável a milhões de pessoas e um conceito de rápida propagação, que faz a ligação entre a luta contra o CO₂ e a escassez de alimentos com mais paisagens urbanas verdes. O artista espanhol Hernani Dias realizou um laboratório online para a agricultura urbana, que é usado como uma rede social em cidades como Barcelona, Pequim, Nova Iorque e Buenos Aires. Grandes instituições culturais com grandes edifícios, como o Centro Cultural em São Paulo, no Brasil, refazem agora os seus telhados para a realização de jardins urbanos acessíveis a todos os grupos populacionais.

Por fim, precisamos de orientação técnica. As instituições culturais que promovem modos de vida mais ecológicos apenas serão credíveis se elas próprias forem tecnicamente capazes de reduzir as suas próprias emissões de CO₂ e a sua pegada ecológica. O diálogo com o sector cultural da cidade encetado pelo Presidente da Câmara de Londres, Boris Jonson, é exemplar. A meta acordada no seu âmbito consiste em reduzir as emissões de CO₂ da cidade em 60 por cento até 2025. Esta iniciativa foi apoiada com atividades e folhetos sobre o modo como as instituições culturais podiam ajudar concretamente. Até agora, estão envolvidos o sector de música, do teatro, das artes visuais, do cinema e da indús-

tria da moda. A rotina diária das instituições só se altera por interesse próprio. Isto é especialmente verdade em tempos de crises financeiras. O líder de uma organização deve ser capaz de descobrir como a transformação ecológica poderá vir a ajudar o seu orçamento doméstico. A maioria das instituições culturais apenas irá exercer o seu papel de liderança depois de terem identificado o seu interesse particular. Os benefícios alcançados através da liderança técnica, criativa e social não podem ser medidos e certificados. Portanto, os seguintes indicadores eco-sociais dos benefícios para as instituições e para a sociedade devem ser medidos:

- A meta de redução das emissões de CO₂ e da pegada de carbono é possível e pode reduzir os custos de uma instituição.
- As instituições têm de oferecer produtos novos e criativos e completar as suas receitas com patrocínios, novos ou renovados, e com os donativos do público.
- Devem conquistar novos públicos, novos parceiros e apoio para a organização através de “Community Outreach”.

O “Culture I Futures” está, por isso, a desenvolver um sistema de certificação de iniciativas eco-sociais de instituições culturais, entre outros, em parceria com o Performing Arts Centre dos EUA e com a empresa de consultoria Arup. Este novo sistema é parecido com a certificação de empresas, segundo a sua responsabilidade social. Com os certificados, é fácil descobrir o que precisam as instituições culturais nesta área. Além disso, estes também ajudam a medir os benefícios e as respon-

sabilidades. Mas os certificados não são a única solução.

As instituições culturais como os museus, os centros de arte, as bibliotecas, os clubes desportivos são frequentemente subfinanciadas em muitas partes do mundo, e, portanto, numa posição de fraqueza para impor mudanças. Nalguns lugares, as culturas e até as línguas estão ameaçadas de extinção. Aqui está o maior desafio para a manutenção da diversidade biológica e cultural. É necessário colaborar com líderes políticos e religiosos tradicionais, com os peritos com conhecimentos locais, com líderes comunitários e muitos mais.

O “Culture I Futures” está a preparar uma conferência de quatro anos e um programa de eventos em cidades e regiões de todo o mundo, de forma a ajudar as instituições culturais a assumir um papel de liderança na remodelação ecológica. O maior problema permanece: como conseguir uma melhor cooperação global entre as regiões ricas e as menos prósperas para, todos juntos, conseguirmos um desenvolvimento sustentável e um estilo de vida sustentável até o ano de 2050.

Olaf Gerlach-Hansen é consultor e diretor do programa “Culture I Futures”, no Instituto Cultural Dinamarquês.

Finn Andersen é secretário-geral do Instituto Cultural Dinamarquês.

EUROPA, continent în emisfera nordică, întins de la N la S pe 4.000 km, între Capul Nord (74°34' lat. N) din Pen. Scandinavă și Capul Tarifa (36° lat. N) din Pen. Iberică, a cărei lățime medie este de la V la E pe Roca (8-30' long. V) și pe Roca (16-30' long. E) din Pen. Iberică și (67-20' long. E) din M. Uralului polar c. 717 mil. loc. (1990) și sup. 10,4 mil. km², sunt în prezent 44 de state. Tărâmurile N de Oc. înghețat și V de Oc. Atlantic, sunt încălzite de M. Mediterană și M. Neagră. Limita fizică geografică dintre E. și Asia urmărește linia fizică geografică dintre M-tilor Ural și Ura, de la M. Ural și Marea Neagră și până la M. Caspică și M. Neagră. În jurul M. Caspică și M. Neagră, Caucaz și Marea Neagră, împreună cu Asia formează ansamblul continental Eurasia. Relieful este divers și variat, datorită mișcărilor tectonice și istoriei tărâmurilor diferite și istoriei tărâmurilor diferite. E. vestică are relieful variat, tectonică estică un relief monoton, stabilitate tectonică și climă continentală. Munții ocupă aproape 17% din suprafața continentului (1,5% având înălțimi mai înalte de 2.000 m). Predominant rămâne relieful de câmpie. Alitudinea medie max. de 4.827 m (M. Mont Blanc). Unele regiuni (S. Câmpia Germanică și râurile Mării Nordului) se află sub nivelul Mării Nordului. Câmpia Germanică și tărâmurile Mării Nordului se află sub nivelul Mării Nordului. Câmpia Germanică și tărâmurile Mării Nordului se află sub nivelul Mării Nordului. Câmpia Germanică și tărâmurile Mării Nordului se află sub nivelul Mării Nordului.

A importância da confiança Nós compreendemos os benefícios do contato entre culturas, países e pessoas. Ao menos reconhecemos estes benefícios quando os temos bem diante dos olhos. A fim de compreender a eficácia dos nossos esforços e ganhar novos horizontes para otimizar o nosso engajamento futuro, estes resultados positivos devem necessariamente ser claramente definidos. E o que precisamos é uma avaliação baseada em evidências da confiança.

Um contributo do British Council



O British Council tem, nos últimos anos, direcionado a sua atenção para o grau de confiança que surge através das relações interculturais. Em 2010, em colaboração com a agência de pesquisa de mercado YouGov, um inquérito foi realizado por Kieron Culligan, avaliador do British Council, nos seguintes países: Índia, China e Polónia. Lá foram selecionados cerca de 1000 jovens participantes que possuíam ao menos o ensino secundário. Também na Arábia Saudita, cerca de 500 pessoas participaram na pesquisa. Os jovens com idade entre 16 e 34 anos não são representativos da população total dos respetivos países, mas são representantes, como grupo urbano, com educação secundária e certa atividade na internet, de todos aqueles que agem influenciados por suas ações na formação da respetiva sociedade. Neste contexto, é importante notar que estes grupos têm surgido de forma totalmente independente e sem uma referência anterior para com o trabalho do British Council ou qualquer outra organização comprometida com as relações interculturais. Para obter uma base, pedimos a todos os participantes para avaliarem o seu nível de confiança nas pessoas bem como os governos da Grã-Bretanha, dos EUA, da Alemanha e de França. O infográfico 1 mostra os valores médios de todos os painéis na China.

Infográfico 1: Mesmo que os países sejam individualmente diferentes nos detalhes, os resultados da pesquisa realizada na China ilustram um importante resultado comum no painel. Em geral, o grau de confiança nas pessoas difere-se dos graus de confiança em seus governos. As pessoas geralmente são mais confiáveis. Os entrevistados pareciam distinguir entre o indivíduo e os seus representantes na política e no governo. Embora seja inevitável que as ações dos estados e seus governos influenciem a percepção global de seus cidadãos, ainda assim, a confiança interpessoal e a interação entre diferentes comunidades parece permanecer mais independente destas ações governamentais. É exatamente aqui onde se quer aplicar e

alargar as relações interculturais. Em uma etapa seguinte, o British Council examinou se os entrevistados já estavam envolvidos em vários projetos no campo das relações interculturais. Como, por exemplo, parcerias entre escolas internacionais, com estudo ou estágio no exterior, com visitas a uma exposição de arte internacional ou com participação em quaisquer outras atividades culturais. A pesquisa foi avaliada e novamente relacionada com o nível de confiança dos entrevistados nas pessoas e governos.

Infográfico 2 Neste painel surgem os principais resultados relacionados à Grã-Bretanha em todos os quatro países envolvidos no estudo. Há uma ligação clara e

Infográfico 1

Valores Básicos – Média da confiança básica nas pessoas e no governo (painel na China)

% Confiança básica nas pessoas oriundas de



% Confiança básica nos governos de



(British Council Logo) Confiança Básica = (Confiança Genérica + Confiança Específica) - (Desconfiança Genérica + Desconfiança Específica)

Fonte: YouGov Online-Painel de Pesquisa com pessoas entre 16 e 34 anos -com pelo menos o ensino secundário (março de 2010)

Base de investigação: Arábia Saudita (279 RIC, 241 sem RIC), China (993 RIC, 212 sem RIC), Polónia (182 RIC, 223 sem RIC), Índia (994 RIC, 209 sem RIC)*

Os dados aqui apresentados são apurados para garantir a representatividade original dos participantes do Painel online.

*RIC = Relação Intercultural

positiva entre a participação nas atividades interculturais e o nível de confiança nos britânicos bem como no governo da Grã-Bretanha. Em geral, estes resultados repetem-se em entrevistados que já estavam envolvidos em relações interculturais com os Estados Unidos, a Alemanha e a França.

A diferença de confiança básica varia de país para país entre aqueles que estavam ou estão envolvidos em relações interculturais e aqueles que não estavam ou não estão envolvidos nisso, mas é geralmente entre 10 e 20 por cento. As relações interculturais agem de certa forma conscientemente no plano interpessoal, onde uma relação direta seria esperada para ser um reforço na conexão entre as pessoas. Particularmente notável é o facto de os dados recolhidos apontarem para uma conexão ainda mais forte entre participação intercultural e uma forte confiança nos governos.

Se aceitarmos a hipótese de que existe uma relação positiva entre as relações culturais e o estado de confiança entre as pessoas, há ainda uma questão subjacente, que é se uma maior confiança internacional cria em si um benefício tangível para os indivíduos, comunidades e países apresentados.

O estudo realizado pelo British Council examinou a vontade dos entrevistados para interagir com a Grã-Bretanha, EUA, França e Alemanha, em diferentes graus na economia, turismo, educação e artes. Estes resultados, por sua vez, também foram relacionados aos níveis de confiança mensurados na auto-avaliação de cada país envolvido. Em todos os casos, nota-se uma correlação positiva existente entre o grau de confiança da pessoa e a vontade de se envolver e interagir mais com o seu país.

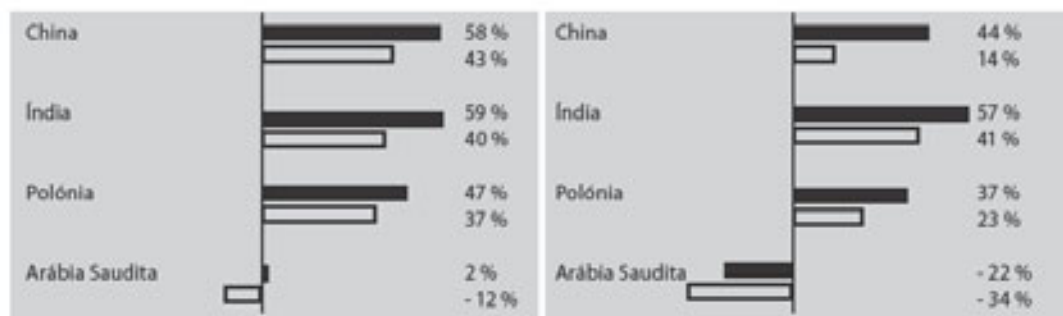
Infográfico 2

Uma ligação fortemente positiva entre a confiança nas pessoas e no governo da Grã-Bretanha através do envolvimento em relações interculturais com a Grã-Bretanha

% Confiança básica nos britânicos em pessoas oriundas de:

% Confiança básica no governo britânico em pessoas oriundas de:

- Envolvidas em relações interculturais com a Grã-Bretanha
- Não-envolvidas em relações interculturais com a Grã-Bretanha



Infográfico 3: Estudos de avaliação qualitativa e quantitativa, como os que foram realizadas por muitas organizações para os seus respetivos projetos, assim como os estudos mais amplos e com maior investigação experimental orientada a nível nacional (como estes inquéritos, por exemplo) podem fornecer argumentos muito fortes para a avaliação das relações interculturais. Para as organizações internacionais que concentram os seus trabalhos na relação direta entre as pessoas, é essencial comprovarem continuamente a eficácia do seu trabalho junto a seus financiadores, a suas partes interessadas e, em muitos casos, aos seus próprios governos.

Esta ligação entre a confiança, uma maior abertura e um maior interesse num compromisso internacional mais abrangente abre espaço para o otimismo sobre o poder real das relações interculturais. Estas

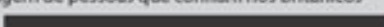
relações não só permitem que equívocos aconteçam, como também contribuem para o enriquecimento económico e cultural dos nossos países e sociedades.

Infográfico 3


Uma confiança consolidada pode aumentar a vontade pela interação (painel na Índia)

% concordam com a afirmação: "Eu tenho interesse de me relacionar com pessoas na Grã-Bretanha e de me comunicar mais com elas."

Percentagem de pessoas que confiam nos britânicos

73 % 

Percentagem de pessoas que não confiam nos britânicos

44 % 

% concordam com a afirmação: "Eu tenho interesse a respeito de oportunidades de ensino na Grã-Bretanha."

Percentagem de pessoas que confiam nos britânicos

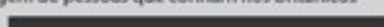
75 % 

Percentagem de pessoas que não confiam nos britânicos

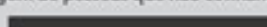
50 % 

% concordam com a afirmação: "Eu tenho interesse de trabalhar ou realizar negócios com pessoas e organizações da Grã-Bretanha"

Percentagem de pessoas que confiam nos britânicos

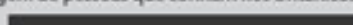
72 % 

Percentagem de pessoas que não confiam nos britânicos

50 % 

% concordam com a afirmação: "Eu gostaria de obter mais informações sobre a Grã-Bretanha."

Percentagem de pessoas que confiam nos britânicos

66 % 

Percentagem de pessoas que não confiam nos britânicos

35 % 

Relatório Anual da EUNIC 2010-11 A federação dos Institutos Nacionais de Cultura da União Europeia (EUNIC) marca um novo começo para a diplomacia cultural internacional e para as relações internacionais. Ao longo de um século, alguns países desenvolveram individualmente suas próprias organizações em nome da diplomacia cultural. Depois de uma série de conferências e reuniões nos anos 2005 e 2006, dezenove destas organizações criaram em 2006 uma rede formal: a EUNIC.



Ocasionalmente, mesmo antes da fundação da EUNIC, as instituições culturais europeias já haviam trabalhado juntas. Em muitas cidades ao redor do mundo, elas se reuniram a cada ano para um evento em conjunto por ocasião do "Dia das Línguas". Em outros momentos, elas foram parceiras no âmbito de festivais de cinema ou jazz, a fim de apoiar a presidência rotativa da UE, ou para celebrar um jubileu local. Tais instituições constituíam redes urbanas mais formais em Berlim, Viena, Paris e, particularmente, em Bruxelas.

A EUNIC é diferente. Os representantes dos membros da EUNIC se uniram para estabelecer uma rede global – com potencial para medidas mais estratégicas e promissoras.

Os objetivos da rede EUNIC são:

- Criar parcerias e redes eficazes entre a comunidade de instituições culturais europeias, a fim de exaltar a diversidade cultural, de melhorar bem como promover a compreensão entre as sociedades da Europa e de fortalecer o diálogo internacional e a cooperação cultural com os países fora da União Europeia;
- Agir como parceira da Comissão Europeia e de outras instituições da Europa, à medida em que define e executa uma política cultural europeia;
- Agir como defensora do valor das relações culturais na promoção de uma melhor compreensão internacional e, neste âmbito, se empenhar em favor de uma voz forte e independente para o sector cultural;
- Conduzir pesquisas conjuntas e de ulterior importância para a Comissão Europeia e outras instituições (por exemplo, o Conselho da Europa) no seu fomento da compreensão de questões culturais pan-europeias;
- Intercambiar as "melhores práticas" e discutir os temas de interesse geral.

Até 2011, a associação havia crescido para 29 organizações de 25 estados-membros da UE (a respetiva lista é dada no final deste relatório). Cada estado-membro

compõe a sua política de diplomacia cultural de uma maneira distinta, sendo que a sua associação à EUNIC reflete isso. É um fator importante para a maioria dos envolvidos o facto de as instituições terem um certo grau de autonomia operacional em relação aos seus governos.

As atividades da rede EUNIC podem ser divididas em diferentes categorias. Essencialmente, trata-se de uma rede ativa que incentiva e permite que os seus membros desenvolvam projetos e eventos em conjunto. A rede é um sistema baseado na cooperação, sendo que funciona mediante uma ampla gama de parceiros tanto a nível multilateral – por exemplo, com a Comissão Europeia e o Conselho Europeu – quanto nacional, com organizações de países ao redor do mundo. É uma rede estribada sobre processos de aprendizagem, uma vez que os membros realizam o intercâmbio de práticas otimizadas, criam programas de treinamento e investigam novas formas de trabalho. Finalmente, é também uma rede que defende a crescente importância das relações culturais nos programas internacionais de hoje.

Clusters em todo o mundo

Em setembro de 2011, a rede EUNIC contava 70 “clusters” (grupos), principalmente fora da União Europeia. Um grupo, uma rede de membros de uma determinada cidade ou país, constitui o núcleo das atividades da EUNIC. Um evento ou projeto deve envolver três membros para poder reivindicar o rótulo EUNIC para si. Os grupos planeiam os seus próprios programas: com isso, as circunstâncias e oportunidades para as relações culturais são diferentes de país para país. Alguns grupos

organizam muitos eventos, enquanto outros se concentram em uns poucos. De 2010 a 2011, os grupos organizaram mais de 300 eventos sob o rótulo EUNIC. Muitos grupos têm o seu próprio sítio na internet, e a página da rede pode ser acessada em www.eunic-online.eu.

Os grupos se juntam em uma série de encontros regionais para discutir planos e ideias: isso faz parte da proposta de aprendizado na rede. De 2010 a 2011, foram realizadas reuniões regionais para grupos na Europa (em Madrid), na África Subsaariana (em Joanesburgo), na América (em São Paulo) e no Norte de África (em Rabate). Estes encontros proporcionam uma oportunidade para compartilhar experiências, aprender uns com os outros e, cada vez mais, para também planejar programas que envolvam ainda mais grupos. Uma tendência emergente ecoa “objetivos comuns e implementação local”; existe um tema comum e cada grupo projeta os seus próprios eventos com os parceiros adequados no local.

Alguns exemplos podem ilustrar a profundidade de temas assim como a diversidade de eventos e projetos da EUNIC. A maioria dos grupos trabalham em conjunto com parceiros locais em festivais literários, cinematográficos e musicais. Os temas são baseados principalmente nas necessidades dos parceiros locais. Estes eventos ajudam a sensibilizar para a rede EUNIC e eles formam o âmago de muitas atividades dos grupos. A maioria deles tem uma relação estreita com a delegação ou representação da UE no local. Os grupos ampliam os seus horizontes ao passo que se fazem perceptíveis, o que passa a oferecer mais oportunidades.

No Chile, o cluster da EUNIC organiza com parceiros locais o Festival da Drama-

turgia Europeia Contemporâneo. Algumas traduções espanholas de peças de autores austríacos, franceses, alemães e italianos – além de peças espanhóis na sua versão original – podem tomar parte na competição, desde que tenham tido sua estreia em menos de dois anos.

Um júri de dramaturgos, diretores e críticos chilenos seleciona duas peças de cada país para serem apresentadas como leituras ou encenações por diretores teatrais do Chile. Workshops e intercâmbios profissionais com representantes convidados do teatro europeu ajudam que surja deste evento inaugural um encontro animado entre o teatro europeu e o chileno. Para o primeiro festival espera-se a presença dos dramaturgos espanhóis José Manuel Mora e Paco Bezzera, da especialista suíça Sylvie van Kaenel, do teórico alemão Hans-Thies Lehmann e dos autores franceses Frederic Sonntag e Koffi Kwahule.

As línguas são uma parte essencial de muitas atividades dos membros da EUNIC.

Entre si, os membros empregam mais de 7000 professores, atingindo mais de dois milhões de alunos a cada ano. Pode ser surpreendente o facto de que mais de 80 por cento destas pessoas não aprendem inglês! A EUNIC possui agora um grupo estratégico que se dedica de modo especializado às atividades linguísticas.

O “Dia das Línguas”, que ocorre anualmente, é motivo para muitos grupos apresentarem com destaque o aprendizado de línguas estrangeiras. O grupo em Varsóvia tem um programa muito bem desenvolvido. Vale a pena citá-lo aqui em detalhe, porque ele abarca muitas das característi-

cas dos eventos da EUNIC: o trabalho em conjunto com parceiros locais e com a Delegação da Comunidade Europeia, a fala a uma só voz e, igualmente nestes dias, o foco maior no âmbito virtual, online.

O “Dia Europeu das Línguas 2010” em Varsóvia = oito dias, 22 parceiros, um orçamento de 24000 €, mais de 13000 visitantes no sítio da internet, 1200 fãs no Facebook, 67 horas de treinamento-aula e workshops em 19 línguas, com a participação de 1500 estudantes, nove especialistas em matéria de multilinguismo, 360 participantes na conferência, 19 filmes em 12 línguas, 100 participantes em jogos de rua e dezenas de menções na mídia.

Como é possível trabalhar com todos os 22 parceiros a fim de organizar um empreendimento como este? Nós tínhamos um grupo central de organizadores (British Council, Instituto Goethe, Comissão Europeia e, como parceiros locais, a Fundação para o Desenvolvimento dos Sistemas Educacionais). O grupo coordenou o trabalho de outros parceiros principais, incluindo a Universidade de Varsóvia, a Prefeitura de Varsóvia e os membros da EUNIC. Todos nós tínhamos um rosto e falávamos a uma voz, ideia que se transportou em uma campanha publicitária muito eficaz.

Como é possível falar ao público que não comparece aos eventos? Este ano, todos nós fizemos um salto quântico no sentido de como abordamos o nosso público e como chegamos ao mundo virtual. O sítio do EDL (*European Day of Languages*) foi visto por mais de 65000 vezes, pois nele correu o registo para todos os eventos. A conferência contou com transmissão ao vivo, em cooperação com a Microsoft e a Tweeted. A página da EDL no Facebook transbordou com mensagens, permitiu a

interação com nosso público e agora está cheia de fotos de todos os eventos.

“Sem os nossos parceiros, não teria sido o mesmo. Nem perto”, disse um dos parceiros da Comissão Europeia. O objetivo comum, o entusiasmo, os recursos, o *pool* de talentos – isso é o que interessava na parceria e é também o que fez do Dia Europeu das Línguas um evento bem-sucedido. Graças à parceria que conseguimos assegurar os patrocinadores, espaços livres de custo para os eventos e patronos, incluindo os auspícios do Ministério da Educação e do prefeito de Varsóvia. Como podemos resumir a gama de atividades e seus impactos? O senhor Marczewski, diretor da Fundação para o Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, falou o seguinte sobre a conferência: “Eles conseguiram reunir os maiores nomes do ramo do multilinguismo em um único lugar na Polónia.”

Foco em matéria de multilinguismo

Multilinguismo é um aspeto fundamental em dois outros grandes projetos da EUNIC. Ambos são fortemente apoiados pela Comissão Europeia como parte de sua agenda para o multilinguismo, que integra de forma relevante a estratégia 2020 da UE.

A EUNIC preside a plataforma da sociedade civil para o multilinguismo na Comunidade Europeia. Esta plataforma reúne mais de 30 redes europeias que estão envolvidas em todos os fatores possíveis no campo das línguas. A plataforma desenvolveu o seu próprio programa de ação, o Poliglotti4EU, que visa sensibilizar pessoas de toda a Europa para a aprendizagem de línguas. (<http://www.poliglotti4.eu>)

Ao longo dos próximos dois anos, o projeto pretende:

- publicar um documento sobre temas atuais ligados ao multilinguismo com recomendações para o nível europeu, nacional e local (o documento será apresentado à Comissão Europeia, que irá incluí-lo em sua próxima audiência com os governos europeus).
- instaurar um observatório online para o multilinguismo, que contenha informações sobre os principais impulsionadores e as principais barreiras para o multilinguismo, um catálogo com as melhores práticas e declarações/pronúncias, bem como clipes de vídeo de “embaixadores do multilinguismo” (celebridades, empresários, atletas, políticos, jornalistas). Um banco de dados de contactos e eventos será direcionado ao público.
- e recomendar novas pesquisas sobre estudos linguísticos de adultos, sobre a aprendizagem de línguas durante a pré-escola, assim como serviços na área social e comunitária da linguagem para a integração social.

“Language Rich Europe” é um projeto executado pelo British Council juntamente com quatro parceiros da EUNIC e com mais de 30 outros parceiros, incluindo o Conselho da Europa. <http://language-rich-blog.eu/>

A principal atividade no âmbito do projeto é a realização de uma pesquisa profissional que utiliza uma ferramenta de medição inovadora e interativa chamada “Índice de políticas e medidas em matéria de multilinguismo na Europa”. Este índice ajuda a visualizar o papel do multilinguismo, esclarece os tipos de apoio nos países europeus participantes e destaca as boas práticas.





É medido o quanto esses países realizam no que respeita aos padrões europeus nas seguintes sete áreas:

- Bases de dados para a diversidade linguística
- Línguas na educação (pré-)preliminar
- Línguas na educação básica e superior
- Línguas na formação profissional de adultos e nos cursos de universidades
- Línguas no sector público e em locais públicos
- Línguas no mundo dos negócios
- Línguas nas mídias

Noites literárias checas

Em outro projeto da EUNIC se reúnem as línguas e as artes. Os Centros Checos com suas noites de literatura europeia são neste ponto um modelo (<http://www.literaturenight.eu>).

O foco recai sobre a literatura contemporânea e sobre a tradução. Sob essas bandeiras generalizadas, os grupos desenvolvem seus próprios programas com parceiros locais. Em 2011, participaram mais de 20 grupos, desde Hanói (livros infantis) a Lisboa, passando por Moscovo. Para este projeto, os grupos reuniram mais de três anos de constantes esforços, em conjunto com a Biblioteca Britânica, para gerar uma nova rede em Londres voltada a editores, livreiros, festivais e agentes de literatura que têm interesse de expandir o mercado da literatura traduzida na Grã-Bretanha. Um foco semelhante, que é elevar a atenção para o mercado da tradução, existe em Nova York:

“Para os países da Europa, sejam eles pequenos ou grandes, a literatura será sempre uma das chaves para a sua identidade cultural. Nós estabelecemos como meta es-

tratégica o engajamento a longo prazo para entrar no mercado americano”, disse ao New York Times (edição de 8 de dezembro de 2010) Corina Suteu, que é representante da EUNIC em Nova York, EUA, e diretora do Instituto Cultural Romeno de lá. Ela fala sobre a política de membros da EUNIC (de incentivar traduções literárias de línguas europeias para o inglês) e aponta para a indústria livreira dos EUA. Atualmente, a proporção das traduções literárias perfaz apenas 3% do mercado editorial norte-americano, relata o New York Times. Larry Rohter, o jornalista do New York Times, aborda a amplitude do apoio à tradução e escreve: “As instituições culturais e agências literárias subsidiam a publicação de livros em inglês, garantem a formação de tradutores e incentivam os seus escritores para sair em turnê pelos EUA, sujeitando-os a estratégias de publicidade e comercialização que, anteriormente, os teriam espantado do caminho.”

Arquitetura e urbanismo na África do Sul

A parte central das atividades os grupos da EUNIC é a conferência de peritos para o intercâmbio de pontos de vista e experiências. Na África do Sul, o grupo faz uso da arquitetura e do planejamento urbano como tema. Em março de 2011, no estúdio de arquitetura da África do Sul, o grupo da EUNIC examinou possibilidades de aperfeiçoamento do design dos programas habitacionais mais baratos do Governo Sul-Africano, bem como de saneamentos para o semi-abandonado centro de Joanesburgo.

O terceiro estúdio também examinou estratégias para melhorar as condições e

reformular um edifício no centro da cidade. A *Florence House*, anteriormente uma maternidade, é agora ocupada por cerca de 1000 moradores vivendo em condições precárias. Estudantes de arquitetura da África do Sul e da França fizeram sugestões para aperfeiçoar os espaços habitados e a situação das áreas comuns do edifício. Eles realizaram estudos sobre desenho urbano, considerando o contexto local em que o edifício se situa. O desenvolvimento proposto para a *Florence House* irá ajudar a renovar uma parte da cidade que se encontra, desde o fim do Apartheid, em completa decadência, bem como disponibilizar habitações urgentemente necessárias e acessíveis, além de oportunidades de emprego.

Arquitetos da França, Itália, Polónia, Espanha, África do Sul e Grã-Bretanha trabalharam em conjunto com os estudantes durante uma semana inteira, servindo como mentores. Os resultados do *workshop* foram apresentados ao público, que também foi convidado para acompanhar os participantes do estúdio em uma excursão guiada pela arquitetura de Joanesburgo, assim como para assistir a uma apresentação de Lorenzo Romito of Stalker, um “laboratório de arte urbana”.

O grupo da EUNIC em Bruxelas desempenhou um papel-chave na conferência “A Cultura e a Política da Mudança”, do Conselho da Europa, refletindo sobre o impacto da redução dos orçamentos públicos para o sector de artes. Horia-Roman Patapievici, o presidente da EUNIC, fez o discurso principal e Steve Green, chefe da equipe de apoio ao presidente, foi o repórter da conferência (os relatórios podem ser encontrados em http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/cwe/conference10_en.asp).

As relações culturais, em contraste a uma promoção publicitária parcial, tendem cada vez mais para a construção de relacionamentos de longo prazo, para a manutenção do intercâmbio, para o compartilhar e o aprender. Na Rússia, o grupo se baseia no sucesso de seu projeto “Intradance”, que tomou lugar de 2009 a 2010, e já lançou um novo programa: o intercâmbio russo-europeu de curadores.

Uma jovem geração de curadores russos – não apenas de Moscovo, mas também de numerosos centros culturais que se engajam nas demais regiões russas – trabalha hoje tanto como prestadores autônomos, quanto em instituições onde atuam como curadores para jovens talentos. No futuro, são estes jovens que irão moldar de modo decisivo as exposições e a vida cultural; eles serão capazes em breve de modernizar e (re)desenvolver os centros de exposições, as bienais e as instituições, além de lutar pela possibilidade de coletar experiências em outros países sobre o seu próprio trabalho.

Para as instituições culturais da União Europeia, apoiar esta geração de jovens em sua formação, dando-lhes oportunidades únicas para criarem redes e ganharem experiência profissional nas instituições e festivais da Europa, é um desafio e uma oportunidade. Além disso, o programa visa promover não só o sistema de formação para jovens curadores russos, mas também desenvolver futuramente um contexto mais amplo e ações conjuntas entre os curadores e as instituições de arte contemporânea europeias e russas.

Os membros da EUNIC que fazem parte no projeto vêm da Áustria, França, Alemanha, Roménia, Suécia e Grã-Bretanha. Todos os membros têm instituições selecionadas em seus países de origem, que

estão dispostas a receber um curador russo por cerca de um mês, envolvendo-o em um projeto cultural. Estes são a Haus der Kunst (Alemanha), Die Springerin e Tranzit (Áustria), Kalmar Konstmuseum (Suécia), Centre Pompidou-Metz (França), Anaid Art Gallery (Roménia) e Turner Contemporary (Grã-Bretanha). As instituições participantes irão aceitar o jovem curador russo como estagiário.

Proteção Climática em Copenhaga

O *CultureFutures*, um programa do Instituto Cultural Dinamarquês, tem como objetivo sensibilizar o público sobre a necessidade de os recursos serem utilizados de uma forma ambientalmente correta e que, neste âmbito, a cultura e o sector cultural podem desempenhar um papel importante. O evento inicial foi realizado com a Conferência sobre Proteção Climática COP15, ocorrida em Copenhaga no ano de 2009. Entre 2010 e 2011 foram realizados eventos em Hong Kong e São Paulo. Os parceiros da EUNIC organizaram em ambos os países *workshops* e eventos, que foram projetados para aumentar a consciência no que respeita a estas questões. (<http://culturefutures.org/>). Outros eventos estão previstos para 2012, primeiramente em Nova York e Durban.

Este relatório destaca apenas algumas poucas atividades da rede EUNIC. Em poucos anos, esta rede terá crescido em todo o mundo e desenvolvido uma gama cada vez maior de projetos, tanto ao nível dos grupos, bem como entre os diferentes países.

Membros da rede EUNIC

Instituto Adam Mickiewicz (PL)
Ministério Federal Austríaco para Assuntos Europeus e Internacionais (Fórum Cultural Austríaco)
Instituto Balassi (Centros Culturais Húngaros)
British Council
Ministério Búlgaro de Negócios Estrangeiros
Instituto Camões
Instituto Cervantes
Centre Culturel Rencontré Abbaye de Neumünster (LU)
CultureIreland
Ministério dos Negócios Estrangeiros de Chipre
Centros Checos
Instituto Cultural Dinamarquês
Instituto Estónio
Instituto Cultural Finlandês
Fundação Alliance Française
Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros (Instituto Francês)
Instituto Goethe
Fundação Cultural Grega
Huis de Buren (BE)
Ministério Italiano das Relações Exteriores (Instituto Cultural Italiano)
International Cultural Programme Centre (LT)
Ifa (Alemanha)
Ministério Polonês dos Negócios Estrangeiros (Instituto Polonês)
Instituto Cultural Romeno
Ministério Eslovaco dos Negócios Estrangeiros (Instituto Eslovaco)
Ministério Esloveno da Cultura
SICA: Stichting Internationale Culturele Activiteiten (NL)
Instituto Sueco
Wallonie Bruxelles International (BE)

Atividades em grupo da EUNIC entre julho de 2010 e junho de 2011

A lista regista os eventos que foram organizados no ano passado sob o rótulo EUNIC. Vários grupos perderam o prazo e suas atividades ainda serão adicionadas. Há uma série de novos grupos, cujo primeiro evento irá ocorrer em junho ou julho. "EDL" é o "Dia Europeu das Línguas".

Argentina - Buenos Aires

- *Europosgrados*. Feira Educacional Europeia para Pós-graduandos (março de 2011)
- Semana do Cinema Europeu (junho a julho de 2011)
- Buenos Aires, UNESCO Capital Mundial do Livro. Três eventos entre 2011 e 2012

Argentina - Córdoba

- *Urban Chrysalis* Projeto de Reabilitação (maio a julho de 2010)
- Feira do Livro de Córdoba (setembro de 2010)

Austrália - Melbourne

- "O terrorismo islâmico de uma perspectiva europeia" Debate no Festival do Escritor em Melbourne (agosto de 2010)

Austrália - Sydney

- Dia Europeu das Línguas (setembro de 2010): ônibus multilíngue
- "Nem velho nem morto: a Europa no séc. 21", no Festival do Escritor em Sydney (17 a 21 de maio de 2011)

Áustria

- Projeto Teatral "A Europa no Palco" – nove noites, 27 peças de 27 países (de janeiro a dezembro de 2010)
- Chopin e a música contemporânea, Festival (16 a 26 de setembro de 2010)
- Lembrança Europeia, Projeto com filmes de animação (setembro a outubro de 2010)
- Mãe e Filha na Literatura (30 de setembro de 2010)
- Festival Europeu de Poesia na *Literaturhaus* (18 a 20 de novembro de 2010)
- Noite Longa da Música Europa, no âmbito do Festival da Cultura Europeia no *MuseumsQuartier* (21 de junho de 2011)

Bósnia e Herzegovina

- EDL (Dia Europeu das Línguas) em Tuzla (setembro de 2010)
- Conferência Mini-INPUT (novembro de 2010), grupos de trabalho sobre Identidade e Educação
- Semana do Cinema Europeu (maio de 2011)
- Duas produções bósnias durante a conferência anual INPUT em Seul (maio de 2011)

Brasil

- Exposição Fotográfica "Um caminho europeu" Brasília (de agosto de 2010 a abril de 2011)
- Encontro com o Comissário da UE Vassiliou (abril de 2011)
- Semana da Europa (maio de 2011)
- Encontros regionais para a EUNIC na América (São Paulo, 26 a 27 de maio de 2011)
- Conferência *Culture Futures* (30 de maio a 03 de junho de 2011)

Bélgica - Bruxelas

- *InBetween* (Dentre) Leituras ao ar livre no EESC (*European Economic and Social Committee*) com quatro autores europeus (maio a julho de 2010)
- Conferência sobre a política cultural na UE em cooperação com o Conselho da Europa, a Comissão Europeia, *Culture Action Europa* e o EESC – um evento no âmbito do *CultureWatchEurope* (06 a 07 de setembro de 2010 no EESC)
- Evento de *Poliglottini* para o Dia Europeu das Línguas, EDL (25 de setembro de 2010)
- Debate sobre o tema "O poder das relações culturais" com o ENCATC (08 de outubro de 2010)
- Europa rica em línguas (novembro de 2010 a março de 2013)
- As relações culturais exteriores da Europa, Seminário com peritos (08 de dezembro de 2010)

- Poliglotti4.eu (01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2012)
- *Routes Award Public Programme: Sejla Kameric & Kutlug Ataman em cena: Parceria* (09 de fevereiro de 2011)
- Esperar e observar: momentos sul-africanos, Exposição fotográfica (15 de março a 27 de maio de 2011)
- Participação na segunda rodada da Benelux, Grupo de Inovadores (21 de março de 2011)
- Papel político estratégico – Plataforma da sociedade civil da Comissão Europeia para o Multilinguismo (30 de março de 2011)
- Festa da Dança da EUNIC com o Goethe-Institut (31 de março de 2011)
- *Workshop* sobre Cofinanciamento através da Comissão Europeia (12 a 13 de maio de 2011)
- Cultura no Desenvolvimento, Rede para Organizações que trabalham na África e na América Latina – Encontro em Paris e Bruxelas bem como brochura informativa (desde 2010 em andamento)

Bulgária

- Dia Europeu das Línguas (EDL) 2010

Canadá

- Estudos da memória e o problema da identidade: uma comparação entre tradições culturais europeias e canadenses na *Munk School of Global Affairs*, Universidade de Toronto (07 de setembro de 2010)
- Dia Europeu das Línguas (EDL) em Toronto (setembro de 2010)
- Clube Europeu do Livro (Série)
- Intercâmbio literário e leitura multilíngue de livros em Montreal (26 de abril de 2011)

Chile

- Festival de Jazz Europeu (setembro de 2010)
- Festival do Teatro Contemporâneo Europeu em Santiago (agosto a setembro de 2010)

China

- Terceiro Diálogo Cultural entre Europa e China em Shanghai (outubro de 2010)
- Encontro com o Comissário da UE Vassiliou
- Europa-China Compasso Cultural, em andamento

Croácia

- *Mediascape Zagreb multimedia* (outubro de 2010)
- Festival de Cinema Zagreb *The big five* (outubro de 2010)

República Checa

- Projeto Educacional com a Faculdade de Ciências Sociais e a Faculdade de Artes na Universidade Karls. Objetivo: apresentar as realidades históricas, sociais e políticas dos países participantes através de suas próprias culturais nacionais. Países: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Grécia, Roménia, Sérvia, Eslovénia.
- Projeto Educacional com a Faculdade para Ciências Sociais

e a Faculdade de Cinema da Academia de Artes Cênicas (FAMU): Áustria, República Checa, Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia.

- Coquetel da EUNIC no Ministério Checo dos Negócios Exteriores (15 de setembro de 2010)
- Dia Europeu das Línguas (EDL) (setembro de 2010)
- B4 – Casa Balcá 2010 no âmbito do festival *Architekturwoche* Semana da Arquitetura (outubro de 2010)
- *New Waves, New Ways* (Novas ondas, novos caminhos) Festival de Cinema (outubro de 2010)
- Noite Literária (11 de maio de 2011)
- Programa dedicado à EUNIC na televisão checa (em andamento)

Dinamarca

- A arte do câmbio de cenário: Conferência internacional sobre as artes e a intercultura (24 a 26 de janeiro de 2011)

Estónia

- Dia Europeu das Línguas (EDL) em Tartu
- Seminário sobre Comunicação e Redes, Nick Vertigans (novembro)
- Série Chopin
- Seminário sobre livros digitais

Etiópia

- Cooperação nos estudos para um programa de financiamento maior da UE para a Etiópia no sector cultural (julho de 2010)
- Exposição de arte e cerâmica (janeiro a fevereiro de 2011)
- Abertura dos espaços informativos da UE nos quatro institutos (março de 2011)
- Solicitação conjunta dos presidentes das quatro instituições para o novo Ministro da Cultura e sua equipe, a fim de maior clareza sobre as prioridades do sector cultural na rota do *GoE Growth & Transformation Plan* (Plano de Crescimento e Transformação)
- Festival de Cinema Europeu

Finlândia

- Estande da EUNIC na Feira do Livro em Helsínquia (outubro de 2010)
- Projeto *Design cheio de responsabilidade*, Contributo para a Capital Mundial do Design Helsínquia 2012 (março de 2011)
- Estande da EUNIC nas festividades por ocasião do Dia Europeu em Helsínquia (maio de 2011)

França - Bordéus

- Simpósio internacional *Eurocall 2010*: Línguas, Culturas e Comunidades Virtuais (setembro de 2010)
- Seminário anual para a mobilidade europeia da AEDEA (outubro de 2010)
- Bordéus – Budapeste, Exposição na *Maison de l'Europe* (outubro de 2010)
- Jovens em Movimento no Museu de Arte Contemporânea (outubro de 2010)
- Encontros europeus com escritores e filósofos. Berlim,

- Barcelona, Istambul: sobre as novas capitais da cultura (novembro de 2010)
- Línguas europeias, seminário educacional (novembro de 2010)
- Festival de Cinema Europeu (março a abril de 2011)
- Mesa Redonda: Literatura, uma outra visão sobre a Europa? (abril de 2011)

França - Paris

- Ciganos na Europa – Filmes, Debate (27 a 29 de maio de 2011)

Alemanha - Berlim

- Participação no festival ao ar livre *Wassermusik* (julho de 2010)
- Dia Europeu das Línguas (EDL) na representação da Comissão Europeia (27 de setembro de 2010)
- Debate no âmbito do “Ano Chopin”: A luta de George Sand pela libertação das mulheres (outubro de 2010)
- Participação no 4º Mês Europeu da Fotografia (novembro de 2010)
- *Kino total: Calling Neighbours* no âmbito do Festival Internacional de Cinema de Berlim, a Berlinale (dezembro de 2010)
- Europa Literária Série de conferências (2008 a 2011)
- Série de Filmes Don Juan no cinema *Zeughaus* (fevereiro a março de 2011)
- Confissões no âmbito do F.I.N.D. 2011 – Festival da Nova Dramaturgia Internacional (março de 2011, teatro *Schaubühne*)
- Línguas pequenas, grandes literaturas, Fórum na Feira do Livro de Leipzig (março de 2011)
- *Twist* – arte contemporânea da Europa de Leste (abril de 2011)
- Participação nas festividades *Europa é aqui!* (11 de maio de 2011), praça *Pariser Platz*, Berlim
- A cortina de celulóide. A Guerra Fria da Europa no Cinema com a EUNIC em Londres, no cinema *Zeughaus* (junho de 2011)
- Participação no evento *Die Migration im Rücken* no âmbito do Festival de Poesia de Berlim 2011 na Academia das Artes

Alemanha - Estugarda

- A Europa nos *media*: entre o discurso político e o populismo, debate do ifa (12 de maio de 2011)

Grécia

- Concurso de redação para jovens europeus *Culturas do passado e do futuro* (março a novembro de 2010)
- Os jovens e as línguas estrangeiras: debate sobre os desafios na área educacional e perspectivas de carreira (11 de novembro de 2010)

Hungria

- Artes cênicas Conferência no Palácio da Arte de Budapeste (24 a 25 de setembro de 2010)
- Coquetel e bar europeu das línguas (30 de setembro de 2010)
- *Cross Promotion* com a *Europa Pont*, Centro de Informação da

Comissão Europeia (07 de janeiro de 2011)

- Participação na forma de uma apresentação durante a conferência *Identidade e Diversidade Cultural na União Europeia* (09 de fevereiro de 2011)
- Dia da EUNIC. A Europa no palco do Festival da Primavera de Budapeste (teatro, concertos de música erudita e jazz: 02 de abril de 2011)
- Noite literária (16 e 17 de abril de 2011)
- Noite das Portas Abertas dos Institutos Culturais (6 e 7 de maio de 2011)
- *Duna Party* (24 de junho de 2011)

Índia

- Série de Leituras Literárias (outubro a maio)

Irlanda

- *Moving Worlds: Cinemas da Migração* Festival de Filmes em Dublin (dezembro de 2010)
- EUNIC/UNIQUE pensamentos únicos: debates abertos ao público sobre temas europeus: Dimensões conflitantes – práticas europeias na arte no *National College for Arts and Design*, Dublin (13 de dezembro de 2011)
- EUNIC/UNIQUE pensamentos únicos: Migração e recessão - as implicações da crise econômica para os migrantes e a imigração na Europa (03 de fevereiro de 2011)
- *12 Pontos!* O novo festival europeu do jazz (4 a 7 de maio de 2011)

Itália - Milão

- *MiTo Milano Settembre Musica* em Milão e Turim (03 a 22 de setembro de 2010)
- *MilanoMusica* – Viagens Musicais Contemporâneas (03 de outubro a 07 de novembro de 2010)
- Festival de Cinema de Milão no Teatro *Piccolo* (10 a 19 de setembro de 2010)
- *I've seen films* Festival no cinema *Gnom* e no *Centre Culturel Français* (30 de setembro a 09 de outubro de 2010)
- Festival *Invideo* no *Spazio Oberdan* (11 a 14 de novembro)
- Festival Internacional dos Cineastas (23 a 30 de novembro)
- Cultura, Europa e a Crise. Estudos sobre a política cultural europeia na Universidade Católica de Milão
- Europa em Ritmos, em Como (19 de março de 2011)
- Festival da Música Contemporânea, *Sentieri Selvaggi* (abril a maio de 2011)
- *Public Design Festival* (festival do desenho público) (12 a 17 de abril de 2011)

Itália - Roma

- Encontros de grupo regulares (3 no ano de 2010, 3 no ano de 2011), preparação para o Dia do Multilinguismo em 19 de outubro de 2011

Jordânia

- Início das atividades da EUNIC no país com o evento *Talking Books* (Livros Falantes) no Dia Europeu das Línguas (EDL) (setembro de 2010)
- Apoio ao Festival de Dança *Zakharef em Movimento* (maio de 2011)

Cazaquistão

- Concerto de música erudita no Conservatório de Almaty (11 de maio de 2011)

Coreia

- *Euro-Asia Festival* de Música de Câmara (09 a 16 de agosto de 2010)
- Seul Oratório, Concerto de Gala (fevereiro de 2011)
- Estande europeu na sexta Feira Internacional do Livro em Seul (15 a 19 de junho de 2011)

Líbano

- *Eco?Lógico* Projeto para a Europa (13 de maio de 2011)

Lituânia

- Jovens em Diálogo com Artistas Exposição e *workshops* em Šilagalai, Ramygala e Naujamiestis (julho a setembro de 2010)
- *Film Bakery* Festival de Curta-Metragens (25 a 28 de novembro de 2010)
- Fórum para o Multilinguismo na Universidade Mykolo Romerio, aberto pelo Ministro Lituano da Cultura (01 de dezembro de 2010)

Holanda

- *Changing Europe, Changing Arts* Conferências (setembro a novembro de 2010), 4 conferências
- *Curriculum Vitae*: O festival de cinema biográfico dos autores, Amsterdão & Haia (março de 2011)
- Noite Literária Europeia na biblioteca OBA (11 de maio de 2011), Amsterdão

Noruega

- Festival Norueguês de Cinema Internacional (18 a 26 de agosto de 2010)
- Eventos da EUNIC durante a Noite da Cultura em Oslo (24 de setembro de 2010)
- Noites Europeias do Jazz no *Nasjonal Jazzscene*, em Victoria (10 a 12 de fevereiro de 2011)
- *Eurodok* (16 a 20 de março de 2011)
- Seminário Arte e Público (30 de maio a 01 de junho de 2011)

Peru

- *Cuerpo presente* Experiência com Dança e Deficiência (outubro de 2010)
- *Monstruo* (outubro de 2010)
- *Balletto dell'Esperia* (novembro de 2010)
- Dança da Esperança (dezembro de 2010)
- *Workshop* de dança *Communicare* (dezembro de 2010)

Polónia - Cracóvia

- Festival da Ciência de Cracóvia (maio de 2011)
- Festival Europeu da Dança Contemporânea, Bytom & Cracóvia (junho a julho de 2011)

Polónia - Varsóvia

- Dia Europeu das Línguas (EDL) em Varsóvia
- Poemas no metro (setembro de 2010)
- Dia dos Tradutores (30 de setembro de 2010)
- Encontro para leitura na tradução (outubro a dezembro de 2010)
- Noite Literária em Varsóvia (16 de abril de 2011) com o Teatro *Ochoty* e 17 parceiros locais
- Acordando o verão (17 e 18 de junho) em Varsóvia

Portugal

- A Europa lê: o estado da tradução literária na Europa (novembro de 2010)

Roménia

- Via da Moda: Diálogo através das Fronteiras
- Festival Europeu de Cômicos (outubro a novembro de 2010)
- Museu *Comicstrip* no Museu Nacional de Arte Contemporânea (junho a outubro de 2011)
- Klezmer & mais, Festival no *Green Hours Club* (16 a 19 de junho de 2011)
- Noite dos Institutos Culturais (24 de junho de 2011)

Rússia

- Programa Russo-Europeu de Intercâmbio de Curadores (ainda será iniciado)

Sérvia

- Terceiro estande comum na Feira do Livro de Belgrado (25 a 31 de outubro de 2010)

Eslováquia

- As línguas na minha família, Concurso de Cartazes (maio a setembro de 2010)
- Dia Europeu das Línguas (EDL) em Bratislava (setembro de 2010)
- Café Linguístico (ocorre mensalmente desde 2008)
- *Donaudrama*: 10 países – 1 rio – 1 peça teatral de 10 autores no Studio 12 Bratislava (outubro de 2010 até junho de 2011)
- Noite Literária em Bratislava, Banská Bystrica, Žilina e Košice (11 de maio de 2011)
- *EuroFilmClub*: a vida depois de 1989 (março de 2011, em andamento)

África do Sul

- Estúdio de Arquitetura da EUNIC em Joanesburgo (22 a 26 de novembro de 2010)
- Encontros regionais (13 a 14 de abril de 2011)

Espanha

- Encontro dos Grupos Europeus (02 a 04 de outubro de 2010)
- A competência cultural das regiões – na ótica de artistas e

responsáveis por produção cultural, apresentação para a Delegação da Comissão Europeia

- Traduzir a Europa – Apresentação na Feira do Livro Infanto-Juvenil de Burgo (08 a 09 de abril de 2011)
- Noite Teatral em Madrid (26 de abril de 2011)
- Apresentação da literatura juvenil europeia de autores que não foram traduzidos para o espanhol, durante a Feira do Livro de Madrid (09 de junho de 2011)

Suécia

- *Double double* Festival de Música (fevereiro a dezembro de 2010)
- REX terceira edição de curtas experimentais no *Kulturhuset Stockholm* (13 de abril de 2011)
- Dia da Europa na estação ferroviária central de Estocolmo (09 a 10 de maio de 2011)
- Multilinguismo e Cultura Empreendedora Conferência na Escola Superior de Economia de Estocolmo (12 de maio de 2011)

Tanzânia

- Início das atividades com o Dia das Portas Abertas nos três espaços-membros com cursos de língua, *workshops* para professores de idioma e exposição (09 de fevereiro de 2011)

Grã-Bretanha - Londres

- As vantagens da Diplomacia Pública Europeia, Seminário (01 de julho de 2011)
- Quarto *Screen Green*, uma temporada de documentários curtos da Europa (04 a 11 de novembro de 2010)
- *DancEUnion*, Grandes Talentos da Dança de toda a Europa (15 a 17 de março de 2011)
- *Celluloid Curtain* Festival de Cinema nos *Riverside Studios* (06 a 09 de maio de 2011)
- Noite Literária Europeia III na *British Library* (11 de maio de 2011)
- Festival Europeu *May Fayre* no *Regent's Park* (08 de maio de 2011)
- Seminário para a Diplomacia Cultural na *Europahaus* (30 de junho de 2011)

Ucrânia

- Participação no Festival Internacional de Artes “Guerra e Paz” em Sewastopol (maio a setembro de 2010)
- Participação no Fórum do Livro e no Festival Literário Internacional em Lviv (setembro de 2011)
- Participação no Kyiv Offline projeto de arte contemporânea (novembro de 2010)
- Cinema como Engajamento Festival de Cinema Europeu em Quiieve e Donetsk (maio a junho de 2011)

EUA - Nova Iorque

- Clube do Livro Europeu (durante o ano todo)
- *Moving sounds* Festival de Música (02 a 05 de setembro de 2010)
- Sérvia – perguntas mais frequentes (setembro de 2010 a janeiro de 2011)

- Projeto Contínuo pela Paz (novembro de 2010)
- 16ª Série de Leituras da EUNIC nos EUA, Nova Iorque (15 de novembro de 2010)
- Sétimo Festival Nova Literatura da Europa (16 a 18 de novembro)
- *Disappearing Act III* Festival de Cinema Europeu (06 a 13 de abril de 2011)
- Melhor Ficção Europeia durante o *PEN World Voices Festival* (25 de abril a 01 de maio de 2011)
- “Visa Anwaltschaft” (em andamento) e *Clinic on Visas* para artistas (17 de setembro de 2011)

EUA - Washington DC

- Lançamento nos EUA do *Migration Policy Index III*: Como a integração legal pode conduzir para a integração social? Discussão sobre os resultados do MIPEX (09 de maio de 2011)
- Apresentação e transmissão do “Eurovision Song Contest”, Festival da Canção Eurovisão (14 de maio de 2011)

Venezuela

- Projeto de aplicação para um programa de residência de três anos para artistas em Petare, Sucre, a maior favela urbana na América Latina

Vietnã

- Dias da Literatura Europeia em Hanói (27 a 28 de maio de 2011)
- Festival do Documentário Europeu em Hanói e Saigon (junho de 2011)

Presidentes da EUNIC

2006 David Green (British Council)

2007 Emil Brix (Ministério Federal Austríaco de Assuntos Europeus e Internacionais)

2008 Hans-Georg Knopp (Goethe-Institut)

2009 Finn Andersen (Instituto Cultural Dinamarquês)

2010 Horia-Roman Patapievic (Instituto Cultural Romeno)

2011 Professor Ana Paula Laborinho (Instituto Camões)

Ficha Técnica

Realização / Edição: EUNIC, Instituto de Relações Internacionais (ifa) e Fundação Robert Bosch em cooperação com British Council, Culture Ireland e Fundação Calouste Gulbenkian

Redação: William Billows, Sebastian Körber, Bianca Donatangelo (Acibra)

Assistência: Aurélie Bröckerhoff, Steve Green, Dr. Mirjam Schneider

Layout: Eberhard Wolf

Endereço: Charlottenplatz 17, 70173 Stuttgart

Impressão: ConBrio Verlag Regensburg

Traduções: Aires Graça, Bianca Donatangelo, David Taterka Prado, Maria Antónia Amarante,

Tiny Domingos, Ulrike Göldner

Cada artigo expressa a opinião do respetivo autor. O Relatório Cultural no idioma português respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Imagens:

pág. 16 / 17 EUA, Nova Iorque, Little Italy: Festival San Gennaro.

Ferdinando Scianna / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 26 / 27 Grã-Bretanha, Londres, Chinatown: Reflexões à janela de uma sala com máquinas caça-níqueis.

Chris Steele-Perkins / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 42 / 43 Brasil, Coroa Vermelha, 1999: Índios pataxós protestam contra cerimónias católicas no local onde os portugueses fincaram a primeira cruz no Brasil, em abril de 1500.

Thomas Hoepker / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 52 / 53 China, Tsingtao, 2010: Festival da Cerveja em Tsingtao, onde alemães fundaram a primeira cervejaria no início do séc. XX. Martin Parr / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 68 / 69 EUA, Nova Iorque, Little Italy: Ferdinando Scianna / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 94 / 95 França, Paris, 2009: Demonstração pela liberdade de imprensa em frente ao Palácio dos Inválidos, com cartazes a mostrar tanques de guerra na Praça Tiananmen em Pequim, em 1989.

Stuart Franklin / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 104 / 105 EUA, Atlanta, 1995: Bandeira alemã à altura dos Jogos Olímpicos de 1996.

Erich Hartmann / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 126 / 127 Bélgica, Bruxelas: Richard Kalvar / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 144 / 155 França, Paris: A China na capital francesa. Alex Majoli / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 178 / 179 China, Pequim, 2002: A caminho do matrimónio.

Patrick Zachmann / Magnum Photos / Agentur Focus

pág. 198 / 199 Bélgica: Tervuren, Museu de Arte Africana 1981. HG / Magnum Photos / Agentur Focus

Fotos dos autores: pág. 48: François Moura, pág. 70: Markijan Prochasko

ISBN: 978-3-921970-90-4



ifa



CALOUSTE
GULBENKIAN
FOUNDATION

Robert Bosch Stiftung

BRITISH
COUNCIL



Culture Ireland
Cultúr Éireann

KULTURREPORT

Прогрес Европа Progress Europe Be-
sivystanti Europa Progresso
Europa Napredek Evropa
Framsteg Europa Fejlödö
Európa Edistys Postęp Euro-



ifa



CALOUSTE
GULBENKIAN
FOUNDATION

Robert Bosch Stiftung



Culture Ireland
Cultúr Éireann

Relatório Cultural - Anuário da EUNIC

No processo de integração europeia, a cultura desempenha cada vez mais uma importância estratégica. As questões são: Como ela está a ser utilizada? Em que estado encontram-se as relações culturais dentro da Europa? Como podem contribuir as políticas culturais europeias com os seus recursos para a criação de uma identidade europeia? A primeira edição do Relatório Cultural - Progresso Europeu tenta encontrar respostas para estas perguntas. A segunda edição aborda o papel da imprensa periódica na Europa: O que os meios de comunicação podem fazer para promover a democracia europeia com mais discussão e mais curiosidade, mas ao mesmo tempo também um maior senso e debate crítico? A terceira edição do Relatório Cultural analisa a literatura na Europa e o mercado livreiro europeu. Escritores de renome como Umberto Eco e Tim Parks examinam o papel da cultura e da literatura na Europa. O quarto volume do Relatório Cultural, que surge ineditamente também como anuário da EUNIC, lida com a contribuição da cultura para com a política externa europeia. Quais são as vantagens de uma estratégia político-cultural comum para a Europa? E como deve ser esta estratégia? O Relatório Cultural é publicado pela EUNIC (a federação dos institutos europeus de cultura), pelo ifa (Instituto Alemão de Relações Internacionais) e pela Fundação Robert Bosch. Os parceiros europeus deste número, que é publicado em alemão, inglês e português, são o British Council e a Fundação Portuguesa Calouste Gulbenkian.

Pedidos: kulturreport@ifa.de | Informações: www.ifa.de/kulturreport

